



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marina Pereira Outeiro

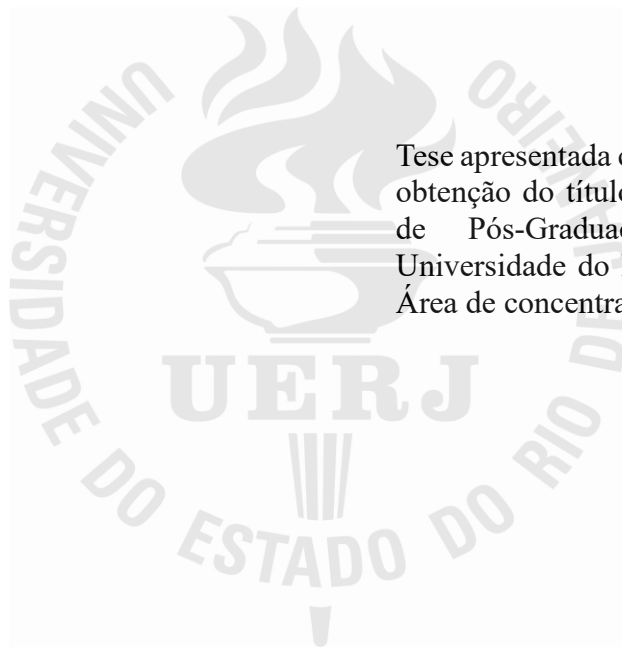
“Andrômeda de Méroe”: A conectividade sociocultural da Grécia e Cuxe no teatro e na cerâmica ática (442 – 412 a.C.)

Rio de Janeiro

2023

Marina Pereira Outeiro

“Andrômeda de Méroe”: A conectividade sociocultural da Grécia e Cuxe no teatro e na cerâmica ática (442 – 412 a.C.)



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Maria Regina Candido.

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

O94

Outeiro, Marina Pereira.

“Andrômeda de Méroe”: A conectividade sociocultural da Grécia e Cuxe no teatro e na cerâmica ática (442-412 a.C) / Marina Pereira Outeiro. – 2023.
317 f.

Orientadora: Maria Regina Candido.

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Andrômeda (Mitologia Grega) – Teses. 2. Grécia – História – Teses. 3. Teatro – Teses. 4. Cerâmica – Teses. I. Candido, Maria Regina. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 938

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Marina Pereira Outeiro

“Andrômeda de Méroe”: A conectividade sociocultural da Grécia e Cuxe no teatro e na cerâmica ática (442 – 412 a.C.)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 10 de janeiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof^ª Dra. Maria Regina Candido (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. André da Silva Bueno

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Liliane Cristina Coelho

Centro Universitário Campos de Andrade

Prof. Dr. Rafael de Carvalho Matiello Brunhara

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

τῇ Λήδα μητρί μοι
(Para minha mãe Leda)

AGRADECIMENTOS

Meus pais desaprovaram veemente minha escolha profissional. Por isso, achei justo iniciar agradecendo aos dois, pois ambos influenciaram na minha decisão.

A minha mãe Leda, minha primeira e melhor professora, que me alfabetizou e me ensinou a gostar de ler – algo que ela adorava, mas ficou sem tempo para fazer devido as exigências do magistério, cuidado dos filhos e trabalhos domésticos.

Ao meu pai Marino, meu primeiro professor de história, que ministrou minha primeira aula de Grécia Antiga – sobre a Batalha das Termópilas (“tantas fechas atirei que com elas, taparei o Sol”).

As minhas queridas (fadas) madrinhas, Olivia Teresinha e Alice, que desde a minha graduação me apoiaram e me encativaram a exercer a profissão de professora.

As minhas irmãs e aos irmãos, Sandra, Paola, Leonel e Felipe – vocês são a minha fortaleza.

As minhas professoras da graduação, Véra Barroso e Marise Faillace, meus dois grandes exemplos na prática da docência.

A professora Luciana Malacarne, pelas aulas de grego e amizade inestimável.

A professora Maria Regina Candido, por ter acolhido e orientado essa pesquisa.

Aos professores da banca, Alair Duarte, André Bueno e Rafael Brunhara cuja erudição, disponibilidade e contribuições foram decisivas para a configuração final dessa tese. Agradeço especialmente a professora Liliane Coelho, cujos conhecimentos sobre história do Antigo Egito, auxiliaram em meus estudos sobre a Núbia e Cuxe.

Aos colegas da academia e amigos da vida, Felipe Mancha, Maria Fernanda Thome, Marina Rockenback, Paloma Amaya e Wellington Balém – por lerem criticamente meus textos, trocarem materiais e “aguentarem meus surtos”.

A todas e todos que, de alguma forma, estiveram presentes e me apoiaram ao longo desses quase cinco anos de doutorado, meu sincero e profundo obrigada!

I am woman
I am invincible
I am strong
I am woman
I am woman
Helen Reddy

RESUMO

OUTEIRO, M. P. “*Andrômeda de Méroe*”: A conectividade sociocultural da Grécia e Cuxe no teatro e na cerâmica ática (442 – 412 a.C.). 2023. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A pesquisa se concentra no mito de Andrômeda - princesa bárbara e filha de Cefeu, rei da *Aitiopia* – transformada em heroína trágica por Sófocles e Eurípides, passando a ilustrar centenas de vasos cerâmicos áticos. Entende que Andrômeda, enquanto personagem mítica, pode ser considerada como uma representação das mulheres da nobreza meroíta que permite estabelecer semelhanças e diferenças, entre elas e as atenienses bem-nascidas. Desse modo, surgiu o questionamento sobre a natureza dos contatos estabelecidos entre a Grécia e a *Aitiopia* posto que a *Andrômeda* (ca. 442 a.C.) de Sófocles, foi contemporânea de *Histórias* (440 a.C.) de Heródoto que, por sua vez, antecedeu a *Andrômeda* (412. a.C.) de Eurípides. A medida que o estudo progrediu, foi possível averiguar que nos textos gregos, o termo *Aitiopia* foi empregado para designar o reino africano de Cuxe. A noção de conectividade ao enfatizar o mar Mediterrâneo como meio de comunicação que atua conectando pontos e formando um conjunto de vínculos, permitiu constatar que gregos e cuxitas travaram relações de natureza sociocultural, ao longo da Antiguidade. De modo a corroborar tal entendimento, o estudo se concentrou em analisar aspectos da sociedade ateniense, enfatizando as duas tragédias de Andrômeda e os vasos de cerâmica ilustrados com cenas teatrais. Em seguida, se concentrou nos elementos da geografia africana para compreender os meios naturais que viabilizaram a aproximação dos dois povos, segundo o modelo da Teoria da Conectividade Social. Assim, voltou seus esforços para sistematizar uma investigação sobre o reino de Cuxe, para examinar a função social das meroítas da realeza, salientando sua participação na esfera religiosa e política. Por conseguinte, a pesquisa inferiu que a filha do rei dos “etíopes”, unida a Perseu originou a linhagem real de Micenas, certifica a existência da conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe, além de reivindicar o pertencimento ideológico da princesa bárbara aos ideais defendidos pela polis: transformada em heroína trágica, Andrômeda emula os comportamentos e valores das rainhas e princesas do passado mítico grego, quando aceita seu terrível destino em prol da salvação da comunidade.

Palavras-chave: Andrômeda. Teatro. Cerâmica. Grécia. Conectividade. Cuxe.

ABSTRACT

OUTEIRO, M. P. "*Andromeda of Meroe*": The sociocultural connectivity of Greece and Kush in Attic theater and pottery (442 – 412 BC). 2023. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The research focuses on the myth of Andromeda - barbarian princess and daughter of Cepheus, king of *Aitiopia* - transformed into a tragic heroine by Sophocles and Euripides, starting to illustrate hundreds of Attic ceramic vases. It understands that Andromeda, as a mythical character, can be considered as a representation of the women of the Meroite nobility that allows establishing similarities and differences between them and the well-born Athenians. In this way, the question arose about the nature of the contacts established between Greece and *Aitiopia*, since *Andromeda* (ca. 442 BC) by Sophocles was contemporary with *Histories* (440 BC) by Herodotus, which, in turn, preceded *Andromeda* (412. BC) by Euripides. As the study progressed, it was possible to verify that in Greek texts, the term Aitiopia was used to designate the African kingdom of Kush. The notion of connectivity, by emphasizing the Mediterranean Sea as a means of communication that works by connecting points and forming a set of bonds, allowed us to verify that Greeks and Kushites engaged in sociocultural relationships throughout Antiquity. In order to corroborate this understanding, the study focused on analyzing aspects of Athenian society, emphasizing the two tragedies of Andromeda and the ceramic vases illustrated with theatrical scenes. Then, he focused on the elements of African geography to understand the natural means that made it possible for the two peoples to approach, according to the model of the Theory of Social Connectivity. Thus, he turned his efforts to systematize an investigation of the kingdom of Kush, to examine the social function of royal Meroites, emphasizing their participation in the religious and political sphere. Therefore, the research inferred that the daughter of the king of the "*Ethiopians*", united with Perseus, originated the royal lineage of Mycenae, certifies the existence of sociocultural connectivity between Greece and Kush, in addition to claiming the ideological belonging of the barbarian princess to the defended ideals by the polis: transformed into a tragic heroine, Andromeda emulates the behavior and values of the queens and princesses of the mythical Greek past, when she accepts her terrible destiny in favor of the salvation of the community.

Keywords: Andromeda. Theater. Pottery. Greece. Connectivity. Kush.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Ceto, Perseu e Andrômeda	57
Figura 2 -	A exposição de Andrômeda	59
Figura 3 -	Perseu, Andrômeda e Cefeu	60
Figura 4 -	Cefeu, Andrômeda e Perseu	60
Figura 5 -	Fineu, Andrômeda, Perseu e Cefeu	61
Figura 6 -	Fineu, Cefeu, seu séquito e Perseu.....	62
Figura 7-	Andrômeda, uma amiga, Perseu e Cefeu.....	76
Figura 8 -	Perseu e Andrômeda.....	77
Figura 9 -	Hermes, Cefeu, Andrômeda, Perseu e Afrodite.....	78
Figura 10 -	Cassiopeia, Andrômeda, Cefeu, Cassiopeia, Perseu e Ceto	78
Figura 11 -	Andrômeda, Ceto e Perseu	79
Figura 12 -	Cefeu, Andrômeda acorrentada, Cassiopeia, Perseu e Ceto	80
Figura 13 -	Andrômeda amarrada entre postes, Perseu e Ceto.....	80
Figura 14 -	Andrômeda e Cassiopeia, com suas atendentes.....	81
Mapa 1 -	África e as regiões do Mediterrâneo: Principais impérios e reinos (3000 a.C.- 700 b.C.)	102
Mapa 2 -	Principais zonas de interação do Mediterrâneo.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Grade de Análise de Conteúdo - <i>Andrômeda</i> de Sófocles	256
Tabela 2 -	Grade de Análise de Conteúdo - <i>Andrômeda</i> de Eurípides	260
Tabela 3 -	Grade de Análise Semiótica - Figura n.1	265
Tabela 4 -	Grade de Análise Semiótica - Figura n.2	268
Tabela 5 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.3	271
Tabela 6 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.4	274
Tabela 7 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.5	277
Tabela 8 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.6	280
Tabela 9 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.7	284
Tabela 10 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.8	288
Tabela 11 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.9	291
Tabela 12 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.10	295
Tabela 13 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.11	299
Tabela 14 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.12	302
Tabela 15 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.13	305
Tabela 16 -	Grade de Análise Semiótica – Figura n.14	312

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

As bac. *As bacantes de Eurípides*

DGP *Dicionário de Grego-Português*

Eco. *Econômico*

H. *História da Guerra do Peloponeso*

His. *Histórias*

Il. *Iliada*

LSJ *Liddell–Scott–Jones*

ML *Middle Liddell*

Poe. *Poética*

Pol. *Política*

Od. *Odisseia*

Os trab. *Os trabalhos e os dias*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 “NOSSA CIDADE, EM SEU CONJUNTO, É A ESCOLA DE TODA A HÉLADE”: A POLIS DOS ATENIENSES (442-412 a.C.).....	27
1.1 Atenas: Questões Preliminares.....	27
1.2 Economia	28
1.3 Política	33
1.4 Sociedade.....	38
1.4.1 <u>“Toda a cidade é uma espécie de associação”</u>	38
1.4.2 <u>“Daquelas de quem menos se falar: as atenienses”</u>	43
1.5 Teatro e Tragédia	52
1.5.2 <u>Andrômeda de Sófocles (ca. 442 a.C.)</u>	56
1.5.3 <u>Andrômeda de Eurípides (412 a.C.)</u>	74
2 “A LÍBIA, ONDE CORDEIROS DE SÚBITO TÊM CHIFRES COMPLETOS”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DO NORDESTE AFRICANO	93
2.1 As contribuições da geografia para o estudo histórico da África.....	93
2.2 Aspectos Geográficos do nordeste africano	100
2.3 O Rio Nilo	116
2.2.1 <u>O conceito de conectividade</u>	125
2.4 O Mar Mediterrâneo	129
3 “TODOS OS CAMINHOS LEVAM A ÁFRICA”: DA DESCOLONIZAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA AO ESTUDO DAS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS	144
3.1 Em busca da História da África: reflexões sobre historiografia	144
3.2 O estudo da Antiguidade Africana: algumas considerações.....	152
3.3 Cuxe: da origem núbica à consolidação política	161
3.4 Os reis cuxitas da XXV dinastia	184
3.5 “Grande cidade, cujo nome é Méroe”	195
3.5.1 <u>Economia</u>	198

3.5.2	<u>Política</u>	202
3.5.3	<u>Sociedade</u>	208
3.5.4	<u>Religião</u>	214
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS	237
	APÊNDICE A – Grade de análise de conteúdo.....	256
	APÊNDICE B – Grade de análise de conteúdo.....	260
	APÊNDICE C – Grade de análise semiótica	265

INTRODUÇÃO

Atualmente, como a décadas atrás, “*O Segundo Sexo*” (1949) continua a suscitar críticas e a fomentar o debate sobre a mulher, a condição feminina e as relações entre os sexos. Entre detratores e partidários, a obra se consolidou como referência¹ nos estudos das mulheres e relações entre os gêneros.

No primeiro volume, Simone de Beauvoir aborda o “drama da mulher”², segundo as contribuições da biologia, psicanálise e materialismo histórico para, nas páginas subsequentes, apresentar um denso capítulo de investigação histórica. Conforme observou Heleith Saffioti, em seu método de trabalho, a filósofa francesa “não realizou nenhuma pesquisa empírica porque nem o cabia fazer isso; ela não era antropóloga, não era socióloga, enfim ela se punha muito mais como escritora e como filósofa. Portanto, não lhe cabia trabalhar com dados primários” (SAFFIOTI In MOTTA; SARDENBERG; GOMES, 2000, p. 15).

Considerando tal pressuposto, salientamos a propriedade com a qual a filósofa sintetizou o quadro geral das atenienses do período clássico, dialogando com o “estado da arte” no qual se encontravam o tema, nos estudos das mulheres na antiguidade, nomeadamente quando menciona que “em Atenas, a mulher era encerrada em seus aposentos, adstrita por leis a uma disciplina severa e fiscalizada por magistrados especiais. Durante toda a sua existência, ela permanece menor” (BEAUVOIR, 2009 p. 129).

À guisa de fundamentos, Beauvoir trouxe as palavras dos poetas, filósofos, políticos e dramaturgos que, desde as bem-construídas reprimendas até a galhofaria jocosa, ilustravam a imagem nada lisonjeira atribuída às mulheres. Conquanto a filósofa tenha evocado as censuras de Aristófanes e Menandro, sobre as frivolidades típicas das mulheres, nos intrigou a ausência

¹ “Não foi, então, por acaso que *O Segundo Sexo* teve maior impacto, traduzido para mais de 30 idiomas e publicado em vários países, constituindo-se, ainda hoje, em alvo de críticas e fonte de reflexão e inspiração feministas por todo o mundo. De fato, apesar de ser escrito para a geração de mulheres que vivenciou a Segunda Grande Guerra, *O Segundo Sexo* fala também às gerações posteriores, mantendo-se bastante atual na maioria de suas considerações e análises. Isso não implica em dizer que, nessas últimas cinco décadas, o pensamento feminista não tenha avançado significativamente. Ao contrário, desde a retomada do Movimento nos anos 60 e, mais particularmente, a partir de meados dos anos 80, novas formas feministas de pensar e analisar as relações de gênero e a condição feminina têm tido lugar” (MOTTA; SARDENBERG; GOMES, 2000, p. 10).

² (BEAUVOIR, 2009, p. 31).

de alusões a personagens como a Clitemnestra de Ésquilo (*Oresteia*, 458 a.C.) ou a Antígona de Sófocles (*Antígona*, 442 a.C.).

Em termos gerais, a cultura grega se notabilizou pela construção de modelos normativos para diversos segmentos da existência e, os papéis atribuídos aos homens e as mulheres, não foram exceções. A tragédia ática, simultaneamente arte e celebração, instava o público a refletir sobre quais seriam as condutas femininas e masculinas apropriadas. Ruth Martí, indica como devemos compreender essas categorias “o masculino e o feminino, apareceram como um conjunto de qualidades, funções e comportamentos que davam identidade” (MARTÍ, 2002, p. 61).

Observando as devidas ressalvas, a tragédia ática do século V a.C., pode oferecer consideráveis exemplos acerca das relações entre os sexos. Por certo, não ignoramos os limites entre a realidade ateniense e os acontecimentos dramatizados no palco do Teatro de Dioniso, posto que os protagonistas da tragédia, advinham da nobreza lendária do passado grego e enfrentavam situações extremamente insólitas.

Entretanto, diferente do tratamento dado pelos poetas anteriores, os tragediógrafos da Ática, resgataram as ações dos heróis da tradição, para coloca-las sob escrutínio dos atenienses, reunidos para celebrações em honra ao deus da vingança. Conforme observou Jean-Pierre Vernant³, a tragédia simultaneamente se distanciava e superava os mitos heroicos.

Quando buscamos relacionar as heroínas trágicas com suas congêneres atenienses, é preciso ter em mente que se tratam de mulheres construídas segundo o olhar masculino, tendo suas ações interpretadas por atores, para o deleite de uma audiência eminentemente masculina. Mas, de acordo com Mellisa Mueller, “a tragédia grega oferece um conjunto particularmente rico de textos para análises performativas de gênero, uma vez que as ‘mulheres’ nessas peças eram todas representadas por homens” (MULLER In McCLURE, 2017, p. 506).

No século V a.C., em Atenas, como na maioria da Grécia, a lógica que pautava o relacionamento entre os sexos, não diferia muito da cena cantada por Homero na qual, Telêmaco repreendia sua mãe, Penélope, por haver deixado os aposentos das mulheres para solicitar ao aedo para que mudasse de canção (*Od.* 1, 345-59).

³ “As lendas dos heróis, com efeito, ligam-se as linhagens reais, a *génēs* nobres que, no plano de valores, de práticas sociais, de formas de religiosidade, de comportamento humano, representavam para a cidade justamente aquilo que teve de condenar e rejeitar, contra o que teve que lutar para estabelecer-se mas também aquilo a partir do que se constituiu e com que permanece profundamente solidária” (VERNANT In VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1999, p. 4).

Se, por um lado, a experiência diária das atenienses remetesse ao modelo homérico, por outro, as rainhas e princesas trágicas, frequentemente evadiam o espaço doméstico e atuavam no âmbito público, usando recursos tradicionalmente masculinos, “não apenas essas mulheres estavam no centro da intriga, algo facilmente explicado pela referência aos mitos da época heroica, mas pelas palavras que o poeta lhes empresta, nos mostram sentimentos e opiniões que ninguém esperava ouvir em Atenas” (MOSSÉ, 1983, p. 84).

As heroínas trágicas, diferentes de suas congêneres factuais, são transgressoras porque ultrapassam o padrão tradicionalmente imposto às mulheres quando, em alguma medida, desempenham ou exibem, funções e qualidades associadas ao masculino. Independente das forças externas que se unem para subjugar-las, a *hamartía* (ἁμαρτία⁴) da protagonista trágica é ultrapassar a medida própria das mulheres, ou seja, deixar o espaço privado e usar o discurso.

A tragédia se mostra relevante para a compreensão das relações de gênero, na Atenas do século V a.C., porque ao dramatizar os papéis sociais impostos aos homens e mulheres, de forma subjacente, nos revela as qualidades celebradas e os defeitos reprovados que compunham suas identidades⁵. Não há, na comunidade políade dos atenienses, lugar para mulheres como Medeia, Electra ou Hécuba, tanto quanto para homens como Ájax, Orestes ou Édipo.

Aspirando satisfazer seus ímpetos de fama ou vingança, o protagonista trágico, priorizava seus objetivos pessoais sem considerar suas consequências e, assim, entrava em conflito com a comunidade, tradição ou potências divinas. De acordo com Vernant, os heróis da tragédia, “os reis são representados como pessoas cuja conduta, cujo sistema de valores, não são mais exatamente os de hoje. Suas condutas obedecem à moral da honra que a epopeia canta – não a moral cívica” (VERNANT, 2001, p.363).

Não por acaso, o apogeu da tragédia ática conhece com esplendor da polis (πόλις⁶), uma forma inédita de organização social e distribuição do poder na Antiguidade, orientada pelo princípio da cooperação e igualdade entre todos os indivíduos. Segundo afirma Neyde Theml,

⁴ Conforme o Dicionário de Grego-Português (v.1, p.44) “falhar *em alcançar um objetivo*; desviar-se de; perder-se; falhar moralmente; fracassar; errar; cometer uma falta; agir mal *contra*”.

⁵ “Especificamente, o conceito de ‘identidade de gênero’ se refere à maneira pela qual o ser, homem ou mulher, é socialmente prescrito por uma combinação de papel e *status*, atribuído de acordo com seu sexo e que é internalizado por si mesmo. As entidades e papéis atribuídos a um dos sexos são complementares e interdependentes com os atribuídos ao outro sexo” (MARTÍ, 2002, p.85).

⁶ Consoante o DGP (v.4, p. 103) “cidade; a Acrópole de Atenas; região em torno da cidade; a cidade e os arredores; reunião de cidadãos; cidade; estado; estado livre; democracia”.

“a *Pólis* era uma unidade política e um estado da *Dike*. O que prevalecia na concepção da nova ordem política não eram especificamente os governantes ou governados, mas a organização da totalidade da comunidade cívica” (THEML, 1998, p. 18).

A vida na comunidade políade ateniense do século V a.C., estava vinculada a novas percepções éticas e normativas, que buscavam equilibrar os aspectos, por vezes contraditórios, *tó koinón* (τό κοινός⁷) e *tó idion* (τό ἴδιον⁸), mediante o emprego do *ágon* (ἄγών⁹). Por certo, não se trata de considerar que a polis e a residência, fossem espaços opostos e irreconciliáveis, mas antes, que se achavam sob um diálogo contínuo e complementar, que caracterizava o novo modelo de organização da sociedade ateniense.

Como vimos, tradicionalmente, os homens se achavam relacionados ao âmbito público e ao exercício discursivo e, as mulheres, ao meio doméstico e a observância do silêncio. Nesse sentido, a desconcertante presença das heroínas trágicas no palco teatral, cujo protagonismo dramático que contradizia diametralmente o papel social das atenienses, e igualmente se prestava para suscitar o debate das diferenças entre os sexos, conforme observou Nicole Loraux¹⁰.

Embora a reflexão sobre o comportamento recomendado aos homens e as mulheres, não fosse uma prioridade entre os temas centrais dos enredos trágicos, é possível identificar em diversas obras remanescentes, questionamentos acerca das desigualdades entre os gêneros.

E na Atenas do século V a.C., como na sociedade homérica de VIII a.C., a conduta feminina adequada observava a submissão, modéstia e dedicação exclusiva ao lar e família. Em âmbito privado, seus parentes homens dispunham de total autoridade sobre vida da jovem e, após casada, se sujeitava a vontade de seu marido. Coletivamente, a polis emitiu legislações que impediam a participação feminina nos assuntos políticos e se posicionou rigidamente acerca dos deveres próprios as mulheres, em questões matrimoniais e sucessórias.

⁷ Segundo o DGP (vol.3, p.80) “comum ao povo, público, coletivo; comunitário; comum a todos; usual; costumeiro; consensual; que participa de *algo*; dat.; que está na comunidade (pessoas; coisas); de origem comum”.

⁸ “De caráter particular, privado, doméstico; em particular; separadamente; à parte; propriedade; interesses particulares” (DGP. vol.2, p.229).

⁹ “Debate; litígio; interesse que leva a luta; luta espiritual *ou* mental; lugar de reunião *ou* de jogos; campo; arena; *Ret.* veemência do discurso ou do argumento” (DGP, vol. 1, p. 10-11).

¹⁰ “Para o cidadão de Atenas, a apresentação teatral das mulheres já é, em si mesma, uma ocasião admirável para pensar a diferença dos sexos: mostrá-la para confundi-la e depois reencontrá-la, mais rica após haver sido confundida, mas ainda assim consolidada ao ser reafirmada no último instante” (LORAUX, 1988, p. 12).

Mas, se as obedientes e silenciosas atenienses se encontravam firmemente subjugadas pela força da lei e da tradição, por que os dramaturgos trágicos fizeram das audaciosas e desobedientes rainhas e princesas do passado, as protagonistas de suas obras?

Em meados do século V a.C., Sófocles (ca. 497-405 a.C.) apresentava ao público do Teatro de Dioniso o trágico destino de Andrômeda, princesa bárbara, exposta em sacrifício para expiar a húbri cometida por sua mãe, dado que “jactância de Cassiopeia que, ao provocar a ira de Poseidon, levou ao sacrifício de sua filha Andrômeda, resgatada de um monstro marinho por Perseu” (SOMMERSTEIN In MARKANTONATOS, 2012, p.199). Enquanto tragediógrafo e cidadão ateniense, Sófocles evocou a presença do pathos e do exótico para dramatizar o encontro entre o herói e a princesa, em *Andrômeda*.

Pouco anos depois, em meio a antologia *Histórias* (440 a.C.), enquanto relatava os feitos do imperador persa Xerxes, Heródoto (ca. 480-425 a.C.) menciona pontualmente a respeito da união de Perseu e Andrômeda (*His.* 7,150). Nessa breve passagem, o historiador salienta que o “filho de Zeus”, havia se enamorado pela “filha de Cefeu” e a desposado.

Tristemente, *Andrômeda* de Sófocles chegou até nós em condições extremamente fragmentadas, e pouco sabemos a respeito de suas características, ou mesmo, a data de sua estreia – consensualmente aceita, como ocorrida em 442 a.C. Com pouco mais de dez trechos remanescentes, dos quais a maior parte são comentários indiretos, os testemunhos iconográficos se mostram fundamentais para resgatar o enredo que a escrita foi incapaz de conservar.

O que sabemos em definitivo é que, algumas décadas depois, Eurípides (ca.480-406 a.C.) apresentou sua interpretação para o encontro de Perseu e Andrômeda. Sua tragédia homônima teria visto a luz do sol, no ano de 412 a.C., conjuntamente com *Helena* e *Ifigênia em Tauris*. Igualmente sabemos, que a *Andrômeda* euripidiana alcançou notável popularidade, se tornando alvo da pilheria de Aristófanes (447-386 a.C.) em diversas de suas comédias.

A semelhança do que ocorreu com sua versão antecessora, a *Andrômeda* de Eurípides, não chegou até nós integralmente; todavia, dispomos de mais trechos e comentários dessa tragédia que nos permitem inferir sobre a disposição de sua trama. Desse modo, sabemos que “Cefeu, rei da Etiópia, ou sua esposa Cassiopeia, ofende Posêidon; o deus envia inundações e um monstro marinho para devastar a terra. Cefeu é informado que tais males cessariam, se expusesse sua filha Andrômeda ao monstro” (GIBERT, 1999/2000, p.75).

Embora o enredo de Eurípides, retomasse o mote do sacrifício humano, o tragediógrafo enfatizou as circunstâncias que envolviam a exposição de Andrômeda – no início da ação, encontramos a jovem amarrada a um rochedo próximo do mar enquanto aguardava sua morte

eminente. Perseu, voando pelo céu noturno, de retorno a Grécia após derrotar Medusa, avistou a jovem nessas tristes condições.

Mas a audiência do Teatro de Dioniso, conheceria previamente a localização do país dos etíopes (αἰθιοπῆες^{11e12}), ou tal informação, seria parte da tendência inconfundivelmente eurípidiana de reinterpretar os mitos?

Por certo, a popularidade das desventuras de Andrômeda, antecedeu sua estreia no teatro, conforme a ilustração que adorna uma ânfora, datada de 550 a.C., na qual o ceramista pintou Andrômeda alcançando pedras que Perseu arremessava contra um ser monstruoso. De acordo com Jesus Marijoan “segundo a primeira tradição, ela não teria sido acorrentada, mas se oferecido pela salvação do país” (MARIJOAN, 196, p. 65). Posteriormente, os ceramistas parecem ter se interessado em ilustrar cenas que remetessem ao enredo das tragédias, especialmente, o momento da exposição de Andrômeda, como sacrifício humano.

Como vimos, a estreia da *Andrômeda* de Eurípides sucedeu a biblioteca de Heródoto que, entre numerosas informações, descrevia o percurso para “alcançar grande cidade, cujo nome é Méroe. Diz-se que essa cidade é a metrópole do restante dos etíopes” (*His.*2,29). Nos séculos subsequentes, a cidade foi identificada como “a ilha de Méroe”, justamente por sua proximidade com a região onde se dava a confluência do Nilo e seus afluentes.

Apesar das ambíguas orientações fornecidas por Homero, se acreditava que os etíopes residissem em cercanias aquáticas, dadas as frequentes visitas realizadas por Posêidon (*Od.*1,23-24). Por certo, a influência do deus para puni-los ou beneficia-los, envolvia a existência de seu elemento natural, a água. Considerando tais argumentos, não seria equivocado supor que Méroe fosse o local onde se desenrolaria a ação de *Andrômeda*.

À época de Heródoto, Sófocles e Eurípides, Méroe era a capital de Cuxe, um reino africano localizado entre a Segunda e a Quinta Catarata do Nilo, na Alta Núbia, que se consolidou politicamente após a retração da presença egípcia, (*ca.* 1070 a.C.), perdurando até

¹¹ O lexicográfico *Liddell–Scott–Jones* (LSJ), aporta a tradução do termo como, “rosto queimado, ou seja, etíope, negro”. Disponível em: [http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=*ai%29qioph%3Des&la=greek&can=*ai%29qioph%3Des0&prior=*ai\)qi/oy#Perseus:text:1999.04.0057:entry=*ai\)qi/oy-contents](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=*ai%29qioph%3Des&la=greek&can=*ai%29qioph%3Des0&prior=*ai)qi/oy#Perseus:text:1999.04.0057:entry=*ai)qi/oy-contents) . Acesso em: 18 set.2020.

¹² No léxico intermediário, *Middle Liddell* (ML), encontramos a acepção de “rosto devidamente queimado, *i.e.*, um etíope, africano”. Disponível em: https://www.google.com/search?q=middle+liddell&rlz=1C1CHZO_pt-BRBR980BR980&oq=middle+liddell&aqs=chrome..69i57j0i13i1913j0i5i13i19i30j0i8i13i19i3014.8922j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 18 set.2020.

o século IV a.C. De acordo com László Török, “nos textos gregos em geral, e nas *Histórias* de Heródoto em particular, o Reino de Cuxe é chamado Αἰθιοπία, *Aitiopia*” (TÖRÖK, 2014, p.X).

No século V a.C., Méroe se achava na vanguarda da produção de ferro e, por sua localização privilegiada junto ao Nilo, promovia uma autêntica difusão cultural e tecnologia entre diversas regiões da África interior. Segundo Pawel Wolf e Ulrike Nowotnick, “esses fatores geográficos e ecológicos, provavelmente contribuíram para que Méroe se tornasse um dos mais importantes centros da Idade do Ferro do nordeste da África, no último milênio a.C.” (PAWEL: NOWOTNICK IN EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.514).

Considerando que, Cuxe e Méroe, se encontravam no interior do continente africano e que, a Grécia e Atenas se achavam nos limares da Europa, como foi possível que essas sociedades tenham estabelecido contatos?

Se tratando da África, não devemos esquecer que o continente abriga um dos mais extensos rios do globo terrestre, o Nilo, responsável pelo abastecimento de água potável do nordeste africano. Os primeiros grupos humanos, que atingiram seus entornos, foram amplamente beneficiados pelo rio, no suprimento das condições básicas da reprodução da existência – assentamentos, agricultura e pastoreio, dependiam da área fértil periodicamente inundada pelo Nilo.

Mediante a garantia das necessidades materiais, foi possível aos habitantes das cercanias do Nilo, darem prosseguimento a exploração dos demais recursos que o rio viabilizava - tais como meio de comunicação e transporte. Antes da consolidação do Estado egípcio, as embarcações foram aperfeiçoadas, assim como as técnicas de navegação fluvial. Nesse sentido, Daniel Šichan afirma que “o transporte de cargas muito pesadas, grupos de pessoas, rebanhos de gado ou grãos era assegurado por barcos especializados. Além disso, pelo menos desde a V dinastia, os egípcios construíram veleiros para navegação marítima” (ŠICHAN, 2011, p.9).

O domínio dos conhecimentos necessários para a navegação do Nilo, levaram os navios e barcos egípcios aos limites de suas águas, onde o rio finalmente alcançava o Mar Mediterrâneo. Quando os egípcios lançaram suas primeiras embarcações em mar aberto, encontram uma intensa e sistematizada rede de comércio, formada por cidades gregas, cananeias, cipriotas e hititas. Por sua condição de mar interior, o Mediterrâneo se encontrava “fechado dentro do maior grupo de massas terrestre do globo, o ‘gigantesco continente ligado’ da Europa-Ásia-África, uma espécie de planeta em si, onde bens e pessoas circularam desde os primórdios” (BRAUDEL, 2002, p. 46).

Cercado por terra, o mar Mediterrâneo possuía cerca de 46.000 km de área costeira, caracterizada pela presença de diversas ilhas e penínsulas que, dotadas de portos, favoreciam a

navegação de cabotagem - um tipo de locomoção marítima que cobria distâncias relativamente pequenas, mediante a possibilidade de visualização do litoral. Segundo Peregrine Horden e Nicholas Purcell, “visibilidade mútua é o cerne da conceituação navegacional do Mediterrâneo” (HORDEN; PURCELL, 2000, p.126).

Dessa forma, identificamos o Mar Mediterrâneo enquanto um espaço geográfico apto a viabilizar a convergência de várias experiências e tradições, das diversas sociedades antigas da Europa, Ásia e África que transitavam por suas águas. Nesse sentido, Irad Malkin, propõe o conceito de “ ‘conectividade’ e uma ênfase no Mediterrâneo, como um meio de comunicação em vez de separação, entendido tanto para explicar quanto para descrever a cultura grega, como um ‘pequeno mundo’ ” (ANTONACCIO; LURAGHI In MALKIN, 2012, p.X). Maria Regina Candido, confere maior singularidade a essa noção, quando identifica a existência da *conectividade marítima* “entre o Mar Negro e as regiões gregas banhadas pelo Mar Mediterrâneo e Egeu, consideradas áreas que detém uma longa história de contatos e migrações” (CANDIDO, 2017, p. 98).

Entendemos que o conceito de conectividade marítima se apresenta como apropriado para analisar a relação entre Grécia e Cuxe, estabelecida ao longo da Antiguidade. Acreditamos que, por séculos e independente da distância geográfica, gregos e cuxitas vinham estabelecendo contatos de diversas naturezas e finalidades. Contudo, nos questionamos acerca das circunstâncias e forças que teriam levado Sófocles e Eurípides, a dramatizarem no Teatro de Dioniso, os tristes eventos protagonizados pela filha de Cefeu, “rei dos etíopes”.

Haveria um elogio ou admoestação, dirigida as atenienses, nas entrelinhas da *Andrômeda* sofocliana e euripidiana? Em que medida, poderíamos encontrar correspondências entre a heroína trágica e a mulher histórica? Por acaso, a princesa do passado revivida pelos poetas trágicos, possuía algum respaldo nas moças e mulheres meroítas do século V a.C.?

Animados por tais questionamentos, realizamos essa pesquisa de doutoramento centrada em Andrômeda, personagem mítica que se tornou heroína trágica através de Sófocles e Eurípides e, cujas desditas ilustram as faces de centenas de vasos cerâmicos áticos. Assim, entendemos que Andrômeda, enquanto filha do rei dos “etíopes”, pode ser considerada uma representação¹³ das mulheres da nobreza meroíta, que nos permite identificar semelhanças e

¹³ [...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma «imagem» capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 2002, p. 20).

diferenças, entre elas e as atenienses bem-nascidas – contemporâneas dos tragediógrafos e ceramistas.

Conquanto a popularidade do mito de Andrômeda e Perseu na Antiguidade Clássica, percebemos que ao longo dos séculos sucedidos às tragédias áticas, poetas e pintores europeus foram os principais interessados em refletir ou registrar, os eventos relacionados ao encontro do insólito casal. Mesmo uma rápida e superficial busca *online*¹⁴ nos apresenta uma série de pinturas, que remontando ao início do século XVI, retratam o momento da libertação de Andrômeda.

Se tratando de trabalhos acadêmicos, mesmo na área de estudos clássicos, a filha de Cefeu desponta como uma temática pontual e, frequentemente, associada ao herói grego que a resgatou. Durante nossa pesquisa, encontramos raros estudos centrados exclusivamente em Andrômeda, como mencionamos a seguir.

O artigo de Eugen Petersen, “*Andromeda*” (1904), certamente um texto de referência sobre o tema que, além de resgatar os enredos das tragédias de Sófocles e Eurípidas – buscando apontar suas diferenças e similaridades. Petersen traz uma proposta de datação para a *Andrômeda* sofocliana, fundamentada na análise dos fragmentos e de vasos cerâmicos. À guisa de conclusão, Petersen aponta diferenças na protagonista, segundo cada tragediógrafo “a Andrômeda de Sófocles, teria dificilmente encontrado oportunidade para expressar seu nobre altruísmo, o qual a Andrômeda de Eurípidas compartilha, com outras heroínas de suas peças” (PETERSEN, 1904, p.112).

Passadas duas gerações, Thomas Webster escreveu o artigo, “*The ‘Andromeda’ of Euripides*” (1965), com o intuito de recompor o enredo da tragédia euripidiana, mediante os fragmentos e escólios de dramaturgos clássicos, bem como da análise de imagens decorativas de vasos cerâmicos. As conclusões de Webster, vão de encontro aos argumentos de Petersen, apesar do arqueólogo britânico não o mencionar diretamente.

Pouco anos depois, Kyle Phillips lançava o copioso estudo, “*Perseus and Andromeda*” (1968), que relacionando os fragmentos textuais das duas tragédias e imagens de Perseu e Andrômeda, sustentava que “a iconografia básica de Andrômeda acorrentada a um penhasco se relaciona ao ambiente artístico de Tarento durante o século IV a.C.” (PHILLIPS, 1968, p. 1). O

¹⁴ A guisa de exemplo, realizamos uma busca simples, em língua inglesa, “*Andromeda in art*”. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Perseus_and_Andromeda_in_paintings. Acesso em: out.10 de 2019. Ao digitar somente “*Andrômeda*”, conforme a grafia em língua portuguesa, encontraremos, inicialmente, informações e imagem sobre a constelação e a galáxia espiral homônimas.

etruscologista faz uma breve alusão o artigo de Petersen, criticando sua proposta de reconstituição da *Andrômeda* de Sófocles – fundamentada no exame de um vaso cerâmico, em particular.

Nos anos iniciais da década de 1990, Elizabeth McGrath publicou “*The Black Andromeda*” (1992), defendendo que a infeliz princesa exposta em sacrifício era uma bela jovem de pele negra. Partido da afirmação de Ovídio, McGrath, ressalta como os mitógrafos da Antiguidade, ao registrarem a passagem de Perseu pela “Etiópiá” e seu encontro com Andrômeda, sabiam que se tratava de um reino de povo negro, “Plínio, Estrabão, Higino e Apolodoro afirmam que ele foi a Etiópiá, onde Cefeu era rei. O que tudo indica que ela era evidentemente negra, sendo etíope” (McGRATH, 1992, p.5).

Pouco aos depois, John Gibert escreveu “*Falling in Love With Euripides ‘Andromeda’*” (2000), interessando em averiguar o que considerou um “aspecto incomum, se não inédito da peça, é que Perseu começa a se enamorar por Andrômeda, no palco” (GIBERT, 2000, p. 76). O professor destaca que a expressão “se apaixonar”, dificilmente pode ser encontrada nos textos clássicos - exceto pelos fragmentos de “*Andrômeda*”.

Nas décadas seguintes, Matthew Wright escreveu “*Euripides’ escape-tragedies: a study of Helen, Andromeda, and Iphigenia among the Taurian*” (2005), obra que desenvolve a noção de “tragédias de fuga”, defendendo que as peças formaram uma trilogia, em 412 a.C., e que se tratam, inequivocamente, de tragédias. Conforme o historiador, “as ‘tragédias de fuga’ emergem como peças sérias, sombrias e pessimistas que levantam algumas questões muito perturbadoras sobre o conhecimento do público sobre seus mitos, seus deuses e sua própria existência” (WRIGHT, 2005, p.5).

E, há pouco mais de uma década, no artigo “*Interpretations of the myth of Andromeda at Iope*” (2011), Ted Kaizer aventou a possibilidade de que, os eventos relatados no mito de Andrômeda, pudesse ter acontecido em Iope - atualmente denominada, Jaffa, um subúrbio de Tel Aviv, em Israel. Examinando documentação textual e imagética, o historiador identifica uma relação “que pode relacionar o conto, à cidade portuária palestina e explorar - através de alguns detalhes nos textos relevantes - as múltiplas facetas que afetaram as diferentes versões do conto” (KAIZER, 2011, p.323).

Com exceção do artigo de McGrath, poucos estudos assinalam a relação imediata entre Andrômeda e os “etíopes”, quanto mais, defender que a personagem mítica representasse uma mulher histórica da antiguidade africana. Nesse sentido, sustentamos que os cuxitas e o reino de Cuxe, devem ser entendidos como o povo e o reino que os atenienses de meados do século V a.C., denominavam de “etíopes”.

Privilegiar o mito de Andrômeda e Perseu, nos oportuniza repensar história cultural dos gregos no Mediterrâneo, em termos de receber e introduzir costumes, métodos e práticas. Se torna possível questionar o tradicional discurso acerca da superioridade civilizacional da Grécia - alçada a posição de sociedade antiga identificada como a base da cultural ocidental.

Graças aos esforços da historiografia positivista do século XIX, a Atenas Clássica foi pintada sob as resplandecentes cores da isonomia política, do esclarecimento filosófico e do estudo sistemático da natureza, uma joia auto lapidada fortuitamente encravada em uma modesta margem do Mediterrâneo. Ao longo da Antiguidade, a polis dos atenienses teria sido o principal obstáculo a instauração da tirania persa na Europa, enquanto reinou soberana sob as águas do Egeu.

Tal perspectiva, desconsidera os numerosos empréstimos culturais que os gregos vinham fazendo, desde o II milênio a.C., junto aos egípcios e aos povos levantinos. Nesse sentido, os mitos se encarregaram de testemunhar a origem de diversas linhagens heroicas, resultantes de casamentos entre as casas régias da Grécia, Egito e Fenícia. Simultânea a alardeada aversão grega aos povos identificados como “bárbaros”, pairava uma inconfessa deferência por formas de viver diametralmente opostas aos seus padrões.

Tendo em vista que a tragédia suscita um complexo diálogo entre o passado herói grego e o presente da polis dos atenienses, o protagonismo de Andrômeda - uma princesa nativa de um reino das profundezas da Líbia (Λιβύη¹⁵) - poderia auxiliar a comunidade políade na reflexão de algum impasse social, político ou religioso? O drama da filha de Cefeu, em alguma medida, ponderava sobre questões relacionadas a condição das atenienses?

Acreditamos que o estudo da conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe, a partir do mito de Perseu e Andrômeda retomado pela tragédia ática, pode nós auxiliar a compreender como polis manejava as negociações dos conflitos entre homens e mulheres – enquanto buscar impor seus respectivos espaços e papéis sociais. E, ao considerarmos especialmente Andrômeda, tencionamos identificar correspondências entre a princesa mítica e a aristocrata meroíta, buscando relacioná-la com a ateniense bem-nascida.

¹⁵ Ninfa, cujo nome, foi usando para denominar o norte da África. Ela era filha de Épafo, que era filho de Io e Zeus. Por Posêidon ela deu à luz dois filhos, Agenor e Belos. Às vezes, porém, dizia-se que a Líbia era filha de Io. Além de Belos e Agenor, seus filhos eram Enialio (sendo apenas um epíteto de Ares), Lélex, Busíris Fênix (embora ele também fosse considerado seu neto) e até Atlas. Uma tradição tardia e 'nacionalizadora' fez da Líbia a filha de Oceano e irmã de Ásia, Europa e Trácia (GRIMAL, 1990, p.246).

Conseqüentemente, nossa pesquisa, prioriza o estudo dos fragmentos das tragédias de Sófocles (ca. 442 a.C.) e Eurípides (412 a.C.), com suas respectivas versões para o mito de Andrômeda, assomados a um conjunto de vasos cerâmicos¹⁶ que ilustram cenas relacionadas as obras teatrais.

Salientamos que, embora nosso objetivo seja compreender a conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe, a partir do mito de Andrômeda e Perseu, nossa documentação expressa e registra elementos pertencentes a polis de Atenas, durante a segunda metade do século V a.C. Essa tese de doutorado se encontra centrada em estudar a história das atenienses bem-nascidas desse período, apesar de realizar significativos esforços para investigar a história de Cuxe e, nomeadamente, das nobres meroítas.

Para analisar o texto da *Andrômeda* de Sófocles, registrado originalmente em grego ático, consultamos “*The Fragments of Sophocles - vol I*” (1917) editado Richard Claverhouse Jebb, W.G. Headlam e A.C. Pearson. Em seguida, examinamos “*Sófocles - Fragmentos*” (1983) com introdução, tradução e notas de José María Lucas de Díos, obra que dialoga com as investigações mais recentes, de sua época, acerca dos fragmentos sofoclianos.

De forma semelhante, iniciamos o estudo da *Andrômeda* de Eurípides, a partir dos fragmentos primários, através da leitura de “*Euripides Fragments Aegaeus- Meleager*” (2008), editado e traduzido por Christopher Collard e Martin Cropp. Prontamente, verificamos “*Os fragmentos de Andrômeda de Eurípides*” (2016), artigo de Clara Crepaldi, que reúne seus os comentários e traduções dos trechos remanescentes da tragédia.

À vista das circunstâncias incidentais que limitam nossa documentação textual, salientamos a existência de outros meios de testemunhos acerca do teatro ático – dos quais, os vasos cerâmicos.

O gênero trágico alcançou expressiva popularidade em Atenas e em grande parte do mundo grego, sendo reconhecido enquanto um tipo de narração mitológica. Os ceramistas, cientes desse apelo, adornaram seus recipientes com numerosas cenas trágicas, pois “os espectadores dos vasos também eram espectadores das peças” (TAPLIN, 2007, p. vii). De acordo com Cora Dukelsky e Ana Maria Martino, “as imagens que decoram a cerâmica

¹⁶ Identificamos quatorze vasos cerâmicos, produzidos entre os séculos VI e IV a.C., de variados estilos decorativos, provenientes de Atenas e regiões do sul da Península Itálica. A temática dominante é a exposição de Andrômeda ao monstro marinho, embora outros elementos possam ser relacionados as tragédias de Sófocles e Eurípides.

constituem um retorno visual para múltiplos aspectos do teatro antigo, através deles podemos recriar cenários, roupas, cantos e danças” (2002, p.2).

Posto que nossa documentação é textual e imagética, utilizaremos as grades de análise propostas pela Equipe do NEA/UERJ que, sob a orientação da professora Maria Regina Candido, trazem a aplicação do método da semiótica, “buscando decodificar os sistemas de signos, significações e demais informações de nosso interesse” (CANDIDO et al, In ROSA et al, 2011, p. 13).

Diante dos questionamentos surgidos através do estudo metodológico, teórico e bibliográfico, das tragédias de Andrômeda e dos vasos cerâmicos, desenvolvemos nossa pesquisa buscando compreender a conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe, tomando como referência o mito de Perseu e Andrômeda, tal como retomado pelos tragediógrafos áticos de meados do século V a.C.

Com tal propósito, a medida em que nossa investigação se desenvolvia, redigimos e organizamos essa tese de doutoramento em três capítulos, fundamentados em uma análise metodológica do nosso *corpus* documental, realizada a parte na etapa inicial da pesquisa, mas inserida após os elementos textuais.

O primeiro capítulo, “*‘Nossa cidade, em seu conjunto, é a escola de toda a Hélade’*: A polis dos atenienses” (442-412 a.C.), se inicia pela contextualização dos principais eixos da vida na polis dos atenienses, distinguindo a importância do teatro e da tragédia para, então, situar posição das mulheres nessa sociedade. Nosso objetivo é relacionar nossas análises dos enredos de *Andrômeda*, nas versões de Sófocles e Eurípides, com as imagens de vasos cerâmicos nos quais identificamos cenas referentes as tragédias.

O segundo capítulo, “*A Líbia, onde cordeiros de súbito têm chifres completos: considerações sobre a geografia do nordeste africano*”, se inicia pelo estudo da África até distinguir o reino de Cuxe. Inicialmente, discutimos as vantagens do diálogo entre História e Geografia e o conceito de espaço geográfico¹⁷, conforme o entendimento de Milton Santos. Em seguida, realizamos uma concisa investigação sobre os processos geológicos que originaram o

¹⁷ “A sociedade se geografizar através dessas formas, atribuindo-lhes uma função que, ao longo da história, vai mudando. O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Mas a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado, objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas” (SANTOS,2006, p.70).

continente, responsáveis por suas principais características geográficas. Entendemos que as condições naturais da África, se acham diretamente relacionadas ao processo de hominização, sedentarização neolítica e o surgimento das primeiras formas de organização comunitária. Posteriormente, enfatizamos o papel determinante da navegação do Rio Nilo, como meio de acesso ao Mar Mediterrâneo, o que nos permitirá expor o conceito de conectividade, e assim compreender as diversas e complexas relações travadas entre povos da África, Europa e Ásia.

O terceiro capítulo, “*Todos os caminhos levam a África*”: *Da descolonização da historiografia ao estudo das antigas civilizações africanas*”, principia mediante uma análise da historiografia da África, enfatizando as contribuições dos estudos pós-coloniais, para a escrita de uma história africana livre de perspectivas eurocêntricas. Logo depois, nos concentramos em expor os esforços dos historiadores africanos e afrodescendentes, para sistematizar o estudo das civilizações africanas clássicas, relacionando essa tradição ao surgimento do conceito de afrocentrismo ou afrocentricidade. A seguir, passamos a analisar os eventos que antecederam a formação de Cuxe, procurando distinguir suas principais características e os usos dos termos “etíopes” e “Etiópia” para denominar esse povo e sua organização social. Finalmente, estudaremos o sistema político cuxita, baseado em uma monarquia dinástica orientada por princípios matrilineares, procurando identificar os papéis usualmente atribuídos as mulheres da nobreza, buscando estabelecer semelhanças e diferenças com suas congêneres atenienses.

Iniciamos esse texto introdutório, lamentando que Simone de Beauvoir não mencionasse as heroínas trágicas; tal fato não minimiza a importância de sua obra para os estudos sobre as mulheres ou relações de gênero, ou nossa admiração pela filósofa francesa. Como a própria Safiotti bem salientou, “por não ter familiaridade com o ofício de historiador, Beauvoir incorreu, sem dúvida, em erros” (SAFIOTTI, 1999, p.159).

Acreditamos que, nossa pesquisa de doutoramento em história é, em alguma medida, legatária da obra de Beauvoir e, mesmo, se relaciona com sua trajetória acadêmica, na qual identificamos ecos de uma *performance* de heroína trágica – afinal, a filósofa buscava ocupar um espaço por meio de recursos, que não foram concebidos para os usos das mulheres.

1 “NOSSA CIDADE, EM SEU CONJUNTO, É A ESCOLA DE TODA A HÉLADE”¹⁸: A POLIS DOS ATENIENSES (442-412 a.C.)

Neste capítulo, pretendemos contextualizar os principais eixos da organização da vida na polis dos atenienses, nomeadamente, analisando a posição das mulheres e com o intuito de cotejar aspectos do cotidiano feminino com as questões abordadas nas tragédias de Sófocles (*ca.* 442 a.C.) e Eurípidés (412 a.C.), sobre o mito de Andrômeda. Em seguida, buscamos relacionar nossa análise dos enredos das versões sofocliana e euripidiana, com as imagens de vasos cerâmicos nos quais identificamos cenas teatrais referentes ao mito de Andrômeda.

1.1 Atenas: Questões Preliminares

Malgrado as dificuldades que envolvem a reconstrução do enredo da *Andrômeda* sofocliana (*ca.* 442 a.C.) e euripidiana (412 a.C.), dispomos de consideráveis dados acerca da vida dos homens e mulheres que residiam em Atenas, quando as tragédias fizeram suas respectivas estreias, no Teatro de Dioniso.

Sabemos que a década, iniciada em 450 a.C., assistiu à implementação de um ambicioso projeto urbanístico em Atenas, responsável pela construção do Partenon, melhorias nas edificações da Acrópole e, acréscimo de teatros e ginásios por toda a polis (πόλις¹⁹). Nesse sentido, Peter Jones²⁰ considera razoável atribuir a inspiração para tal programa de obras a Péricles, general e estadista ateniense, possivelmente animado pelo ímpeto de adequar Atenas a condição de líder da Liga de Delos.

¹⁸ (H. 2, 41).

¹⁹ “A pólis, do VIIIº ao IVº séc. a.C. foi uma unidade política, jurídica, religiosa, cultural, territorial e residencial que permaneceu durante estes séculos como um sistema típico e era considerada como a única forma civilizada de vida. Como um Estado, a pólis era uma sociedade politicamente organizada, possuindo um território cívico, uma população, uma Constituição e uma cultura específica, a helênica” (THEML, 1998, p. 32).

²⁰ “Atenas na metade do século V, inspirou e atraiu poetas e artistas numa escala sem paralelo no resto da Grécia. O poeta trágico Sófocles (c.496-406 a.C.), cidadão ateniense, desempenhava todas as funções na vida pública de sua cidade como general e perito financeiro, além de seus feitos como poeta. Seu contemporâneo ateniense mais jovem, Eurípidés (485-406), produziu obras que refletiam os ensinamentos dos intelectuais (sofistas) que eram atraídos à Atenas. Péricles teve como mentor um dos primeiros filósofos que se fixaram em Atenas, Anaxágoras de Klazômenas” (JONES, 1997, p. 23)

De modo geral, o século V a.C., foi particularmente intenso para a cidade nomeada segundo a deusa Palas Atena, a “filha de Zeus tonante” (*Il.* 1.202): em seguida a deflagração das Guerras Persas, em 480 a.C., Atenas foi arrasada pelas forças de Xerxes e, poucas décadas depois, em 464 a.C., se instaurou a Primeira Guerra do Peloponeso.

Sem deixar de reconhecer as diversas conquistas realizadas pela polis dos atenienses, não devemos esquecer das numerosas contradições que também caracterizavam essa sociedade. Embora, anos depois, Aristóteles tenha afirmado que a polis era uma comunidade de cidadãos em busca do bem comum, tal categoria se achava limitada a um segmento específico da população ateniense.

Aparentemente, esse e outros limites impostos a organização da vida social, foram pouco considerados pela comunidade políade – se tomarmos como referência “*A Oração Fúnebre*” (ca 430-431 a.C.) proferida por Péricles. Como em outros momentos do século V a.C., Atenas se encontrava sob ameaça da dominação inimiga, possivelmente dividida entre prognosticar adequações ao estado de guerra e contabilizar as primeiras baixas dos seus defensores.

Segundo nos relatou Tucídides (ca. 460/404 a.C.), na ocasião de celebrar as primeiras vítimas do confronto, foi solicitado a Péricles para proferir o tradicional encômio, ao que o *stratego* (στρατηγός²¹) iniciou sua fala exaltando os antepassados e os relacionando aos “princípios de conduta, o regime de governo e os traços de caráter” (*H.* 2,36) que julgava responsáveis pela glória de Atenas. A medida com que arrolava os predicados da polis, Péricles afirmou “digo que nossa cidade, em seu conjunto, é a escola de toda a Hélade” (*H.* 2,41).

Se por um lado, admitimos o ufanismo exagerado que marcou o tom das palavras de Péricles, por outro, reconhecemos que sociedade que ele descreve – com suas vicissitudes e excelências – a polis dos atenienses, promoveu uma ruptura em termos de organização do poder.

1.2 Economia

Tendo em vista a dependência humana dos recursos naturais que se encontram a sua disposição para produzir diariamente os bens necessários a sua existência, entendemos o

²¹ Conforme o DGP (vol.5, p. 38-39), “estratego; chefe de exército; em Atenas, estratego, magistrado anual, com competência militar”.

trabalho como uma ação teleologicamente orientada para atingir tal objetivo. Se tratando de uma definição ampla, partimos do pressuposto de que trabalho é todo o ato humano capaz de transformar os elementos biótico e abióticos, segundo sua conveniência.

No mundo antigo, embora se buscasse compreender os diversos fenômenos naturais enquanto alguns deles chegassem a ser divinizados, de modo geral, essas sociedades estabeleciam poucas diferenças entre si e o mundo natural. Para os gregos, independente da atividade executada, “o aspecto humano do trabalho estava, portanto, aproximadamente esboçado, jamais inteiramente destacado. Em tese, o homem não tem o sentimento de transformar a natureza, mas, antes de se adequar a ela” (VERNANT, VIDAL-NAQUET, 1989, p.32).

Portanto, para compreendermos o funcionamento da dinâmica econômica da Grécia e, mais especificamente, da sociedade ateniense do século V a.C., é indispensável considerar as principais características geográficas e biológicas do bioma ático. Conforme sustenta Witold Kula “a atividade econômica do homem é sempre um processo de troca de energia entre ele e a natureza. Daí a necessidade de conhecer o entorno geográfico em que se desenvolve a atividade econômica humana” (KULA, 1977, p. 521).

A relação entre o sistema de produção econômica ateniense e seu ambiente físico, não só diz respeito a forma de organizar e reproduzir a existência, como influência a sociabilidade coletiva e suas expressões culturais. Reconhecendo a dimensão dos recursos naturais no desenvolvimento dos modos de produção, Donald Worster salienta que “o historiador ambiental deseja saber que papel a natureza teve na moldagem dos métodos produtivos e, inversamente, que impactos esses métodos tiveram na natureza” (WORSTER, 1991, p. 209).

Em “*Os trabalhos e os dias*” (ca. 750 a.C.), encontramos abundantes descrições da paisagem natural da Grécia e do cotidiano do pequeno camponês, à medida que Hesíodo nos revela como os trabalhos do campo se achavam relacionados a natureza.

O poeta descreve os benefícios de cada estação, recomenda técnicas e culturas apropriadas ao solo, descreve a topografia, vegetação e padrões pluviométricos. Reconhecendo as contribuições divinas da natureza para o sucesso desses esforços, afirma que “observando tais coisas até que o ano complete o seu ciclo, equilibra as noites e os dias, até que novamente a Terra mãe de todos traga fruto variegado” (*Os trab.* 561-563).

Diante das condições naturais do território grego, Hesíodo salienta a contínua exigência do emprego das forças humanas para garantir a subsistência, ao menos, se tratando da região onde residia – nas proximidades do Hélicon, no vilarejo de Ascra “ruim no inverno, difícil no verão, nunca boa” (*Os trab.* 640).

Localizada ao sul da península balcânica e dispendo de ilhas que ladeiam o continente europeu, a Grécia é um pequeno país de paisagem acidentada e montanhosa. E hoje, como no passado, a Ática, pouco diferia do padrão geográfico grego, circundada pelo mar e montanhas como o “Citerão e Parnes que isolam efetivamente a Ática da Beócia e do resto da Grécia central. Embora basicamente seja uma região de colinas, outras quatro áreas montanhosas (Egáleon, Pentélico, Himeto e Láurion)” (JONES, 1997, p. 73).

Apesar da topografia montanhosa, o solo da Ática disponibilizava uma abundante variedade de minérios, como um tipo de argila ferrosa utilizada na produção de recipientes cerâmicos; também mármore e calcário, de cores e texturas distintas, utilizados na construção e escultura. Nesse sentido, a prata foi especialmente estimada pelos atenienses que estabeleceram uma sentimental analogia entre o valioso minério e sua naturalidade “a prata era um produto nativo do solo ático – assim como seus cidadãos autóctones” (REDEN In CARTLEDGE, COHEN, FOXHALL, 2005, p.55).

Nas áreas de terreno arável, apesar da pouca profundidade do solo, o clima mediterrâneo, com seus verões secos e invernos úmidos, possibilitava o plantio de cereais, vinhas e oliveiras – com os quais, se preparava o pão, vinho e azeite. Em termos de pecuária, as condições naturais favoreciam a criação de gado, cabras, ovelhas e suínos; o consumo frequente da carne desses animais era incomum na dieta para as classes populares que, antes, se alimentavam de laticínios.

Consideramos importante salientar que, entre os séculos VII e IV a.C., o promontório da Ática, foi uma divisão territorial autônoma e centralizada administrativamente na polis de Atenas²² – que se constituía através do amálgama entre os espaços, urbano, *ásty* (ἄστυ²³) e rural, *chôra* (χώρα²⁴), compreendendo uma área total de 2.650 quilômetros quadrados. De acordo com Theml, o território cívico de Atenas, foi um “conjunto interdependente, interligado e

²² “[...] e o povo da Ática, todo ele, era ateniense. Tratava-se de uma *pólis*, excepcionalmente grande, embora houve apenas sessenta quilômetros desde o monte Parnes até o Súnion e quarenta desde Maratona até a costa diante da ilha de Salamina, que também pertencia à Atenas. Antes dessa unificação, sob a égide de Atenas, houvera um certo número de comunidades independentes espalhadas pela área rural e, mesmo depois que Atenas se tornou o centro, os pequenos povoados e aldeias, de certo modo, continuaram sendo núcleos rurais das propriedades e aldeias à sua volta” (JONES, 1997, p.74).

²³ De acordo com o DPG (vol.1, p.138), “cidade; a cidade de Atenas; a cidade alta; a cidade baixa”.

²⁴ Segundo o DGP (vol., 5, p.254), “campo (*op. a cidade*)”.

complementar, representava, no universo simbólico do ateniense, o espaço da ordem, da segurança, da coisa pública, da memória coletiva e da civilidade” (THEML, 1998, p.37).

Embora um meio de produção indispensável para a subsistência individual ou coletiva, o acesso e direito a propriedade de terras, antes de ser universal, se constituía em um privilégio concedido a poucos atenienses – os cidadãos.

Ainda que a propriedade fundiária não fosse pré-requisito ao direito à cidadania, é importante destacar que em uma sociedade na qual a noção de riqueza se fundamentava na terra, sua posse gerava prestígio social e, conseqüentemente, político. Conforme assinalam Austin e Vidal-Naquet, “a única distinção econômica genuína que separava os cidadãos dos não-cidadãos (sejam livres ou escravos) - todavia fundamental - dizia respeito à propriedade da terra” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.95-96).

Considerando que estamos diante de uma economia predominantemente agrária, para quase todos os atenienses do século V a.C., o trabalho ideal será o de agricultor autossuficiente, proprietário latifúndio e, na impossibilidade disso, a posse de uma reduzida porção de terra poderia conseguir viabilizar ao indivíduo, sua emancipação produtiva.

Se tratando de pequenas propriedades, situação comum a maioria da população ateniense, o trabalho agrícola era realizado pelos membros da família sob a liderança do proprietário – geralmente, o líder do grupo familiar. Nesse sentido, o argumento de Ellen Wood sobre os pequenos agricultores da Ática que, paralelamente ao seu trabalho rural, participavam ativamente das questões civis e militares da polis. Em vista das particularidades do sistema econômico e da organização estatal ateniense, a historiadora propõe a categoria camponês-cidadão²⁵.

Não ignoramos o longo debate em torno da questão do uso da mão-de-obra escrava para realização do trabalho agrícola na Grécia Antiga e, nesse sentido, sua proporção no espaço rural ático – sobretudo, no século V a.C. Entendemos que a utilização extensiva do trabalho compulsório, nomeadamente no meio rural, foi prerrogativa dos grandes proprietários de terra que, da mesma forma, poderiam contratar mão-de-obra camponesa²⁶.

²⁵ “Com tudo isso em mente, se torna menos difícil imaginar uma família camponesa ática, relativamente livre da necessidade de criar riqueza maciça para compatriotas ricos ou sustentar uma imensa superestrutura política, se sustentando sem o trabalho alheio, enquanto o chefe da família continua apto a desempenhar suas funções cívicas e militares; embora não devamos exagerar a quantidade de tempo gasto pelos camponeses comuns assistindo a assembleias e júris, não obstante, o ideal democrático” (WOOD, 1989, p. 77).

Na área urbana, identificamos a presença de mão-de-obra escravizada ao nível privado e estatal, posto que, homens e mulheres poderiam ser adquiridos por particulares para trabalharem no comércio, manufatura ou atividades domésticas.

A polis, enquanto instituição autônoma, poderia comprar escravos fosse para a realização de tarefas fisicamente extenuantes (como a extração de prata) ou, para auxiliarem os cidadãos responsáveis pela administração da polis. Reconhecendo a profusão de atividades em que a mão-de-obra compulsória foi aproveitada, Austin e Vidal-Naquet²⁷ sustentam que a verdadeira distinção entre o trabalho servil e o livre, se encontrava nas condições em que fossem realizados.

Em Atenas, à medida que o trabalho se especializou, certos bens ou comodidades só poderiam ser encontrados junto aos seus produtores, ou prestadores. Nesse sentido, Edward Harris²⁸ sustenta que esse fenômeno se achava diretamente relacionado ao despontar do mercado – que entendemos segundo a definição proposta por Karl Polanyi²⁹.

²⁶ “O trabalho ocasional provavelmente estaria disponível para aluguel o tempo todo, na forma de cidadãos sem propriedade e de muitos pequenos agricultores cujas propriedades (próprias ou arrendadas) eram insuficientes para sustentar suas famílias. Esses trabalhadores estariam especialmente ocupados na colheita, mas seriam disponíveis para vários tipos de trabalho ao longo do ano. Seria vantajoso para o proprietário de terras empregá-los sempre que possível – comprando sua força de trabalho por salários muito baixos e, apenas, quando necessário – em vez de investir em escravos e incorrer nos riscos e responsabilidades de possuir suas pessoas, mantê-los vivos (e relativamente) bem durante períodos produtivos e improdutivos” (Op.cit. p. 93).

²⁷ “[...] os escravos eram encontrados em aproximadamente todos os ramos da atividade ateniense, fazendo o mesmo trabalho que os homens livres: agricultura, comércio, manufatura, trabalho doméstico etc., como escriturários, secretários, funcionários prisionais; um grupo especial era o dos 300 arqueiros citas que serviam como força policial. [...] Um homem livre trabalhava (ou queria trabalhar) para si mesmo, enquanto a maioria dos escravos trabalhava para outrem (com exceção daqueles poucos escravos privilegiados que gozavam de certa independência de fato (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.102).

²⁸ “A Atenas dos séculos V e IV a.C., apresentou as condições necessárias para a criação de trocas de mercado. [...] havia uma extensa especialização do trabalho: isso tornava inevitável que o indivíduo precisasse adquirir bens e serviços fora de seu círculo imediato de amigos, vizinhos e familiares. A *seisachtheia* de Sólon libertou os cidadãos da Ática do pagamento de grandes quantias aos senhores locais, e Clístenes aboliu os tributos sobre a produção impostos por Pisístrato [...]. Isso colocou todos os cidadãos da Ática em pé de igualdade, para que pudessem negociar livremente entre si [...]. O código de leis de Sólon e a legislação subsequente, criaram os regulamentos para manter a ordem na ágora e instituíram magistrados como os *agoranomoi* para aplicá-los [...]” (HARRIS In CARTLEDGE, COHEN, FOXHALL, 2005, p.73).

²⁹ “A permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. **Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda.** [...] Assim como a reciprocidade é auxiliada por um padrão simétrico de organização, a redistribuição é facilitada por alguma medida de centralização, e a domesticidade tem que ser baseada na

autarquia, assim também o princípio da permuta depende, para sua efetivação, do padrão de mercado” (POLANYI, 2000, p. 76, GRIFO NOSSO).

Com a especialização do trabalho e as restrições a propriedade de terras, era inviável que toda a população de Atenas se dedicasse a agricultura que, no caso dos cidadãos, era vista como a ocupação mais adequada. Essas razões justificaram a presença dos metecos (μέτοκος³⁰) que trabalhavam como artesãos, comerciantes e, mesmo, soldados; as mulheres desprovidas integravam o grosso da prostituição³¹. Desse modo, “a presença dos *metecos* não foi meramente tolerada, mas ativamente encorajada pela cidade (e como se verá adiante, os cidadãos não consideravam os *metecos* como rivais nas atividades econômicas). (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.101)

Conquanto a economia ateniense fosse predominantemente agrícola e, a propriedade rural extensa considerada manifestação de riqueza, nos anos iniciais do século V a.C., a necessidade de abandonar o modesto ancoradouro de Falero e construir o porto de Pireu³², indica o crescimento das atividades comerciais. Em meados desse século, o local se tornou residência dos *metecoi* que dirigiam o comércio ateniense e, dentre eles, houve famílias que enriqueceram e passaram a reivindicar maior participação nos assuntos da polis.

1.3 Política

De fato, a primeira metade, século V a.C., havia sido politicamente intensa para os atenienses: implementar o sistema isonômico defendido por Clístenes (*ca.* 508/507 a.C.), repelir Dario em Maratona (490 a.C.), resistir a Xerxes em Salamina (*ca.* 480-79 a.C.), fundar a Liga

³⁰ Consoante o DGP (vol. 3, p.169-70) “estrangeiro que vem a estabelecer-se em algum lugar; *em Atenas*, meteco, estrangeiro domiciliado na cidade mediante uma taxa”.

³¹ “[...] as mulheres *metecas*, vindas por vontade própria para se estabelecerem em Atenas. [...] As mais pobres ou mais miseráveis foram transformadas em *pornai*, prostitutas que trabalhavam nas pousadas de Atenas ou Pireu. [...]. Mas além dessas prostitutas havia outras que os gregos chamavam de *hetairas*, companheiras, e que estavam reservadas, segundo a expressão do já citado ator, ‘para o prazer’” (MOSSÉ, 1990, p. 48-49).

³² “[...] em poucos anos estabeleceram o porto de Pireu no vizinho promontório de Acte. Havia três ancoradouros: Cântaro a oeste, que era o ancoradouro principal e entreposto comercial com um mercado no lado leste e o *deîgma*, lugar para a exposição das mercadorias e dois ancoradouros menores a leste, Zea e Muni, para navios de guerra; os três eram famosos por seus esplendidos estaleiros. Mais tarde nesse mesmo século, nessa área, foram construídas ruas paralelas que se cortavam em ângulo reto, segundo o plano de Hipodamo [...] em comparação com Atenas, a apenas sete quilômetros de distância, o Pireu deve ter parecido uma cidade rigidamente organizada, com ruas retas, casas bem situadas e áreas públicas abertas. Além das instalações navais, a cidade exibia muitos dos atrativos que Atenas possuía, incluindo um conjunto de fortificações necessárias para proteger o comércio ateniense” (JONES, 1997, p.75).

de Delos (*ca.* 478/77 a.C.), atravessar a onda conservadora liderada por Aristides e Címon (470-60 a.C.) e efetivar as reformas de Efiates em direção a democracia radical (*ca.* 462/61 a.C.).

Todavia, essa sequência vertiginosa de eventos políticos não esboçava sinais de arrefecimento, tendo em vista aliança firmada entre Atenas e Argos (460 a.C.), seguida do acordo celebrado com Mégara (*ca.* 460/59 a.C.). Tais aproximações, se assomaram as hostilidades prévias entre Atenas e Esparta que, desde a criação da Liga de Delos, progressivamente se acirravam.

Nos anos iniciais da Liga, o predomínio de Atenas antes de ser questionado foi reconhecido por todas as poleis aliadas, na forma de juramentos de amizade; semelhantemente, não houve resistência aos trâmites administrativos e tributários propostos por Aristides. Porém, cerca de uma década depois, Atenas se colocava como liderança irrestrita da Liga de Delos, exigindo contribuições e rejeitando qualquer ruptura com a aliança.

Em pouco tempo, a atmosfera de desconfiança que pairava sobre os métodos e objetivos dos atenienses se confirmou em 454 a.C., através da discricionária remoção do tesouro da Liga para Atenas – imposição coroada com o pagamento de um tributo em dinheiro, à deusa Palas Atenas. Tradicionalmente, a historiografia considerada esse evento, como a formalização do imperialismo ateniense.

Consideramos necessário destacar que, esse recrudescimento da autoridade ateniense, ocorreu em seguida da adversa campanha naval (459-454 a.C.) realizada pela Liga, em sua colaboração com a resistência de Psametik II (549-589 a.C.) contra a soberania do Império Persa. O fim desastroso da expedição ateniense no Egito, antes de revelar os limites da força militar da Liga de Delos, favoreceu o recrudescimento de sua autoridade.

Pouco anos após o traslado do tesouro da Liga, sob o pretexto de recompensar Atenas pelos danos estruturais sofridos durante a guerra contra o Império, se iniciou um ambicioso projeto de reconstrução da polis. A decisão fora tomada pela assembleia dos atenienses que, por essa época, “arrogou-se o direito de aprovar uma lei para apossar-se dos fundos excedentes da liga de Delos, com vistas a iniciar as reformas da Acrópole; isso levou imediatamente à construção do Partenon” (STARR, 2005, p. 47).

Em meados do século V a.C., a assembleia havia se tornado a principal instituição política de Atenas, sobrepujando o tradicional Areópago em termos de preponderância junto ao corpo de cidadãos. As reformas, anteriormente idealizadas por Efiates, viabilizaram a passagem do poder para a comunidade de cidadãos e destituíram a aristocracia de seu meio de influenciar no governo da polis. Conforme Kurt Raaflaub, “em contraste, as instituições que representavam todo o dêmos se beneficiaram com a reforma: ganharam prestígio e poder e,

controlando os detentores de cargos, deram um grande passo para controlar efetivamente a vida pública e suas políticas” (RAAFLAUB, 2007, p.114).

Politicamente mobilizados, zeugitas (ζευγίτας³³) e thêtai (θητός³⁴) passaram a utilizar as instituições democráticas para defender seus interesses ou, ao menos, negocia-los com a aristocracia – que apesar dos reveses sofridos, permanecia como a força política dominante. Em meio as tensões entre pobres e aristocratas, o crescimento populacional ático e o acesso relativamente fácil a cidadania ateniense, pairava a urgente necessidade de garantir o abastecimento de grãos para a comunidade da polis.

Destarte, Atenas deixou de ser uma liderança aclamada para exercer uma soberania declarada sobre as demais poleis e, a Liga de Delos, se tornou o meio para assegurar sua estabilidade política doméstica e internacional. Segundo Claude Mossé³⁵, o controle exercido por Atenas no Mar Egeu, fazia parte de programa político e militar de ação colonizadora que, simultaneamente, atendia suas necessidades sociais, econômicas e diplomáticas.

Por volta de 450 a.C., reforçado pela voz de centenas de zeugitas e thêtai, o dêmos (δῆμος³⁶) urbano era uma força política com necessidades e aspirações distintas da realidade do dêmos rural – especialmente, da aristocracia fundiária. Por esses anos, era permitido que um cidadão zeugita concorresse para quase todos os cargos administrativos e, com a instituição da mistoforia (μισθοφορία³⁷), um thêtta conseguira participar com maior frequência das sessões da assembleia. De acordo com Raaflaub, “pela primeira vez, os cidadãos das classes mais baixas foram plenamente habilitados a desfrutar de igualdade e participação política” (RAAFLAUB, 2007, p.114).

³³ Conforme o DGP (vol.3, p.186), “terceira classe de cidadãos, em Atenas”.

³⁴ De acordo com o DGP (vol. 2, p.218), “trabalhador assalariado; mercenário; os tetas, os lavradores, em Atenas, membros da quarta e última classe censitária da Constituição de Sólon”.

³⁵ “Cleruquias, guarnições temporárias de hoplitas enviados ao território de uma cidade rebelde aliada para vigilância, devem ser diferenciadas de colônias propriamente ditas, como Quersoneso, Brea, Anfípolis ou Turio. Tais colônias mantinham laços estreitos com a metrópole, embora seja contestado se os habitantes mantiveram ou não a qualidade dos cidadãos atenienses. O decreto de fundação da colônia de Brea, que chegou até nós, é, a esse respeito, precioso, pois nos dá uma ideia da origem social daqueles que foram enviados ao exterior: os colonos foram escolhidos entre os thêtta e os zeugitas, o que é surpreendente porque para chegar ao posto de zeugita era necessário ter bens de alguma importância” (MOSSÉ, 1987, p.37).

³⁶ Segundo o DGP (vol. 1, p.210), “na Ática, subdivisão da tribo; povo como habitantes de uma localidade; povo como comunidade de cidadãos; povo no exercício do poder; democracia”.

³⁷ Consoante o DGP (vol.3 p.178), “serviço assalariado; função assalariada; rendimento; renda”.

O progressista sistema isonômico clistênico fora substituído por um novo tipo de autogoverno conduzido segundo os interesses imediatos da comunidade de cidadãos da Ática, conhecido como democracia radical³⁸ que encontrou em Péricles, um de seus mais notáveis defensores. Descende da família dos Alcmeônidas, filho de Xantipo e sobrinho de Clístenes, iniciou sua atuação política apoiando as investidas contra os privilégios políticos da aristocracia, defendidas por Efialtes.

Teria a precoce militância de Péricles, em favor da democracia radical, contribuído para que sua proposta de alteração das normas que estabeleciam o direito à cidadania ateniense, em 451 a.C., fosse bem recebida na assembleia?

Ao admitirmos que sociedade ateniense reconhecia a distinção entre público e privado, não afirmarmos que as duas esferas fossem incomunicáveis, mas antes, que a busca pelo equilíbrio entre ambas, constituía o desafio perene da vida em comunidade. Considerando que o casamento, família e religiosidade, eram conduzidos segundo princípios de cada *oikos*, podemos mensurar o impacto da medida proposta por Péricles, “que exigia a condição de ateniense, para ambos os pais, para se obter o pleno direito de cidadania” (ESPELOSÍN, 2011, p.176).

Por certo, desde a época de Clístenes, a concessão da cidadania foi regulada por critérios flexíveis de modo que, com o passar dos anos, até mesmo indivíduos sem naturalidade ática puderam se tornara cidadãos atenienses.

Desse modo, o propósito da lei de Péricles, se encontrava em restringir o acesso a cidadania ou a fruição plena dos direitos cívicos. Nesse sentido, Delfim Leão sustenta que “à medida que se desenvolvia e aperfeiçoava, a democracia ateniense originava, igualmente, certos paradoxos que pareciam pôr em causa os princípios de igualdade em que se baseava” (LEÃO, 2011, p.107).

Se por um lado, existia a necessidade de garantir a integridade da democracia em um de seus aspectos mais característicos – a participação direta – em contrapartida, se tornara essencial apresentar novas razões para a continuidade da Liga de Delos – em vista do significativo recuo da ameaça do Império Persa.

³⁸ “Atenas evoluiu para uma democracia radical, graças ao poder crescente do coletivo de remadores que havia sido tão importante na vitória final em Salamina. Sua posição como potência hegemônica do mundo grego começou a tomar forma e com ela surgiram rivalidades e dúvidas também entre os membros da confederação do Peloponeso que tinha Esparta como líder indiscutível” (ESPELOSÍN, 2011, p. 162).

Por volta de 450 a.C., controlar o Egeu se tornara fundamental para garantir o abastecimento de grãos da polis, dado que “o crescimento da população se traduziu em um crescimento paralelo das necessidades, e é possível pensar que, a partir de então, os atenienses importaram mais da metade do trigo que se consumia em Atenas” (MOSSÉ, 1987, p. 38).

Como vimos, o predomínio do clima e a vegetação mediterrânea na Ática favorecia o cultivo da vinha e a oliveira, mas era insuficiente para produzir a cevada e o trigo na quantidade adequada a população da polis. De acordo com Jones³⁹, o crescimento populacional da região urbana de Atenas acentuou sua dependência das importações de cereais e a necessidade de controlar o comércio no Egeu.

Em termos de políticas externas, certificar o abastecimento de grãos para a polis, se achava entre os tópicos recorrentes da assembleia, portanto, orientava todas as ações dos atenienses no exterior. Nesse sentido, Francisco Espelosín sustenta que “os objetivos atenienses iam além da simples colaboração anti-persa, pois o Egito constituía um importante reserva de grãos cujo controle poderia ser decisivo para garantir o abastecimento de Atenas” (ESPELOSÍN, 2011, p.176). E, de forma semelhante, Austin e Vidal-Naquet⁴⁰ salientam a importância do milho estrangeiro para o abastecimento da comunidade ática, durante o século V a.C.

Além da preocupação dos atenienses em controlar o acesso marítimo aos fornecedores de grãos tradicionais como a Eubéia, Trácia ou Egito, foi acrescentada a intenção de estender sua hegemonia em direção ao Bósforo e, mesmo, a costa norte do Mar Negro. Conforme argumenta Mossé, Péricles foi o principal incentivador dessa postura imperialista, pois “o equilíbrio social que permitiu o funcionamento harmonioso do regime democrático foi realizado, continuamente, graças à dominação exercida sobre o mundo egeu através da liga

³⁹ “Felizmente, o instrumento de controle já estava à mão: a frota ateniense[...] desenvolvendo uma ligação íntima entre o imperialismo e o suprimento de cereais[...]. No século V, portanto, de certo modo, o poderio naval ateniense disfarça a extensão da dependência de Atenas em relação ao suprimento externo de cereais, mas alguns dados a confirmam. Em 445, os atenienses ficaram felizes por receber um presente de cereais de um rei egípcio e que, em 405, foi o corte do fornecimento de trigo pelo mar Negro para Atenas que finalmente a forçou a capitular diante de Esparta” (JONES, 1997, p. 236).

⁴⁰ “Imediatamente após as Guerras Persas, os atenienses fizeram uma nova tentativa de controlar os estreitos que levavam ao Mar Negro. Em várias ocasiões, eles também procuraram libertar o Chipre do domínio persa, embora sem sucesso; além de sua localização estratégica e seus recursos minerais (principalmente suas minas de cobre), a ilha era rica em milho. Mais tarde, por volta da metade do século, eles intervieram para dar apoio ao Egito na revolta contra o Império Persa: se o Egito tivesse sido libertado e trazido para a aliança ateniense, teria sido de considerável importância dado o seu suprimento de milho” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.115).

Ática-Délica” (MOSSÉ, 1987, p. 38). Nesse sentido, Helio Jaguaribe⁴¹ relaciona a vitória das camadas populares, a ascensão política de Péricles e o imperialismo ateniense.

1.4 Sociedade

1.4.1 “Toda a cidade é uma espécie de associação⁴²”

Se o fato de que a democracia radical atingiu sua plenitude vinculada ao imperialismo ateniense, parece contraditório aos nossos olhos, o que dizer a respeito de uma cidadania que segregava? Não figura paradoxal que em seu auge, meados do século V a.C., a democracia ateniense tenha oferecido tanta resistência a participação de novos segmentos sociais?

Mais do que mera semântica, povo e população devem ser compreendidos como grupos que, embora não antagônicos, coexistiam sob imperativos sociais diametralmente oposto, de maneira que “só o indivíduo possuidor do estatuto de cidadão, do qual estava excluída a maioria da população, praticamente três quartos do total, constituído por mulheres, metecos e escravos, podiam gozar destas prerrogativas” (ESPELOSÍN, 2011, p.179).

Devemos entender o povo, enquanto uma comunidade de cidadãos que possuía autoridade para exercer o governo da polis; nestes termos, o exercício da participação direta aparentaria coerência e viabilidade, sobretudo, se considerássemos apenas os habitantes de Atenas. Entretanto, antes da Lei da Cidadania, esse direito foi estendido a todos aos homens naturais da Ática, e “advinha do fato de ser homem, livre, nascido em Atenas, ser filho de pai ou mãe ateniense, ser reconhecido pela *phatria* de seu pai, inscrito nos registros cívicos (*dêmos*) e cumprir com as obrigações militares” (THEML, 1998, p.39).

⁴¹ “O ostracismo de Címon e a vitória da facção popular, que após o assassinato de Efilades viria a ser dirigida por Péricles, implicavam uma endógena propensão ao expansionismo do império ateniense, não tanto por razões de política externa ou como efeito de uma pura vontade de poder, mas pelo imperativo político de satisfazer as necessidades dos *thetes*, que constituíam o grosso do eleitorado de Péricles. Os *thetes* necessitavam que se desse a continuidade à política de ‘*cleruchias*’, enquistadas em territórios de terceiros e se mantivesse a expansão naval que lhes proporcionava emprego” (JAGUARIBE In KURY, 2011, p. XXXI).

⁴² (*Pol.I*, I, 1252a, §1).

Conquanto, apesar do sistema de autogoverno ático ter sido norteado por princípios como isonomia (ἰσονομία⁴³), isegoria (ἰσηγορία⁴⁴) e isocracia (ἰσοκρατία⁴⁵), o corpo de cidadãos era formado por indivíduos de diferentes classes econômicas cujos interesses nem sempre convergiam. Por certo, uma das primeiras formas de organização social que Atenas conheceu, foram os quatro grupos censitários estabelecidos por Sólon, segundo sua renda agrícola.

Como vimos, a noção de riqueza na Ática estava relacionada a posse amplas extensões de terras, privilégio restrito as poucas famílias que formavam a aristocracia fundiária – o segmento social detentor de prestígio econômico e político. Conforme afirma Nick Fisher, “até meados do século V, todos os membros da elite política eram abastados proprietários de terras e muitos eram membros de famílias influentes durante gerações, como os alcmeônidas, família à qual Clístenes pertencia” (FISHER In CARTLEDGE, 2002, p.146).

Se tratando da aristocracia fundiária ateniense, encontraremos dificuldades para determinar se o prestígio social antecedeu ou foi critério para a riqueza material, considerando que muitas famílias se declaravam descendentes de homens ou mulheres da antiga nobreza heroica. De acordo com Wood, “os senhores «homéricos» se tornaram uma aristocracia da propriedade, unidos uns aos outros por interesses comuns como apropriadores, embora muitas vezes imersos em rivalidade viciosa entre si e cada vez mais isolados de seus companheiros” (WOOD, 2011, p.51).

Por séculos, foi possível a aristocracia fundiária exercer seu domínio sobre Ática, de forma praticamente incontestável, ocupando cargo vitalícios e exclusivos no Conselho do Areópago; como vimos, esse governo oligárquico conheceu sua primeira, e tímida, forma de contraposição em 594/3 a.C. através da instituição do Conselho Popular.

As reformas solônicas⁴⁶, antes de arrefecerem as ambições da aristocracia fundiária, revigoraram seu ímpeto de governar a polis – ainda que fosse necessário ceder minimamente

⁴³Segundo o DGP (vol.3, p.241) “igualdade de direitos”.

⁴⁴ “Igualdade de direito de expressão; igualdade de direitos em uma democracia” (Op.cit. p. 240).

⁴⁵ Conforme o DGP (vol. 3, p.241), “igualdade de força, igualdade de poder ou direitos”.

⁴⁶ “De várias maneiras, Sólon enfraqueceu o papel político da linhagem nobre e do sangue, do parentesco e do clã, ao mesmo tempo em que fortaleceu a comunidade dos cidadãos. Seria excessivo dizer que suas reformas

as algumas exigências populares por igualdade e participação na vida pública. Fisher menciona que os aristocratas foram instados a gastar em benefício da comunidade, “para contribuírem regularmente com as liturgias (talvez entre mil e mil e duzentos cidadãos) e os sujeitos à *eisphora* – um imposto sobre a propriedade instituído para fins militares entre os habitantes de Atenas” (FISHER In CARTLEDGE, 2002, p.148).

Com efeito, por volta de meados do século V a.C., os eupátridas ocupavam posição dominante em Atenas, embora novos segmentos disputassem o protagonismo em diversos aspectos da vida na polis. A democracia radical permitiu que as camadas mais inferiores da sociedade ateniense, como zeugitas e *thêtai*, efetivamente participassem do governo da polis – para o desgosto dos aristocratas mais conservadores. De acordo com Wood⁴⁷, os inimigos da democracia se ressentiam sobretudo porque, esse sistema político, conferia poder aos trabalhadores e aos pobres.

Sem deixar de reconhecer a existência dos zeugitas – pequenos camponeses em condições de se equiparem como hoplitas – o fato é que, a maior parte da comunidade de cidadãos, era composta pelos *thêtai*, “teriam lavouras, talvez de seis hectares ou menos. Contudo muitos *thêtai* trabalharam principalmente como mão-de-obra agrícola contratada, ou na cidade, em manufaturas ou no comércio varejista” (FISHER In CARTLEDGE, 2002, p.149).

Entretanto, desde a criação da armada ateniense, quando passaram a atuar como remadores os *thêtai* puderam garantir o sustento de suas famílias e, por sua coragem frente aos marinheiros persas, conquistaram algum reconhecimento social em Atenas. Nesse sentido, Jones⁴⁸ afirma que os verdadeiros beneficiários do império, foram os atenienses pobres, em especial os *thêtai*.

foram democráticas, mas tiveram o efeito de enfraquecer a aristocracia, que foi gradualmente incorporada à comunidade cívica e submetida à jurisdição da polis” (WOOD, 2011, p.52).

⁴⁷ “Se pode dizer que a principal questão que separava os democratas dos antidemocratas - assim como o que separava Teseu do mensageiro de Tebas nas *Suplicantes* de Eurípides - era se a massa trabalhadora, as classes *banausianas* ou as classes mais humildes, deveriam ter direitos políticos, isto é, se esse tipo de gente pudesse ter discernimentos políticos [...] A questão que os críticos da democracia levantaram não é apenas a de que, se as pessoas compelidas a trabalhar para viver teriam tempo para se engajar na reflexão política, mas se, diante de tal necessidade de trabalhar para sobreviver poderiam ser suficientemente livres de espírito e mentalidade para fazer julgamentos políticos” (Op.cit., p. 59-60).

⁴⁸ “Graças à marinha ateniense, em cujos navios tinham um grande papel como remeiros, Atenas tinha um suprimento de cereais garantido. Com efeito, tal era o poder ateniense, que seus funcionários eram chamados de ‘Guardiões do Helesponto’ (*Hellespontophúlakes*), podiam controlar para onde ia o trigo do mar Negro. O crescimento do império implicava em aumento dos empregos, necessidades e obras públicas. Alguns atenienses,

Uma vez consideradas as diferenças sociais, política e econômicas entre os segmentos que compunham o povo, estamos aptos a estudar as diversas categorias que integravam a população ateniense, em meados do século V a.C. Com efeito, a alteração dos quesitos ao direito à cidadania pouco afetou o arranjo da comunidade residente de Atenas que, previamente, não tomava parte dos assuntos públicos.

Como parte da população livre que residia na polis, os metecos provinham diferentes regiões da Grécia e, ao menos em termos numéricos, sucediam os cidadãos no ordenamento social ateniense. A principal diferença entre um meteco e um visitante ocasional, era determinada com relação ao tempo de permanência na polis, independentemente das atividades ou motivações que justificassem a presença de um estrangeiro ou estrangeira, em Atenas.

Embora estivessem sob rigoroso escrutínio legal, era permitido aos metecos fixar residência (mediante o pagamento de uma taxa anual), exercer um ofício, acumular riquezas (salvo a propriedade de terras) e, participar de alguns rituais cívicos, lhe era vedada a participação nos assuntos políticos. Conforme observa Leão, “do ponto de vista jurídico, o *metoikos* não era um cidadão, mas tinha a vantagem de estar legalmente integrado na comunidade e, por isso, poderia gozar de um grau de protecção maior do que o de um *xenos* não residente” (LEÃO, 2011, p.111). E de acordo com Thém⁴⁹, o estatuto da *metoikion* representava para o Estado uma fonte de renda não negligenciável.

No século V a.C., conquanto a maior parte dos metecos de Atenas fossem de origem grega, não estamos diante de um grupo homogêneo, principalmente ao consideramos níveis de fortuna. Haviam famílias aquinhoadas frequentavam os círculos aristocráticos; por outro lado, outras viviam em condições tão limitadas que se aproximavam dos *thêtai*. Nesse sentido, Austin e Vidal-Naquet ressaltam as diferenças entre metecos, “como revela o ‘Velho Oligarca’, poderia haver alguma equivalência com as classes mais baixas: em Atenas, se queixava ele, não se distinguia um cidadão pobre, um meteco e um escravo” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.101).

Por volta de 450 a.C., o desenvolvimento da democracia e a consolidação do império ateniense, evidenciaram novas fontes de riqueza – malgrado aos olhos dos cidadãos mais conservadores, ofícios como o artesanato e comércio, pudessem parecer indignos. Assim,

- talvez dez mil deles – beneficiaram-se também das terras que receberam no exterior como clerucos (*kleroûkhoi*) ou como colonos (*ápoikoi*)” (JONES, 1997, p.243).

⁴⁹ “A instituição dos *metoikion* aparecia, em Atenas, como uma criação original para escapar do dilema de se fechar ao estrangeiro ou de se perder a identidade. A taxa imposta seguia o princípio de hospitalidade, sem integrá-lo ao corpo cívico, pelo menos em momentos de equilíbrio do sistema” (THEML, 1998, p.40).

parecia socialmente aceitável que os metecos se ocupassem de tais atividades e, em poucos anos, Atenas passou a dominar a produção industrial e mercantil da Grécia, conforme argumenta Espelosín⁵⁰.

Os escravos ocupavam a última posição no ordenamento da polis, formando o grupo desprovido de direitos, privados de liberdade e identificados como objetos que, segundo sua utilidade, eram comercializados em Atenas. A escravidão era entendida como a posse de um bem móvel e “os escravos, *douloi*, eram objeto de direito, não eram considerados como indivíduos, mas como coisa, mercadoria, ferramenta de trabalho moventes e falantes. Podiam ser alugados, receber um *misthoí* e mesmo comprar sua liberdade” (THEML, 1998, p.40).

Em meados do século V a.C., apesar da maior parte dos seres humanos comercializados em Atenas, procederem de regiões da Ásia Menor, devido a consolidação ateniense no Egeu e Mar Negro, homens e mulheres de outras nacionalidades foram levados compulsoriamente ao Pireu. Logo, Austin e Vidal-Naquet afirmam que “qualquer um poderia se tornar escravo, fosse pelos riscos da guerra, pirataria etc. Entre os escravos residentes em Atenas, se encontrava alguns gregos, mas a maior parte era de origem bárbara, especialmente no século IV” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.105). Nesse sentido, Wood sustenta que “é ainda mais evidente que a libertação do campesinato e sua indisponibilidade como mão-de-obra dependente criaram novos incentivos para a escravização de populações não-gregas” (WOOD, 2011, p.55).

Reconhecendo que os escravos compunham o grosso da população ateniense⁵¹, não surpreende encontrar diferenças entre os integrantes desse grupo – começando pelo tipo de atividade e o local em que a desempenhavam.

Os escravos da *ásty*, poderiam ser de natureza pública ou privada, trabalhado em atividades que iam desde a segurança da polis até ofícios artesanais; na *chôra*, atuavam em diversos tipos de tarefas domésticas e, quiçá, trabalhos agrícolas. Malgrado admita que os

⁵⁰ “O grande número de metecos em Atenas foi a causa do determinado impulso comercial e industrial que também a tornou a cidade mais poderosa da Grécia. O Pireu se tornou um dos grandes portos do Mediterrâneo como centro de importação e redistribuição de mercadorias. Muitos metecos até exerciam funções financeiras promovendo o comércio em larga escala por meio de empréstimos. Uma empresa que, se bem-sucedida, fornecia lucros substanciais” (ESPELOSÍN, 2011, p.186).

⁵¹ “[...] na idade de ouro da democracia, segundo certas estimativas, o número de escravos devia rondar os 110.000 numa população total, na Ática, de 310.000 habitantes, dos quais 172.000 eram cidadãos livres e suas famílias (o número de cidadãos com plenitude de direitos, então, devem ter sido cerca de 30.000), com outros 28.500 metecos ou residentes estrangeiros na polis de Atenas, livres embora privados de direitos políticos” (WOOD, 2011, p. 55).

escravos da mineração, vivessem sob penosas condições, Espelosín⁵² defende que os atenienses foram senhores generosos. No entanto, Theml sustenta que a escravidão se tornará fundamental para a economia de Atenas, apenas no século IV a.C., quando “possibilitava o jogo social, não por ser a totalidade da força de trabalho, mas por ser uma categoria social de anticidadão, de estrangeiro absoluto, permitindo o desenvolvimento e o destaque simbólico da categoria dos cidadãos” (THEML, 1998, p. 43).

1.4.2 “Daquelas de quem menos se falar⁵³”: as atenienses

Com certeza não podemos atribuir a Péricles, a criação do tradicional modelo ateniense de comportamento feminino, conhecido por seu elogio a modéstia e domesticidade. Em meados do século V a.C., a sociedade ateniense, possuía bastante clareza sobre o que era próprio e esperado das mulheres respeitáveis e, talvez por isso, o estrategista tenha sido frugal em seu “breve conselho” (*H.* 2, 45).

Por certo, a expressão “mulher respeitável” é ambígua em qualquer contexto histórico, especialmente, à vista da abundância de categorias femininas – esposas, concubinas, cortesãs, prostitutas, estrangeiras e escravas – que existiam na Atenas Clássica. De acordo com Helene Foley, esse predicado se aplicava “as mulheres das classes média e alta, sobre as quais as fontes fornecem mais evidências, que idealmente passavam suas vidas em ambientes fechados ou com mulheres da vizinhança próxima, principalmente orientadas para os assuntos domésticos” (FOLEY, 2001, p.8).

Sendo encorajadas a viver com dedicação exclusiva ao lar e a família, atuando como esposas e mães, as atenienses foram proibidas do exercício de qualquer tipo de função política. Nesse sentido, a oportuna afirmação de Claude Mossé sobre a situação jurídica feminina das

⁵² “Eles podiam frequentar o teatro e participar de alguns ritos, como os Mistérios de Elêusis. Suas ocupações nas oficinas de Atenas ou nos campos dificilmente diferiam das dos artesãos e pequenos camponeses livres. Apenas os que trabalhavam nas minas de prata de Laurión recebiam tratamento diferenciado, mais em vista das duras condições em que esse trabalho era realizado, do que por sua condição de escravos. De fato, muitos escravos frequentemente escapavam das minas e buscavam refúgio no santuário de Posêidon, no Cabo Sunião” (ESPELOSÍN, 2011, p.187).

⁵³ (*H.*2, 45)

atenienses, “a primeira palavra que vem à mente é ‘menor’. A mulher ateniense é certamente uma eterna menor, e essa menoridade é reforçada pela necessidade de que ela tenha um guardião, um *kyrios*, ao longo de sua vida” (MOSSÉ, 2016, p.38).

Reconhecendo que as atenienses não atuavam politicamente, seria correto supor que pouco fossem afetadas pelos resultados dos debates e decisões tomadas pela Assembleia; entretanto, a Lei da Cidadania (451 a.C.), acentuou as qualidades que as categorizavam.

Em termos de hierarquia social, as mulheres cuja filiação fosse duplamente ateniense, ocupavam precedência sobre as demais; evidentemente, não se tratava de um grupo homogêneo, dado que poucas contavam com os privilégios da riqueza e linhagem, enquanto a maior parte das atenienses não dispunha de tais atributos.

Como vimos, organização de Atenas em meados do século V a.C. apresentava fortes reminiscências da divisão censitária soloniana, mensurando a classe econômica a partir de três categorias militares – cavalaria, hoplitas e infantaria ligeira⁵⁴. Por certo, a cidadania não estava condicionada pela situação econômica individual, entretanto é inegável que a posse de riquezas atuasse como um elemento de distinção entre os homens e, conseqüentemente, das mulheres enquanto suas dependentes.

No entanto, a sociedade ateniense de meados do século V a.C., dispunha de outras variáveis para distinguir a parcela feminina da população que habitava a polis, como indica Fabio Lessa “condição social (‘bem-nascidas’ ou pobres), *status* social (livres ou escravas), função social (esposas ou prostitutas) e o estatuto legal (esposas de cidadãos, esposas de *métécoi* ou concubinas)” (LESSA, 2004, p. 26).

De fato, se tratava de categorias rígidas para um grupo que ocupava uma posição tão ambígua na comunidade: se excluídas da vida pública, eram seus corpos que carregavam os futuros cidadãos; não possuíam direitos políticos, mas deviam contribuir para a prosperidade espiritual da polis, tomando parte das celebrações cívico-religiosas. Normativamente proscritas e indiretamente assimiladas, a existência contraditória das mulheres foi marcada por tensões e ajustes frente a dominação masculina que vigorava em Atenas.

⁵⁴ “Como o estado não fornecia o equipamento completo de armas e armadura, os três tipos de forças militares (cavalaria, hoplitas e infantaria ligeira) representam três classes econômicas diferentes. Ter cavalos era então, como agora, um negócio dispendioso e os cavaleiros (*hippeís*) eram os homens mais ricos da cidade [...] O equipamento hoplita tampouco era barato e os hoplitas, em Atenas, vinha da terceira classe censitária de Sólon os chamados *zeugítai*, originariamente homens ricos o bastante para possuírem uma junta de bois. Finalmente, os cidadãos mais pobres, eram os *psiloi* (literalmente, ‘despidos’)” (JONES, 1997, p. 261).

Dentre as principais formas de controle social impostas as atenienses, o matrimônio era apresentado como o principal meio de realização feminina e, “toda mulher respeitável na Atenas clássica (ca. 480-323 AEC) se tornaria esposa se pudesse; não se casar, como argumenta Medeia, não oferecia nenhuma alternativa real” (FANTHAM et al, 1994, p. 69). De acordo com Marta Andrade, “a cidade exclui do poder a mulher, mas integra o feminino, submetido, pela via do casamento legítimo, e da religião” (ANDRADE, 2001, p. 35).

Ao completar sete anos, as crianças atenienses abandonavam a infância e para iniciarem os processos ritualísticos de socialização na polis, estabelecidos segundo seu sexo biológico. Se tratando das meninas, a puberdade era associada a um estado de violência e rebeldia, e “os atributos salutares da ‘mulher’ tendiam a ser associados as suas qualidades reprodutivas, a *gyné*, e os valores perniciosos foram relacionados a jovem solteira” (KING In McCLURE, 2002, p. 79). Semelhantemente, Louise Zaidman ressalta que “os mitos repetem-no à saciedade: as jovens são éguas indomáveis. Se o casamento é a última etapa de sua domesticação, é desde os sete anos que as rapariguinhas entram no processo que fará delas esposas perfeitas” (ZAIDMAN In DUBY; PERROT, 1990, p.415).

Conquanto um dos principais eventos da existência de qualquer jovem ateniense, é sintomático que sua anuência fosse tão desdenhada, quando era seu futuro que estava sendo decidido. Especialmente, quando lembramos que a noiva, uma jovem entre 13 ou 14 anos, seria dada a um homem, até então desconhecido, com o dobro de sua idade.

Todos os arranjos matrimoniais deveriam ser realizados pelo pai da jovem ou, em sua ausência, por um *kúrios* (κύριος⁵⁵), que escolhia o pretendente segundo seus próprios critérios, embora o “costume estabelecia que um dote equivalente à condição econômica do pai deveria ser fornecido para a manutenção de uma mulher” (POMEROY, 1999, p. 79).

Se tratando de jovens eupátridas, seu matrimônio era visto como uma oportunidade para que sua família firmasse alianças políticas ou aumentasse sua fortuna – a felicidade conjugal da noiva, não era priorizada. Dotar adequadamente uma jovem, garantia em parte que seu matrimônio fosse realizado com êxito, pois dotes generosos costumavam atrair jovens ricos e influentes – geralmente de famílias com as quais existia uma prévia intimidade, “entre as classes altas, pelo menos, os padrões de casamento em Atenas se tornaram cada vez mais endógamos,

⁵⁵ Conforme o DGP (vol.3, p.103) “que tem autoridade *ou* poder; que dispõe de; que é dono de; que tem poder para; que é capaz de”.

e os maridos podem nem sempre eram completos estranhos para suas esposas” (FANTHAM et al, 1994, p.70).

Entre os atenienses, o matrimônio possuía um caráter essencialmente contratual, pois compreendia a entrega de uma jovem e bens materiais, por um parente masculino autorizado, a outro homem. De acordo com Mossé, a “*engýe* era uma espécie de contrato feito entre duas ‘casas’, um compromisso oral perante testemunhas pelo qual o pai ou tutor da jovem a entrega ao futuro marido” (MOSSÉ, 2016, p. 39). Segundo François Lissarrague, este acordo firmado entre homens consistia na “transferência propriamente dita da noiva que constitui a realização do casamento, na qual se efectiva a união, gamos, do casal. Por meio desta transferência a noiva muda de *oikos*, e também de senhor, *kyrios*, passando do pai para o marido” (LISSARRAGUE In DUBY; PERROT, 1990, p. 206).

Com a formalização do vínculo matrimonial, a jovem esposa passava a residir junto ao seu marido e, dentre suas novas atribuições, se esperava que atuasse de modo a contribuir para aumentar a prosperidade do *oikos* conjugal. Isso ocorria de duas formas, a dizer, no desempenho das atividades de manutenção do lar e na concepção de crianças legítimas.

Malgrado sua condição econômica, todas as atenienses eram educadas para conhecer os ofícios domésticos cuja execução, na Antiguidade, se achavam intimamente associados as mulheres. Considerando as origens da organização social do trabalho, Maria de Fátima Silva salienta que “um dos seus encadeamentos naturais o liga ao sexo, na medida em que sempre tendeu a ser distinta a expectativa coletiva perante o trabalho do homem e da mulher” (SILVA, 2007, p.182).

No *Econômico* (ca. 362 a.C.), Xenofonte argumenta de que a constituição física e mental das mulheres as tornava adequadas aos trabalhos de ambientes internos, enquanto os homens eram naturalmente compatíveis a trabalhos realizados no exterior. Conforme observa Sian Lewis, “não é de surpreender que sua definição do papel feminino envolva a permanência da esposa dentro de casa, tendo como principal ocupação sua organização” (LEWIS, 2002, p.113).

A divisão das atividades necessárias ao funcionamento da polis, foram baseadas no binarismo da anatomia humana que, em suas últimas consequências, forjaram os diferentes modelos de comportamentos que passaram a caracterizar as identidades sociais dos homens e das mulheres. Acreditamos que a noção de identidade de gênero, conforme assinalada por Ruth

Martí⁵⁶, pode nos auxiliá-la a compreender as características e atitudes atribuídas aos sexos na sociedade ateniense⁵⁷.

Era esperado que uma esposa dominasse os conhecimentos especializados para realizar os trabalhos de utilidade premente, ou seja, garantir a vestimenta e alimentação do grupo familiar que, para tanto, poderiam demandar a compra ou produção de certas matérias-primas. Conforme afirma Lessa, “a tecelagem, a fiação, a culinária, a própria administração interna do *oikos* pressupunha a existência de um saber feminino específico – *téchne*” (LESSA, 2004, p.34). À vista disso, Lewis sustenta que “o trabalho com lã, a expressão canônica do trabalho doméstico feminino, o cuidado dos filhos e a administração da casa foram tarefas altamente valorizadas, enquanto outras atividades foram frequentemente desconsideradas ou omitidas” (LEWIS, 2002, p.117). Pomeroy, assinala que “as mulheres, independente da classe, trabalhavam principalmente na casa, com o propósito de guardá-la. Também cuidavam dos filhos, escravos doentes, fazendo roupas e preparando comida. Este último, foi considerado um trabalho exclusivo para mulheres” (POMEROY, 1999, p.89).

Ainda quando, os critérios da educação feminina fossem orientados para o desempenho das atividades de manutenção⁵⁸ e cuidados com a família, o pertencimento a uma classe ou outra, influenciava diretamente na maneira como estas atividades seriam realizadas, ou seja, supervisionar o trabalho alheio ou executá-los pessoalmente. Portanto, Mossé⁵⁹ salienta que

⁵⁶ “Essa bipolaridade de identidades serviu de arcabouço intelectual e afetivo, a partir do qual foram abordadas as diferentes funções sociais de homens e mulheres, quando a atividade econômica não era intensa e, embora a especialização do trabalho não fosse generalizada a todos os membros do grupo social, as mulheres eram relegadas ao papel de ‘cuidadoras’ e ‘provedoras de afeto’ para os filhos e todos do grupo social. Assim, entendemos que a identidade de gênero masculina continha a individualidade em si, porém, a identidade de gênero feminina era, em essência, relacional e coletiva, resultando em contradição com o desenvolvimento da individualidade” (MARTÍ, 2002, p. 62).

⁵⁷ “No discurso ateniense sobre a diferença e complementaridade entre os gêneros, feminino e masculino delimitam-se pelas funções da procriação e da guerra, respectivamente. Essas duas funções abrem, no entanto, um campo bastante mais amplo, em que se separam homens e mulheres. A figura feminina encontra-se ligada ao que é estável: interior da casa, tesouro doméstico, zelo com os bens, cuidados com os filhos. A figura masculina liga-se, ao que é móvel: exterior da casa, assuntos relativos à cidade (política), acumulação de riquezas” (ANDRADE, 2001, p. 89).

⁵⁸ “Atualmente, muitas pesquisadoras têm tentado desenvolver um arcabouço teórico e metodológico para a estudo das atividades de manutenção [...] consideram o conceito de manutenção em sentido amplo, o definindo como o conjunto de atividades relacionadas à manutenção e bem-estar dos membros de um grupo social, de modo que as atividades de manutenção incluem todas as atividades cotidianas como preparação, distribuição, consumo e armazenamento de alimentos, cuidados, saúde, higiene e proteção de todos os membros do grupo e, em geral, todas as atividades relacionadas à socialização” (MARTÍ, 2002, p.218).

⁵⁹ “A ateniense de boa família ficava em casa, rodeada de empregadas, e só saía para cumprir seus deveres religiosos. Pelo contrário, a mulher da cidade era obrigada pela necessidade a sair de casa para ir ao mercado,

embora o estatuto legal das mulheres atenienses fosse único, em termos de realidade socioeconômica, haviam notáveis diferenças.

Tal como as rainhas e princesas do passado, na Atenas do século V a.C., uma esposa eupátrida era responsável por um grande *oïkos*, devendo administrar as servas que realizavam todas as atividades domésticas. Por outro lado, se aplicava diretamente a fiação e tecelagem, ocupações apropriadas a sua condição de esposa “bem-nascidas”, de acordo com a expressão usada por Lessa, “a tecelagem, a fiação e as atividades de organização, além de nos conduzir às intimidades do gineceu, à toailete feminina e à convivência em grupo” (LESSA, 2004, p.41). Para essa classe socioeconômica de mulheres, fiar e tecer, eram tarefas que expressavam sua feminilidade e virtude, um afazer prazeroso que evocava a tranquilidade da vida familiar.

Entre as esposas da classe intermediária, o ônus das responsabilidades domésticas recaía com maior força, mesmo entre aquelas cujos maridos possuíssem recursos para, eventualmente, adquirirem escravos ou contratar mão-de-obra livre. Dada a impossibilidade de delegarem a execução de tarefas como o preparo dos alimentos, confecção do vestuário, cuidado dos filhos e administração patrimonial, as executavam pessoalmente conforme assinala Silva⁶⁰.

Os trabalhos realizados pelas esposas dos *thêttai*, não se restringiam aos limites do *oïkos*, sendo necessário que levassem suas habilidades para a esfera pública em troca de remuneração. Embora, frequentemente, oferecessem serviços que emulavam suas obrigações domésticas - fabricação e lavagem têxtil, venda de alimentos e cuidados de crianças, algumas mulheres *thêttai* poderiam atuar como parteiras, vendedoras, pequenas artesãs ou ainda, agricultoras sazonais.

Se para as bem-nascidas, os trabalhos com a lã figuravam como expressão das mais elevadas virtudes femininas, para as *thêttai*, eram meios para contribuir com a renda familiar “a produção de roupas como sendo mais do que apenas para uso imediato; roupas também eram

inclusive, como atestam as alegações do século IV, para aumentar os recursos da família com um mísero salário de ama de leite” (MOSSÉ, 2016, p.45).

⁶⁰ “É por suas mãos que está assegurada uma rotina, constante e necessária (*Ec.* 215-23b): ‘mergulham as lãs em água quente, à moda antiga [...]. Fazem os grelhados, sentadas, como dantes; trazem fardos à cabeça, como dantes; cozem o pão, como dantes’. Sem a interposição de governantas, são também elas que, a parda execução prática da lida doméstica, chamaram a si a administração e a autoridade sobre a despensa (*Th.* 418-23) e a organização da casa (*Ec.* 211-2). Até as tarefas, outrora reservadas a escravas, que exigem a exposição fora de casa, começam a competir também às mulheres de família” (SILVA, 2007, p.199-200).

um meio de armazenar riqueza que poderia ser liquidada em uma crise, ou (no caso dos pobres) para venda imediata” (LEWIS, 2002, p.118).

De qualquer modo, é possível verificar que o desempenho dessas atividades fazia com que essas esposas transitassem simultaneamente entre os espaços público e privado, pois trabalhar em troca de pagamento, não as eximia de cumprir suas obrigações familiares. Conforme observa Fantham et al⁶¹, a completa reclusão doméstica da esposa ateniense, dependia das condições materiais do *oikos* (οἶκος⁶²) de seu marido.

Como vimos, em termos de normatividade social, identificamos a existência de um discurso dominante que vinculava a idoneidade das atenienses a sua permanência nos limites do *oikos*, exceto pelas ocasiões de participar dos festejos cívicos-religiosos da polis. Embora reconheça que diversos autores áticos defendiam o modelo do encerramento feminino, Lissarrague⁶³ salienta a impossibilidade de projetar a oposição masculino/feminino na dupla dimensão do espaço figurado, exterior/interior.

De fato, em situações ideais, a natureza do trabalho realizado pelas esposas – fosse a gerência ou execução das atividades de manutenção do lar – por si só bastaria para mantê-las ininterruptamente no *oikos*. Todavia, devemos salientar a existência de uma relação direta entre o propalado modelo do encerramento feminino e o desejo de assegurar a legitimidade da prole, conforme observado por Fantham et al⁶⁴.

Tendo em vista que o propósito fundamental do matrimônio, consistia na concepção de crianças legítimas que herdariam a propriedade familiar, podemos identificar o pragmatismo

⁶¹ “As mulheres de famílias pobres às vezes tinham que trabalhar fora de casa. (Aristóteles observa na *Política*, 1300a, que nas democracias é impossível impedir que as mulheres pobres saiam quando desejam.) Demóstenes, 57.45, se refere a um período em que as mulheres cidadãs eram forçadas a se tornarem amas de leite, trabalhadoras de lã ou colhedoras de uvas, ‘devido aos infortúnios da cidade naqueles dias’ (FANTHAM et al, 1994, p.109).

⁶² Conforme o DGP (v.3, p.217), “casa; residência; bens da casa; patrimônio; herança”.

⁶³ “De facto, o mundo feminino, na perspectiva dos pintores, não está totalmente encerrado no gineceu. Uma série completa de imagens, cuja interpretação é muito discutida, representa mulheres na fonte. Mas põe-se a questão de saber qual é o estatuto dessas mulheres. Partindo da ideia preconcebida de que as mulheres não saem de casa, conclui-se que eram escravas. Mas as indicações neste sentido são muito raras: poucos elementos gráficos distinguem a senhora da serva e a mulher livre da escrava” (LISSARRAGUE In DUBY; PERROT, 1990, p. 243-44).

⁶⁴ “Os processos judiciais sobre o tema do adultério ou sobre a violação das leis do casamento nos dão uma boa ideia das preocupações masculinas com a honra e a legitimidade dos seus filhos, o que levou ao confinamento das mulheres no *oikos* e as relações complexas que poderiam se desenvolver entre mulheres de diferentes condições sociais na família” (FANTHAM et al, 1994, p.109).

oculto por traz do elogio comunitário a esposa que vive exclusivamente para os assuntos domésticos. De acordo com Foley, “a lei ática e a sociedade regulavam publicamente a castidade, o adultério e a fertilidade das esposas para controlar as principais ameaças ao sistema conjugal” (FOLEY, 2001, p.70).

A infidelidade feminina era considerada extremamente ameaçadora a ordem da polis porque, em âmbito público, colocava em risco a concessão do direito à cidadania e, na esfera privada, comprometia a legitimidade da transmissão da herança. Nesse sentido, Pomeroy afirma que “o adultério era uma ofensa pública, pois resultava na introdução de uma criança ilegal no casamento – possivelmente, filhos de não-cidadãos – e na casa do marido, cultos familiares e na comunidade dos cidadãos” (POMEROY, 1999, p.104-05).

Entendemos que os legisladores de Atenas, simultaneamente, exigiam e ofertavam meios para que a honra masculina fosse reparada: o *kúrios*, poderia vender a jovem como escrava, o marido indispensavelmente deveria romper o vínculo matrimonial e, no caso de flagrante, se achava autorizado a matar o amante da esposa. A vista disto, Fantham at al⁶⁵ traz o exemplo do relato feito pelo orador Lísias (459 - 380 a.C.), sobre os perniciosos desdobramentos referentes a sedução de uma jovem esposa.

Enquanto as jovens carregariam uma mácula social de difícil remoção, as esposas adúlteras tinham seu matrimônio sumariamente extinguido e eram proibidas de participar das celebrações da polis. Contudo, Foley afirma que comparado as punições impostas as mulheres de outras sociedades antigas, as atenienses aparentam terem sido consideravelmente poupadas, pois “não podiam ser condenadas à morte, mas eram impedidas de participar de atividades religiosas públicas (o equivalente a *atímia* ou privação de direitos, para os homens) e às vezes, mas nem sempre, permaneciam solteiras” (FOLEY, 2001, p.70). De forma semelhante, Lewis⁶⁶

⁶⁵ “Na história contada no discurso de tribunal, escrito pelo orador Lísias no primeiro quartel do século IV, uma jovem esposa foi seduzida apenas depois que o sedutor a avistou no funeral de sua sogra. (Uma viúva idosa que tivesse um filho poderia continuar a viver com ele, mesmo depois de casado.) O marido, Eufileto, assassinou o sedutor de sua esposa, um homem chamado Eratóstenes” (Op.cit. p.113).

⁶⁶ “As leis relativas às esposas adúlteras em Atenas oferecem um paralelo interessante: as penalidades impostas às esposas que cometiam adultério, demonstravam preocupação em assinalar visualmente seu estatuto – elas não deveriam participar de festas públicas com as outras mulheres, nem usar roupas finas e joias em público e, se o fizessem, poderiam ser despidas e espancadas. Seguramente, isso ocorria pelo entendimento de que a mulher adúltera devia ser marcada artificialmente: ‘ser infiel’ é algo que não pode ser visto por si mesmo” (LEWIS, 2002, p. 186).

relata sobre uma forma de penalização coletiva, cujo caráter visual tencionava indicar a perda da condição de esposa.

Todos os esforços do discurso oficial para regular a circulação e os corpos das mulheres, buscavam assegurar uma prole legítima e, prioritariamente, masculina. Antes de ser entendida como consequência da vida matrimonial ou um privilégio íntimo, a maternidade era um dos principais deveres da esposa para com o *oikos* do marido.

A experiência da primeira maternidade implicava em desdobramentos individuais e coletivos, sendo acompanhada de uma série mudanças na vida da jovem mãe. Conforme salienta King, “em uma sociedade na qual as mulheres eram valorizadas, sobretudo, por suas capacidades reprodutivas, é de se esperar que um evento biológico ou uma série de eventos fossem utilizados para marcar a entrada na categoria ‘mulher madura’ (KING In McCLURE, 2002, p. 80).

Durante os anos iniciais da vida conjugal, vivendo a transição entre a *parthenos* (παρθένος⁶⁷) que deixou de ser e a *gynê* (γυνή⁶⁸) que aspira se tornar, a jovem recém-casada se acha na condição intermediária de *nýmpe* (νύμφη⁶⁹) e, como tal, estava autorizada a desfrutar plenamente dos prazeres do leito. Possivelmente, o período como *nýmpe* era um breve e insólito momento de indulgência social para a sexualidade feminina, dado que o casamento, antes de promover a felicidade dos conjugues, objetivava a concepção de filhos legítimos.

Somente após dar à luz a primeira criança de seu marido, especialmente se fosse um menino, conferia a jovem o pleno reconhecimento de sua condição social na polis – esposa legítima. No entanto, Zaidman afirma que “a jovem esposa não é ainda uma mulher completa. Uma palavra designa seu estatuto entre a *parthenos* e a *gynê*: *nýmpe*, aquela que ainda não deu à luz. Só o nascimento do primeiro filho lhe dará o nome reservado às mulheres completas” (Zaidman In DUBY; PERROT, 1990, p.448).

⁶⁷ De acordo com o DGP (vol.,1 p.192) “mulher; esposa”.

⁶⁸ Segundo o DGP (vol., 4, p.38), “moça virgem; moça solteira; filha solteira”.

⁶⁹ Consoante o DGP (vol., 3, p.204), “noiva; a recém-casada”.

1.5 Teatro e Tragédia

Localizado na encosta sul da Acrópole, desde sua construção por volta de 560 a.C., o Teatro de Dioniso ocupou uma posição de destaque na paisagem central da *ásty* ateniense. Anteriormente, o local abrigava um santuário dedicado a Dioniso Eleutério, onde os atenienses se reuniam para assistir apresentações coletivas de canto e dança – atividades que se achavam sob o patronato dessa divindade.

A exitosa introdução do culto ao “deus em mortal transfigurado” (*As bac.* 4), no centro urbano da polis, se somou as manobras de Pisístrato (*ca.* 600 – 527 a.C.), para conquistar e manter o apoio dos distritos rurais da Ática – fundamentais em sua disputa pelo poder contra a aristocracia fundiária. Ao estabelecer a residência de Dioniso na tradicional área sagrada de Atenas, Pisístrato dispensava honrarias aos seus partidários e se colocava como arauto da religião e a arte.

Destarte, sob a proteção de Dioniso, diversas apresentações artísticas passaram a ser realizadas no sopé da Acrópole: música, dança e recita poética, ofereciam aos populares de Atenas um entretenimento virtuoso e balsâmico, frente as agruras cotidianas. Jaeger Werner observa que os tiranos contribuíram expressivamente para a “elevação da cultura geral de seu tempo. Afirmou-se que o grande desenvolvimento das festas religiosas e o interesse pelas artes, característico dos tiranos gregos, brotava apenas do designo de afastar da política as massas” (WERNER, 2002, p. 278).

Quando as competições poéticas foram introduzidas nos festivais religiosos atenienses, os ditirambos se achavam entre os diversos gêneros desempenhados para a satisfação e benefício dos espectadores. Tradicionalmente conhecido como uma forma de poesia lírica, o ditirambo era executado por coral cíclico masculino cujo repertório poético recontava episódios míticos e aspectos do culto dionisíaco. Embora reconheça a escassez de informações remanescentes sobre o ditirambo, Bernd Seidensticker⁷⁰, aponta algumas de suas especificidades.

⁷⁰ “[...] sabemos, no entanto, que cada coro era composto por cinquenta homens que cantavam e dançavam em roda (ou rodas) enquanto o tocador de aulos, que fazia o acompanhamento musical, ficava no meio. Os membros do coro não usavam máscaras nem fantasias, como em apresentações de tragédia e comédia, mas vestimentas festivas e coroas. Sua dança circular (*kuklios choros*; o termo técnico *turbasia* também é atestado) era, aparentemente, muito animada [...]” (SEIDENSTICKER In GREGORY, 2005, p.38-39).

Malgrado a popularidade da poesia ditirâmbica, gradualmente, seus corais iniciaram a realizar alterações, em termos de conteúdo e execução, que culminaram em uma modalidade de espetáculo de dança coral que passou a ser conhecida como *drama* (δρᾶμα⁷¹). Nesse sentido, Scott Scullion⁷² observa que, malgrado seus esforços para identificar a origem do drama, Aristóteles foi vago ao relacioná-lo ao ditirambo. Por outro lado, Alan Sommerstein⁷³ defende que as primeiras apresentações dramáticas, teriam ocorrido por volta do século VI a.C., no nordeste do Peloponeso. E, Pierre Grimal afirma que “antes da tragédia, o teatro grego conheceu o ditirambo, declamação lírica apresentada a um público por um coro, com acompanhamento musical, evocando os feitos de Dionísio e de outros deuses e heróis” (GRIMAL, 1994, p. 11).

Embora não fosse uma divindade desconhecida na Ática⁷⁴, Dioniso era associado aos domínios da vegetação, vinho e festividade, mas também ao êxtase e a desmedida. Que o deus fosse cultuado na *chôra*, onde sua influência junto ao meio natural era avidamente invocada, não traz surpresa. Por outro lado, para os habitantes da *ásty*, é possível que os atributos da loucura divina⁷⁵ de Dioniso parecessem inadequados ao meio urbano, comumente associado as instituições, normas e ao comportamento moderado.

No entanto, mesmo a comunidade urbana, possuía um extenso calendário de festas religiosas, dedicadas a promover os estreitar laços da polis com as divindades olímpicas e

⁷¹ De acordo com o DGP (v.1. p. 251), “execução de uma ação; ato; ação; afazer; função; drama; peça de teatro”.

⁷² “A origem da comédia, a partir das canções fálicas é uma conclusão linear, dotada de sentido intuitivo (embora existam alternativas para sua origem, igualmente plausíveis). O papel do ditirambo, no entanto, permanece demandando explicações. Aristóteles diz que a tragédia ‘passou a ser satírica’, mas claramente considerava o ditirambo como seu próprio ‘começo’ (*archê*), sem dúvida porque a tragédia, assim como o ditirambo, utiliza os mesmos elementos formais, canto e dança coral, e conteúdo, o mito heroico” (SCULLION In GREGORY, 2005, p. 26).

⁷³ “Algumas dessas tradições são baseadas em evidências instáveis, mas sua coerência geográfica sugere fortemente que esta área teve um papel vital nas origens do drama grego, embora muito provavelmente Corinto, que por muito tempo foi o centro cultural da região (e a cidade-mãe de Siracusa, onde Epicarmo viveu e trabalhou quando adulto), tenha sido mais importante nesse processo do que as tradições indicam” (SOMMERSTEIN, 2004, p.2).

⁷⁴ “Icária, que teve seu próprio teatro e festival dramático, é o mais dionisiaco dos *demos* áticos, seu nome ligado a Icaro, que recebeu o deus ali e aprendeu com ele a cultivar a vinha e a fazer o vinho” (SCULLION In GREGORY, 2005, p. 32).

⁷⁵ “[...] Dioniso encarna não o domínio de si, a moderação, a consciência dos seus limites, mas a busca de uma loucura divina, de uma possessão extática, a nostalgia de um completo alheamento; não a estabilidade e a ordem, mas os prestígios de uma magia, a evasão para um horizonte diferente; é um deus cuja figura inatingível, ainda que próxima, arrasta seus fiéis pelos caminhos da alteridade e lhes dá acesso a uma experiência religiosa quase única no paganismo, um desterro radical de si mesmo” (VERNANT, 2008, p. 158).

reforçar a solidariedade entre os habitantes da Ática. Dada sua natureza recreativa, as festas políades oportunizavam momentos de subversão da ordem que, em doses homeopáticas, poderiam mitigar as tensões cotidianas e favorecer determinadas ideologias políticas⁷⁶.

Reconhecendo essas e as demais benesses oferecidas por Dioniso, os atenienses lhe consagraram cinco festas – das quais as Antestérias, as Lenéias e as Grandes Dionísias⁷⁷, se tornaram famosas em toda a Grécia.

Segundo os registros documentais, os primeiros dramas trágicos foram representados por volta de 534 a.C., no templo dedicado a Dioniso, durante a primavera, quando Atenas celebrava as primeiras edições das Grandes Dionísias. À vista de que as artes poéticas que antecederam o drama, já se realizavam sob a proteção de Dioniso, seria razoável supor que o primeiro *théatron* (θέατρον⁷⁸) ateniense, fosse estabelecido em seu templo.

O teatro rapidamente foi percebido como um local associado ao devaneio e o engano, porque reservado para assistir a execução da arte dramática – essa sequência de ações que simulam os feitos heroicos do passado. Assim, diante da impossibilidade de desvincular o drama do teatro, ele se converte em domínio de Dioniso, o deus do simulacro⁷⁹.

E, nem mesmo a precoce inclinação pelo solene e o emocional, manifestada pelo gênero trágico, foi capaz de mitigar sua condição de espetáculo artístico que emulava a realidade ou romper sua vinculação a Dioniso⁸⁰. Nesse sentido, Albin Lesky, afirma que “uma tragédia é

⁷⁶ “Em um nível, que poderíamos ser tentados a rotular de seculares, esses festivais eram uma ocasião para descanso, relaxamento e recuperação da exaustiva jornada de trabalho manual que recaía sobre a maior parte dos 200.000-250.000 habitantes da Ática, homens e mulheres, cidadãos e não-cidadãos, escravos e livres, que nesta sociedade radicalmente pré-industrial ganhavam a vida tipicamente cultivando o terreno não especialmente fértil da Ática. Mas as festas também eram religiosas e políticas, ou melhor, políticas porque eram religiosas, já que na antiga Grécia pré-cristã o religioso e o político eram tecidos de pensamento e comportamento, tecidos dos mesmos fios” (CARTLEDGE In EASTERLING, 2003, p. 6).

⁷⁷ “As Grandes Dionísias, caíam no início da boa temporada para a navegação, e atraíam muitos visitantes do exterior; nos dias do Império Ateniense, seus estados súditos enviavam delegações ao festival trazendo seu pagamento anual de tributos, contingentes militares para servir nas campanhas do ano, se houvesse, e um falo para ser carregado na procissão do festival. As Lenéias, pelo contrário, eram frequentadas quase exclusivamente pela população residente da Ática, cidadã e ou não” (SOMMERSTEIN, 2004, p.6).

⁷⁸ Segundo o DGP (v.2. p. 210), “teatro; lugar dos espectadores; auditório; plateia; lugar do espetáculo”.

⁷⁹ “No próprio fêmur Zeus o costurou. E disso ris? Comigo aprende o belo: quando o arrancou da chama do corisco o deus infante, Zeus o pôs no Olimpo. Hera contra maquinou qual faz um deus: um setor do céu seccionado, circum-térreo, fez e deu a Hera, qual penhor da querela, uma cópia de Dioniso” (*As bac.*286-94).

⁸⁰ “Se um dos traços maiores de Dioniso consiste, como pensamos, em misturar incessantemente as fronteiras do ilusório e do real, em fazer surgir bruscamente o Além aqui embaixo, em nos desprender e em nos desterrar de nós mesmos, é o mesmo rosto do deus que nos sorri, enigmático e ambíguo, nesse jogo de ilusão teatral que a tragédia, pela primeira vez, instaura sobre o palco grego” (VERNANT, 2008, p.162).

uma obra literária, que não se destina a adorar um herói, mas a apresentar uma situação humana, aumentada pela perspectiva heroica” (LESKY, 1994, p. 29).

Entendemos que buscar a definição de tragédia (τραγωδία⁸¹) através de sua raiz etimológica, só fará sentido se considerarmos o sofrimento e a morte que o termo evoca, porque o cerne do enredo trágico se achava alicerçado nestas experiências humanas. Conforme assinala Edith Hall, “a tragédia é a representação de um evento grave que envolve sofrimento, que levava os espectadores a sentirem pena do sofredor e temerem que o mesmo, pudesse acontecer com eles” (HALL, 2010, p. 3-4). De acordo com Sommerstein, “as primeiras ideias que podemos traçar sobre a natureza da tragédia parecem concebê-la centrada essencialmente no sofrimento” (SOMMERSTEIN, 2004, p. 15). E ainda, Seidensticker sustenta que “a ação trágica é determinada por um sofrimento físico e/ou mental extraordinário” (SEIDENSTICKER In GREGORY, 2005, p. 43).

Os homens e as mulheres do passado heroico, que a arte dramática revivia no teatro, se tornaram protagonistas da ação trágica por conta de desventuras inesperadas que se abatem sobre sua existência, aparentemente imune aos revezes da fortuna. Sua desgraça é resultando não de um grave desvio de caráter, mas em decorrência de um erro de julgamento frente as adversidades da vida.

A tragédia desvelou a fragilidade da condição humana em toda a plenitude de sua crueza isonômica, quando até mesmo um rei ou princesa deveriam responder por suas ações irrefletidas. Nesse sentido, Hall⁸² assinala a impressão dos espectadores ao testemunharem as agruras enfrentadas pelas personagens trágicas e, do mesmo modo, Lesky⁸³ menciona que a audiência se compadece diante de tribulações descabidas. E ainda, Neil Croally⁸⁴ salienta que

⁸¹ De acordo com o DGP (v.5. p. 137) “canto do bode, *i.e.*, canto religiosos que acompanhava a imolação do bode nas festas de Baco; tragédia; ação de encenar a tragédia; acontecimento trágico, *i.e.*, acontecimento infeliz e impressionante”

⁸² “Os espectadores sentem pena do sofredor que está sendo personificado — Édipo ou Orestes, por exemplo. Se a tragédia funcionar corretamente, eles também sentirão medo, pois perceberão que algo semelhante poderia perfeitamente acontecer com eles; o medo nasce do reconhecimento da incontornabilidade das forças da vida humana que trouxeram o sofrimento às suas vítimas” (HALL, 2010, p. 6).

⁸³ “Daí resulta a exigência do bastante citado caráter ‘médio’, um conceito que só com muito trabalho conseguimos aplicar às personagens da tragédia grega, mas que encerra a exigência acertada que a verdadeira tragédia deve deixar sempre aberta a possibilidade de relação com o nosso próprio ser” (LESKY, 1996, p. 43)

⁸⁴ “A *Oresteia*, digamos, com seu tratamento dos temas da justiça e da função social da linguagem, ou a *Antígona* de Sófocles, com seu exame da natureza da autoridade política, ou a *Medeia* de Eurípides, com seu poderoso retrato das relações entre os sexos, ou suas *Troianas*, com seu exame dos efeitos da guerra, todos

os sofrimentos vividos pelas personagens trágicas, em muito se aproximavam de situações conhecidas pela audiência políade.

Se em termos espirituais, o drama teatral trágico, se encontravam sob a proteção de Dioniso, do ponto de vista secular, era a polis dos atenienses que viabilizava os meios materiais para a realização desses espetáculos.

Em meados do século V a.C., apesar da indiscutível popularidade do teatro, o drama trágico, se encontrava fortemente inserido na realidade política atenienses, “em uma cidade peculiarmente governada (em ambos os sentidos) pelo uso da palavra falada em espaços públicos, o teatro ateniense foi, talvez, previsivelmente dominado por debates antagônicos” (CARTLEDGE In EASTERLING, 2003, p. 13). De modo semelhante, Sommerstein acentua que “a tragédia do século V está, no entanto, constantemente preocupada com questões que são políticas em sentido amplo, em razão de sua importância para a que vitais para a vida humana em uma sociedade como a polis” (SOMMERSTEIN, 2004, p. 21) E Croally enfatiza que “a tragédia ática do século V foi política; era principalmente um discurso da polis” (CROALLY In GREGORY, 2005, p.68).

A vista de que a tragédia ateniense, retratava as diversas contradições da existência humana, realizaremos uma abordagem das versões sofocliana e euripidiana de *Andrômeda* com o intuito de identificar elementos da conectividade entre a Grécia e Cuxe, tomando a protagonista trágica como um ponto de partida para caracterizar a mulher da realeza meroíta. Acreditamos que, nas duas tragédias, Andrômeda foi representada de modo a evocar elementos da cultura feminina cuxita e grego, que favoreceu a construção de um modelo ideal de comportamento para as atenienses.

1.5.1 *Andrômeda* de Sófocles (ca. 442 a.C.)

O registro mais remoto sobre o mito de Andrômeda, data do século VI a.C., conforme o testemunho iconográfico da ânfora de Berlim⁸⁵, que ilustra “Perseu atacando o monstro marinho

demonstram a aguda preocupação da tragédia com os problemas enfrentados pelos cidadãos atenienses (e citei apenas alguns exemplos)” (CROALLY In GREGORY, 2005, p.66).

com pedras que Andrômeda lhe trazia, pois segundo a primeira tradição, ela não teria sido acorrentada, mas se oferecido pela salvação do país” (MARIJOAN, 1968, p. 65).

Figura 1 – *Ceto, Perseu e Andrômeda*



Localização: Museu Altes, Coleção de Antiguidades, Berlim, Alemanha. Inv. F 1652. Temática: Indeterminada. Proveniência: Cerveteri, Itália. Forma: Ânfora em forma de barriga. Estilo: Figuras negras. Pintor: Não atribuído. Data: ca. 550 a.C. Indicação Bibliográfica: Von Göttern und Menschen - Bilder auf griechischen Vasen (2010) Nr. 10 (U. Kästner). Acesso: <https://id.smb.museum/object/685799/korinthische-bauchamphora>

Conquanto fizesse dos heróis do passado os protagonistas de suas tragédias, Sófocles não se tornava refém de qualquer rigor canônico, postura que consideramos relacionada a sua capacidade de surpreender a audiência do Teatro de Dioniso, apresentando finais insólitos para episódios míticos amplamente conhecidos.

⁸⁵ A análise completa dos vasos de cerâmica, se encontra no Apêndice C – Grade de Análise Semiótica (pp.265).

Assim, Sófocles apresentou uma versão diferente⁸⁶ para o encontro entre o herói grego e a princesa “etíope”. Cassiopeia, mãe de Andrômeda, comete uma *húbris* (ὑβρις⁸⁷) contra as Nereidas⁸⁸ – em uma versão, a rainha afirma que a beleza de sua filha superava a das deusas; em outra, celebraria sua própria aparência em detrimento das filhas de Nereu. As deusas ofendidas procuraram Posêidon, clamando pela punição da rainha insolente. Aquiescendo, o deus enviou um monstro para destruir a o reino da “Etiópia”, ao que exigiu a exposição de Andrômeda para dar fim a esse flagelo.

A *Andrômeda* de Sófocles, teria feito sua estreia em Atenas durante as celebrações do festival das Grandes Dionisiacas, ou Dionisiacas Urbanas, por volta de 442 a.C. Possivelmente redigido em linguagem próxima ao estilo coloquial, possuía voltas idiomáticas, figuras retóricas, sintaxe própria e dialética binária. Tal como as demais obras sofoclianas, fazia uso da esticomitia e do diálogo triangular – três personagens conversando entre si. Igualmente sabemos que *Andrômeda*, se inscrevia na tetralogia que narrava a história de Perseu: *Acrísio*, *Dânae* e *Os larisseus*.

Entretanto, quando se pretende sistematizar a maneira como Sófocles desenvolveu o mito de Andrômeda e Perseu segundo as convenções do drama trágico ateniense, os especialistas são incapazes de chegar a um acordo. Não se trata de uma controvérsia infundada, mas decorrente das condições em que a obra nos foi legada, “dessa tragédia restam apenas dez curtos fragmentos e só um deles, o *Fr. **133*, vem de um papiro (*P. Oxy.* 2453 fr. 49); todos os demais vêm de citações e testemunhos indiretos” (RIBEIRO JR, 2009, p. 263).

Embora os fragmentos sobreviventes de *Andrômeda*, não mencionem Cassiopeia, as Nereidas, Posêidon ou o monstro, é consensual entre especialistas (PETERSEN, 1904; JEBB, HEADLAM, PEARSON, 1917; MARIJOAN, 1968; DÍOS, 1983;) que Sófocles tenha estruturado seu enredo considerando essas personagens e acontecimentos.

⁸⁶ Em *Histórias* (ca. 440 a.C.), Heródoto menciona a descendência de Perseu e Andrômeda quando, por ocasião da segunda invasão persa, Xerxes teria buscado se aproximar de Argos reivindicando um parentesco entre persas e argivos (*His.* 7,61). Mais adiante, o historiador afirma que Perseu teria ido até a casa de Cefeu, se enamorado de Andrômeda, a desposado e gerado um filho, de nome Perses (*His.* 7,150).

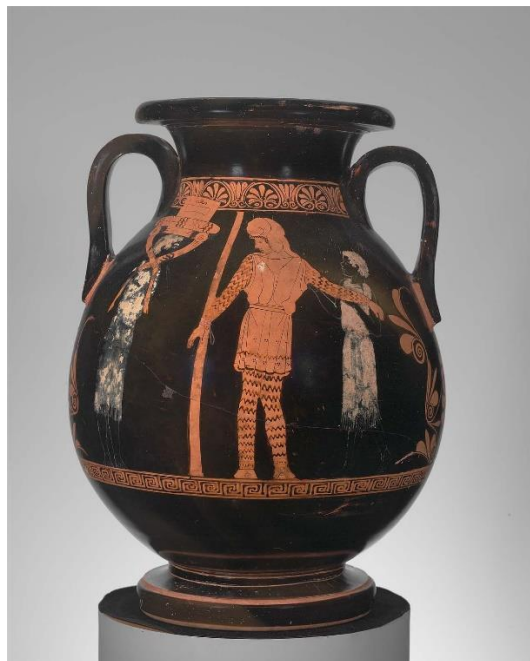
⁸⁷ Segundo o DGP (vol. p.5, 154) “tudo o que ultrapassa a medida; excesso; orgulho; insolência; pensamentos ou atos soberbos; ardor excessivo; arrebatamento; ímpeto; insolência; violência”.

⁸⁸ “Divindades do mar, filhas de Nereus e Doris e netas de Oceanos. Seu número geralmente é definido como cinquenta, mas em alguns relatos eles são considerados como cem [...]As Nereidas viviam no fundo do mar, sentadas em ouro tronos no palácio de seu pai. Eram todas muito bonitas e passavam o tempo fiando, tecendo e cantando” (GRIMAL, 1990, p. 292).

Iniciando a ação, dois ou três atores, recordariam o insulto cometido por Cassiopeia contra as Nereidas e o castigo imposto por Posêidon, que enviara um monstro que devastava o reino dos “etíopes”. A única forma de aplacar a ira divina, seria expondo Andrômeda como vítima sacrificial.

No primeiro episódio, o rei Cefeu e um grupo de servos traziam os objetos para organizar a exposição da princesa e, envolvidos nesses preparativos, foram avistados por Perseu. Assumindo que herói tivesse interpelado rei, sobre a natureza dos trabalhos que gerenciava, Cefeu confessaria se tratar do sacrifício de sua filha, ao que Perseu expressaria um vivido assombro diante da prática bárbara de sacrificar seres humanos aos deuses.

Figura 2 – *A exposição de Andrômeda*



Localização: Museu de Belas Artes, Boston. Inv. 63.6223. Temática: Indeterminada. Proveniência: Grécia, Atenas. Forma: Pélica. Estilo: Técnica de contorno branco, com adição de vermelho e branco. Pintor: Niobid. Data: *ca.* 450 - 440 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <https://collections.mfa.org/objects/153843/pelike>

Figura 3 – *Perseu, Andrômeda e Cefeu*



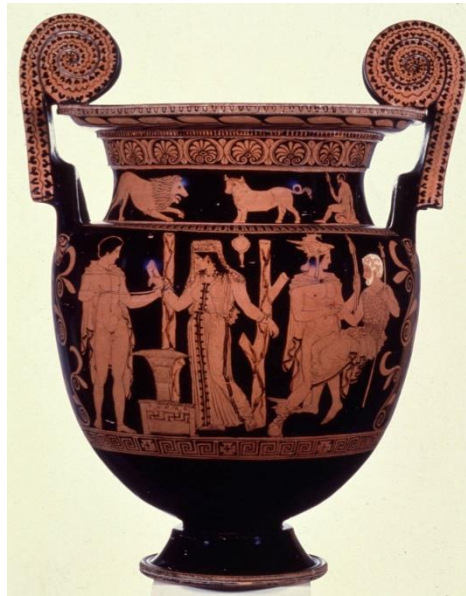
Localização: Museu de Antiguidade Clássica Teece. Nova Zelândia. Inv. 116.71. Temática: Mulheres na arte; arte e mitologia; vestuário e vestimenta, teatro na arte. Proveniência: Apúlia, Itália. Forma: Cratera de sino. Estilo: figuras vermelhas. Pintor: Oficina Dechter. Data: *ca.* 360 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <http://teecemuseum.nz/collection-item/1024305/>

Figura 4 – *Cefeu, Andrômeda e Perseu*



Localização: Museu Antigo e Coleção Ludwing, Basileia. Inv. BS403. Temática: Andrômeda. Proveniência: Atenas, Grécia. Forma: Cratera de cálice. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Cleofon atribuído por Beazley. Data: ca. 475-425 a.C. Indicação Bibliográfica: Beazley, J.D., *Attic Red-Figure Vase-Painters*, 2nd edition (Oxford, 1963): 1684.15BIS, 1708 Beazley, J.D., *Paralipomena* (Oxford, 1971): 456. Acesso: <https://www.beazley.ox.ac.uk/xdb/ASP/recordDetails.asp?recordCount=8&start=0>

Figura 5 – *Fineu, Andrômeda, Perseu e Cefeu*



Localização: Museu J. Paul Getty, Califórnia, Estados Unidos. Inv. 85.AE.102. Temática: Indeterminada. Proveniência: Itália, Apúlia. Forma: Cratera com volutas. Estilo: Figuras vermelhas com adição de cores. Pintor: Sísifo. Data: ca. 430 - 420 a.C. Indicação Bibliográfica: “Recent Acquisitions”, *Getty Museum Journal* 14 (1986), p. 193, no. 61 (ill.); Trendall 1989, p. 26, ill. 44; Trendall & Cambitoglou 1991, no. 1/90a. Acesso: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Malibu+85.AE.102&object=Vase>.

Em certa altura desse diálogo, Perseu manifestaria consternação acerca dos males que se abatiam sobre Cefeu e sua família, quando se avistaria Fineu, prometido de Andrômeda que, entre pesaroso e conformando, trazia presentes funerários para sua noiva. Ocorreria um enfrentamento entre os dois jovens, “a disputa entre Fineu, o bárbaro covarde que abandona sua noiva, e Perseu, o herói helênico, que lutará por ela e a conquistará” (PETERSEN, 1903, p. 108).

Figura 6 – Fineu, Cefeu, seu séquito e Perseu



4.a



4.b

Localização: Museu Britânico, Londres, Inglaterra. Inv. 1843,1103.24. Temática: Figura/criatura mítica; mitologia clássica. Proveniência: Itália, Etrúria, Vulci. Forma: Hídria. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Disponível. Data: ca. 440 a.C. Indicação Bibliográfica: Bérard, C. 2000, 'The image of the Other and the foreign hero', in B. Cohen (ed.), *Not the Classical ideal. Athens and the construction of the Other in Greek art* (Leiden: Brill), 390-412. Acesso: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1843-1103-24

Nesse episódio, aconteceria o *ágon* (ἀγών⁸⁹) entre Fineu e Perseu, quando o príncipe bárbaro teria lançado mão de alguns argumentos para se justificar perante o estrangeiro, aludindo a impossibilidade de enfrentar um monstro marinho. Por certo, o herói desdenharia da fraqueza de seu oponente. Para Marijoan, “é provável que Perseu não tenha ameaçado o príncipe com muita violência, mas ele não conseguiu esconder sua fraqueza e preferiu desistir de sua noiva para não arriscar sua vida” (MARIJOAN, 1968, p. 66).

Em seguida, Andrômeda seria conduzida até o local de seu sacrifício, se lamentando por seu infeliz destino. Conforme Petersen, “esta seria a crise em que Perseu poderia ter visto Andrômeda pela primeira vez e, como Fineu dava sua noiva como morta, Perseu poderia cortejá-la e, Andrômeda se comprometer com ele, em troca do resgate prometido” (PETERSEN, 1903, p. 109).

Fineu, ao saber que a princesa se encontrava a salvo, retornaria ao palco para a reivindicar, embora Cefeu tivesse concordado em dar a filha em casamento ao seu salvador.

⁸⁹ Segundo o DGP (vol.1, p. 10-11) “jogo; competição; concurso; combate; luta; litígio; veemência do discurso ou do argumento”.

Insatisfeito e ressentido com tais eventos, Fineu agiria para prejudicar a união dos enamorados, “mas sabemos que a história termina bem para eles e que Fineu morre, embora não possamos sequer conjecturar como isso teria acontecido” (PETERSEN, 1903, p. 109).

Estudando o conjunto remanescente obra sofocliana, identificamos paralelos entre o comportamento de Andrômeda e outras protagonistas, como Antígona e Electra - donzelas que assumem papéis heroicos, porque são forçadas a encarar os efeitos de transgressões familiares, nas quais não possuem participação direta. De fato, alguns dos dramas trágicos de Sófocles, “exploram situações em que a lealdade feminina às suas famílias entra em conflito com seus papéis sociais apropriados” (SCODEL In GREGORY, 2005, p.235).

Dessa forma, entendemos que Andrômeda foi escolhida como oferenda sacrificial pelos “etíopes” que, sofrendo os malefícios enviados por Posêidon, usaram a tradição em honra a Cronos como forma de represália as ações irrefletidas de Cassiopeia. Que a rainha fosse indiretamente castigada pela *húbris* que cometeu contra um deus, por meio da imposição do *nómos* (νόμος⁹⁰) da cidade nos parece uma ironia consideravelmente sofocliana.

Reconhecendo que Sófocles tomava liberdade para realizar modificações em episódios míticos, defendemos que o sacrifício de Andrômeda em honra a Cronos, quando relacionado a injúria cometida Cassiopeia contra Posêidon, permitiria ao tragediógrafo expor sua visão acerca do comportamento agressivo da comunidade dos atenienses na Liga de Delos - amplamente desenvolvido em *Antígona*⁹¹.

A tragédia de Sófocles, é efetivamente compreendida quando relacionada a democracia ateniense, de meados do século V a.C., não obstante a intrincada sutileza usada pelo poeta, “o elo entre a tragédia sofocliana e a política ateniense existe, contudo, mas ele se situa num outro nível. É inútil procurar separar o pensamento do homem Sófocles de sua obra” (VIDAL-NAQUET, 2008, p.269).

Se valendo da maleabilidade dos mitos, Sófocles reinterpretou as desditas de Andrômeda, para expor a escalada da brutalidade de Atenas com relação as *poleis* da Liga de Delos e alertar sobre suas funestas consequências.

⁹⁰ Conforme o DGP (vol. 3, p. 202) “uso; costume; hábito; tradição; costume com força de lei; regra de ação; lei; norma; maneira de agir; conduta; prescrição”.

⁹¹ “Por exemplo, o desenvolvimento de Creonte de líder geralmente aceito para tirano é análogo ao de Atenas, que foi de *hégemôn*, na Liga de Delos, para *polis tyrannos* – uma analogia que é ressaltada pelo uso de terminologia que leva a associações com o papel de Atenas na liga. Em Creonte, assim como em Atenas, é menos a imprudência que a intransigência e repressão da dissidência, que transformam o líder em um tirano” (RAAFLAUB In MARKANTONATOS, 2012, p. 481).

Feitas essas considerações iniciais acerca do enredo de *Andrômeda*, passamos a etapa seguinte de nosso estudo, quando favorecemos o uso de uma grade de análise⁹² enquanto técnica metodológica. Se trata da aplicação da *Análise do Discurso* associada à grade de *Análise do Conteúdo* proposta por A.J. Greimas (1976), idealizada por Maria Regina Candido. Diante das adversidades para trabalhar com as questões de recepção de discursos construídos na Antiguidade, se faz necessário considerar as condições que mediam a relação entre o agente do discurso e seu público-alvo.

Para analisar⁹³ o texto da *Andrômeda* de Sófocles, consultamos “*The Fragments of Sophocles - vol I*” (1917) editado Richard Claverhouse Jebb, W.G. Headlam e A.C. Pearson. Em seguida, passamos ao “*Sófocles - Fragmentos*” (1983) com introdução, tradução e notas de José María Lucas de Díos, obra que dialoga com as investigações mais recentes, acerca dos fragmentos sofoclianos.

Por tanto, iniciaremos nossa análise por meio do **processo de descrição de conteúdo**, apresentando o conteúdo de nosso documento, a dizer, a obra poética *Andrômeda*, escrita pelo tragediógrafo Sófocles, cuja primeira apresentação teatral teria ocorrido, aproximadamente, em 442 a.C. na polis de Atenas.

O teatro trágico, assim como os demais gêneros dramáticos, é indissociável das transformações sociais e políticas que ocorreram em Atenas entre os anos finais do século VI a.C., que modificaram significativamente a organização e dinâmica da sociedade. Nesse sentido, as reformas estabelecidas por Sólon desalojaram os eupátridas (εὐπατρίδα⁹⁴) de seu posto hegemônico na sociedade ateniense, “definiu quatro classes com base na riqueza agrícola. A partir desse momento, os mais ricos na sociedade, fossem ou não eupátridas, passaram a ocupar os principais cargos na cidade” (JONES, 1997, p.7).

⁹²A grade de análise se encontra no Apêndice A - Grade de Análise de Conteúdo (p. 247).

⁹³ “O ato de fala assim como o discurso implicam a presença de um sujeito do discurso e de um destinatário ao qual se dirige a mensagem. O tipo de linguagem usada pelo sujeito destinador e o local de pronunciamento do discurso também detêm acentuada implicação. [...] Em relação ao receptor da mensagem, não podemos esquecer da existência de grupos semióticos, semiautônomos, detentores de saber e competência discursiva particular, com os quais o sujeito do discurso não tem como controlar a recepção [...]” (CANDIDO et al in ROSA, 2011, p.14).

⁹⁴ De acordo com o Dicionário Liddell Scott Jone (LSJ), “nascer de um nobre senhor”. Disponível em: [http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=eupatrida&la=greek#Perseus:text:1999.04.0058:entry=eu\)/patris-contents](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=eupatrida&la=greek#Perseus:text:1999.04.0058:entry=eu)/patris-contents).

Com a emergência de novos segmentos sociais, as disputas políticas entre as famílias mais ricas pela garantia de sua preponderância política em Atenas, se intensificaram e se polarizaram. Inicialmente, havia duas frentes: os eupátridas das planícies, liderados por Licurgo e os comerciantes do litoral, comandados pelo alcmeónida Mégacles. A essa complexa expressão de forças, se soma uma nova coalisão, formada por algumas famílias ricas, trabalhadores urbanos e pequenos proprietários, chefiada por Pisístrato, filho de Hipócrates.

Mesmo suplantando seus adversários por meio da manipulação do apoio popular, Pisístrato enfrentou dificuldades para manter o poder que astuciosamente usurpara: exilado de Atenas duas vezes foi, sobretudo, pela estratégia militar e força das armas, que se instalou no governo da polis. Dentre suas diversas manobras para obter apoio popular, destacamos a oficialização do culto a Dioniso cuja sede, à época, se localizava no leste da Ática, na Icária, “o território natal e principal base de poder do tirano Pisístrato” (SOMMERSTEIN, 2004, p. 2).

Não obstante o amplo debate acerca do verdadeiro patrono humano do teatro – se Pisístrato ou Mégacles – é aceito que suas origens espirituais se encontravam relacionadas a execução de poemas ditirâmicos, tradicionalmente associados a Dioniso. Quase um século depois do apogeu do teatro ateniense, Aristóteles afirmaria que a tragédia teria surgido a partir dos ditirambos e a comédia adveio dos cantos fálicos (*Poe.1449a*, p.10-12).

O gênero trágico se encontrava diretamente relacionado as perspectivas isonômicas que, progressivamente, ganhavam espaço na polis dos atenienses e, por isso, viabilizavam o debate das contradições mais prementes da comunidade, “a tragédia grega discute em forma de espetáculo político noções como poder, possibilidades e limites da ação humana. Tudo isto articulado pela colocação diante do público, no Teatro de Dionísio, dos valores democráticos da polis” (SILVA; GONÇALVES, 2013, p.174).

As composições trágicas externaram as tensões vividas pela população ateniense que, entre o mito e a realidade – herói e cidadão, valores individuais e coletivos, *génos* (γένος⁹⁵) e *dêmos* (δῆμος⁹⁶) – buscava harmonizar seu passado com seu presente. Simultaneamente a suas funções artísticas, a dramaturgia trágica se tornou um dos meios para examinar esses impasses, “mais que outro gênero qualquer, enraizada na realidade social, isso não significa que seja um

⁹⁵ Conforme o LSJ, “raça, parentes, linhagem, clã”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=genos&la=greek#lexicon>.

⁹⁶ Segundo o *Middle Liddell* “um país distrito, país, terra, o povo de um país, os bens comuns”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=dhmos&la=greek#Perseus:text:1999.04.0058:entry=dh=mos-contents>.

reflexo dela. Não reflete essa realidade, questiona-a” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1999, p.10).

As personagens trágicas, heróis e heroínas de outrora, eram orientados por valores aristocráticos, que encorajavam a retribuição em nível individual contra ofensas sofridas, acarretando consequências ainda mais funestas. Entretanto, com a nova organização social promovida pela democracia, será a coletividade dos cidadãos que punirá os crimes perpetrados, de modo a manter o bom convívio social.

Consequentemente, esse novo arranjo trouxe ao sujeito uma inédita responsabilidade individual por suas ações, posto que deveria responder a uma corte humana, revestida de aspectos divinos. Nesse sentido, há uma aproximação direta entre a heroína ou herói trágico que comente a *hamartía* (ἁμαρτία⁹⁷) e a mulher ou homem que efetua um crime, “eis aí por que o Estado se apoderou da tragédia e fê-la um apêndice da religião *política* da *pólis*” (BRANDÃO, 2009, p. 12).

Considerando que ao longo de quase toda sua vida, Sófocles participou ativamente da vida pública de Atenas, chegando a ocupar relevantes cargos administrativos, não figura exagerado reconhecer o tom pedagógico e politicamente orientado que marcaram suas tragédias: a ação de suas personagens se dava segundo o “ideal de conduta humana que foi a criação peculiar da cultura e da sociedade ao tempo de Péricles” (JAEGGER, 2003, p.321).

Sófocles nasceu em uma família abastada da vila de Colono, situada a cerca de 2 km do norte de Atenas, entre os anos 497/6 a.C. A fortuna paterna, advinda da indústria armamentista, lhe possibilitou uma educação primorosa e a possibilidade de circular entre o círculo aristocrático de Atenas.

Comumente, ouvimos falar de artistas cuja obra foi incompreendida por sua época e que só alcançaram o devido reconhecimento social, décadas ou séculos, depois de sua morte. Esse não foi o caso de Sófocles, que viveu até avançada idade, desfrutando do respeito de seus concidadãos e do entusiasmo da audiência do Teatro de Dioniso.

Inclusive, a comédia sardônica de Aristófanes se furtou a zombaria do dramaturgo mas, antes, ao reconheceu sua boa disposição e comportamento deferente em “*As Rãs*” (405 a.C.), favorecendo a construção da imagem lisonjeira de poeta genial e político irretocável, “e então,

⁹⁷ De acordo com LSJ “uma falha, falta, erro de julgamento, culpa, pecado”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=amartia&la=greek#lexicon>.

Sófocles, rapidamente se tornou um símbolo de Atenas, e o seu produto cultural mais perfeito durante o seu período de maior grandeza” (SCODEL In GREGORY, 2005, p. 233).

Sua popularidade em vida, curiosamente, não garantiu a preservação de sua vasta obra poética, estimada em cerca de 123 tragédias e alguns dramas satíricos, dado que possuímos alguns trechos⁹⁸ e tão-só sete dramas trágicos completos⁹⁹, sendo difícil estabelecer sua cronologia. A tragédia *Andrômeda*, objeto de nosso estudo, se encontra simultaneamente alcantilada entre a fragmentação textual e a incerteza da datação.

Ainda na juventude, após obter destaque em algumas competições atléticas em musicais, liderou o coro de rapazes que celebrou a vitória grega em Salamina. Ao principiar sua carreira poética, travou amizade com Ésquilo – vencendo o já aclamado tragediógrafo antes dos trinta anos, conforme o testemunho de Plutarco. De acordo com Alan Sommerstein, após a morte do autor da *Oréstia*, Sófocles “dominou os palcos da tragédia ateniense por meio século, ganhando dezoito prêmios de primeiro lugar nas Grandes Dionisíacas e provavelmente mais seis nas Leneias” (SOMMERSTEIN, 2004, p.41).

É possível conjecturar que, devido a sua posição social e ao sucesso de suas tragédias, tenha viabilizado a aproximação política entre Sófocles e Péricles – quando esse governava Atenas.

Levando em conta tal fato, não parece inapropriado supor que as responsabilidades do magistrado tenham influenciado a produção do poeta e que, a sensibilidade do artista tenha orientado as ações do cidadão a serviço da polis, de modo a frutificarem em reconhecimento público, “a inscrição de 443/442 preserva seu nome como presidente do tesouro do império ateniense; em 440 é designado general ‘pelo seu sucesso na representação de *Antígona*’” (MALKIEL, 1983, p.14).

A obra sofocliana, apresentava enredos centrados em preocupações da comunidade políade: o significado e os limites da cidadania, as responsabilidades dos líderes com povo, a educação social dos jovens e a ética política. Conforme aponta Sommerstein “os tebanos olham para Édipo quase como um deus; em *Antígona*, o público se opõe ao edito de Creonte, mas está

⁹⁸ “As passagens sobreviventes e os fragmentos de papiro das centenas de tragédias perdidas, juntos, somam cerca de 10.000 palavras, ou seja, aproximadamente a extensão regular de uma única tragédia. Dessas, em cerca de metade, possuímos menos de trinta palavras cada, de muitas outras, menos de dez. Há apenas nove peças (três delas, satíricas) das quais temos fragmentos de papiro significativos, em comparação com pelo menos dezesseis (cinco satíricas) de Ésquilo e igualmente, ao menos dezesseis (nenhuma satírica) de Eurípides” (SOMMERSTEIN In MARKANTONATOS, 2012, p.193).

⁹⁹ “*As Traquínias, Antígona, Ajax, Édipo Rei, Electra, Filoctetes e Édipo em Colono*”.

aparentemente paralisado pelo medo; em *Édipo em Colono*, os aldeões de Colono não podem tomar nenhuma decisão nem ação sem Teseu” (SOMMERSTEIN, 2004, p.48). Ao considerar a relação das peças de Sófocles com as inquietações de sua comunidade, analogamente, José De La Vega e Assela Alamillo, identificam uma “vinculação profunda que faz do teatro sofocliano uma arte genuinamente ateniense do século V, em suas características essenciais” (ALAMILLO, 1983, p.34).

Esse material foi preservado através dos séculos, direta e indiretamente, por restos de papiros ocasionalmente descobertos ou nas obras de outros autores, transmitidas pela tradição do manuscrito medieval e renascentista. Sobre a preservação indireta, José Maria Díos ressalta que “houve autores que citaram trechos de obras sofoclianas diretamente de um original que teriam a sua disposição, enquanto outros já em épocas mais tardias, o fizeram através de antologias de trechos escolhidos” (DÍOS, 1983, p.13-14).

Por certo, malgrado a existência dos contratempos inerentes aos textos em condições fragmentárias – como sentenças inacabadas, fora de contexto ou ambos – o estudo desse material, aprofundou nossa compreensão sobre totalidade a obra de Sófocles.

Por meio desses esforços, foi possível inferir que o poeta compunha trilogias, tomou o Ciclo Troiano como inspiração para quase metade de suas peças e da produção homérica. Com relação os desafios e êxitos da atividade De La Vega e Alamillo, observam que “a restituição e recuperação das linhas principais do argumento, a partir dos fragmentos, como pedaços de um espelho, de um espelho de corpo inteiro que o tempo se quebrou em pedaços e a maioria deles se perdeu, é uma tarefa filológica excitante” (ALAMILLO, 1983, p.55).

Logo, privilegiamos a coleção “*The Fragments of Sophocles*” (2009), fruto do trabalho do classicista britânico Sir Richard Jebb (1841–1905). Por ocasião de sua morte, W.G. Headlam e A.C. Pearson organizaram a publicação e edição dos três volumes produzidos por Jebb – no primeiro volume, estão os fragmentos de *Andrômeda* que analisamos.

O enredo dessa tragédia, se fundamenta nas narrativas que integram as genealogias heroicas, especificamente, a linhagem de Ínaco – protagonista de uma peça homônima, na qual Sófocles apresentou como os amores de Zeus e Io, despertaram a fúria de Hera. Considerando os frutos da união entre o deus e a princesa argiva, Headlam e Pearson, afirmam que “aqui, então, pertencem as peças que contêm a história de Perseu: *Acrísio*, *Dânae*, *Andrômeda* e *Os larisseus*” (HEADLAM; PEARSON, 2009, p. xxix).

Infortunadamente, não mais que dez fragmentos de *Andrômeda*, sobreviveram a passagem dos séculos e, alguns, se tratam de uma única palavra. Assim, para reconstruir o argumento da peça, se consideram essas passagens, a iconografia e os testemunhos de autores

gregos e latinos posteriores, como Eratóstenes, Ovídio e Pseudo-Apolodoro. Nesse sentido, malgrado as ressalvas¹⁰⁰, a reconstituição proposta por E. Petersen continua desfrutando de maior credibilidade entre os classicistas.

A ação iniciaria com Cefeu e seu séquito envolvidos com os arranjos para o sacrifício de Andrômeda, ao que se seguiria a entrada de Perseu e o firmamento do compromisso para ajudar o rei – se entende que, por essa altura, o herói principiava a se enamorar por Andrômeda. Em seguida, se dava o enfrentamento entre Perseu e Fineu, quando o herói usa a cabeça da Medusa para petrificar seu oponente e, então, reivindicar sua noiva prometida.

Independentemente que as poleis tivesse seu próprio ordenamento do panteão, mitos e calendário cívico, a religião provia ordenamento e sentido para a vida, ao que sua manifestação apresentava certo grau de uniformidade: realização de sacrifícios, preces, cerimônias e festas em sua honra.

Os gregos acreditavam que seus deuses e deusas eram seres que, desconheciam a exaustão, penúria, tormentos, enfermidades e morte. Apesar do antropomorfismo de certas das divindades, especialmente as olímpianas, as semelhanças entre mortais e imortais eram relativas, “como ilustra a aparição de Deméter em seu *Hino Homérico* (275-80), as epifanias divinas mostram os deuses como altos, belos, olorosos, fascinantes, em suma, como ‘*super-pessoas*’ (BREMMER, 1994, p.12).

Os deuses e deusas nasceram quando potências primordiais como *Cháos* (Χάος), *Ouranós* (Ουρανός) e *Gaía* (Γαία) se diferenciaram entre si – ordenando o universo e criando a realidade, tal como a conheciam. Por entenderem que, simultaneamente, o mundo possuía elementos sagrados e as divindades, aspectos terrenos, seu “culto não pode visar a um ser radicalmente extramundano, cuja forma de existência não tenha relação com nada que seja de ordem natural, no universo físico, na vida humana, na existência social” (VERNANT, 2009, p.5).

Por certo, no século de Sófocles, o **sacrifício** de seres humanos figurava como uma prática distante da realidade ateniense que, como o restante da Grécia, abominava esse tipo de imolação – ainda que fosse realizada sob pretextos religiosos. Consensualmente, a moralidade

¹⁰⁰ No estudo intitulado “*The Dramatic Art of Sophocles as Revealed by the Fragments of the Lost Plays*” (1922), Chandler Rathfon Post apresenta interpretações alternativas para analisar o enredo da *Andrômeda* sofocliana.

grega do século V a.C., associava aos bárbaros a realização de sacrifícios humanos, “que consideravam como uma prova efetiva de barbárie” (BONNECHERE, 1994, p.25).

Outrossim, atribuir a outros povos procedimentos considerados execráveis, acentuava significativamente a diferença entre os costumes religiosos dos gregos e não-gregos – especialmente, dada a importância da religião, na construção de sua identidade. Considerando a recorrência do sacrifício humano no teatro ateniense, Dennis Hughes afirma que se trataria de “um material dramático potente, talvez muito mais potente para os atenienses do século V a.C., do que para nós, pois o sacrifício – o sacrifício de animais – era uma parte importante de suas vidas religiosas” (HUGHES, 2003, p.190-91).

Em *Andrômeda*, Sófocles traz essas duas prerrogativas – sacrifício e religiosidade – salientando que, entre o povo da princesa imperava o costume ancestral ofertar uma vida humana a Cronos. Dessa forma, ao ritual de imolação da princesa se seguiria a realização de seus **ritos fúnebres**, orientados não somente pela sensibilidade familiar, mas para evitar que a cidade fosse maculada pela morte de Andrômeda. Podemos deduzir que a princesa receberá essa atenção, pela presença dos lébitos, recipientes usados para transportar óleos utilizados na preparação funerária dos corpos.

Entre os gregos, se acreditava que certos tipos de mortes poderiam suscitar a cólera do morto, cujas consequências poderiam ultrapassar os limites da esfera privada: em geral, mortes violentas poderiam gerar um miasma (μίασμα¹⁰¹), cuja ameaça de contágio atemorizava a comunidade. De acordo com Vernant, “purificar a impureza não consistiria em lavar o culpado da mancha, e sim apaziguar o ressentimento do defunto” (VERNANT, 1999, p.107).

Para tanto, nada mais adequado que devida celebração das exéquias, por parte da família do falecido, que deveria se encarregar da preparação do corpo, estabelecer a forma de sepultamento, de luto e demonstrações públicas de pesar; mas as obrigações familiares para com seus mortos não cessavam com a conclusão do funeral, demandando a realização de ritos anuais e manutenção tumular constante.

As mulheres participavam ativamente das obrigações para com os mortos de sua família, sendo requisitadas para desempenhar grande parte das etapas que compunham os procedimentos fúnebres – que se iniciavam com os preparativos do corpo morto.

¹⁰¹ Conforme o DGP (vol. 3, p.175) “mácula proveniente de um assassinio; contaminação; contágio; pessoa maculada por um assassinio”.

Cabia as parentas a tarefa de banhar, ungir, vestir e envolver com a mortalha o falecido, visto que “as mulheres eram consideradas menos ameaçadas pela poluição ritual (miasma) de contato com um cadáver, especialmente as que deram à luz e, portanto, já incorreram em poluição” (FANTHAM et al, 1994, p.48).

Durante a exposição do corpo, a mulher tomava a frente da lamentação sendo seguidas pelas servas domésticas (caso a família fosse abastarda), parentes e amigos; tradicionalmente havia um conjunto de “gestos clássicos do luto feminino, com ambas as mãos elevadas, ou desempenhando danças fúnebres, ou batendo em suas cabeças e arrancando seus cabelos” (POMEROY, 1975, p.44).

A finalização da cerimônia fúnebre, não implica na conclusão das obrigações para com os mortos, sendo atribuída as mulheres de sua família, a responsabilidade das oferendas tumulares periódicas.

Considerando as hipóteses de enredo defendidas pelos especialistas, Perseu teria chegado no reino de Cefeu, quando o pai de Andrômeda presidia os preparativos do sacrifício da jovem e, assim, se inteirado dos fatos e vislumbrando a princesa.

Destacamos o fragmento que contém uma frase que, segundo se acredita, teria sido dirigida ao herói grego, pois questiona acerca de meios de locomoção que teriam viabilizado sua chegada no país – o que implicaria na sua condição de **estrangeiro**.

Tendo em mente que, a autonomia que caracterizava a organização das comunidades gregas viabilizando, assim, o estabelecimento das leis que regulamentavam a cidadania, podemos deduzir a gravidade dos efeitos relacionados que a perda dessa condição. Reconhecendo o protagonismo alcançado por Atenas, durante a época clássica, não surpreende que essa polis testemunhasse um intenso fluxo humano, fosse temporário ou permanente.

A despeito dos indivíduos detentores do estatuto de cidadãos e daqueles que, embora naturais da polis, se achavam privados de direitos políticos, Atenas recebia duas categorias de estrangeiros, quer dizer, os residentes e os não residentes – os *métoikos* (μέτοικος¹⁰²) e os *xénos* (ξένος¹⁰³).

¹⁰² De acordo com *LSJ*, “colono do exterior, residente estrangeiro em uma cidade estrangeira, o estrangeiro naturalizado”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=metoikos&la=greek>. Acesso em: 20 dez.2019.

¹⁰³ “Amigo convidado, aplicado a pessoas e estados vinculados por um tratado ou vínculo de hospitalidade; das partes que dão ou recebem hospitalidade; estranho, errante, refugiado (sob a proteção de Ζεὺς ξένιος); geralmente, estranho, estrangeiro”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=ce%2Fnos&la=greek#lexicon>. Acesso em: 20 dez.2019

No caso do estrangeiro em situação itinerante, se esperava que os anfitriões observassem os deveres da hospitalidade, posto que tal prática denotava grandeza e cortesia. Refletindo a respeito do episódio de Circe na *Odisseia*, Moraes aponta que “essa atitude também demonstra o desuso do espírito civilizado almejado pelos gregos: ao invés de afirmar através da receptividade os laços que definem o ser humano, faz com que regridam à bestialidade” (MORAES, 2012, p.76-7).

Tendo em vista a ausência de regulamentos internacionais que garantissem a segurança dos indivíduos que se aventuravam para além de sua comunidade, aos pressupostos mundanos que caracterizavam a relação entre anfitrião e hóspede, se acrescia a sensibilidade religiosa. Dessa forma, entre os gregos, a hospitalidade se encontrava sobre a proteção da divindade máxima de seu panteão “Zeus tinha um título especial, *Xenios*, para denotar seu papel como protetor de estrangeiros. Qualquer infração era, pois, uma ofensa contra o deus supremo” (MARTIN In WERNER, 2014, p.49).

Movido pela intenção de salientar as diferenças entre gregos e não-gregos, Sófocles atribui aos habitantes do reino de Cefeu, a condição de **bárbaros** em virtude de suas ações e comportamentos moralmente questionáveis – como o costume que levou a exposição de Andrômeda e a covardia de seu pretendente Fineu que, ao saber do resgate de sua prometida pela ação de Perseu, reclamou seu direito a desposá-la.

Conquanto, durante o período clássico, a relação entre gregos e não-gregos fosse caracterizada pela diferença, seria incorreto afirmar que a polarização fosse tão acentuada tal como uma primeira análise poderia indicar.

Não obstante a auto referida superioridade da cultura grega que, simultaneamente, taxava os não-gregos e seus costumes como estranhos e antagônicos, não significa que eles fossem totalmente desprovidos de virtudes. Retomando as definições que os gregos atribuíram as sociedades como a dos citas, egípcia e persa, Vlassopoulos argumenta que “eles poderiam fornecer modelos através dos quais os gregos pudessem debater como deveria ser uma sociedade ideal” (VLASSOPOULOS, 2013, p.170). A complexidade que mediava esses contatos, pode ser identificada na declaração de Plutarco, que chama Heródoto de “filobárbaro”, posto que “o historiador privilegia aos helenos quando afirma que os egípcios se recusavam a adotar hábitos de outros povos, excetuando os helenos, o que revela deferência ao povo da Hélade” (SILVA, 2016. p.14).

Fosse pela diferença, exemplo salutar ou negativo, se relacionar com comunidades não-gregas viabilizava aos gregos, a possibilidade de refletirem sobre as vantagens e limites de seu próprio estilo de vida.

Por certo, as reflexões a respeito de quais seriam as melhores formas de **governo** e, seus desdobramentos na vida social, ocuparam espaço significativo entre as preocupações dos atenienses, que realizaram diversas mudanças na forma de organizar os poderes e participação individual nas decisões da vida pública.

Conquanto, a época de Sófocles, Atenas se encontrasse sob a égide da democracia direta, os debates acerca de sua eficácia e limitações, pouco arrefeceram: longe de estarem circunscritos as esferas diretamente políticas, tais discussões foram levadas aos palcos do Teatro de Dioniso, por numerosos dramaturgos.

Tanto na vida política como nas representações teatrais, a solução de querelas ocorria mediante a argumentação realizada publicamente, quando as partes envolvidas buscam angariar a aceitação coletiva. Independentemente de que drama trágico, conferisse protagonismo aos heróis e heroínas do passado, abordava os princípios e refletia acerca das inquietações próprias da sociedade ateniense do século V a.C.

A tragédia de Sófocles, manifestava suas reflexões acerca do papel da política – como mediadora do convívio social, organização do poder e prática da autoridade – e seu vínculo imprescindível com a deliberação coletiva, por meio da qual a polis manejaria toda a sorte de tensões humanas.

Embora alinhado aos ideais democráticos, Sófocles reconhecia a necessidade de homens que conduzissem a polis, considerando a vontade popular. Entendemos que tal juízo, se encontra no enredo de *Antígona*, e foi desenvolvido a partir do enfrentamento da heroína aos excessos de Creonte, “ao mostrar um mundo que se desola quando se abandona os princípios democráticos, o espetáculo trágico está constantemente lembrando aos cidadãos na plateia como uma polis deve buscar o melhor convívio, a melhor política” (SILVA; GONÇALVES, 2013, p.188).

Em *Andrômeda*, Sófocles dá continuidade à sua defesa do sistema democrático, enfatizando sua superioridade enquanto forma de governo que, orientado pelo princípio da isonomia, assegurava ao povo ateniense a preponderância sobre as decisões referentes a condução da polis.

Malgrado se aceite que a princesa tenha sido eleita pela vontade popular como vítima sacrificial, acreditamos que o uso do termo *zeucíleus* (ζεῦξίλεως¹⁰⁴) estivesse relacionado a

¹⁰⁴ A palavra *zeucíleus* (ζεῦξίλεως) provém de *zeuktós* (ζευκτός) que significa “amarrado, atrelado”; “unidos em pares”, remetendo a ideia de dominação – associada a regimes políticos monocráticos.

Cefeu e a forma pela qual governava os “etíopes”, posto que “a descrição se refere a um despotismo oriental, onde os súditos foram esmagados sob o jugo da escravidão” (HEADLAM; PEARSON, 2009, p.84).

1.5.2. *Andrômeda* de Eurípides (412 a.C.)

Se por um lado, o texto integral da *Andrômeda* euripídiana não chegou até nós, por outro, quis um *daímôn* (δαίμων¹⁰⁵) que fosse a comédia de Aristófanes, a principal legatária de fragmentos e informações do enredo e estrutura da versão apresentada por Eurípides. Além da obra aristofânica, “as fontes disponíveis são cerca de 40 fragmentos, de menor ou maior extensão, além de algumas alusões e comentários na *Biblioteca* do Pseudo-Apolodoro e nos *Catasterismos* do Pseudo-Eratóstenes” (CREPALDI, 2016, p. 357).

A *Andrômeda* de Eurípides, fez sua estreia por ocasião do festival das Grandes Dionisiacas, em 412 a.C., integrando a trilogia composta por *Helena* e *Ifigênia em Táuris*. A ação se realizava na forma de monólogos e diálogo, possivelmente, apresentando a mesma estrutura que as demais peças euripídianas - episódios, párodo, estásimos e êxodo.

O tragediógrafo considerou a sequência de eventos anteriormente referidos por Sófocles, para compor sua própria interpretação do episódio mítico: Cefeu ou Cassiopeia, comentem uma *húbris* contra Posêidon, que envia inundações e um monstro marinho; o único modo para apaziguar o deus ofendido, será necessário entregar Andrômeda a terrível criatura.

No entanto, a versão apresentada Eurípides trazia algumas modificações e acréscimos, como a ausência de Fineu, Cefeu como o antagonista e o uso de recursos cênicos como a *mekhané* (μηχανή¹⁰⁶). Outro elemento, considerado peculiar, é o destaque conferido ao desenvolvimento do romance entre Perseu e Andrômeda, “como que para confirmar a importância desse detalhe, a expressão ‘apaixonar-se’ (εἰς ἔρωτα πίπτειν), aparece em um fragmento da *Andrômeda* de Eurípides e, em quase nenhum outro lugar do grego clássico” (GIBERT, 1999-2000, p. 76).

¹⁰⁵ Conforme o DGP (vol. 1, p. 194) “gênio benéfico ou maléfico; protetor *de um homem*; lote de cada um; sorte; destino”.

¹⁰⁶ Segundo o DGP (vol. 3, p. 175) “máquina do teatro; meio; expediente; truque; artifício; engano; artifício”.

Por trazer a temática do romance e regalar a audiência com um final feliz, muito se questionou acerca do gênero ao qual pertenceria a versão euripídiana, para o mito da princesa, e alguns estudiosos afirmam que não se trata de um drama trágico. Nesse sentido, concordamos com o argumento defendido por Matthew Wright¹⁰⁷, ao definir *Andrômeda*, *Helena* e *Ifigênia em Tauris* como “tragédias de fuga”, sem deixar de reconhecer a posição divergente de Jennifer Kosak¹⁰⁸.

Propomos uma reconstituição da tragédia homônima de Eurípides, tomando como referência o enredo aventado por Petersen (1903), os traslado e estudos de Christopher Collard e Martin Cropp (2008) e a tradução para língua portuguesa de Clara Crepaldi (2016). Tendo em vista, a simetria entre os enredos e argumentos das peças integrantes da trilogia (*Andrômeda*, *Helena* e *Ifigênia em Tauris*), procuramos estabelecer uma interlocução entre as três obras.

Dispensado o prólogo, em *Andrômeda*, a ação se iniciava com a jovem confessando ao céu noturno os males que a afligiam, sendo secundada por Eco¹⁰⁹. É possível que a princesa retomasse os eventos anteriores, responsáveis por sua presente situação: a *húbris* cometida por sua mãe, os decorrentes males que afligiram os “etíopes” até a orientação oracular que recomendava seu sacrifício, como único meio de aplacar a ira da divindade ofendida.

O coro, formado pelas jovens amigas de Andrômeda, aproveitaria as últimas horas noturnas, para amparar a princesa em seus os momentos finais e se despedir em profunda e mútua tristeza.

¹⁰⁷ “A fuga não é apenas um motivo de enredo emocionante, mas um importante tema central das peças, que é explorado como uma preocupação essencial em ambas. [...] talvez seja apropriado olhar para o contexto histórico: exatamente por que Eurípides estaria interessado em peças sobre fuga, em 412 a.C.? Talvez seja significativo que a Dionísia de 412, tenha sido a primeira desde a notícia de que a expedição siciliana havia fracassado desastrosamente; o clima geral em Atenas era de crescente desespero, desilusão e subversão política, com a perspectiva de derrota na Guerra do Peloponeso mais imediata do que antes. Pode ser que isso tenha sido um estímulo para o ‘escapismo’ [...]” (WRIGHT, 2005, p. 47).

¹⁰⁸ “Embora a data exata e as circunstâncias da apresentação permaneçam em dúvida, a peça também compartilha seus temas de identidade equivocada ou desconhecida, reconhecimento e fuga de perigos que ameaçam a vida, como em várias tragédias euripídianas que datam da parte posterior de sua carreira, incluindo não apenas *Helena* e *Andrômeda* de 412, mas também *Ion* (ca. 414) as peças fragmentadas, *Melanipe Cativa* (ca. 412), *Hypsipyle* (ca. 410-408) e *Antiope* (ca. 409/08)” (KOSAK In McCLURE, 2017, p. 219).

¹⁰⁹ “Uma ninfa das árvores e nascentes. Em uma das versões de seu mito, Eco era amada por Pã, mas ao invés disso, amava um sátiro que a evitava; como vingança, Pan mandou alguns pastores loucos que a despedaçaram. Em outra versão, Eco amava Narciso e, por não ser correspondida, definiu; quando ela morreu, só sua voz permaneceu - repetindo as últimas sílabas das palavras proferidas por qualquer pessoa” (KERSHAW; GRIMAL, 1990, p.134).

Figura 7 – *Andrômeda, uma amiga, Perseu e Cefeu*



Localização: Museu Britânico, Londres. Inv. 1856,1226.29. Temática: Mitologia Clássica. Proveniência: Lucania, Itália. Forma: Hídria. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Não atribuído. Data: *ca.* 400-300 a.C. Indicação Bibliográfica: Vase / Catalogue of Vases in the British Museum (F185). Acesso: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1856-1226-29

Perseu, entraria em cena através do uso da *mekhané*, como se estivesse em pleno voo, regressando da missão para trazer a cabeça de Gorgo, quando avistaria a jovem, no seu local de exposição, à beira-mar. Ao entabularem diálogo, é possível que Andrômeda revelasse a Perseu os acontecimentos anteriores que resultaram em sua exposição ao monstro marinho que a devoraria.

O tom do diálogo nos leva a concluir que Perseu e Andrômeda estabeleceram um acordo reciprocamente favorável – o herói enfrentaria o monstro marinho para salvar a princesa que, por sua vez, trocava a morte pelo matrimônio com um desconhecido.

Figura 8 – *Perseu e Andrômeda*



Localização: Museu Arqueológico Regional, Itália. Inv. 214231. Temática: Perseu e a libertação de Andrômeda. Proveniência: Agrigento, Sicília Itália. Forma: Cratera cálice. Estilo: Figuras vermelhas, em fundo branco. Pintor: Fiale de Boston. Data: *ca.* 440 - 430 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <https://izi.travel/it/0320-il-museo-archeologico-regionale-pietro-griffo-di-agrigento/it#57d0-perseo-e-la-liberazione-di-andromeda/it>

Cassiopeia entraria em cena, para se despedir de Andrômeda enquanto se lamentava por perder sua única filha; em seguida, aconteceria o encontro entre Cefeu e Perseu. O herói expressaria suas intenções de salvar a princesa, dando mostras de seu súbito enamoramento, enquanto o Cefeu vacilava em entregar sua filha a um aventureiro desconhecido.

Figura 9 – *Hermes, Cefeu, Andrômeda, Perseu e Afrodite*



Localização: Museus Estatais, Coleção de Antiguidades, Berlim, Alemanha. Inv. V.I. 3237. Temática: Andrômeda. Proveniência: Cápua, Itália. Forma: Cratera de cálice. Estilo: Figuras vermelhas, com adição de cores. Pintor: Não atribuído. Data: *ca.* 425-375 a.C. Indicação Bibliográfica: Furtwängler (1893), 91-92, fig. 50. — Bethe (1896), 292-300, pl. 2 (A). — ARV[2] (1963), 1336/under 1 (mention), 1690. — Para. (1971), 480 - Add.[2] (1989), 366, lines 13ff. (much bibl.). Acesso: <http://www.beazley.ox.ac.uk/record/1B0E736D-0F47-4B12-9DE4-19BB781E409B>

Figura 10 – *Cassiopeia, Andrômeda, Cefeu, Cassiopeia, Perseu e Ceto*



Localização: MArTA – Museu Arqueológico Nacional de Taranto, Itália. Inv. Indisponível. Temática: Andrômeda. Proveniência: Apúlia, Itália. Forma: Lutróforo. Estilo: Figuras vermelhas, com adição de cor. Pintor: Oficina Metope Data: ca. 340-330 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <https://artsandculture.google.com/asset/loutrophoros-depicting-perseus-and-andromeda-metope-group/qAGwH57jzdNqng?hl=en>

Considerando a relutância do rei, o jovem herói intensificaria seus argumentos persuasivos e, após obter sua anuência, Perseu deixaria a cena para enfrentar a terrível criatura marinha. Após sua saída, um mensageiro entraria em cena para relatar a Andrômeda e ao coro, os pormenores da vitória do herói e o jubilo da população da cidade.

Figura 11 – *Andrômeda, Ceto e Perseu*



Localização: Museu de Antiguidades Clássicas de Teece, Nova Zelândia. Inv. 183.97. Temática: Andrômeda. Proveniência: Campânia, Itália. Forma: Cratera sino. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Não atribuído. Data: ca. 350-325 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <http://teecemuseum.nz/collection-item/1032456/>

Figura 12 – *Cefeu, Andrômeda acorrentada, Cassiopeia, Perseu e Ceto*



Localização: Staatliche Museen, Berlim, Alemanha. Inv. V.I. 3238. Temática: Andrômeda. Proveniência: Campânia, Itália. Forma: Hídria. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Pintor de Cassandra atribuído por Beazley. Data: ca. 375 - 325 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <https://recherche.smb.museum/detail/706808>.

Figura 13 - *Andrômeda amarrada entre postes, Perseu e Ceto*



Localização: Museu Arqueológico, Nápoles, Itália. Inv. SA 708. Temática: Andrômeda. Proveniência: Armeto, Itália. Forma: Pélica. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Pintor do Submundo. Data: ca.330-340 a.C. Indicação Bibliográfica: Indisponível. Acesso: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/scylla/untamed-maid/154ADDFE7E0C1760F198FC9F813129C9>

Figura 14 - *Andrômeda e Cassiopeia, com suas atendedoras*



Localização: The J. Paul Getty Museum, California, Estados Unidos. Inv. Indisponível. Temática: Andrômeda. Proveniência: Apúlia, Itália. Forma: Pélica. Estilo: Figuras vermelhas. Pintor: Atribuído ao Pintor Dario. Data: ca. 340-330 a.C. Indicação Bibliográfica: CVA, USA 27, Malibu 4, pp. 14-17, pls. 198-200. Acesso: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Malibu%2087.AE.23&object=Vase>

Com a morte do monstro e a libertação de Andrômeda, o casal enamorado enfrentaria a recusa de Cefeu em manter a promessa feita a Perseu; é possível que Cassiopeia, secundando o marido, retornasse a cena para tentar dissuadir a filha de tal união. Como se Andrômeda se mostrasse irredutível na decisão de honrar seu compromisso com o herói, Cefeu tramaria um meio para separar os jovens. No entanto, Palas Atena irromperia em cena, como *dea ex machina*, para impedir os planos colocados em curso pelo rei e comunicar o vindouro catasterismo de Perseu e Andrômeda que, sob as bençãos da deusa, partem para a Grécia.

Em *Andrômeda*, assim como em *Helena e Ifigênia em Tauris*, as protagonistas se acham subjugadas pela imposição da vontade divina e dos desígnios arbitrários dos governantes – e no

caso de Andrômeda, Cassiopeia insultou Posêidon que exigiu o sacrifício da jovem, sendo atendido por Cefeu. A princesa aceitara seu destino, embora desejasse viver, quando surge um desconhecido que ousadamente, se propõe a salvá-la, mesmo arriscando sua própria vida ao enfrentar obstáculos sobre-humanos.

Diferente de Menelau e Orestes, que possuíam laços previamente estabelecidos com Helena e Ifigênia, Perseu se apaixonou por Andrômeda e não poupou esforços para realizar seu resgate. Livres da ameaça sobrenatural, o casal apaixonado se torna alvo da vingança do rei que é refreada pela intervenção de uma divindade protetora.

Como vimos, *Andrômeda* foi representada pela primeira vez, pouco depois da desastrosa expedição militar na Sicília (413 a.C.), que ocasionou o acirramento das disputas políticas em Atenas e o lançou dúvidas a respeito de sua supremacia naval. Nesse sentido, a semelhança da análise de Kosak sobre *Ifigênia em Tauris*, entendemos que *Andrômeda* pode “fornecer lentes úteis para considerar as ações e decisões da cidade neste momento da Guerra do Peloponeso” (KOSAK in McCLURE, 2017, p. 219).

O envolvimento de Atenas, no conflito entre Segesta e Selinonte, se deu por conta das expectativas de novas vantagens ao império que, por anos, ambicionava granjear poder naquela região. Mas os escândalos religiosos e políticos envolvendo Alcebiades e a incapacidade de Nícias, Demostenes e Eurimedonte para comandar, levaram a retumbante derrota por terra e mar das forças atenienses, resultando em um considerável número de prisioneiros.

Embora em *Andrômeda*, a ação ocorresse no tempo dos heróis e fora dos limites do Mediterrâneo, problematizando questões como as diferenças entre gregos e bárbaros, casamento, concubinato, riqueza e revezes da fortuna, na mesma medida, “incorporava os temas do cativo, opressão, perigo do mar, resgate e fuga” (WRIGHT, 2005, p. 126).

Feitas tais considerações sobre a trama de *Andrômeda*, prosseguiremos com nossa análise, utilizando novamente o instrumental metodológico da “*Análise do Conteúdo*”, tal como proposto por Maria Regina Candido. Aspirando promover uma consonância entre a Análise do Discurso e a grade de Análise do Conteúdo, concebida por A. J. Greimas, a professora engendrou uma alternativa a metodologia aventada pelo linguista, que nos possibilita adequar conceitos velados no discurso poético.

Nosso estudo da *Andrômeda* de Eurípidés, principio através da leitura de “*Euripides Fragments Aegues- Meleager*”(2008), editado e traduzido por Christopher Collard e Martin Cropp. Em seguida, consultamos “*Os fragmentos de Andrômeda de Eurípidés*” (2016), artigo de Clara Crepaldi, que reúne seus os comentários e traduções dos trechos remanescentes da tragédia.

Diante dessas considerações e de modo a contemplar nosso escopo, ou seja, distinguir a síntese dos papéis sociais designados aos atenienses e meróitas – cujos vínculos existiam desde o século VIII a.C. – materializados tanto no teatro dramático, como nos vasos cerâmicos, selecionamos a tragédia *Andrômeda*, para em seguida passarmos ao **processo de descrição de conteúdo** do nosso documento, cuja autoria é atribuída ao dramaturgo Eurípides, e que teria sido encenada pela primeira vez em 412 a.C., em Atenas.

De forma a compreender a relação da tragédia com a sociedade ateniense, se faz necessário aproximar o gênero trágico do universo mítico grego, especificando que o surgimento dessa expressão artística se dá nas circunstâncias próprias da vida políade em finais do século VI a.C., – na qual os mitos já se encontravam em ampla circulação. De acordo com Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, a produção trágica se encontrava dividida entre o passado mítico e os princípios contemporâneos da Atenas defensora do sistema democrático, posto que a solução para a contenda apresentada nos palcos do teatro “nunca era fornecida pelo próprio herói; sempre expressava o triunfo dos valores coletivos impostos pela nova cidade-estado democrática” (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1990, p.7).

Como vimos, as origens da tragédia se encontravam associadas à poesia ditirâmbica – que por sua vez, se remetia ao culto a Dioniso. As origens da performance dramática se encontram relacionadas ao festival das Dionisíacas Urbanas, que precedia a Anthesteria, e que teria sido incorporado ao calendário cívico religioso da polis dos atenienses, na segunda metade do século VI a.C.

Os dois festivais, em honra ao deus, eram celebrados durante a primavera e congregavam toda a comunidade ateniense para escoltar uma imagem cerimonial de Dioniso, rememorando o mito da união do deus, com a princesa cretense Ariadne; contudo, ao longo da Anthesteria se observava a prática de segredos de rituais sacrificiais, e a presença de homens e jovens vestidos como sátiros. Para Richard Seaford, essas práticas rituais extintas teriam sido absorvidas e então transmutadas no drama, “as celebrações de homens vestidos como sátiros, e o ritual místico ocorrido no ápice do festival, contribuíram para a gênese do drama” (SEAFORD, 2006, p.88). Sem desconsiderar que a confluência entre a poesia ditirâmbica e os rituais em honra a Dioniso, se acham nas origens da tragédia, Moses Finley assinala que “a tragédia, pois, não era um drama ritual, – não se pode sublinhar mais esse aspecto – mas mantinha os laços muito apertados com a religião, no primeiro caso pela sua integral associação com os festivais” (FINLEY, 1963, p.87).

Paralelamente, a análise etimológica do termo tragédia, a premissa acerca dos vínculos desse gênero literário com práticas ritualísticas, posto que o termo *tragoidía* (τραγοῖδία¹¹⁰), se constitui mediante a aglutinação de *trágos* (τράγος¹¹¹) e *oidé* (ὠδή¹¹²), “em sentido próprio é a canção do bode, porque em tempos antigos o prêmio máximo era um bode, ou porque os atores se vestiam com peles de bode” (HALL, 2010, p.1).

No decorrer do século V a.C., a tragédia ática se manifestava através de uma forma específica de drama desempenhado publicamente, em celebrações cívicas e religiosas, sob a proteção de Dioniso e o patrocínio material da polis. Nesse sentido, Candido afirma que “como gênero literário, a tragédia só foi possível durante a democracia, o que nos levar a afirmar que o teatro se tornara o veículo difusor das ideias de participação política e dos princípios democráticos” (CANDIDO, 2005, p.625). Por outro lado, Finley sustenta que os tragediógrafos “não eram panfletistas nem teóricos ou propagandistas políticos (a não ser que se fale de propaganda de moralidade e, em sentido geral, da justiça). Com efeito, seus próprios ideais políticos permaneciam muito diluídos” (FINELY, 1963, p. 90).

Para além da beleza do espetáculo dramático poético, a tragédia proporcionava ao público ateniense, testemunhar os reveses sofridos pelos protagonistas que incorreram em graves ofensas, conscientemente ou não, contra a *phýsis* (φύσις¹¹³). A despeito das personagens e enredos míticos, as questões trazidas aos palcos convergiam aos anseios e inquietações da audiência, “nos identificamos com as pessoas que vemos sofrendo. Vivemos suas vidas enquanto nos sentamos em um teatro e assistimos a ação se desenrolar. Quando a peça termina, nos sentimos um pouco esgotados: essa é a experiência que Aristóteles chamou de *catarse*” (MCDONALD, 2010, p.5).

Segundo as observações do Estagirita, os melhores enredos trágicos se estruturam mediante a passagem dos e das protagonistas da felicidade a ruína, não virtude de uma improbidade, mas através de uma falha crítica, em outras palavras, um indivíduo que sofre um destino atroz imerecidamente. Para Aristóteles, as mais bem-feitas tragédias seguiam esses

¹¹⁰ Conforme o DGP (vol.5, p.137) “canto do bode, *i.e.*, canto religioso que acompanhava o sacrifício do bode nas festas de Baco; *Dram.* tragédia; ação de encenar a tragédia”

¹¹¹ Segundo o DGP (vol.5, p.137), “bode; Medic.puberdade; idade da mudança de voz; libido”.

¹¹² “Canto; canção; cântico; ode; canto mágico; encantação; ação de cantar” (Op.cit. p.264).

¹¹³ Segundo Dicionário *Middle Liddell*, “natureza; a ordem ou lei da natureza; a ser feita pela natureza; naturalmente”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=fusis&la=greek#lexicon>

pressupostos, sendo coroadas por um desfecho infeliz e, por isso, considerou Eurípides, “o mais trágico dos poetas” (*Poét.* 1453a, 30).

Se admitirmos a veracidade das informações fornecidas pelos fragmentos biográficos contidos no *Vita*, nos deparamos com o retrato de um poeta apartado de sua própria época, que compunha sua obra – permeada de elementos misóginos – retirado em uma caverna marítima em Salamina, e que procurou o exílio na Macedônia, consciente da própria impopularidade. Entretanto, sua produção poética elucida aspectos de sua vida, contrários aos testemunhos prestados por Sátiros, “Eurípides era completamente engajado com as questões intelectuais e éticas que embasavam os debates políticos na Assembleia ateniense. Intelectualmente, era filho de sua época” (HALL, 2010, p. 231). A inserção ativa do poeta na vida políade, se expressava nas temáticas que norteavam seus enredos e na influência sofista presente nos diálogos travados entre as personagens.

Reconhecendo a crise de diversas ordens, que afligiu Atenas – produziu o grosso de sua obra entre os anos de 440 a 410 a.C. – e sensível a tal condição, Eurípides expressou, através das tragédias, sua inquietude perante uma sociedade fragmentada e antagônica, na qual os princípios morais se revelavam porosos. De acordo Werner Jaeger, o panorama social da Atenas do século V a.C., que define a obra de Eurípides, manifesta-se na “revelação da tragédia cultural que arruinou sua época. É isto que marca a sua posição na história do espírito e lhe concede aquela incomparável compenetração que nós forçamos a considerar sua arte como a expressão de sua época” (JAEGER, 2003, p.8 86-87). Não obstante, de acordo com Claude Mossé, a experiência política e social, vivida em Atenas durante o século V a.C., foi considerada como referência ao mundo grego de modo que, “a civilização grega da época clássica, aquela que vem a desabrochar na alvorada do século V com a escultura de Antenor, a grande pintura dos vasos de figuras vermelhas, o teatro de Ésquilo, essa é antes de mais e essencialmente ateniense” (MOSSÉ, 1989, p.196).

De fato, durante o século V a.C., a sociedade ateniense realizou alguns de seus mais significativos êxitos na política, religião ciências e artes: fosse na ágora, assembleia, banquetes ou no palco do teatro, as questões relacionadas a esses temas, foram debatidas infundável e apaixonadamente, por mestres ou diletantes.

Todavia, os anos finais do século de Eurípides, a democracia ateniense entrava em crise, em razão do abalo que acometeu um de seus principais pilares, a dizer, a noção de cidadania¹¹⁴.

A vitória espartana na Guerra do Peloponeso e o fim da proeminência ateniense sobre a Liga de Delos, modificaram a realidade social que permitia o equilíbrio e o exercício da cidadania – que como bem sabemos, não se achava estendido a totalidade da população de Atenas.

Não acreditamos incorrer em excesso, ao mencionarmos que somente homens acima dos dezoito anos de idade, livres e filhos de pais atenienses, poderiam ser considerados cidadãos; por sua vez, o exercício da cidadania viabilizava ao cidadão o direito de participar da vida política de Atenas e suas celebrações religiosas, possui terras e propriedades e desposar as mulheres de sua família.

Em virtude de se tratar de um sistema de governo direito, exercido diretamente pelos cidadãos, a democracia ateniense se achava assentada princípios como isonomia e isêgoria que, ao menos em via de regra, visavam garantir a paridade entre todos, mormente, nos aspectos políticos e jurídicos da vida política. Entretanto, mesmo com o amparo dessas noções, a classificação censitária estabelecida ainda nos dias de Sólon – embora que não restringisse, oficialmente, direitos e participação – pairava entre cidadãos da Atenas de Eurípides.

Diferentemente de seus antecessores que, cada qual a seu modo, exploraram os reveses das relações entre imortais e mortais, Eurípides levou aos palcos heróis e heroínas que, enfrentando contradições indiscutivelmente humanas, desempenharam o papel de algozes de si próprios. Por protagonistas, ou equivalentes, o poeta demonstrava empatia pelas histórias de homens e mulheres que enfrentavam as vicissitudes da existência humana, trazendo aos palcos uma concepção de mundo, e de indivíduo, angustiado e sofrido.

Cronista de seu tempo, Eurípides se interessou nomeadamente pela condição feminina na comunidade política, conferido protagonismo para as mulheres e suas querelas – o que não evitou a fama de misógino. Curiosamente, é na obra euripidiana, que encontramos significativos testemunhos acerca do estatuto das atenienses e sua realidade – casamento, maternidade, submissão sexual, virgindade, violência. Na tragédia de Eurípides, as mulheres foram reveladas em toda sua pungência e terror, deixando o público que acorria ao Teatro de Dioniso, atônito.

Suas heroínas eram mulheres que, diante de inesperados infortúnios, foram levadas a tomar decisões que desafiavam os padrões normativos, socialmente impostos a elas. Para

¹¹⁴ “Terra cívica, cidadania e guerra. Um quadro que delinea, para si mesma, a própria polis, na medida em que ela é livre, autônoma. Se o que está em jogo é a cidadania, e se a identidade da polis é dada pela mais profunda relação entre o cidadão – pequeno proprietário, soldado – e sua comunidade isonômica, se, enfim, não se diz Atenas, mas ‘os atenienses’ aquilo que se esvai com a experiência da cidadania democrática é a polis mesma. (ANDRADE, 2001, p.33).

Candido, as protagonistas femininas irrefletidas, se achavam entre os elementos que conferiam singularidade a obra de Eurípides, que apresentava “mulheres adúlteras, assassinas e dissimuladas, como seres ativos, atuando em espaços de predomínio exclusivo dos homens” (CANDIDO, 2007, p.10).

Aristófanes, comediógrafo contemporâneo de Eurípides, teria sido um dos criadores da reputação de misógino que lhe foi atribuída, especialmente quando consideramos o enredo da comédia *Tesmofórias*, onde um grupo de mulheres atenienses – insatisfeitas com o retrato que poeta trágico fazia, planejam uma vingança contra Eurípedes.

Considerando a produção euripidiana, Jennifer March questiona se ela poderia fornecer evidências da suposta misoginia do poeta, de modo que, após analisar as personagens femininas de tragédias como *Medeia*, *Hipólito* e *Bacantes* – mulheres perversas e causadoras de grandes males – conclui que o poeta “as retratou sem culpa ou condenação e, em vez disso, com uma visão clara e uma intensa compaixão por sua situação, à medida que elas são tragadas pela tragédia contra toda razão” (MARCH In POWELL, 2005, p. 51). McDonald, menciona o papel de Aristófanes na construção da imagem de misógino atribuída ao poeta, afirmando que ele concebeu heroínas que respondiam singularmente as adversidades da vida, “é de Aristófanes que temos a dúvida ideia de que Eurípides era um misógino. Ele era, em vez disso, um cientista das emoções focado em mulheres não convencionais e apaixonadas” (MCDONALD, 2010, p.120).

As heroínas de Eurípides desempenhavam, no palco do teatro, ações que a sociedade ateniense repudiava veementemente – infanticídio, infidelidade, insubmissão, bigamia, envenenamentos, suicídio. Contudo, na mesma medida com a qual algumas protagonistas euripidianas chocavam a audiência com suas ações sinistras, outras a comoviam por sua bondade e coragem.

Como manter a indiferença frente a dedicação de Alceste e seu terno sacrifício pela vida do marido? É possível não se emocionar com a bravura de Ifigênia, diante do cutelo assassino imposto pelas mãos do próprio pai? As lágrimas derramadas por Hécuba, pela morte de seus filhos, não são capazes de enternecer?

Eurípides expôs ao público do teatro de Dioniso, que a natureza feminina não poderia ser facilmente enquadrada nos princípios sociais tenazmente impostos – boas, más, generosas, egoístas, afáveis, previdentes – as mulheres poderiam dispor de todos esses adjetivos, os revelando na medida com que as situações exigissem.

Por sua sensibilidade, o poeta obteve êxito em revelar as nuances femininas – sendo essa, talvez, a razão pela qual sua obra se apresentasse pouco acessível para muitos espectadores

e críticos. Conforme assinala Hall, Eurípides teria sido coroado com o prêmio máximo em apenas quatro ocasiões, de modo que conquistou sua vitória final “com um desempenho póstumo, provavelmente em 405, de *Bacchae* e *Ifigênia em Áulis*” (HALL, 2010, p. 232).

As tragédias de Eurípides se particularizavam pela presença marcante do uso da retórica, como agregadora de efeitos trágicos aos diálogos das personagens, expondo a condição fortuita e ilusória dos valores humanos. Neste sentido, para Donald Mastronarde, “Eurípides destaca a lacuna entre entendimento e controle, mostrando que as qualidades mais valorizadas entre os homens podem ser enganosas e fúteis” (MASTRONARDE, 2010, p. 211). McDonald distingue a notável caracterização psicológica utilizada por Eurípides na composição de suas personagens, definindo a linguagem empregada pelo poeta como “acessível, e as vezes coloquial. Sua estrutura varia entre formas mais organizadas e convencionais (*Bacchae*, *Ifigênia em Tauris*) ou escassas e episódicas (*Troianas* e *Ifigênia em Áulis*)” (MCDONALD, 2010, p.120).

Considerando que significativa parte das tragédias euripídiana remanescentes, tem por título o nome de suas protagonistas femininas, não surpreende a presença de diversos elementos da vida das mulheres (casamento, maternidade, família, etc.) fossem temáticas frequente nas obras do dramaturgo ático.

Em tragédias como *Troianas*, a **virgindade** feminina é colocada como condição anterior ao casamento e sua perda, justificada somente em observância aos ritos matrimoniais – ao saber que sua filha Cassandra, sacerdotisa virgem de Apolo, seria reduzida a condição de amante de Agamêmnon, Hécuba lamentou profundamente. A constante vigilância sobre o corpo feminino, se associava a preocupação em garantir a legitimidade da prole que, futuramente, herdaria a propriedade familiar.

Desde os primeiros anos da infância, mesmo nas brincadeiras cotidianas, as meninas eram estimuladas a brincarem de bonecas e a cuidarem de pequenos animais domésticos – meios pedagógicos de algumas das atividades que desempenhariam ao longo de suas vidas, posto que “preparavam a menina para o casamento e a maternidade” (FANTHAM, 1994, p.104).

Normalmente, as jovens eram casadas a partir dos quatorze anos com homens que possuíam o dobro de sua idade, cerca de vinte e trinta anos, posto que aos olhos da sociedade grega “a necessidade de que a noiva fosse virgem, se relaciona com a crença dos antigos, de que as jovens eram lascivas e, assim, tornava desejável o casamento precoce” (POMEROY, 1999, p.64). Por outro lado, James Redfield argumenta que as filhas poderiam ser profundamente apreciadas por suas famílias, “a filha é o membro da família mais próxima do

pai, posto que não ser potencialmente substituta ou rival, como o filho, ou possuir um vínculo com outra linhagem, como a esposa” (REDFIELD, 1982, p.187).

Nomeadamente, o **casamento** realizado entre membros das classes dominantes, se colocava como oportunidade para estabelecer alianças políticas e econômicas: acordado unicamente pelos homens das famílias, firmando mediante vantagens materiais “é uma espécie de contrato entre duas casas, um compromisso oral feito diante de testemunhas, entre o pai ou tutor da jovem que a entrega ao futuro esposo” (MOSSÉ, 1990, p.55). Admitindo que na Atenas Clássica, um casamento legítimo consistia no contrato firmando entre o noivo e o *kyrios* da noiva, Redfield sentencia que “na vida real, a filha está destinada ao casamento, e mesmo enquanto ela canta na mesa de seu pai, está sendo escrutinada pelos olhos dos convidados, como possível noiva” (Op.cit. p.187).

Por certo, independentemente de sua condição econômica e social, o imperativo do casamento frequentemente se impunha como prerrogativa da existência feminina, “toda a mulher respeitável na Atenas clássica (ca. 480-324 a.C.) se tornaria uma esposa se pudesse; não se casar, como argumenta Medeia, não se apresenta como alternativa real” (FANTHAM, 1994, p.69).

Ainda que, na Atenas Clássica, a prática do **sacrifício** humano tenha sido incomum a época de Eurípidés, o poeta retomou a temática trazendo aos palcos do teatro, as mazelas sofridas por jovens que privadas de subir ao tálamo foram, antes, conduzidas ao altar sacrificial. Por certo, as sociedades antigas estabeleciam um nexó entre juventude e selvageria: por sua educação incompleta, moças e rapazes tendiam a apresentar comportamentos irrefletidos e impetuosos de modo que, em muito, se assemelhavam aos animais.

Tal raciocínio se evidencia quando consideramos heroínas eurípidiana como Macária, Ifigênia e Andrômeda, posto que conforme observou Loraux, tanto a noiva quanto a vítima animal, se caracterizam por sua submissão e passividade frente a vontade alheia, ao que “os sacrifícios trágicos esclarecem o ritmo muito cotidiano do casamento, pelo qual a virgem passa de um *kyrios* (tutor) a outro, do pai que a ‘dá’ ao marido que a ‘conduz’” (LORAUX, 1988, p.72). Em contrapartida, Redfield estabelece paralelos entre o casamento e o funeral, salientando que ambos acarretam mudanças físicas irreversíveis visto que “a perda da virgindade é menos grave que a perda da vida - ‘destino pior que a morte’ não é um conceito grego – mas acreditamos na ideia de que a mulher que morre antes do casamento, se casou com a morte” (REDFIELD, 1982, p.189).

A condição feminina frente a comunidade poliade, igualmente atraiu a atenção de Eurípidés: sob o governo de Péricles, entre 451-450 a.C., a legislação vigente exigia

naturalidade ateniense por parte das mães, como condição ao direito de cidadania: curiosamente, era no corpo desprovido de participação na vida pública, de algumas mulheres, que se poderia gestar os novos cidadãos de Atenas. Nesse sentido, Sarah Pomeroy distingue que, se tratando da polis dos atenienses do século V a.C., “papéis políticos na Atenas Clássica, devem ser considerados em termos de deveres, acima de direitos” (POMEROY, 1999, p. 60).

Novamente, podemos nos voltar ao texto euripídiano e assim encontrar, testemunhos acerca da condição de mulheres desprovidas de ascendência ateniense – como Medeia, princesa natural da Colquida, que chega a afirmar que “ao se deparar com novos costumes e leis, é preciso ser adivinha” (*Med.* 238-240). Todavia, as admoestações de Medeia contradizem – ao menos em parte – a tendência geral da sociedade ateniense, especialmente quando se tratava do zelo com relação as atenienses bem-nascidas e seus dotes.

Ao longo do século V. a.C., Atenas apresentou um significativo aumento de habitantes estrangeiros, os metecos e metecas, não obstante os tributos anuais cobrados a esses grupos. No que pertence as **estrangeiras**, se assume que em sua maioria fossem esposas de comerciantes ou outros tipos de profissionais que exerciam suas atividades na polis, o que levou Mossé a deduzir que “essas mulheres de metecos, seguramente, levavam uma vida bastante parecida com a das esposas dos cidadãos, se ocupando da casa, fiando e tecendo, dirigindo os trabalhos das servas” (Op.cit, p.67).

Não obstante que, em meados daquele século, a lei de Péricles desencorajasse o casamento com mulheres metecas, essas uniões mistas não foram, necessariamente, menos procuradas pelos cidadãos atenienses. Da mesma forma, não parece equivocado supor que, assegurar um casamento mais vantajoso, fosse do interesse das estrangeiras – que poderiam inclusive se valer de subterfúgios, “mulheres estrangeiras residentes em Atenas, eram tentadas a fingirem serem cidadãs com o objetivo de obter a segurança e vantagens de um casamento com cidadãos” (POMEROY, 1975, p.67).

Houve metecas que, por razões que somente podemos cogitar, se voltaram a prostituição, atendendo dos simples bordéis próximos ao Pireu de Atenas, até ao entretenimento domiciliar e das hetairas ‘companheiras femininas’, no topo da escala social desse tipo de profissional do entretenimento, sendo bem treinadas e possuindo talentos artísticos; as pornai estavam em último lugar” (FANTHAM, p.116). Ainda que reconhecendo a existência das duas categorias, Mossé argumenta que as hetairas seriam as únicas mulheres efetivamente livres em Atenas “saíam livremente, participavam dos banquetes ao lado dos homens, inclusive os recebiam em suas «casas» se tivessem a sorte de serem mantidas por um homem poderoso” (MOSSÉ, 1990, p.67).

Se por lado, a condição de mulher estrangeira, eventualmente apresentasse vantagens pontuais, o estatuto de **bárbara** possuía características sociais estigmatizantes – como bem expôs Medeia, princesa da Cólquida que vivendo em Coríntio, era identificada como bárbara pelos moradores daquela polis.

Etimologicamente, o termo bárbaro se aplicava ao falante de uma língua que soaria inteligível ao idioma grego, contudo, passou a agregar novos sentidos, sendo largamente empregado para designar diferenças étnicas e culturais que os gregos percebiam em outros povos. Os gregos são os precursores do pensamento binário “nós” e “eles” - infelizmente, uma lógica por assaz pungente no pensamento ocidental. Mas, segundo com Kostas Vlassopoulos, a construção da identidade grega se acha diretamente relacionada com a formas pelas quais se deu a interação de gregos e bárbaros “a formação e desenvolvimento da helenicidade e o papel dos não-gregos e suas culturas em sua formação e desenvolvimento” (VLASSOPOULOS, 2013, p.7).

Ao longo de sua história, a Grécia produziu diversas visões acerca das várias nações com as quais travou contatos – por vezes, observadores se mostraram genuinamente impressionados com as realizações estrangeiras, por outras, ufanavam a superioridade do estilo de vida grego, em detrimento das práticas alheias. Por certo, concordamos com o argumento desenvolvido por Helmut Heit que, considerando o movimento dialético que orientou as perspectivas gregas acerca dos bárbaros, sustenta que “a cultura grega pode ter alcançado um padrão universal, porque os gregos puderam apresentar significativos avanços por tudo aquilo que tomaram dos demais” (HEIT, 2005, p.735).

Os **etíopes**, eram conhecidos pelos gregos desde os tempos de Homero, sendo tomados como referência para indicar regiões longínquas do mundo. Séculos depois do aedo ter sinalizado a morada dos etíopes, Heródoto determinaria a localização de sua capital, “a grande cidade de Méroe” (*His.* 2.29), traçando um percurso a partir da cidade egípcia de Elefantina. Reconhecendo a amplitude etimológica que caracteriza o termo etíopes e o estatuto de Méroe como sede de seu governo, o povo ao qual Heródoto se refere, são os cuxitas.

Como vimos, em meados do século V a.C., para além do interesse esporádico de Heródoto, o mito de Andrômeda granjeou a atenção dos dramaturgos da Atenas Clássica que a trouxeram aos palcos do Teatro de Dioniso, reinventando o florescente amor de Perseu pela bela princesa bárbara, em meio a intrigas pelo poder e a antiga tradição de sacrifícios humanos.

Mas entre a ficção e a realidade, em que medida os atenienses poderiam ter efetivamente conhecido a sociedade “etíope”? Considerando as dificuldades que envolviam as viagens

marítimas pelo Mediterrâneo, qual seria o nível de conhecimento dos atenienses sobre os povos que habitavam as margens boreais da Líbia?

2 “A LÍBIA, ONDE CORDEIROS DE SÚBITO TÊM CHIFRES COMPLETOS¹¹⁵”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DO NORDESTE AFRICANO

Neste capítulo, tencionamos evidenciar aos profissionais das diversas áreas que estudam África, as vantagens provenientes da aproximação entre História e Geografia. Para tanto, consideramos a relevância em encetar uma investigação acerca das características gerais da geografia do continente africano, destacando aspectos físicos como solo, vegetação, clima e hidrografia. Procuramos, ainda, distinguir como as particularidades ambientais do continente africano, foram decisivas para o desenvolvimento do processo de hominização. Em seguida, destacamos o papel determinante da navegação do Rio Nilo e do Mar Mediterrâneo, em viabilizar a conectividade entre África, Europa e Ásia.

2.1 As contribuições da geografia para o estudo histórico da África

A África¹¹⁶ é o segundo maior continente do mundo, cobrindo uma área com cerca de 30.269.814 km² limitada pelos oceanos Atlântico e Índico. Em termos de densidade demográfica, abriga cerca de 14% da população humana – distribuída entre 55 países independentes e nove territórios, habitados por falantes de, aproximadamente, dois mil idiomas.

Se por um lado, tradicionalmente se atribuiu a África duas características dominantes – seus contrastes e formidáveis recursos naturais – por outro lado, desde meados do século XX estudiosos de diversas áreas têm se esmerado para resgatar a cultura e história africana, propondo teses inovadoras como a África como berço da humanidade e do processo civilizatório e, o Egito africano¹¹⁷.

¹¹⁵ *Od.* 4.85

¹¹⁶ “O nome África, no entanto, pode ser uma corruptela de um nome cartaginês originalmente usado pelos berberes. Os cartagineses, cujas origens remontam aos marinheiros fenícios, haviam chegado à costa norte da África já em 1000 a.C. Por volta de 800 a.C., os postos comerciais fenícios haviam se tornado colônias completas. Sua capital ficava em Cartago, atual Tunísia. Lá, fenícios e agricultores berberes nativos coexistiram, criando a singular cultura cartaginesa que durou até a conquista romana em, 146 a.C. Naquela época, Roma assumiu o controle das colônias comerciais, identificando a região mais setentrional do continente como a África” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p.3).

Entendemos que as referidas teses se acham relacionadas entre si, visto que o reconhecimento da África como palco do processo de hominização corrobora o pressuposto do continente como lar das primeiras comunidades humanas. Em solo africano, ocorreu o desenvolvimento de técnicas como a agricultura, pecuária, metalurgia e escrita, que culminaram na primeira forma de organização social de alta complexidade, o estado faraônico do Egito.

Entretanto, acreditamos que os historiadores e historiadoras empenhados em (re)escrever a história da África e suas sociedades, deverão travar diálogos com diversas disciplinas e, dentre elas, a geografia. Consideramos que a análise do panorama geográfico do continente africano, viabilizar-nos-á conhecer aspectos das atividades econômicas, organizações sociais, sensibilidades religiosas e artísticas, bem como estruturas políticas, considerando as interações dos povos com seu meio ambiente.

Podemos observar que, desde sua gênese, a geografia abarcou elementos das ciências naturais, exatas e humanas e que tal ação, por um lado, contribuiu para a ampliar o alcance de sua análise disciplinar e por outro, dificultou as tentativas de indicar com precisão seu aparato conceitual, observância metodológica e recortes temáticos.

A geografia, semelhantemente as outras disciplinas das Ciências Humanas, percorreu uma longa trajetória até sua consolidação enquanto ciência, conforme afirma Roberto Corrêa¹¹⁸ destacando o período em que a geografia conquistou reconhecimento e espaço no meio acadêmico. Segundo Manuel de Andrade, “a Geografia se tornou uma ciência autônoma a partir do século XIX, graças aos trabalhos dos geógrafos alemães, Alexandre von Humboldt e Karl Ritter” (ANDRADE, 2008, p. 18). Por sua vez, Milton Santos¹¹⁹, especifica a experiência

¹¹⁷ Ao que destacamos as hipóteses pioneiras do polímata senegalês, Cheikh Anta Diop, “ele produziu uma obra que o mundo científico não podia ignorar, demonstrando a origem africana da humanidade e da própria civilização ocidental. (NASCIMENTO, 2008, p.56).

¹¹⁸ “O conjunto de correntes que caracterizou a geografia no período que se estende de 1870 aproximadamente, quando a geografia se tornou uma disciplina institucionalizada nas universidades europeias há década de 1950, quando se verificou a denominada revolução teórico-quantitativa, é por nos identificado como geografia tradicional, que antecede às mudanças que se verificarão nas décadas de 1950, primeiramente, e, depois, na de 1970” (CORRÊA In CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2000, p.17).

francesa na instauração da matéria universitária de geografia, ocorrida em 1809, destacando as intenções dos países europeus em instrumentalizar os conhecimentos geográficos, segundo as finalidades de seus objetivos coloniais. E, de acordo com Francisco Mendonça¹²⁰, foi no final desse século que alguns eruditos se propuseram a passar, pelo crivo do método, os conhecimentos geográficos acumulados por séculos, para constituir a geografia enquanto ciência.

Compreendida enquanto uma disciplina descritiva e realista, que analisa os fenômenos humanos, físicos e biológicos verificados na superfície da Terra, a geografia transita entre diversas áreas do conhecimento – como as ciências humanas, sociais e exatas. Quando considerada precipitadamente, tal característica nos levaria a concluir que estamos diante de uma ciência de fugaz definição e, desse modo, cometer um silogismo absolutamente errôneo. Por certo, Mendonça¹²¹ e Santos¹²², não encontram dificuldades para definir objetivamente o que é a geografia.

Enquanto disciplina de síntese, dedica ao estudo dos eventos ocorridos na superfície do globo terrestre, a geografia investiga a relação da natureza e sociedade, “ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da

¹¹⁹ “A utilização da geografia como instrumento colonial não foi uma orientação isolada, particular de um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa [...] O ímpeto dado à colonização e o papel nela representado pela nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento. [...] A primeira cadeira francesa de geografia, estabelecida em Paris e vaga com a morte de A. Himly, coube a Vidal de La Blanche em 1899. A segunda cátedra, criada em Paris em 1892, foi a de geografia colonial, ocupada por M. Dubois. A segunda dessa mesma matéria, foi criada em 1937, foi ocupada por Charles Robequain” (SANTOS, 2004, p. 31).

¹²⁰ “A geografia, tendo como característica uma forte influência do conhecimento cultural, transmitido de geração a geração, portanto senso comum, foi por muito tempo desenvolvida socialmente sem que se possuísse o rotulo que conhecemos atualmente, pois o homem sempre foi geógrafo, no sentido mais amplo da qualificação. Somente no final do século XVIII é que alguns cientistas sistematizaram tal conhecimento, esfacelado ou disperso numa enorme gama de ciências e no saber cultural, e assim criaram a ciência chamada geografia” (MENDONÇA, 1996, p.15).

¹²¹ “Enquanto ciência tem por objeto de estudo as relações entre o homem e o meio, numa troca de simultânea de influências, a geografia se encontra preocupada com a compressão dos aspectos naturais do planeta tanto em especificidades quanto no seu inter-relacionamento e configuração em geral; também a sociedade, parte integrante deste inter-relacionamento, assume importantíssimo papel no contexto geográfico, dividindo igualmente com o quadro físico do planeta o rol de preocupações desta ciência”(MENDONÇA, 1996, p.17).

¹²² “Desde que a geografia começou a buscar sua individualização como ciência, os geógrafos tiveram a pretensão de que ela fosse, antes de tudo, uma ciência de síntese, isto é, capaz de interpretar os fenômenos que ocorrem sobre a face da terra, com a ajuda de um instrumental proveniente de uma multiplicidade de ramos do saber científico, tanto no âmbito das disciplinas naturais e exatas, quanto no das disciplinas sociais e humanas” (SANTOS, 2004, p.125).

natureza” (ANDRADE, 2008, p.21-22). Paulo Gomes ressalta que se trata de uma ciência que não se limita a “descrever as diferentes paisagens, como um longo inventário de formas regionais, é necessário interpretar estas formas como o resultado de uma dinâmica complexa” (GOMES, In CASTRO, GOMES; CORRÊA, 2000, p.58).

Portanto, se faz necessário reconhecer a geografia como uma ciência voltada para a análise de dois elementos preponderantes – a Terra e a humanidade – que se constituem em expedientes voláteis e heterogêneos, do ponto de vista metodológico, que ocasionam questionamentos variáveis segundo as referências adotadas pelo especialista.

Ocasionalmente, essa autonomia intelectual, levada às últimas consequências, promoveu a oposição entre a geografia física e a humana, ao que enfatizamos o juízo de Mendonça¹²³, que defende uma análise que considere as relações entre a sociedade e seu meio. Desse modo, percebemos a articulação entre os referidos segmentos da geografia, enquanto crucial aos objetivos de nossa pesquisa – ao que, destacamos o conceito de espaço.

Não obstante, os geógrafos reconheçam a existência de numerosas definições de espaço, destacam que quando nos referimos ao espaço relacionado a presença humana – meio para nossa manifestação das experiências materiais e subjetivas – se trata do espaço geográfico. Santos¹²⁴, destaca as dificuldades para estipular um conceito de espaço devido à multiplicidade de suas interpretações, mas afirma que o espaço geográfico se constitui como um espaço humano. Buscando aduzir as diversas acepções desse conceito, Roberto Corrêa¹²⁵ assinala que sua compreensão, viabiliza o estudo das práticas sociais dos grupos que o ocupam.

¹²³ “Convictos de que sociedade e natureza exigem metodologias próprias de análise, assim como da dificuldade em se trabalhar as duas variáveis na ótica de uma única ciência, torna-se fácil compreender a problemática da geografia, assim como a dicotomia geografia humana *versus* geografia física, mesmo que somente esse fato não justifique ou não deva ser usado para justificar uma série de caminhos incorretos percorridos por geógrafos [...] é importante assinalar que a geografia física não deve se isolar do contexto geral das ciências humanas, e vangloriar-se – em função de seu empirismo, muitas vezes exagerado –, de ser mais científica do que as outras geografias” (MENDONÇA, 1996, p.29).

¹²⁴ “Mas quando nossa curiosidade se transfere para o espaço humano, enormes dificuldades se levantam porque ele é a morada do homem, é seu lugar de vida e de trabalho. As formas com que se apresenta e o seu conteúdo são tão variados, que a tarefa de incluir em uma unidade de definição uma tão grande multiplicidade fatural surge como um obstáculo de peso, sobretudo porque tanto a terminologia cotidiana como a própria conceituação estão carregadas das múltiplas acepções correspondentes aos outros tipos de espaço. Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se responder” (SANTOS, 2004, p. 151).

¹²⁵ “Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representando por matrizes e grafos, descrito através de metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campos de lutas, o espaço geográfico é multidimensional. Aceitar essa multidimensionalidade é aceitar as práticas sociais distintas que, como HARVEY (1973) se refere, permitem construir diferentes conceitos de espaço” (CORRÊA In CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2000, p.44).

Assim, o espaço geográfico se acha intrinsecamente relacionado a realidade diária das sociedades humanas, se desdobrando em diversas expressões e influenciando diretamente sobre seu desenvolvimento, seus costumes e sensibilidades. Entendemos que essa abordagem é apropriada para analisar processos históricos ocorridos no território africano e suas regiões adjacentes – dentre as quais, o Mar Mediterrâneo, como veremos a seguir.

Com efeito, as aproximações entre história e geografia, se intensificaram a partir do movimento de reflexão epistemológica que, iniciado na década 1970, atingiu as ciências humanas. As duas disciplinas passaram a se interessar pela relação entre espaço e tempo, conforme assinalam Jacques Le Goff¹²⁶ e Andrade¹²⁷. Em contrapartida, Mendonça¹²⁸ critica a geografia regional, ou Escola Possibilista, proposta por La Blanche por haver agudizado a dicotomia entre os elementos físicos e humanos da disciplina.

Entre apologistas e detratores, a afinidade disciplinar entre a História e a Geografia frutificou na forma de obras que, rapidamente, alcançaram o *status* de clássicas – ao que mencionamos “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*” (1949) de Fernand Braudel. Historiador alinhado com a tradição dos *Annales*, foi influenciado pela obra de Vidal de la Blanche, investigando a relação entre as transformações do meio e sua influência na realidade social¹²⁹.

¹²⁶ “Lucien Febvre não cessou de ressaltar essa aliança entre a geografia humana e a história nova, por exemplo na nota necrológica consagrada a Jules Sion e a Albert Demangeon, onde lembra a frase de Jules Sion exigindo que o geógrafo ‘saiba o ofício do historiador’ e afirmando que ‘ele precisa pensar como historiador tanto como geógrafo’, ou na comemoração de Marc Bloch, a propósito de quem declara: ‘como muitos dentre nós, coetâneos seus ou mais velhos, ele sofre fortemente a influência dessa geografia que um mestre poderoso e engenhoso, Vidal de la Blanche, acabava de promover a disciplina nutriz’”(LE GOFF, 2005, p.33).

¹²⁷ “Os primeiros geógrafos franceses foram, inicialmente, historiadores de formação, como Vidal de la Blanche, Emanuel de Martonne e Jean Brunhes, e a história foi durante muito tempo a fonte da Geografia, que era inicialmente retrospectiva. Élisée Reclus, após escrever a sua famosa **Nova geografia universal**, em 19 volumes, escreveu um livro, não menos famoso. **O homem sobre a Terra**, em seis volumes, com a finalidade de fazer um corte vertical na ação do homem sobre o planeta, após concluir o majestoso corte horizontal, feito na mais extensa de suas obras. Para a Geografia a segunda obra talvez seja mais importante do que a primeira” (ANDRADE, 2008, p. 24).

¹²⁸ “Essa escola propiciou a ruptura concreta entre os dois ramos principais da geografia. A geografia física não era tratada dentro de um enfoque analítico, era uma mera descrição do quadro natural que poderia influenciar as atividades humanas, um simples apêndice da geografia humana que servia para, muito humildemente, dar uma espacialidade aos fenômenos sociais [...] Assim, atribuiu à geografia física uma missão impossível dado o caráter restritivo da abordagem – com abrangência ao nível da região, e podendo ser estendido, por comparações e analogias, para as escalas zonal e planetária” (MENDONÇA, 1996, p.31-32).

¹²⁹ “[...] uma história quase imóvel, do homem e suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta, de lentas transformações, feitas de muitas vezes de insistentes retornos, e de ciclos permanentemente reiniciados. Eu não quis negligenciar tal história, quase fora do tempo, no contato com as coisas inanimadas, nem me contentar com as tradicionais introduções geográficas da história, utilmente colocadas no limiar de tantos livros,

Em décadas posteriores, Peregrine Horden e Nicholas Purcell identificaram alguns limites do método braudeliano, sem desconsiderar que o estudo da história de qualquer região devia ter em conta a totalidade de seu meio ambiente. Em “*The Corrupting Sea: A study of Mediterranean History*” (2000) investigaram a história humana do Mar Mediterrâneo e sua região costeira, a partir de duas características principais¹³⁰.

E na primeira década do século XXI, o arqueólogo Cyprian Broodbank¹³¹ publicou o premiado “*The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*” (2014) conferindo distinção a agência humana, investigando a complexa interação entre os homens e mulheres e o meio que habitavam – a região mediterrânea.

Consideramos que o estudo das características físicas da superfície terrestre possibilita apreender seus efeitos na dinâmica da Terra e no desenvolvimento de todas as formas de vida. Acreditamos que os conhecimentos geográficos, nos permitem compreender diversos fenômenos e processos naturais que, em numerosas ocasiões, viabilizam interpretar fenômenos sociais e territoriais e, nesse sentido, podem contribuir expressivamente para a construção do relato histórico.

Uma vez reconhecida a imprescindibilidade de considerar as interações entre os primeiros homínidos e seu meio ambiente, a África, devemos analisar algumas características fundamentais geográficas do continente e, assim, realizar uma pequena digressão ao desviarmos nosso olhar do tempo histórico, e voltá-lo na direção do tempo geológico.

com suas paisagens minerais, suas lavouras e suas flores que são rapidamente exibidas e das quais não se fala mais, como se as flores não voltassem a casa primavera, como se os rebanhos deixassem de se deslocar, como se os navios não navegassem num mar real, que muda com as estações” (BRAUDEL, 2016, p.63).

¹³⁰ “A primeira delas é a longa história de como o mar Mediterrâneo foi encarado, em suas primeiras origens rastreáveis, a partir da noção de que suas águas constituem uma única entidade. A segunda, a qual não poderíamos separar de maneira tão abrupta da primeira, mas, de maneira oposta, interpretá-la como uma sequência moderna, que é a definição ‘científica’ da geografia física do Mediterrâneo: a resposta consolidada para a pergunta que a torna, tanto uma região como um mar” (HORDEN; PURCELL, 2000, p.10).

¹³¹ “[...] a transformação do antigo Mediterrâneo em um mundo humano não ocorreu de forma gratuita, mas surgiu como uma consequência de ações ao longo do tempo, [...] Se tal ‘mediterraneização’ foi, portanto, um processo dinâmico, envolvia necessariamente mudanças, muitas vezes conflituosas, e assim produzia vencedores e perdedores [...]. Em geral, como um lugar de mobilidade, de encontro e de fluxo, o início do Mediterrâneo constitui um lugar bom, instrutivo, até mesmo cautelosamente esperançoso para estudar o mundo” (BROODBANK, 2014, p.61).

Por certo, se trata de um período marcado pela ocorrência de eventos ou processos de expressiva envergadura – como movimentação de placas tectônicas, era glacial ou desenvolvimento e erosão de cadeias de montanhas – que dificultam mensurar o tempo, em termos de dias, meses ou anos. Não obstante, a inexistência de consenso entre os diversos especialistas, a versão comumente difundida da linha temporal da formação da Terra se encontra delimitada em éons, eras, períodos, épocas e idades¹³².

Assumindo tais parâmetros, destacaremos os acontecimentos verificados durante o período Pérmico quando, segundo a Teoria da Deriva Continental¹³³, o supercontinente Pangeia começou a perder sua integralidade entre 225 e 200 milhões de anos atrás, eventualmente se fragmentando em ciclópicas placas tectônicas.

No Mesozoico, duas colossais placas tectônicas se originaram da desintegração do supercontinente primordial, Gondwana e Laurásia, “a América do Norte, Groenlândia, Europa e Ásia, com exceção da Índia, formariam o continente da Laurásia e, a América do Sul, África, Madagascar, Índia, Austrália e Antártica constituiriam o continente de Gondwana, ao sul” (ARILLA et al., 2009, p.305).

Alguns especialistas defendem que esse tipo de fenômeno geológico, teria resultado no surgimento de mais de uma grande massa continental e afirmam que a desintegração da Pangeia resultou no “aparecimento de três grandes grupos: o continente do Atlântico Norte (Europa e América do Norte), o continente de Gondwana (África, América do Sul, Austrália, Antártica e Índia) e o continente de Angara (Sibéria e Mongólia)” (FERNÁNDEZ et al, 2010, p.133).

Se reconhece que, a cerca de 160 milhões de anos atrás, Gondwana iniciou um processo de fracionamento que posteriormente principiaria nas formações da África, América do Sul,

¹³² Parâmetros estabelecidos pela *International Commission on Stratigraphy*, conforme o *International Stratigraphic Guide – An abridged version* (1984), editado por Michael A. Murphy e Amos Salvador. Disponível em: <http://www.stratigraphy.org/index.php/ics-stratigraphicguide>. Acesso em: 12 nov.2019.

¹³³ Proposta inicialmente em 1913 por Alfred Wegener, geólogo e metrologista alemão, o conceito de deriva continental sustentava que os continentes, hoje separados por oceanos, outrora estiveram reunidos em uma única placa terrestre – a Pangeia. A teoria de Wegener foi extremamente mal-recebida no meio acadêmico da época, de modo que, somente dez anos depois, começou a conquistar seus primeiros defensores: dentre eles, Alex L. du Toit, geólogo e arquiteto sul-africano, que defendeu a existência de uma massa terrestre na região sul do globo – Gondwana. De acordo com Saul Dubow “Em *Our Wandering Continents* (1937), du Toit procurou explicar a ‘arquitetura do mundo’. Apesar de ser dedicada à memória de Alfred Wegener, esta obra veio, na verdade, modificar a visão de Wegener da existência de um único supercontinente, a Pangea, ao propôr a existência de duas grandes massas continentais hemisféricas: Laurásia, no norte, e Gondwana, no sul” (DUBOW, 2014, p. 89).

Índia e Austrália. Novamente, as evidências paleogeográficas atestam que essas regiões, outrora se achavam agregadas ou extremamente próximas, conforme afirma Richard Huggett¹³⁴.

A originalidade geográfica do continente africano se acha relacionada a esses remotos processos orogênicos da crosta terrestre, posto que “admite-se, em geral, que a África pertence a um continente muito antigo que, antes de se desunir e se deslocar vagarosamente, compreendia a América, o sul da Ásia e a Austrália” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p.345-46).

Ao considerarmos o relevo da superfície terrestre, enquanto decorrência da ação de forças contrárias que intervêm diretamente sobre o material litológico da crosta terrestre, modificando sua aparência e estrutura, uma análise preliminar do território africano, nos permite identificar algumas características advindas desses processos orogênicos, ocorridos no tempo geológico.

2.2 Aspectos Geográficos do nordeste africano¹³⁵

As heranças tectônicas decorrentes do processo de fragmentação da Gondwana, se manifestam na posição geográfica da África que, afastada da América pelo Oceano Atlântico e da Península Arábica pelo Oceano Índico, se encontra próxima da Europa, através dos estreitos setentrionais do Mediterrâneo e Mar Vermelho.

Do mesmo modo, podemos identificar como resultado dos pretéritos eventos geológicos, a significativa extensão territorial da África, perpassada por três paralelos terrestres (Equador, Trópicos de Câncer e Capricórnio) e o Meridiano de Greenwich.

¹³⁴ “O gênero *Nothofagus* (faias do sul) consiste em cerca de 60 espécies de árvores e arbustos sempre-verdes e decíduos, e sua distribuição atual é disjunta, encontrada em regiões remanescentes d Gondwana – América do Sul, Nova Zelândia, Austrália, Nova Caledônia e Nova Guiné, e Antártica (pólen fóssil da idade do Oligoceno), mas não a África. Como esta planta possui sementes inadequadas à dispersão a longa distância, a conclusão normalmente tirada é que a moderna faixa disjunta do gênero resultou do rompimento da Gondwana, que foi um evento de vicariabilidade” (HUGGET, 2010, p.178).

¹³⁵ Tendo em vista, as características que o continente apresenta na contemporaneidade. Não ignoramos que, o mais indicado, seria trazer as condições geográficas da Antiguidade; entretanto, tal intento constituiria uma pesquisa de espectro extremamente denso, competindo com a temática central dessa tese.

O continente africano se singulariza por sua estrutura compacta, sendo praticamente desprovido de penínsulas ou cabos, apresentando reduzido número de arquipélagos e escasso em ilhas – ao que se excetua, evidentemente, a extensa Madagascar. Apresenta contornos de considerável uniformidade devida, em parte, a erosão de seu relevo cristalino, composto por rochas metamórficas e magmáticas.

Acerca dos atributos geomórficos da África, Diarra¹³⁶ acentua sobre a condição maciça do relevo africano e, em entendimento semelhante, A. Mabogunje¹³⁷ menciona sua robustez. Karl Butzer e H. B. S. Cooke¹³⁸, salientam a assimetria entre os tamanhos dos hemisférios – que caracteriza o formato da África, como resultado de milhões de anos de processos geológicos.

¹³⁶ “O caráter maciço da África é realçado pela ausência de recortes profundos na costa, presentes, por exemplo, na Europa e na América Central. Além disso, as ilhas não constituem uma parte significativa do continente, cuja forma esculpida é fortemente acentuada pela simplicidade do contorno e pelo fraco desenvolvimento da plataforma continental. Um rebaixamento do nível do mar pouco afetaria a configuração da África, pois a curva batimétrica de 1000 m geralmente fica próxima da costa. O continente parece ainda mais maciço devido ao pesado relevo, frequentemente representado por planaltos cujas bordas se erguem para formar dobras costeiras que os complexos fluviais atravessam com dificuldade” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p. 349).

¹³⁷ “Vastas zonas da África repousam sobre massas rochosas classificadas entre as mais antigas do planeta. As rochas cristalinas antigas, consideradas o ‘pedestal’ rochoso do continente, recobrem pelo menos um terço de sua superfície. Compreendem sobretudo granitos e rochas metamórficas, como os xistos e os gnaisses. Algumas são altamente mineralizadas” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p. 368).

¹³⁸ “[...] assumiu sua forma atual como resultado de elevação progressiva, deformação suave, erosão e deposição nos últimos 500 milhões de anos, sem os fortes episódios de dobramento e deslocamento de construções nas montanhas, tão familiares na maioria dos outros continentes; o Atlas, as cordilheiras do Cabo e parte da costa da Mauritânia são a exceção” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p.3).

Mapa 1 – África e as regiões do Mediterrâneo: Principais impérios e reinos (3000 a.C.-700

b.C)



Mapa: PAGE, Willie F.; DAVIS, R. Wunt. *África e as regiões do Mediterrâneo: Principais impérios e reinos (3000 a.C.-700 b.C)*: A Learning Source Book, 2005. Indisponível. 1:800

Cumpre referir, a singular inacessibilidade da África por via marítima, posto que seu litoral é recortado e desprovido de enseadas ou portos naturais; apesar dos rios africanos disporem de trechos navegáveis, poucos favorecem acesso ao mar.

O clima africano se acha correlacionado ao seu relevo, tendo em vista as interações entre ambos, dado que a superfície terrestre pode alterar as condições climáticas de uma área, por meio de encostas íngremes que dificultam a estabilidade e formação do solo. De igual modo, o

clima influi como a gente restritivo na aparência, amplitude e ritmo dos processos de enculturação das formas do relevo, a medida com que ele entra em contato com a atmosfera.

Consequentemente, em relação às características climáticas da África, se faz necessário retomar sua localização no globo – entre os trópicos de Câncer e Capricórnio, transpassada pela linha do Equador – premissa que confere ao continente o predomínio de climas quentes, caracterizado por altas temperaturas e distribuição desigual da densidade pluviométrica.

Ainda assim, dentro do clima relativamente uniforme da África é possível identificar a presença de desertos, pastagens e ricas florestas tropicais – cuja alternância, em termos de terreno e no clima, influenciou decisivamente a vida das sociedades africanas da Antiguidade.

Se tratando de desertos, devemos mencionar o Saara – o maior deserto quente do mundo – que domina a paisagem árida e quente do nordeste africano, formando uma “imensa área de quase 9 milhões de quilômetros quadrados, que apresenta grande diversidade geográfica, climática e de ocupação humana” (SMITH In CLARK, 2008, p. 394).

Tanto por sua extensão como por seus efeitos climáticos, o Saara divide o continente em duas grandes regiões, o Norte da África e a África Sub-saariana. Por certo, aludimos uma divisão estritamente geográfica - em termos de condições climáticas, pluviosidade, vegetação, etc. - dado que partilhamos do entendimento de Elisa Nascimento quando afirma que “o seccionamento da África e o processo de escamotear a história das civilizações subsaarianas impõem-se como eixos fundamentais à formulação de teorias racistas antiafricanas” (NASCIMENTO, 2008, p. 50).

Cobrindo quase a totalidade da África boreal, o deserto em uma ampla zona subtropical, até alcançar as águas do Atlântico oriental e, a oeste, atingir o Mar Vermelho, no norte, suas areias formam praias para o Mar Mediterrâneo e ao sul, sua aridez principia a esmoer próximo à savana do Sahel.

No passado, sua paisagem do Saara se notabilizava pelo predomínio de dunas arenosas e terreno pedregoso, uma topografia regular com exceções pontuais, mas significativas, de montanhas e cordilheiras. Desse modo, H. J. Hugot complementa a caracterização do deserto, salientando que “além da extrema raridade de água, grandes diferenças entre as temperaturas diurnas e noturnas e a abundância de areia, que, eternamente mobilizada pelo vento, inflige intensivo desgaste a um modelado senil” (HUGOT In KI-ZERBO, 2010, p. 657).

Embora as principais características naturais do Saara, sejam heranças do período geológico, a seca e calor nem sempre dominaram: até finais do Quaternário Inferior, o deserto africano possuía clima úmido, chuvas constantes, hidrografia diversificada e uma vegetação do

tipo savana. Nesse sentido, Said¹³⁹ destaca a existência de desacordo entre os especialistas da história geológica do Saara.

Sob tais condições climáticas, os primeiros grupos humanos que habitaram as pradarias úmidas do Saara, deram início as primeiras tentativas de cultivo de vegetais para o consumo alimentar. De acordo com Willie Page e R. Davis, “a revolução agrícola ocorreu entre 9.500 e 8.000 anos atrás e mudou significativamente como os alimentos eram produzidos” (PAGE; DAVIS, 2005, p.5).

Entretanto, por essa época, a paisagem do Saara começa a se alterar: a temperatura aumenta e as chuvas se tornam escassas, comprometendo a existência de rios e lagos que, mais do antes, dependiam de suas contribuições. Lentamente o Saara, se transforma em um deserto árido e quente, cujo esgotamento da flora e fauna, tornaram diversas regiões impróprias para a vida humana, trazendo aos grupos que as povoavam, a necessidade de buscar paragens menos hostis.

De fato, se trata de um momento histórico no qual a natureza influenciou diretamente a existência dos homens e mulheres que, vivendo no despojar do uso de tecnologias líticas, possuíam meios limitados para alterar sua dimensão biofísica segundo suas necessidades. Nesse contexto, de movimentos hesitantes, os primeiros grupos humanos, “mais do que estabelecer ‘contatos’ pontuais, vivem por meio do mundo natural, dependendo dos fluxos de matéria e energia que garantem a reprodução da atmosfera, da hidrosfera, da biosfera, e assim por diante” (PADUA, 2010, p. 91).

À medida que o processo de desertificação se consolidava no Saara, os grupos humanos assentados próximo de rios e lagos, se colocaram em marcha na busca pelo acesso à água. De acordo com Hugot, “a onda mais antiga parece ser a que, formada às margens do Nilo, na altura de Cartum e Esh Shaheinab, realizou um movimento de leste a oeste ao longo dos grandes lagos” (HUGOT In KI-ZERBO, 2010, p. 673-74).

¹³⁹ “Alguns autores sustentam que foi um deserto durante todo o Fanerozoico e que os períodos úmidos representam variações anormais na história de uma aridez contínua. Outros sustentam que a desertificação é um fenômeno recente, correspondente ao atual sistema de distribuição das massas de ar. São irrefutáveis as evidências de que, no passado, o deserto conheceu climas mais úmidos. Dentre essas evidências incluem-se tanto o sistema de distribuição da fauna quanto certas características sedimentares que só podem ser explicadas pela hipótese da existência de um clima mais úmido no passado. Sabe -se que determinados animais nativos da África Central viveram no deserto, e não poderiam ter migrado para lá a não ser por corredores de vegetação ou água. Encontraram-se espécimes do crocodilo da África Central em covas d’água no interior de ravinas profundas dos maciços de Ahaggar e Tibesti; o *mudfish* africano foi encontrado no norte até o oásis de Biskra, ao sul da Tunísia. As características do sistema de drenagem do deserto indicam a ocorrência, no passado, de índices pluviométricos mais elevados” (SAID In KI-ZERBO, 2010, p.411-12).

Locais como a bacia do Chade, se mostravam convidativos a presença humana, atraindo mesmo grupos praticantes do nomadismo sazonal, de modo que “os últimos caçadores e coletores foram incorporados ou deslocados pelos pastores nômades e particularmente pelos criadores de gado” (SMITH In CLARK, 2008, p.396). E conforme observou Obega, “agricultores, pastores e pescadores vivem na zona meridional, onde as águas flúvio-lacustres fecundam as terras, tornam verdes os pastos, atraem periodicamente uma multidão de pescadores” (OBENGA In KI-ZERBO, 2010, p.62).

Entendemos que em grande medida, aspectos da vida, como modos de produção, ordenamento social, expressões linguísticas e crenças religiosas dos diferentes povos e sociedades, foram estabelecidos em considerável simetria com as condições naturais¹⁴⁰ ao longo da história.

Como vimos, não se trata apregoar determinismos geográficos, mas reconhecer que, no passado, os primeiros grupos humanos dispunham de poucos conhecimentos para alterar o meio natural, de acordo com sua vontade. Antes de colocar os seres humanos homens como reféns de sua condição, preferimos a noção de que procuravam criar possibilidades de uso para quaisquer recursos que encontrassem a sua disposição, “ao mesmo tempo em que se beneficiava das riquezas animais oferecidos pelas diferentes zonas de vegetação, o homem explorava essas mesmas áreas para abastecer -se de frutas e raízes comestíveis” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p.371).

Assim, longe de se colocar como um obstáculo natural intransponível, as areias do Saara viabilizaram diversos contatos entre povos e culturas desde os extremos do continente africano, além de promover contatos com o Mar Mediterrâneo, Península Arábica e o Oriente. Conforme salienta Nascimento¹⁴¹, o estudo da história da região saariana, revela uma realidade assaz contrária a ideia de que o deserto seccionasse o continente africano.

¹⁴⁰ “As condições climáticas – portanto, as condições agrícolas – existentes na aurora das primeiras grandes civilizações da África não eram as mesmas que iriam prevalecer mais tarde, e isso deve ser considerado quando se estudam as relações dessas civilizações com os povos vizinhos [...] A vida em comunidade não é – e não pode ser – a mesma nas grandes zonas desérticas subtropicais do norte e do sul e na floresta equatorial, nas cadeias de montanhas e nas bacias fluviais, nos pântanos e nos grandes lagos” (MOKHTAR; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p. XXXIV).

¹⁴¹ “O artifício de dividir a África pelo Saara transmite a noção errônea do deserto como uma barreira intransponível, capaz de isolar os povos subsaarianos do rumo da história vivida no norte do continente. Entretanto, o fluxo de comerciantes, viajantes e migrantes atravessando o Saara, nos dois sentidos, caracterizou um intercâmbio ativo e constante entre os povos ao norte e ao sul do deserto desde tempos imemoriais” (NASCIMENTO, 2008, p. 50).

Reconhecendo que as várias regiões climáticas da África se vinculam a sua localização na zona tropical, os especialistas diferem acerca da classificação dos diferentes tipos climáticos que atuam sobre o continente. Page e Davis¹⁴² identificam no continente africano a presença dos climas tropical, desértico e mediterrâneo. Butzer e Cooke¹⁴³, referem quatro tipos de regiões climáticas: áridas, semiáridas, úmidas e semiúmidas e, mesmo Diarra¹⁴⁴ que distingue quatro zonas climáticas, considera critérios como volume pluviométrico e temperaturas.

Em desacordo com as classificações desses autores, I. R. Said¹⁴⁵ ao analisar as principais mudanças paleoclimáticas, ocorridas durante o Pleistoceno, as cotejando a vista das regiões

¹⁴² “As regiões tropicais equatoriais de floresta tropical na África Central são delimitadas ao norte e ao sul por pastagens de savana, delimitadas pelo deserto. No extremo noroeste e sudoeste da África está uma região de clima ameno, do tipo mediterrâneo” (PAGE; DAVIS, 2005, p. 59).

¹⁴³ “A região montanhosa da África Oriental é mais fria e seca que o restante do cinturão equatorial [...] em termos de ambientes áridos, semiáridos, úmidos e semiúmidos, mas reconhecendo ainda cinturões de chuvas predominantemente de inverno ou verão e um eixo equatorial com chuvas duplas e equinociais temporadas. [...], com efeito, as periferias norte e sul do continente desfrutam de climas mediterrânicos com invernos úmidos e frios ou estações de transição chuvosas. A queda de neve não é incomum e a precipitação está ligada a distúrbios de viagem na circulação oeste de latitude média, com massas de ar frio de nível superior ocasionalmente penetrando nos círculos trópicos, ou mesmo no equador” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p.20-22).

¹⁴⁴ “*Climas equatoriais*: caracterizam as regiões centrais que, em ambos os lados do Equador, deparam com duas passagens equinociais da frente intertropical, às quais são ligadas fortes precipitações. Desde o sul de Camarões à bacia do Zaire, ocorrem chuvas abundantes durante o ano todo. O ar fica saturado de vapor de água em todas as estações. [...] *Climas tropicais*: manifestam-se na vasta área influenciada pelos deslocamentos da frente intertropical, ao norte e ao sul da zona equatorial. O noroeste da África, entre o 4º de latitude e o Trópico de Câncer, possui uma gama variada de climas, desde as duas passagens equinociais ao sul à passagem solsticial única ao norte. [...] *Climas desérticos*: os climas desérticos caracterizam as regiões situadas de ambos os lados dos trópicos. O índice pluviométrico é inferior a 250 mm e as precipitações bastante irregulares. O Saara, o maior deserto quente do mundo, recebe no total menos de 100 mm de chuva por ano. [...] *Climas mediterrâneos*: os climas mediterrâneos do Magreb e da extremidade meridional da África têm por peculiaridade a divisão do ano em duas estações, uma fresca e chuvosa e outra quente e seca” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p.355-357, GRIFO NOSSO).

¹⁴⁵ A *zona equatorial* cobre atualmente a região da bacia do Zaire, no oeste da África, caracterizada por ventos pouco variáveis, ligeiras diferenças sazonais de temperatura e umidade, tornados e tempestades frequentes. [...] A *zona subequatorial* abrange a maioria da região média da África, caracterizando-se pela presença de massas de ar de tipo equatorial no verão e de tipo tropical no inverno. O inverno é seco e ligeiramente mais fresco que o verão. [...] A atual *zona tropical* da África possui um regime de ventos provenientes sobretudo do leste e nítidas variações sazonais de temperatura. A parte ocidental desta zona, situada na costa do Atlântico, apresenta alísios estáveis, temperatura amena, alta umidade atmosférica e baixíssima pluviosidade. A parte restante abrange os grandes desertos do norte e do sul do continente. São regiões quentes e áridas, com uma grande variação diurna de temperatura e um máximo absoluto de temperatura. A *zona subtropical* compreende as extremidades setentrional e meridional do continente e se caracteriza pela presença de massas de ar tropicais no verão e de massas de ar de tipo temperado no inverno. A temperatura e a pluviosidade sazonais variam consideravelmente. As regiões de clima mediterrâneo apresentam tempo bom e claro no verão, e chuvoso no inverno (SAID In KI-ZERBO, 2010, p.403-410, GRIFO NOSSO).

climáticas predominantes da atualidade da África, estabelece duas classificações climáticas: zonas equatorial e subequatorial; e zonas tropical e subtropical.

Diferentemente de Butzer e Cooke, Diarra e Said, Mabogunje¹⁴⁶ não tipifica o clima africano, se limitando a mencionar a aridez que caracteriza grande parte do continente, a disparidade dos índices pluviométricos de uma região para outra e, neste sentido, a relevância das reservas de água, para o desenvolvimento das populações.

O controle e abastecimento de água potável foi e é uma preocupação em todo o continente africano, de modo que, a busca e garantia desse recurso natural indispensável a existência humana, influenciou decisivamente na construção do modelo de desenvolvimento e ocupação da África.

Contudo, a despeito das altas temperaturas e a irregularidade pluviométrica, seria equivocado simplesmente descartar seu potencial hidrográfico ou reduzi-lo aos seus maiores rios, posto que o continente africano possui dos maiores corpos de água doce do mundo, o Lago Vitória.

Se, regularmente, a interação entre condições climáticas e topográficas impactam diretamente sobre a estrutura e dinâmica de um padrão hidrográfico, a diversidade de climas e relevos da África influenciaram qualitativamente em processos como o curso de rios e a disponibilidade da água potável.

Por certo, o território africano possui grande diversidade de águas continentais – lagos, rios, bacias hidrográficas, vales, lagoas, uádi¹⁴⁷, pântanos e estreitos. Dada a impossibilidade de realizar uma análise pormenorizada de tantas categorias, sem comprometer os objetivos dessa pesquisa, consideraremos os tipos hídricos que, ao longo da história, apresentaram maior adequação as necessidades humanas¹⁴⁸.

¹⁴⁶ “Não se deve subestimar a importância das reservas de água na evolução da história da África. Se há áreas do continente com os mais altos índices pluviométricos do mundo, outras há que apresentam os índices mais baixos. As imensidões do Saara e do Calaari são o testemunho irrefutável da implacável aridez de grandes porções da África. Mas, além dos desertos, a vasta zona das savanas recebe precipitações apenas satisfatórias, o que torna a vida humana, nessas regiões, na maioria, dependente das caprichosas flutuações dos ventos portadores de chuva. O fato não seria tão alarmante se fosse possível recorrer a outras fontes de água, como rios, lagos e lençóis freáticos” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p. 380).

¹⁴⁷ Segundo o Dicionário Houaiss, “uádi” designa o leito seco de um rio, no qual as águas correm apenas na estação das chuvas. O termo é usado nas regiões desérticas do norte da África e da Ásia, comumente empregado em topônimos.

¹⁴⁸ Atualmente, se estima que o continente africano possui cerca de dezessete bacias principais (formadas pelos lagos e rios mais robustos), e cinco bacias secundárias, constituídas pelos referidos tipos, porém em menor proporção. Dados os objetivos dessa pesquisa, não inventariaremos sua totalidade.

Por definição, lagos são corpos de águas estáticos e interiores, formados por escoamento superficial de rios e geleiras, apresentando irregular potencial de armazenamento hídrico. Geralmente, são compostos por água doce como o Lago Superior (Canadá/Estados Unidos), Tahoe (Estados Unidos) e o Vitória (África Ocidental).

No entanto, podemos distinguir lagos como o Mar Cáspio (Eurásia), o Mar Morto (Oriente Médio) e o Grande Lago Salgado (Estados Unidos) que trazem águas salinas, devido às particularidades de seu processo de evaporação – que recicla a água para a atmosfera, fazendo com que os minerais dissolvidos se acumulem em suas águas.

O Lago Vitória, ou Nyanza, se encontra localizado entre a Tanzânia e Uganda, fazendo ainda fronteira com o Quênia, tomado como o maior lago da África e o principal tributário do Rio Nilo. Sua extensão total é de 69.510 km², sendo o seu maior comprimento no sentido norte a sul, quando atinge 338 km² de superfície; sua bacia de 238.900 km², faz do Lago Vitória a principal fonte de água potável para a população do Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

Efetivamente, cada corpo de água dispõe de sua própria bacia hidrográfica, ou seja, sistemas abertos que captam e conduzem o fluxo da água e diversos sedimentos, geralmente por meio da drenagem. É bastante comum ocorrer a confluência de pequenas ou sub-bacias, em direção a fluxos de corpos de água mais robustos, resultando na formação de grandes sistemas lacustres ou fluviais.

Por outro lado, rios são os cursos de água doce que, por ação da gravidade, se movimentam entre porções de terras que lhe são adjacentes, denominadas canais. Os rios podem se originar a partir de escoamento superficial (derretimento de gelo e neve), de nascentes (mediante processos de exsudação de águas subterrâneas) embora, na maior parte dos casos, por meio da precipitação direta.

Conforme previamente aludido, a África possui alguns dos mais extensos e volumosos rios do mundo, dentre os quais o Rio Congo, Níger e, evidentemente, o Nilo. De fato, os rios africanos desempenharam papel fundamental para o desenvolvimento humano ao viabilizarem a agricultura e facilitarem a realização de viagens, comércio e política. Isto posto, identificamos brevemente alguns aspectos dos rios mencionados.

Ao deixar sua nascente na Zâmbia, o rio Congo percorre cerca de 4.666 km² até alcançar o Oceano Índico, enquanto drena a maioria África Central. Seu potencial para irrigação,

navegação, pesca e ecoturismo, reconhecido a algumas décadas, ainda não foi plenamente aproveitado em benefício dos países¹⁴⁹ que se acercam de sua bacia hidrográfica.

Com seu manancial localizado na Guiné, o rio Níger corre até o planalto de Adamaua, no norte dos Camarões, onde se encontra com o rio Benué, para então atravessar toda a extensão da Nigéria antes de desaguar no Oceano Atlântico. Possuindo aproximadamente 4.183 km de extensão, o Níger dispõe da maior bacia hidrográfica da África Ocidental – chegando a atingir uma área de 2.113, 200 km – que se caracteriza por seu expressivo potencial agrícola e hidrelétrico.

Por sua relevância aos objetivos dessa pesquisa, o Nilo receberá maior atenção de nossos esforços investigativos nas páginas subsequentes, de modo que, por hora, nos limitaremos a referir que se trata de um rio atinge 6.677 km.

Fluindo através do Lago Vitória, o Nilo alcança o Lago Alberto (situado entre Uganda e República Democrática do Congo) onde segue em direção ao norte para se unir aos rios Bahr al-jabal (localizado Sudão do Sul), Nilo Branco e ao Nilo Azul, para então, contornar a Uganda, República do Sudão e Egito, para desaguar no Mar Mediterrâneo.

Tendo em vista, as particularidades dos regimes apresentados pelos rios africanos, Diarra aponta que “os ritmos pluviométricos regulam os regimes hidrológicos, equivalendo a dizer que as variações sazonais dos débitos fluviais estão diretamente ligadas ao regime anual de precipitações” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p.359). E embora se furte do exame específico das condições hidrográficas, Mabogunje observa que “o regime dos rios acompanha de perto o das chuvas, sendo de pouca ajuda durante os períodos de precipitações insuficientes ou de prolongada estiagem, quando secam até mesmo os leitos dos rios” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p.380).

Com efeito, solo, clima, hidrografia e vegetação se encontram dispostos em uma correlação íntima, posto que, embora o solo e a vegetação sejam diretamente influenciados pelos níveis de energia solar, as chuvas, fluxos fluviais, ventos e a cobertura vegetal agem sobre as temperaturas e precipitações, fornecendo cobertura e matéria orgânica de maneira que o solo possa obter suas necessidades de nutrição.

¹⁴⁹ Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Malawi, Ruanda e Tanzânia.

Entretanto, podemos observar que, em climas tropicais há o predomínio do calor constante, chuvas estivais, elevados níveis de umidade atmosférica, temperaturas elevadas ao longo do dia que apresentam quedas ao anoitecer e, mesmo, chuvas moderadas e bem distribuídas.

O continente possui uma ampla zonação latitudinal causada pela reduzida quantidade de cadeias de montanhas altas que, ao criarem zonas ecológicas, comprometem a circulação das massas de ar marítimas no interior africano. Butzer e Cooke assinalam que somente “a região oeste do continente, pode abrigar a floresta tropical, embora o padrão de vegetação apresente notável simetria nas partes norte e sul do continente” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p.20).

Considerando que elementos climáticos e pedológicos, influenciam na configuração das paisagens, Diarra registra que as florestas tropicais se acham localizadas na região central do continente africano, “a vegetação característica é a floresta densa, úmida e alta, que se divide em diversos estratos sucessivos. Lianas e epífitas acentuam a obscuridade causada pela superposição das folhagens sempre verdes” (DIARRA IN KI-ZERBO, 2010, p. 363). Analogamente, Said registra que climas subequatoriais, como na região média da África, “compreendem áreas com umidade abundante que sustenta uma vegetação de savana tropical. As bordas setentrional e meridional, entretanto, apresentam atualmente uma vegetação de estepe tropical” (DIARRA IN KI-ZERBO, 2010, p. 403). Ao discorrer sobre a savana, Mabogunje¹⁵⁰ assinala que a savana tropical, se encontra relacionada com baixas latitudes e as variações de umidade dos climas tropicais, enquanto Butzer e Cooke¹⁵¹, salientam que na savana, as chuvas são escassas e esporádicas, leves no inverno e tempestuosas no verão.

¹⁵⁰ “Na orla da floresta, a savana pré-florestal comporta ainda grandes árvores, que são, todavia, menos numerosas que os arbustos; a cobertura herbácea adquire maior importância. As florestas-galerias acompanham os cursos d’água em faixas aproximadamente largas. A floresta-parque justapõe espaços arborizados a superfícies com menor cobertura, onde aparecem principalmente gramíneas altas. As savanas herbáceas destituídas de árvores resultam, sem dúvida, do desmatamento efetuado pelo homem e da laterização do solo. Mais além da floresta densa, a savana herbácea, constituída de um tapete contínuo de ervas altas, cede gradualmente lugar à savana arbustiva, onde com frequência o solo aparece desnudado entre trechos de cobertura herbácea” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p.363).

¹⁵¹ “O restante do cinturão tropical é de sub-úmido a úmido, com chuvas de verão e uma cobertura vegetal que varia, apresentando vegetação do tipo savana decídua de árvores baixas e floresta seca a semi-decidual, floresta do tipo savana de árvores altas, terrenos abertos constituídos por campos e grupos dispersos de árvores, ou mosaico de savanas” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p.23).

O clima equatorial se caracteriza pelas altas temperaturas, que apresentam fracas oscilações, atmosfera constantemente úmida e chuvas substâncias distribuídas entre duas estações, circunstâncias, essas, que favorecem a vegetação equatorial. Para Butzer e Cooke, as florestas equatoriais teriam surgido ainda em finais da era Cenozoica, “as florestas sempre verdes do cinturão equatorial foram reduzidas a pequenos refúgios, à medida que a vegetação semiárida se expandia pela maioria das paisagens da savana africana” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p. 24). Igualmente, J. E. G. Sutton menciona a existência desse tipo vegetação, durante Idade da Pedra Média, “quando os limites da floresta equatorial se estenderam, fato, no entanto, bastante discutível” (SUTTON In KI-ZERBO, 2010, p.539). Desconsiderando questões de cronologia, R. de Bayle des Hermens alude que a floresta equatorial se prolonga geograficamente pela África Central, “zona essencial equatorial, e sua cobertura vegetal, incluir pela grande floresta, é a mais densa de toda a África” (HERMENS In KI-ZERBO, 2010, p.591) e, de acordo com F. Van Noten et al.¹⁵², esse tipo de vegetação se encontra presente ao norte e ao sul do continente.

Climas desérticos apresentam baixos níveis de umidade, expressiva amplitude térmica e intensas temperaturas ao longo do dia, se constituindo em ambiente hostil para a propagação da fauna e flora – que, caracteristicamente, apresenta espinhos para armazenar água. Teophile Obenga salienta que “a erosão nas zonas desérticas setentrionais torna o solo instável e a vegetação precária, caracterizada por arbustos espinhosos xerófilos” (OBENGA In KI-ZERBO, 2010, p.62).

Por outro lado, Butzer e Cooke aludem a existência de duas extensões de deserto ou semideserto, situadas nos círculos tropicais – o Saara ao norte e a Namíbia-Calaari ao sul –, nas quais “a cobertura vegetal varia de resíduos estéreis, pedregosos ou arenosos, a grama semideserta e arbustos de espinhos ou savanas” (BUTZER; COOKE In CLARK, 2008, p. 23). Contrariamente, Diarra¹⁵³ afirma que, diante da aridez do terreno e escassez de umidade, o

¹⁵² “Ao norte, elas constituem uma franja pouco extensa em latitude, que vai de Camarões ao lago Vitória, passando pelo sul da República Centro-Africana e na região entre os rios Bomu e Uele. Ao Sul formam, com as savanas de origem antrópica, um mosaico vegetal que cobre parte da República Popular do Congo, o Baixo Zaire, as terras baixas do Cuango, o Kasai-Sankuru e o Lomami” (VAN NOTEN et al in KI-ZERBO, 2010, p.620).

¹⁵³ “Ao norte e ao sul, nas regiões subáridas vizinhas ao Saara e ao Calaari, encontram-se solos castanhos de estepe, que correspondem a areias dunares cercas de fixas, ou a formações argilo-arenosas nas depressões. Leves e soltos, são adequados para o plantio, mas sua regeneração requer a prática de longos alqueives de arbustos ou herbáceas” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p.362).

ambiente desfavorável dos desertos, não beneficia o desenvolvimento das vegetações e oferece solo utilizável para o plantio.

No caso específico da África, se faz necessário mencionar que o clima desértico sofre a influência dos mares, visto que o continente é banhado pelo Mediterrâneo ao norte, pelo Atlântico a oeste e, pelo Índico a leste, de sorte que, apresenta variações: as margens continentais apresentam um regime climático distinto do interior do Saara – o maior deserto seco e quente do globo.

Naturalmente, o clima mediterrâneo identificando na região norte da África apresenta certas semelhanças com as demais regiões costeiras da bacia do Mediterrâneo, embora se distinguisse em outros aspectos: a posição ao sul da costa africana acarrete temperaturas mais altas, a incidência das chuvas se acha virtualmente limitada ao inverno e os verões são extremamente secos.

O estio quente e árido não impede o crescimento das plantas de raízes profundas como a videira, oliveira e a figueira, mas pode comprometer o desenvolvimento de outras espécies que, tal como o trigo, cevada e a aveia, necessitam das chuvas que acompanhem as temperaturas amenas do inverno, para se desenvolverem plenamente. Nesse ponto de vista, R. Portères e J. Barrau¹⁵⁴, apontam a respeito da variedade de colheitas na região mediterrânea, ainda destacando a presença de plantas propriamente africanas. Em contrapartida, Diarra menciona que as formações vegetais mediterrâneas, presentes nas “regiões mais úmidas, porém, principalmente nas cordilheiras do Magreb, aparecem florestas secas de carvalhos, sobreiros, pinheiros e cedros. São formações vegetais perenifólias que dominam uma vegetação rasteira arbustiva” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p. 364).

Entendemos que, mesmo nossa concisa análise da geografia africana, instiga elucubrações sobre o nexos estabelecido entre as populações humanas e esse meio natural. Conquanto essa temática não se encontre entre os objetivos centrais de nossa pesquisa,

¹⁵⁴ “A esse centro corresponde todo um grupo de plantas cultivadas características das regiões mediterrâneas; a presença de cereais (trigo e cevada, principalmente) e leguminosas com grãos comestíveis (*Cicer*, *Lens*, *Pisum*, *Vicia*, etc.), denota a afinidade desse centro com o do Oriente Próximo. Encontramos também uma série de ‘cultígenos’ mediterrâneos, como a oliveira (*Olea europea L.*) e a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua L.*). Algumas dessas plantas, todavia, são próprias da África, como a *Argania sideroxylon Roem*, árvore marroquina que fornece óleo e goma. Esse centro inclui o Egito, cujos laços com o centro do Oriente Próximo são evidentes e cuja influência sobre a história da agricultura e da criação de animais na África setentrional foi importante. O Egito divide com a Síria a origem de uma planta de grande interesse econômico, o *bersim* ou trevo de Alexandria (*Trifolium alexandrinum L.*) (PORTÈRES; BARRAU In KI-ZERBO, 2010, p.789).

compreendemos a necessidade de mencionar, ainda que brevemente, algumas palavras acerca da relação entre a África e a origem da espécie humana.

Nas últimas décadas do século XX, foi perceptível o aumento de estudos favoráveis a hipótese das origens africanas da humanidade e seu respectivo processo civilizacional. Consoante Elisa Nascimento, “pesquisas mais recentes vêm confirmando não apenas que a humanidade nasceu na África, como também os negros africanos estão entre os primeiros a construir civilizações humanas e erigiram as bases da própria civilização ocidental” (NASCIMENTO, 2008, p. 55). Elikia M’Bokolo afirma categoricamente que “só em África se encontram os vestígios de todas as fases da hominização” (M’BOKOLO, 2011, p. 24).

A espécie humana, atualmente identificada como *Homo sapiens sapiens*, pertencem à espécie *sapiens*, do gênero *Homo*, que integra a família *Hominidae*. Portanto, para entender como os humanos se distinguiram dos chimpanzés, gorilas e orangotangos, precisamos examinar o processo de hominização¹⁵⁵, ao que julgamos oportuno considerar a influência de alguns aspectos geográficos da África, sobre esse longuíssimo processo.

Os primeiros hominídeos que habitaram o continente africano, foram influenciados pelas significativas mudanças climáticas, ocorridas a oito milhões de anos atrás. Fatores como quedas de temperaturas e aumento das secas, alteraram a vegetação predominante e as densas florestas, deram lugar a bosques abertos e extensões de campinas – condições que, a longo prazo, se mostraram mais favoráveis as gerações subsequentes.

Com o passar dos anos, alguns grupos de hominídeos, começaram a sofrer diversas mudanças anatômicas, dentre as quais salientamos as ocorridas na região bucofacial que, lentamente, modificaram seus hábitos alimentares. Diante de novas demandas nutricionais, esses hominídeos passaram a explorar outras regiões, se afastando da segurança das florestas para desbravar as planícies e entornos de rios e lagos.

¹⁵⁵ “Ao tratar do problema da ‘hominização’ na África, o procedimento do pré-historiador é bastante diferente daquele empregado pelo paleontólogo. Para este último, a hominização é o desenvolvimento progressivo do cérebro que permite ao homem conceber e criar, aplicando técnicas cada vez mais elaboradas, um conjunto de utensílios (na mais ampla acepção do termo) tão diversificado e eficiente que multiplica, ao longo dos milênios, sua ação sobre o meio ambiente, a ponto de romper, em seu próprio proveito, o equilíbrio biológico. [...] A posição do pré-historiador justifica-se: o verdadeiro *missing link* (elo perdido) não é a forma intermediária entre australopithecíneos e pitecantropíneos, entre o homem de Neandertal e o *Homo sapiens*. Está entre as pedras ou os ossos lascados e esses fósseis. As indústrias pré-históricas, atribuídas com certeza ao *Homo sapiens*, a partir do Paleolítico Superior, e com uma evidência pouco discutível ao homem de Neandertal no Paleolítico Médio, só podem ser relacionadas hipoteticamente aos pitecantropíneos e australopithecíneos (BALOUT IN KI-ZERBO, 2010, p.471-72, GRIFO NOSSO).

Após milhares de anos, entre os hominídeos, se distinguiu a tribo *Hominini*, que habitava tanto o solo quanto as árvores – que forneciam alimentos, locais de nidificação e proteção contra predadores. Se assume que, gradualmente, machos e fêmeas, *Hominini* passaram a se deslocar para diferentes regiões da África, resultando nas variações do australopitecíneos que, surgidas entre seis ou sete milhões de anos atrás, ocuparam as regiões orientais e meridionais da África – atualmente, nações como África do Sul, Tanzânia, Quênia e Etiópia.

Por certo, o processo de hominização é um tema instigante e polêmico, que interessa a diversas áreas do conhecimento e, dado aos avanços científicos contemporâneos, é frequentemente revisando de acordo com novas descobertas. Concisamente, referimos o debate acerca da suposta ancestralidade entre os australopitecíneos e os primeiros espécimes do gênero *Homo*.

Dentre os abundantes posicionamentos atuais, aludirmos a hipótese que reconhece um vínculo de hereditariedade entre ambos (LEAKEY In KI-ZERBO, 2010; COPPES In KI-ZERBO, 2010), a suposição que considera o “limiar técnico”, ou seja, o uso de ferramentas como critério definitivo preponderante as prerrogativas genéticas (BALOUT In KI-ZERBO, 2010) e o suposto que considera a um processo de transição entre os australopitecíneos e os primeiros, *Homo* (WOOD, 2005).

A despeito dos acalorados debates que cercam das origens e parentescos do nosso gênero, se aceita que a partir do *Homo habilis*, nossa espécie iniciou o longo processo de diferenciação dos demais hominídeos. As primeiras evidências fósseis de nosso ancestral, foram encontradas na Garganta de Olduvai (Tanzânia) pelos paleoantropólogos Louis Leakey e Phillip Tobias e o anatomista John Napier, em 1964. Leakey, Tobias e Napier perceberam que o *Homo habilis*, literalmente “homem hábil”, se diferenciava de seus antecessores por sua postura ereta, locomoção totalmente bípede e massa cerebral significativamente mais densa – com cerca de 750 cm³.

As conjecturas sobre o processo evolutivo de nossa espécie, a partir do *Homo habilis*, voltam a tomar variadas direções; e, dado que o estudo de tal problemática, não se acha entre os objetivos dessa pesquisa, referimos, em síntese, duas posições – que corroboram nossa afirmação acerca das divergências que envolvem essa temática.

Na região dos Grandes Lagos, norte do Quênia, foram identificados vestígios do *Homo erectus*, uma espécie que dominava o uso de tecnologias líticas e que praticava a caça e coleta, dotada de “traços mais característicos aparecem no crânio: as arcadas supraorbitárias

proeminentes e espessas, a testa baixa e o formato do occipital. Os dentes talvez constituam outro traço distintivo” (LEAKEY In KI-ZERBO, 2010, p.502).

Se contrapondo a tal entendimento, o paleoantropologista Bernard Wood, distingue no norte queniano a presença de seres mais próximos de nossa moderna morfologia, e os identifica como *Homo ergaster*, salientando que “nem todos os pesquisadores usam um nome de espécie separado para este material. Em vez disso, eles se referem a ele como pertencente ao ‘*Homo erectus africano primitivo*’” (WOOD, 2005, p.85).

Por certo, essas e outras suposições apresentam variados pontos de divergências ou afinidades, defendendo a presença de determinadas espécies no processo de hominização; uma análise detalhada de todos os estágios de tal fenômeno, demanda esforços inadequados aos nossos objetivos de pesquisa. Contudo, mesmo percorrendo vias distintas, grande parte dos especialistas concordam que desde os primeiros hominídeos, o desenvolvimento do gênero *Homo* até seus espécimes pré-modernos e modernos, dentre os quais o *Homo sapiens sapiens*, ocorreu pela primeira vez, em solo africano.

As pesquisas mais recentes sobre o tema¹⁵⁶, apontam que os primeiros *Homo sapiens*, se desenvolveram as margens de um amplo pântano salino de Makgadikgadi – pertencente ao norte da Botsuana. Os primeiros homens modernos, teriam habitado essa região por cerca de 70.000 anos até que, mudanças climáticas transformaram os entornos em corredores verdes que permitiram a dispersão dos diversos grupos ali assentados. De fato, décadas atrás, pioneiramente apregoou Cheik Anta Diop, “assim, a humanidade nasceu na África e se diferenciou em distintas raças na Europa, onde o clima era assaz frio desde o final da glaciação wurmiense” (DIOP, 2015, p.43).

Na África, encontramos os testemunhos de diversas façanhas humanas, ao longo de sua acidentada marcha no planeta Terra: da luta pela adaptação dos hominídeos recalitrantes ao *Homo sapiens sapiens* explorador de novas regiões; do nomadismo irresoluto dos primeiros grupos humanos a consolidação do Estado egípcio, da primeira pedra lascada a revolução neolítica; das pinturas rupestres aos hieróglifos; da silenciosa observação dos astros celestes a invenção da matemática, astronomia, medicina e religião.

¹⁵⁶ Divulgado pela revista *Nature* em outubro de 2019, o estudo liderado por Vanessa Hayes – baseando na análise do DNA mitocondrial de cerca de 200 pessoas, de grupos naturais da África do Sul – aponta a Botsuana como berço da humanidade. Evidentemente, numerosos pesquisadores mostram-se céticos e, mesmo, pouco receptivos aos resultados apresentados por Hayes. Disponível: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-03312-x>. Acesso em 29 fev. 2020.

Retomando a noção de espaço geográfico, podemos compreender por que e como os primeiros grupos humanos interagiram com o território africano e, assim, solucionaram suas imposições naturais, favorecendo seu desenvolvimento tecnológico através do manejo dos recursos naturais.

2.3 O Rio Nilo

Localizada no Mar Egeu, a maior ilha do território grego “a antiga Creta” (*His.1,173*) é mencionada por Heródoto em *Histórias*, como lar de povos bárbaros e cujo domínio foi disputado pelos irmãos “Sarpédon e Minos, os filhos de Europa” (*His.1,173*). Por certo, Creta possuía notoriedade entre os contemporâneos do historiador, reconhecida como palco de acontecimentos fantásticos ocorridos no passado. Destacando o mito do Minotauro e dos palácios desprovidos de fortificação, Moses Finley observa que tais fenômenos servem para “ressaltar a singularidade de Creta” (FINLEY, 1990, p.45).

A expressiva associação com os relatos míticos, não comprometia a associação de Creta a aspectos da existência mundana, tendo em vista a reputação do povo cretense por seus conhecimentos náuticos – consolidada séculos antes dos comentários de Heródoto. Desde meados do II milênio a.C., entre os séculos XV e XIV a.C., os cretenses se achavam envolvidos em atividades marítimas, circulando ativamente pelo Mar Mediterrâneo.

Por intermédio do mar, os cretenses minoicos venceram longas distâncias e atingiram os litorais do Levante e da Anatólia, travando intensas atividades comerciais com fenícios, assírios, hititas, cipriotas, egípcios, entre outros povos. Tamanha foi a sua familiaridade com o mar que, “permitia o comércio e o exercício do poder, sem que seu principal meio de uso fossem os aparatos bélicos e a guerra. E isso se deve ao fato de que no período Neolítico no Mar Egeu, não há relatos de claro sobre a guerra no mar” (DUARTE In CANDIDO, 2017, p.21).

Isto posto, aludimos a existência de contatos estabelecidos entre Creta e o Egito, sobretudo quando Malcom Wiener¹⁵⁷ defende a relativa facilidade de uma viagem direta,

¹⁵⁷ “Tais viagens aparentavam serem praticáveis em certos períodos do ano, contudo, particularmente seguindo a costa africana do Delta do Nilo até Cirenaica e depois virando em direção a Creta. Embarcações a vela que navegam em velocidade normal estariam fora da vista da terra, por apenas um dia antes de avistarem as Montanhas Brancas de Creta, com o conhecimento egípcio do céu noturno, certamente servindo como um

partido da ilha egeia em direção ao país africano – especialmente nos casos de favoráveis condições eólicas e marítimas.

Qualquer ceticismo a respeito das capacidades navais dos povos do Bronze Antigo, é colocado abaixo pelos testemunhos da cultura material, “um selo circular da rainha Tiy, esposa de Amenofis III, foi encontrado em uma câmara funerária de Hagia Triada, em Creta, associado a uma cerâmica do minoico recente I” (DIOP, 2015, p.113).

Não seria incorreto condicionar a viabilidade de tais trocas, a suposição de que os egípcios do continente africano possuísem conhecimentos de navegação marítima semelhantes aos de seus parceiros insulares, especialmente quando a condição prévia para o acesso ao mar Mediterrâneo, fosse o domínio de técnicas que possibilitassem a navegação do Rio Nilo.

Caracterizado por sua trajetória incomum e considerado o mais extenso dos rios africanos, hoje como no passado, o Nilo se estende por cerca de 6,8 mil quilômetros, enquanto cruza o centro e o nordeste da África até alcançar o Mar Mediterrâneo: exceto pelas mudanças geopolíticas ocorridas ao seu redor, se estima que seu trajeto tenha sofrido poucas alterações¹⁵⁸.

Por certo, o Nilo é o único rio perene do Saara, que por ter sua nascente fora dos limites do deserto árido, não depende da irregular contribuição das chuvas que, “em toda essa região, a pluviosidade, embora muito desigualmente distribuída, é superior a 100 mm/ano em certos locais e, em média, muito inferior” (SAID In KI-ZERBO, 2010, p.410).

auxílio à navegação. [...] Evidências disponíveis sugerem que as primeiras viagens entre Egito e Creta, ocorreram sobre o controle egípcio, mesmo quando as tripulações e construtores de navios pudessem ter sido pode ter sido levantino familiarizados com o trabalho de cedro e viagens marítimas” (WIENER In ARRUZ; GRAFF; RAKIC, 2013, p.39).

¹⁵⁸ Recentemente constatado pela equipe do geólogo Claudio Faccena. Para maior detalhamento, consultar: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-estabilidade-do-nilo/>. Acesso em 1 mai./2021.

Formado pela união de três rios tributários, Atbara¹⁵⁹, Nilo Azul¹⁶⁰ e o Nilo Branco¹⁶¹, o Rio Nilo inicia seu percurso pela África ao deixar as regiões setentrionais do Lago Vitória e seguir em direção ao Lago Alberto, até se encontrar com o Rio al-Jabal, sempre em sentido boreal até atingir a Uganda, República do Sudão até o Egito, onde se derrama no Mar Mediterrâneo.

De fato, a medida com que o Nilo se aproximava de Buto¹⁶², suas águas se dividiam em vários braços formando um tipo de triângulo que lembrava a letra grega “delta” (Δ) – que passou a denominar as planícies formadas pelos sedimentos transportados pelo fluxo de um rio, em direção ao seu estuário.

No decorrer do tempo, as águas do Nilo escavaram as faixas de terra de suas margens, formando um desfiladeiro no planalto nordeste do deserto que passou a comportar uma espessa camada de aluvião escuro e fértil. Em um território marcado pela dificuldade ao acesso à água potável, não causa surpresa constatar que “cursos d’água, mas também os lagos de água doce – Rodolfo, Nakuru e Eduardo na África oriental e central, Chade na África ocidental – atraíram os primeiros grupos de homens” (MABOGUNJE In KI-ZERBO, 2010, p.377).

Essa região, se tornou conhecida como Vale do Nilo e, posteriormente, passou a compreender os territórios do Egito e da Grande Núbia – a área entre a Primeira Catarata e a cidade de Mênfis. Segundo Glynn Isacc, “o Vale do Nilo forma um corredor de vegetação

¹⁵⁹ “[...] também conhecido como Nilo Negro, tem aproximadamente 805 km de comprimento. Ele flui sobre o arenito da Núbia em direção ao norte, desde as Terras Altas da Etiópia até os rios Angareb e Satit, na atual República do Sudão. De lá, ele deságua no Nilo em Atbara. As margens do Rio Atbara são principalmente terras áridas semiáridas. Durante a estação seca, de novembro a maio, o Atbara praticamente evapora a ponto de restar apenas um punhado de poças. Na estação das chuvas, ele aumenta para fornecer mais de 20% do volume total de água do Nilo e carrega mais de 11 milhões de toneladas de lodo rio abaixo para o vale, que agora está bloqueado pela Represa Alta de Assuã, e se torna o Lago Nasser” (PAGE; DAVIS, 2005, p.25).

¹⁶⁰ “[...] localizado no noroeste da Etiópia, com aproximadamente 1.360 km de extensão. Nos tempos antigos, o Nilo Azul sustentava safras agrícolas como algodão, trigo, sorgo, tâmaras, cana-de-açúcar e legumes. Suas águas forneciam peixes para os habitantes da região e transportavam mercadores em direção ao Egito. Desde sua nascente no Lago Tana, nas montanhas etíopes, o Nilo Azul desce milhares de metros por um desfiladeiro profundo. Em seguida, ele viaja para o sul e o oeste através da atual República do Sudão. Na capital do Sudão, Cartum, o Nilo Azul e o Nilo Branco se encontram acima do Desfiladeiro de Shabluka, formando o curso principal do Rio Nilo, o rio mais longo do mundo. Dois terços das águas do Nilo vêm do Nilo Azul” (Op.cit. p.36).

¹⁶¹ “Tributário do Rio Nilo, fluindo entre o vasto pântano conhecido como Sudd e Cartum, na República do Sudão. Com o Rio Atbara, e o Nilo Azul, ao qual se junta em Cartum, o Nilo Branco forma um dos três principais afluentes do Nilo” (Op.cit. p.257).

¹⁶² Atualmente, essa região integra o território do Egito, e se denomina Tell el-Fara’in.

exuberante e recursos hídricos que cortam a extremidade oriental da zona árida do Saara” (ISACC in CLARK, 2008, p.221).

Atraídas pelo acesso regular a água potável, as primeiras comunidades humanas que atingiram o Vale do Nilo, logo reconheceram seu potencial agrícola, consoante sustenta D. Olderogge¹⁶³. De fato, os entornos do Nilo, exerceram forte poder de atração aos grupos humanos que, recepcionados por condições naturais propícias, iniciaram o povoamento da região, “tendo mudado de uma vida nômade ou seminômade para uma vida sedentária, o homem do Nilo criou as características principais da civilização como a conhecemos hoje” (DEBONO In KI-ZERBO, 2010, p.726). E, de acordo com Barry Kemp, foi devido às condições naturais do Vale do Nilo, que o Egito passou de “curiosidade geológica a um país agrícola densamente povoado” (KEMP, 1996, p.16).

Por volta de 4.000 a.C., o Vale do Nilo passou a desempenhar um papel importante na evolução das técnicas agrícolas, posto que o solo próximo das margens do rio, se revelava altamente fecundo. Assim, o Vale do Nilo se consolidou enquanto um dos primeiros centros neolíticos¹⁶⁴ da África e, a estabilidade das práticas agrícolas ali realizadas, possibilitou a exportação de grãos e outros tipos de comércio.

Com efeito, na língua e escrita faraônica, os egípcios designaram seu país de Kemet, “a terra negra”, possivelmente em vista do solo escuro e propício ao cultivo renovado anualmente pelos influxos do Nilo. Entretanto, não desconsideramos a investigação etimológica conduzida por Diop¹⁶⁵, que salienta o uso desse termo enquanto uma síntese entre a auto identificação a

¹⁶³ “Estima-se que, no ano -13000, aproximadamente, já se praticava na região a colheita e a preparação de grãos de cereais selvagens. A análise por radiocarbono dos vestígios fósseis encontrados no distrito de Ballana indicou a data de -12050 ± 280. O mesmo método de exame, aplicado a restos provenientes de Toshké, apresenta a data de -12550 ± 490. Isso significa que, no vale do Nilo, a vegeticultura foi praticada 4 mil anos mais cedo que no Oriente Próximo” (OLDEROGGE In KI-ZERBO, 2010, p. 299).

¹⁶⁴ “*Neolítico*: termo utilizado para designar o aparecimento de novas técnicas, em particular a arte da cerâmica, o polimento da pedra, o início da domesticação, da agricultura, do urbanismo etc., que se juntam à base altamente evoluída da indústria lítica do Epipaleolítico. No Saara, ao que parece, os mais antigos sítios neolíticos podem ser atribuídos ao V-VI milênio antes da Era Cristã. Sabe -se que o Neolítico não resultou necessariamente do conhecimento de todas as técnicas mencionadas. Entretanto, um dos fenômenos mais notáveis, que convém considerar, é o cozimento dos alimentos, que, por suas transformações químicas, irá influir de forma decisiva na evolução fisiológica do homem. O Neolítico saariano e suas múltiplas correntes são o admirável exemplo de uma ‘explosão’ técnica e não de uma revolução, como muitas vezes se afirmou” (HUGOT In KI-ZERBO, 2010, p.672).

¹⁶⁵ “Os egípcios tinham apenas um termo para designar a si mesmos: = kmt,= ‘os negros’ [...] Esse é o termo mais forte existente na língua faraônica para indicar a cor preta [...] no plano puramente gramatical, quando, na língua faraônica, se deseja indicar ‘negros’, não se pode usar nenhuma outra palavra senão a que os egípcios usavam para designar a si mesmos [...] Os acadêmicos raramente os mencionam ou, quando o fazem, traduzem-

uma tonalidade epidérmica e um dos aspectos naturais de seu território – a cor de um solo fecundo.

Talvez por isso, em *Histórias*, Heródoto tenha mencionado que “os rios desses territórios, que forma aluviões, estão nas embocaduras do Nilo, que são cinco; nenhum deles é digno de ser comparado com a sua magnitude” (*Hist.* 2.10). Em suas conversas com os sacerdotes, o historiador relata ter sido informado que graças as cheias do Nilo, o povo do Egito não dependia das chuvas enviadas pelos deuses para assegurar o sucesso de suas colheitas.

Ao longo de séculos, a ocupação do Vale do Nilo influenciou em aspectos de sua vida política e social, dado que até a unificação do país (ocorrida em torno de 3050 a.C.), os egípcios se achavam divididos em dois reinos. A diferença acentuada entre o Vale e o Delta do Nilo, foi percebida enquanto fronteira administrativa natural, de modo que, ambas as regiões chegaram a ser consideradas independentes entre si – o Alto Egito (Vale do Nilo) e Baixo Egito (Delta do Nilo).

É importante salientar que, independentemente de seu papel político no Egito, a região do Vale do Nilo promovia encontros entre diversas comunidades africanas e, com isso, a circulação de técnicas, conhecimentos e tradições entre áreas extremas.

Antes da consolidação da primeira dinastia, o Vale do Nilo já atuava como canal de trocas e empréstimos recíprocos entre a África e oriente, ao que mencionamos a comunidade Ma'adi que “desempenhou um papel importante como entrepostos através dos quais bens e ideias do sudoeste da Ásia se infiltraram no Vale do Nilo no final dos tempos pré-históricos” (TRIGGER In CLARK, 2008, p.503). Vercoutter¹⁶⁶, também identifica esse fluxo transcontinental no Vale do Nilo.

nos por eufemismos [...] Assim, eles alegam que a tradução deveria ser ‘a terra negra’, a partir da cor do limo ou ‘o país negro’, e não ‘o país dos homens negros’ [...] Talvez estejam certos; mas, se aplicarmos essa regra rigorosamente a = kmit, seremos obrigados a ‘admitir que aqui o adjetivo ‘preto’ qualifica o determinante, que significa todo o povo do Egito, representado pelos dois símbolos de ‘homem’ é ‘mulher’ e os três traços embaixo, designando plural” (DIOP In MOKHTAR, 2010, p.21-22).

¹⁶⁶ “O vale do Nilo beneficiou-se, além disso, dos produtos vindos da Mesopotâmia, como o *emmer* (trigo), a cevada, as cebolas, as lentilhas e as ervilhas, os melões e os figos, ao passo que da Ásia chegavam à cana-de-açúcar, outras variedades de arroz e a banana – esta, sem dúvida, através da Etiópia. Este último país, instruído sobre os métodos de cultivo pelos camponeses do vale do Nilo, desenvolveu também a cultura do café” (VERCOUTTER In KI-ZERBO, 2010, p. 837).

Na Antiguidade, o Vale do Nilo se consolidou enquanto via nerval de comunicação e acesso entre os extremos do continente – para além da Península Arábica, em direção ao oceano Índico, conforme Mokhtar e Vercoutter¹⁶⁷.

Ao constatarmos o papel desempenhado pelo Vale do Nilo, em viabilizar comunicações internas e externas ao continente africano, mencionaremos, ainda que brevemente, as técnicas de navegação fluvial.

Por certo, o desempenho das atividades agrícolas e o estabelecimento de assentamentos, nas proximidades do Nilo, contribuíram para despertar o interesse dos egípcios, a respeito de suas possibilidades de deslocamento e comunicação. Nesse sentido, Page e. Davis destacam a existência de tabletes de argila que “registram o uso de barcos para transporte já em 4.000 a.C. O registro mais antigo de navios à vela é encontrado em uma pintura da tumba tebana de cerca de 1400 a.C.” (PAGE; DAVIS, 2005, p.227).

Logo, os trajetos fluviais foram priorizados com relação às rotas terrestres, de maneira que barcos equipados com remos, se constituíam nos principais meios de transporte egípcio. A existência e o funcionamento da administração estatal, passaram a depender da plena utilização do Nilo – que atuava como artéria econômica e elo entre os centros governamentais e seus representantes nas províncias.

Embora suas águas corresse em sentido norte e, os ventos se movessem em direção ao sul, o Nilo apresentava um fluxo lento e poucos obstáculos naturais em direção às cataratas, “barreiras de pedra naturais, na fronteira sul do Egito e ao sul dele – as cataratas. No entanto, os egípcios conseguiram superá-los construindo ‘canais’ ou ‘rampas’, que lhes permitiram arrastar navios sobre essas formações rochosas” (ŠICHAN, 2011, p.10). De maneira semelhante, Vercoutter¹⁶⁸ entende que as cataratas do Nilo, não se configuravam em obstáculos tão intransponíveis para a travessia de suas águas, quanto um primeiro olhar pode supor.

¹⁶⁷ “[...] a partir de -2400, o ressecamento da parte da África compreendida entre os paralelos 13 e 15, ao norte, fez com que o vale do Nilo se tornasse a principal rota de comunicação entre a costa mediterrânea do continente e o que hoje se designa como África ao sul do Saara. [...] Durante esse tempo, os grupos humanos e as culturas puderam deslocar-se livremente, pelo hemisfério norte, entre o leste e o oeste, assim como entre o norte e o sul. [...] De -2400 até o século VII da Era Cristã, entretanto, o vale do Nilo tornou-se a rota privilegiada entre o norte e o sul do continente. Foi através desse vale que se realizaram os vários tipos de intercâmbio entre a África negra e o Mediterrâneo” (MOKHTAR; VERCOUTTER In MOKHTAR 2010, p. XXXVI).

¹⁶⁸ “O vale do Nilo, estendendo-se ao norte para além do 16° paralelo, e ultrapassando os desertos de Bayouda a oeste e de Butana a leste, atinge uma região de chuvas anuais e permite alcançar a grande via fluvial leste-oeste da África, que, através dos vales e depressões do Níger e do Chade, dos planaltos do Darfur e do Kordofan e das planícies de piemonte do Atbara e do Baraka, vai do Atlântico ao mar Vermelho. Assim, às vantagens de um eixo de comunicação norte-sul, que se estende dos Grandes Lagos da África equatorial ao Mediterrâneo, somam-se as

Considerando a extensão do Nilo, não seria surpreendente encontrar pontos irregulares e pouco favoráveis para a navegação fluvial - como nas proximidades da Segunda Catarata, com sua série de quedas menores, alternadas por áreas de fluxo calmo. Nesse sentido, Kemp salienta a presença de ilhotas rochosas ao norte e de uma barreira de rochas situada no sul, a partir da qual o Nilo ganhava rapidez e se dividia em várias torrentes, “a navegação era muito perigosa em ambos os pontos quando o rio estava baixo, mas no auge da enchente os obstáculos estavam submersos o suficiente para que navegadores vigilantes pudessem cruzar com segurança” (KEMP, 1996, p.219). De modo análogo, Shehata Adam¹⁶⁹ afirma que navegar pelo Nilo não se tratava de uma viagem tranquila, embora disponibilizasse um meio seguro de atravessar zonas desérticas.

Na Antiguidade, o Nilo possuía seis cataratas e apresentava um perfil de escada, especialmente em regiões inferiores de seu curso – circunstância que, inicialmente, poderia dificultar a sua navegação, “apesar de sua grande extensão, sem igual na África (6.700 km), o Nilo é pouco volumoso, possuindo um débito médio anual inferior a 3000 m³/s. Porém, tem sido, desde a Antiguidade, um dos rios mais úteis do mundo” (DIARRA In KI-ZERBO, 2010, p.360).

O domínio das águas do Nilo revelou diversas funcionalidades na medida com que os egípcios aumentavam seus conhecimentos sobre sua navegação; assim, não tardaram a direcionar suas embarcações cada vez mais, em sentido sul, quando atingiram a Alta Núbia.

Travados os contatos iniciais entre egípcios e os demais povos núbios, século passariam até a efetiva dominação da Núbia, em um movimento principiado pelas ações de Amenemés I, da XII dinastia, que “criou um posto comercial mais ao sul, empreendimento inédito até então. Foi ele, talvez, o fundador do posto comercial fortificado de Kerma (perto da Terceira Catarata), que parece ter-se tornado um centro de influência egípcia a partir do reinado de Sesóstris I” (BAKR In MOKHTAR, 2010, p.54).

do eixo leste-oeste, com a bacia do Nilo dando acesso às bacias do Zaire, do Níger e do Senegal” (VERCOUTTER In KI-ZERBO, 2010, p.803).

¹⁶⁹ “De Assuã até as proximidades de Omdurman, as cataratas dificultam a navegação na direção norte-sul, chegando a interrompê-la em alguns trechos. Além disso, as duas enormes curvas do rio aumentam muito o trajeto, constituindo-se, em certos pontos, num sério obstáculo à navegação; entre Abu Hamad e Uadi el-Milk, por exemplo, o Nilo toma a direção sudoeste, em vez de fluir para o norte. Assim, na maior parte do ano, o tráfego rio acima depara-se com o escolho dos ventos e das correntezas, embora a viagem rio abaixo seja, naturalmente, muito mais fácil. Mais ao sul, enfim, os extensos pântanos de el-Sudd, embora não sejam intransitáveis, também não facilitam as trocas culturais ou econômicas” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.213).

Percebemos essa ação como testemunho da articulação do Estado egípcio, que ao dominar as direcionalidades da navegação dos fluxos do Nilo, estabeleceu contatos com povos vizinhos meridionais, se impondo hegemonicamente. O rio desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do comércio e contatos entre o Egito com a região setentrional da África – que levou Jean Yoyotte¹⁷⁰ a identificar, nos egípcios, uma precoce inclinação para o desenvolvimento de saberes fluviais e marítimos.

Mais do que a simples adaptação as condições naturais, esses homens e mulheres souberam reconhecer os limites da prodigalidade ambiental e, a partir disso, criar meios para aproveitar ao máximo esses recursos e compensar eventuais períodos de vicissitudes.

Os primeiros barcos egípcios, foram construídos em papiro e, por volta de 4.000 e 3.000 a.C., já possuíam velas – indicando domínio das rotas eólicas do Nilo; subseqüentemente, as embarcações fossem aprimoradas para efetuar viagens de cargas robustas, conforme afirmam Page e Davis¹⁷¹. Séculos depois, quando a madeira se consolidou como principal matéria-prima para construção naval, resultando em naus adequadas a cobrir uma distância de aproximadamente 900 km, desde o Mediterrâneo até a Primeira Catarata.

Apesar dos crescentes avanços náuticos, Gregory Gilbert assinala que durante as inundações anuais do rio, a navegação entre os assentamentos ao longo do Vale e do Delta do Nilo, poderia se tornar particularmente perigosa ao que “claramente, o que os egípcios precisavam eram de embarcações fluviais fortes e confiáveis, com calado raso e grande capacidade, operadas por barqueiros experientes” (GILBERT, 2008, p.27).

Assomadas a essas atividades corriqueiras, as embarcações fluviais ganharam finalidades religiosas – testemunhos míticos registram divindades se locomovendo pelo Nilo ou celebrando rituais em suas águas. Eventualmente, ritos fúnebres exigiam o uso de embarcações, quando faraós realizavam sua jornada ao submundo. Nesse sentido, Rashid El-

¹⁷⁰ “Além disso, mesmo em tempos muito antigos, barcos à vela percorriam o mar Vermelho e o Mediterrâneo (não há nada que prove a teoria de que os fenícios ensinaram os egípcios a navegar). Para deslocar os pesados blocos de pedra necessários principalmente às construções sagradas, a engenharia faraônica inventou métodos engenhosos, mas de uma simplicidade surpreendente, utilizando, por exemplo, as propriedades derrapantes do limo molhado para deslocar simples trenós (sem rodas nem rolamentos), aproveitando a enchente do Nilo para lançar as barças carregadas de enormes blocos ou utilizando esteiras de junco como âncora flutuante” (YOYOTTE In MOKHTAR, 2010, p.75).

¹⁷¹ “As primeiras velas provavelmente eram galhos com folhas que pegavam o vento, mas por volta de 3.500 a.C. os barcos egípcios tinham cascos mais fortes e estanques feitos de pranchas de madeira. Esses barcos também apresentavam velas quadradas, provavelmente tecidas de junco, presas a um mastro” (PAIGE; DAVIS, 2005, p. 227).

Nadoury e Vercoutter¹⁷² assinalam que, com frequência, barcos poderiam integrar as riquezas que esses soberanos, acumulavam para disporem em sua pós-vida.

Os êxitos da engenharia fluvial egípcia no Nilo, possivelmente viabilizaram as inovações que permitiram a criação de técnicas e naus aptas a longas viagens marítimas, visando o Corredor Siro palestino, Anatólia, Mesopotâmia e o Mar Mediterrâneo. Conforme salientam El-Nadoury e Vercoutter, “já na V dinastia, provavelmente antes, os egípcios sabiam como adaptar seus navios à navegação marítima” (EL-NADOURY; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p. 133). E, segundo Graciela Singer, as “embarcações navegam a favor do vento podem atingir velocidades de cerca de 10 km por hora, viajando assim mais de 200 km por dia. As viagens geralmente aconteciam do final da primavera ao início do outono” (SINGER In SOUZA; ARNAUD, 2017, p.166).

Certas condições geográficas do território, se colocaram como atrativos facilitadores por viabilizarem acesso aos mares e oceano, nomeadamente, a região do Delta que ao longo do período dinástico, se relevou efetiva para promover migrações. Abd El Hamid Zayed e J. Devisse¹⁷³, salientam que, entre benefícios e inconveniências, o Estado egípcio se preocupou em controlar as movimentações dessa área do seu litoral.

Assomada as indispensabilidades do patrulhamento marítimo do Delta do Nilo, se achava o comércio inter-regional que viabilizava a obtenção de matérias-primas inexistentes em seu território. Nos anos finais do II milênio a.C., o Estado egípcio, havia não somente sistematizado o regime de trocas comerciais pela via mediterrânea, como estabelecera uma complexa rede de diplomacia – com regiões aliadas e, mesmo, inimigas.

Dentre os contatos entre a África hiperbórea e Mediterrâneo oriental, Kemp se refere as evidências arqueológicas que atestam trocas entre o Egito e Biblos que “fornecia aos egípcios a tão necessária madeira das florestas de coníferas do Líbano, bem como resina, um subproduto

¹⁷² “Isso aconteceu em Heluan, num túmulo subterrâneo das duas primeiras dinastias, e no Dachur, nas proximidades da pirâmide de Sesóstris III. O ano de 1952 foi marcado por uma descoberta extraordinária: duas grandes covas abertas na rocha e cobertas por lajes de calcário foram descobertas ao longo do flanco meridional da Grande Pirâmide. No interior das mesmas encontrava-se – parcialmente desmontados, mas completos, com seus remos, cabinas e lemes – os barcos utilizados por Quéops” (EL-NADOURY; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p. 133).

¹⁷³ “O Egito, país mediterrânico e marítimo, tinha de controlar um espaço útil aberto para o Mediterrâneo e para o norte do mar Vermelho. Varadouros bem construídos entre este e o Nilo, ao norte da Primeira Catarata, bastavam para garantir a conexão indispensável entre as bacias econômicas ocidental e oriental” (ZAYED; DEVISSE In MOKHTAR, 2010, p. 104).

da demanda precoce para mumificação, tornou-se um foco de influência cultural egípcia” (KEMP In CLARK, 2008, p.725). Igualmente, Singer aponta para a existência de variados níveis de interações políticas e econômicas entre os centros urbanos do Mediterrâneo Oriental e o Egito¹⁷⁴.

Considerando esse tipo de carga e viagem, realizadas nos anos finais do II milênio a.C., podemos assumir que exigiam maior resistência e navegabilidade das embarcações utilizadas, bem como marinheiros qualificados para pilotá-las. Embora os barcos fluviais houvessem comprovado sua eficiência para trafegar pelo Nilo, eram limitados em sua capacidade de enfrentar os mares adjacentes ao Egito.

Mencionado os fragmentos de um relevo que retratam uma frota de navios voltando de uma expedição que, possivelmente, envolvia o comércio com Bilbos, Gilbert¹⁷⁵ salienta o nível de sofisticação das primeiras técnicas de construção naval do Egito faraônico.

O domínio das águas do Nilo, certamente animou os egípcios ao ultrapassarem os limites do Delta e, assim, se lançarem em direção ao Mar Mediterrâneo e, enquanto se familiarizavam com a nova vizinhança, identificando rotas e interpostos comerciais, tomaram conhecimento dos habitantes da ilha de Creta.

2.3.1 O conceito de conectividade

À vista disso, o Mediterrâneo se destaca por sua capacidade de conectar diferentes litorais, em razão de ser única região da Terra em que três continentes se encontram para

¹⁷⁴ “O Egito carecia de recursos importantes, como madeira, resinas, vinho, azeite e prata, que eram obtidos de regiões fora das fronteiras tradicionais do país ou além, no ‘mundo desconhecido’. Em troca, o Egito fornecia ouro, cobre, turquesa e outras pedras semipreciosas de áreas controladas, e marfim, ébano e outros produtos de luxo das regiões da África Austral, adquiridos em expedições reais” (SINGER IN SOUZA; ARNAUD, p.166).

¹⁷⁵ “Os navios de Sahura tinham mais de 17,5 m de comprimento, 4 m de largura, com calado de aproximadamente 1 m e uma espessura média de prancha de 10 cm. Possuíam 14 ou 16 remos para propulsão, seis remos de direção, um mastro bipé para uma vela trapézio e uma âncora. [...] Os cascos dos navios de mar eram longos e delgados com extremidades pontiagudas, o que proporcionava maior estabilidade em mar relativamente alto, enquanto a resistência do casco era melhorada com o uso de uma cinta treliça. No entanto, uma armação de cinto não poderia fornecer resistência longitudinal a um navio de alto-mar e, para esse fim, era necessária uma armação de monobloco. Os marinheiros egípcios desenvolveram o referido modelo de treliça – uma corda grossa conectando as partes dianteira e traseira de um navio para aumentar a resistência longitudinal do navio – especialmente para superar esse problema (GILBERT, 2008, p.33).

produzir diversas categorias de interação, consequência de uma significativa Rede de Conectividade, que promovia “relações socioculturais, comerciais e políticas entre diversos segmentos sociais da Antiguidade” (CANDIDO, 2017, p.9).

No decorrer da Antiguidade, relevo, vegetação, correntes marítimas, ilhas e o litoral do Mediterrâneo, compuseram o cenário que promoveu numerosas vias de comunicabilidade que mobilizaram povos, ideias, tecnologias, embarcações e mercadorias vindas da Europa, Ásia e África – razão, pela qual Maria Regina Candido¹⁷⁶ sustenta que a estabilidade marítima da região mediterrânea favorecia a navegação de cabotagem.

Não se trata de negar a existência da distância geográfica que separava os territórios, mas evidenciar como cada ilha, península ou microrregião¹⁷⁷, se achavam unidos por linhas invisíveis que conectavam esses lugares de um a outro lado, dado que o “mar Mediterrâneo une conceitualmente e topograficamente. Não é uma barreira para as comunicações, mas o meio de todas as interações humanas, de uma região para a outra” (HORDEN; PURCELL, 2000, p.133).

¹⁷⁶ “[...] pedras das Ilhas Cíclades, mármore da Itália e do mar Egeu. Há trocas de couro do Chipre e Sardenha, ferro da Península Ibérica, o ouro da região de Thásos e Trácia, a prata andaluza, bem como os cereais da planície da Tunísia, a região do Pó na Campânia e Sicília. Produtos e bens que favoreceram a aproximação de diferentes culturas, crenças e tradições em todo o Mediterrâneo, em uma ação que se estendeu ao Mar Negro” (CANDIDO, 2017, p.237).

¹⁷⁷ “Nossa explicação para esses lugares definitivos pretendia demonstrar que as características das microrregiões são melhores capturadas, não por quaisquer enumerações de características topográficas ou climáticas, mas por um entendimento da interação altamente complicada e sempre variável das oportunidades produtivas humanas” (HORDEN, PURCELL, 2000, p.124).

Conectividade Social” e a possibilidade de utilizar o conceito de conectividade para compreender o fenômeno da colonização e interatividade entre as poleis gregas. Nesse sentido, Anna Collar¹⁷⁹ destaca que a *Social Network Theory* permite compreender como ideias e tecnologias são propagadas mediante interconexões sociais e que, mesmo mudanças culturais e religiosas podem ser entendidas como decorrências dessas dinâmicas.

A guisa de exemplo, podemos observar o conceito de conectividade, operando nas relações entre o Egeu e o Vale do Nilo, mesmo após a explosão vulcânica da ilha de Tera, em 1450 a.C., que comprometeu gravemente a hegemonia marítima dos cretenses.

As vias marinhas permaneceram exploradas pela população da Grécia continental, que ultrapassou o Egeu, estabelecendo um ativo comércio por intermédio da navegação do Mediterrâneo, como novamente atesta a cultura material, “a cerâmica micênica também foi encontrada nas ilhas Lipari e na Itália” (BRAUDEL, 2000, p.125).

O final da Idade do Bronze, durante os séculos XIV e XIII a.C., se caracterizou pela ocorrência de eventos dramáticos para Mediterrâneo Oriental e Oriente Próximo, nomeadamente, pelo declínio das relações diplomáticas. É possível identificar, em ambos os lados do Mar Mediterrâneo, um período de destruição marcado pelo colapso de diversos sistemas palacianos, o abandono de assentamentos e ataques de guerreiros advindo do mar.

Por volta do I milênio a.C., as redes de trocas entre o Egeu e o Levante, foram consideravelmente modificadas devido ao crescimento do poder do império Neo-Assírio, conforme Joan Aruz¹⁸⁰. Ao longo do século X a.C., governantes assírios registraram o recebimento de tributos, “bem como a crescente demanda de elite do Mediterrâneo Oriental por matérias-primas, principalmente metais, alimentaram a primeira a expansão comercial fenícia

regiões banhadas pelo Mediterrâneo estenderam seus contatos ao Oriente Próximo, Vale do Nilo, África e Mesopotâmia, chegando ao Mar Negro” (CANDIDO, 2017, p.238).

¹⁷⁹ “A Teoria das Redes em um nível básico permite, que o historiador visualize o grau de centralidade ou afastamento de um nó em uma rede; em um nível mais complexo, pode ajudar a conceituar as diversas rotas pelas quais a informação viaja. Teorizar redes considera os *links* entre os nós e torna-os tão importantes quanto os próprios nós para entender as propriedades da mudança social. Seu objetivo é explicar como as interações humanas afetam a mudança cultural e influenciam o sucesso e o fracasso de inovações e ideias” (COLLAR, 2012, p.150).

¹⁸⁰ “O período da dominação Neo-Assíria no Oriente Próximo, e a era anterior a ela, testemunhou um fluxo constante de matérias-primas, bens, tecnologias (como produção de vidro e faiança), e ideias – significativamente a transmissão e ajuste do alfabeto através do oeste da Ásia e do Mediterrâneo [...] Em acréscimo ao comércio de bens materiais os mecanismos de interação incluíam casamentos diplomáticos, troca de presentes, pilhagem e tributos; a troca de especialistas como artesões, mercenários e, possivelmente, escribas e sacerdotes; e movimentação de populações, na forma de migrações forçadas ou voluntárias” (ARUZ, 2014, p.114).

e, depois, grega, na Europa e no Mediterrâneo ocidental” (HITCHNER In ERSKINE, 2009, p.431).

2.4 O Mar Mediterrâneo

Considerado um mar intercontinental, o Mediterrâneo é um corpo de água relativamente pequeno, com aproximadamente 2,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, que se acha localizado entre o sul da Europa, o norte da África e a região sudoeste da Ásia; em direção ao leste, se encontra com o Oceano Atlântico por meio do Estreito de Gibraltar.

O Mar Mediterrâneo se divide em duas bacias, oriental e ocidental, separadas pela península italiana e a Sicília – ao que destacamos as situadas ao norte da África e região do Levante, que ofereciam refúgios para as embarcações.

Podemos identificar as origens do Mediterrâneo, em torno de 250 milhões de anos atrás, durante o período Paleozoico, no contexto da fragmentação do supercontinente Pangeia, que resultou no surgimento de um oceano primordial, nomeado segundo a divindade feminina grega, Tétis (Τηθυσ¹⁸¹).

Passados 30 milhões de anos desse fenômeno, ocorreu uma massiva colisão entre duas placas tectônicas, que viriam a se tornarem a África e a Europa, levando à destruição de Tétis e viabilizando o surgimento do Mar Mediterrâneo.

Os movimentos oblíquos da crosta terrestre e a destruição de Tétis, que criaram o Mediterrâneo, modificaram duradouramente o cenário de seu entorno, formando cadeias de montanhas, cavernas, bacias, ilhas e penínsulas. Eelco Rohling et al., argumentam que “o Mediterrâneo é uma bacia oceânica remanescente, representando o estágio final de fechamento do oceano Tétis antes da colisão continente a continente, à medida que a placa africana convergiu ao sistema de placas da Eurásia” (ROHLING et al IN WOODWARD, p.36). E Anne

¹⁸¹ “[...] a personificação da fecundidade feminina do mar, a filha de Urano e Gaia, sendo a caçula das Titânides. Ela se casou com Oceanos, um de seus irmãos, dando à luz a cerca de 3.000 filhos, que seriam todos os rios do mundo” (KERSHAW; GRIMAL, 1990, p.424).

Mather¹⁸² afirma que esses acontecimentos, culminariam na constituição desse mar, salientando mesmo a sua influência na formação da paisagem que o cerca.

O Mar Mediterrâneo atual, conforme constatado por Braudel¹⁸³, se constituiu na massa de água residual de Tétis, que praticamente remonta aos primeiros dias do planeta, ressaltando os vestígios topográficos desse processo. De maneira semelhante, Broodbank¹⁸⁴, igualmente, reforça que forma do Mediterrâneo e muitas de suas propriedades físicas, são legados de placas tectônicas e, de igual modo, Horden e Purcell¹⁸⁵, atribuem razões geofísicas para a variedade natural da bacia do Mediterrâneo e seu relevo acidentado. Em contrapartida, Abulafia¹⁸⁶ reconhece a existência de particularidades físicas no Mediterrâneo sem, contudo, distinguir os

¹⁸² “Foi a colisão entre as placas tectônicas da África e da Eurásia, o principal fator responsável pela geração do Mar Mediterrâneo, sua história subsequente e as paisagens que o cercam. Essa história colisionadora reduziu progressivamente a conectividade do Mar Mediterrâneo com os corpos marinhos vizinhos, fechando e restringindo os portões marítimos. Durante o Mioceno, por exemplo, a bacia do Mediterrâneo ficou isolada dos corpos marinhos vizinhos, no que é conhecido como a ‘Crise de Salinidade Messiniana’” (MATHER In WOODWARD, 2009, p.5).

¹⁸³ “Em todos os lugares, a água do mar deixou vestígios de seu trabalho lento. Os calcários sedimentares fora do Cairo, tão finos e com uma brancura tão leitosa que permitem que o cinzel do escultor dê a sensação de volume por trabalhando a uma profundidade de apenas alguns milímetros; as grandes lajes de calcário coralino a partir das quais os templos megalíticos de Malta foram construídos; a pedra de Segóvia, mais fácil de trabalhar quando molhada; o calcário das Latomias (as enormes pedreiras de Siracusa); as pedras da Ístria de Veneza e muitas outras formações rochosas na Grécia, Itália e Sicília – todas elas vieram do fundo do mar” (BRAUDEL, 2001, p.32).

¹⁸⁴ “Como resultado, as curvaturas marítimas do fundo de Tétis criaram as dramáticas cordilheiras que percorrem todo o comprimento do Mediterrâneo, cuja agudeza e altura (regularmente 2000 a 3000 m (6500 a 10.000 pés), às vezes acima de 4.000 m) revelam sua juventude: do lado africano, a grande linha do Alto Atlas, Rif e alguns anexos mais a leste e, no norte, Sierra Nevada, Pirineus, Alpes, Apeninos, Dináricos, Pindos e Taurus, a última classificação no Anti-Taurus (com um pequeno esporão no Líbano), no Cáucaso, no Zagros e em diante, formando uma contínua e gigantesca ruga que culmina no Himalaia” (BROODBANK, 2011, p.72).

¹⁸⁵ “No traçado dos continentes, esse mar e seu ancestral imemorial, o mar interior de Tétis, tinham um lugar difícil de ser comparado em termos de importância e longevidade. Os movimentos das placas através da superfície do globo apresentaram, ao longo do tempo geológico, como resultado diversas zonas subdividas que foram substituídas por duplas cadeias de montanhas” (HORDEN; PURCELL, 2000, p.78).

¹⁸⁶ “O Mediterrâneo possui diversas características que resultam de sua situação, numa época geológica remota, como mar fechado, e entre 12 e 5 milhões de anos atrás a evaporação atingiu o ponto em que a bacia do Mediterrâneo tornou-se um deserto profundo e vazio; uma vez invadida pelo Atlântico, acredita-se que tenha sido inundada em cerca de dois anos. O lugar perde água por evaporação mais rapidamente do que os sistemas fluviais que deságuam no Mediterrâneo são capazes de enchê-lo, coisa que não é de surpreender, quando lembramos como são tênues alguns desses cursos d’água: os pequenos rios de Sicília e Sardenha, os históricos, mas não abundantes Tibre e Arno (o Arno se torna um córrego rio acima, em Florença, no auge do verão). É verdade que o Mediterrâneo recebe água do maciço sistema fluvial do Nilo, e que o Pó e o Reno também dão alguma contribuição. Entre os rios europeus, o Danúbio e os sistemas fluviais russos contribuem indiretamente, pois o mar Negro recebe água de diversas grandes artérias que se estendem por uma longa distância terra adentro” (ABULAFIA, 2014, p.28).

processos geológicos que originaram o mar, destacando os papéis da evaporação e dos sistemas fluviais no volume total de suas águas.

A análise da geomorfologia do Mar Mediterrâneo e sua região, nos tornam capazes de compreender os processos que originaram as características da paisagem em toda a sua amplitude. E, na mesma medida, como se deu a interação humana com o meio ambiente – secas, cadeias de montanhas, terremotos e erupções vulcânicas.

As primeiras vagas humanas que, sendo aptas para navegar por suas águas, o fizeram buscando abrigo, alimento e recursos materiais, possivelmente se deparam com paisagens dotadas de restrições topográficas, botânicas, climáticas e hidrográficas. Por certo, os primeiros habitantes buscaram vencer os eventuais reveses, de modo a alcançar o máximo de sua produtividade, se ajustando as complexidades de sua paisagem natural.

Como primeiro desafio as capacidades humanas de adaptação as condições mediterrâneas, se achavam as cadeias de montanhas que, originárias das sucessivas fragmentações dos supercontinentes. Nesse sentido, Mather identifica a existência de uma série de montanha colisionais, “associadas a essas cadeias de montanhas estão diversas bacias extensionais de arco posterior, que incluem as de Valência, Provença, Albaran, Argélia e Tirrena do Mar Mediterrâneo ocidental, e o Mar Egeu do Mar Mediterrâneo oriental” (MATEHR, 2009, p.9). Braudel¹⁸⁷ afirma que as populações se acham confinadas entre o mar e as montanhas e, Broodbank menciona que “para um entusiasta de grandes altitudes, o Mediterrâneo não é simplesmente um mar entre terras, mas, sim, entre montanhas” (BROODBANK, 2011, p.73). Em contrapartida, Horden e Purcell¹⁸⁸ propõem uma leitura para além dos aspectos geomórficos, considerando os diferentes ambientes montanhosos da região mediterrânea, apontando suas conveniências e limitações para o desenvolvimento humano.

Ademais, de modo geral, a região do Mediterrâneo não dispõe de grandes extensões de solo arável, apesar das intensas atividades vulcânicas – terrestres e marítimas – ocorridas no

¹⁸⁷ “Montanhas estão por toda parte no Mediterrâneo. Elas vêm direto para o mar, ocupando mais do que sua parte do espaço, acumulando-se uma atrás da outra, formando a moldura e o pano de fundo – inescapáveis de toda paisagem. Eles impedem o transporte, transformam estradas costeiras em cornichões e deixam pouco espaço para paisagens serenas das cidades, campos de milho, vinhedos ou olivais, já que a altitude sempre aproveita melhor a atividade humana” (BRAUDEL, 2001, p.34).

¹⁸⁸ “Quando usamos o rotulo ‘montanhas’ no contexto do Mediterrâneo, portanto, nos estamos identificando visual ou geomorficamente uma determinada paisagem. Mas devemos ser cautelosos ao supormos sobre as estruturas ecológicas ou demográficas, com ela associada: isso não pode ser tomado como garantido. Generalizações sobre economias de montanhas devem, portanto, ser realizadas em termos diferentes das realidades intransigentes da geomorfologia” (HORDEN; PURCELL, 2000, p.90).

passado. Conforme anteriormente elucidado, o relevo e, por consequência, o solo, se acha intrinsecamente relacionado com aspectos geográficos, como clima, hidrografia e vegetação.

Malgrado que o, a região mediterrânea apresentasse uma ampla pedodiversidade¹⁸⁹ – devido a sua rica variedade de subclimas e sua considerável diversidade litológica e geomórfica, fruto de seu complexo passado tectônico –, seu solo se distingui por sua limitada capacidade para armazenar água e nutrientes.

Consequentemente, as populações que habitavam o Mediterrâneo empregaram numerosas técnicas agrícolas para melhorar as condições gerais do solo, procurando desenvolver as culturas imprescindíveis as suas necessidades alimentares. O desafio que se impunha, era superintender a hibridez de espécies presentes na paisagem mediterrânea – variada em aspectos como retenção de umidade do solo, vegetação natural ou acessibilidade.

Moldado por uma combinação de clima, influência marítima e relevo calcário, o Mediterrâneo apresentava uma topografia híbrida de montanhas, planaltos, zonas úmidas e desertos. Nesse sentido, R. Hitchner alude a existência de uma ecologia mediterrânea, que “promovem uma vegetação característica que inclui vários tipos de coníferas, o azevinho, pistache, alfarroba, figo, maquis e o cultivo da tríade mediterrânea de cereais, vinhas e azeitonas” (HITCHNER in ERSKINE, 2009, p.430). Braudel¹⁹⁰ refere que a paisagem mediterrânea apresenta alguns bolsões de terra arável, possuindo menos exuberância do que um olhar desavisado poderia supor. Outrossim, Broodbank reconhece que, embora algumas áreas pudessem ser favorecidas, era virtualmente impossível aos habitantes do Mediterrâneo se fiarem na benevolência da natureza, diante da escassez de precipitação, “a seca morde o território a cada curto período anos, e um grande dilúvio poderia devastar a paisagem a cada

¹⁸⁹ “Exemplos de perfis típicos de solos do Mediterrâneo, conforme descrito por Tavernier (1995): (a) *terra rossa* em um calcário doce perto de Rieti, na Itália; (b) um vertisol pélico derivado de rochas ígneas no sul de Portugal; (c) um luvisolo férrico derivado de xisto em Portugal; (d) um ‘solo mediterrâneo negro’ (vertisolo pélico) derivado de maris perto de Florença, na Itália; (e) um verisolo calcaropélico derivado de depósitos lacustres terciários e calcários em Trácia, Grécia; f) Um cambissolo calcaro-vertical derivado de argilas lagunares no sudeste da Itália; (g) um luvisolo calcivertical derivado de argilas do mioceno perto de Badajoz, Espanha; e (h) um xerosolo cálcico derivado do aluvião quaternário em Múrcia, Espanha [...]” (WAINWRIGHT In WOODWARD, 2009, p.178).

¹⁹⁰ “A terra arável é escassa lá, enquanto montanhas áridas e inférteis estão presentes em todos os lugares (‘abundância de ossos, insuficiência de carne’, como um geógrafo colocou). As chuvas são desigualmente distribuídas: abundantes quando a vegetação está hibernando no inverno, desaparecem exatamente quando o crescimento das plantas mais precisa-a. O trigo, como outras plantas anuais, tem que amadurecer rapidamente. O trabalho humano não é aliviado pelo clima: todo o trabalho pesado sempre teve que ser feito quando o calor do verão é mais intenso, e a colheita resultante é quase sempre escassa” (BRAUDEL, 2000, p.42).

dez, vinte ou cem anos” (BROODBANK, 2011 p.78). Em contrapartida, Abulafia não analisa as condições do solo mediterrâneo e suas implicações para a agricultura.

Localizada no coração do Mediterrâneo, estava a pequena e montanhosa Grécia, possuía clima quente e seco no verão com temperaturas amenas no inverno, solo propício a alguns tipos de árvores coníferas e grão, sendo escassa em solo arável cujos “os caprichos da herança e a alienabilidade da terra permitiram que algumas pessoas acumulassem propriedades maiores do que suas famílias poderiam trabalhar eficientemente” (MORRIS In CARTLEDGE, 2002, p.33). Nesse sentido, Lin Foxhall destaca que a escassez de terras cultiváveis acarretou o “quão intensamente cultivada parece a maior parte da Ática clássica. No entanto, permanece que a característica fundamental é a distribuição dessas parcelas e no acesso a elas” (FOXHALL In CARTLEDGE, 2002, p.212). Não bastava ser proprietário de uma determinada porção de gleba, posto que ser necessário dominar os saberes que a tornavam fértil – uma tarefa mais complexa do que um primeiro olhar poderia supor.

Em *Os trabalhos e os dias*, obra de meados do século VIII a.C., Hesíodo relata como seu pai “um dia aqui chegou, após cruzar muito mar, deixando a eólia Cime numa nau negra, não para fugir a abundância, a riqueza, a prosperidade, mas sim a pobreza má, que Zeus dá aos homens” (*Trab.* 635-38). Segundo o poeta, tal escolha pouco contribuiu para o benefício material da família dada a carência do solo grego, “veio morar perto do Hélicon, num vilarejo miserável, Ascra, ruim no inverno, difícil no verão, nunca boa” (*Trab.* 639-40).

O cultivo da terra, conforme testemunha a poesia épica, fora percebido entre os gregos enquanto um dos fundamentos da vida civilizada, considerado em estreita conexão com alguns de seus desdobramentos – o sacrifício religioso, o consumo de alimentos cozidos e a convivência em família. A ausência de agricultura, figura como um indício negativo comumente associado a um estilo de vida rústica, conforme assinala Homero “os ciclopes, soberbos, desregrados, chegamos, eles que, confiantes nos deuses imortais, não plantam árvores com as mãos nem aram” (*Od.* 9,106-08).

A despeito da inquietação que o mar suscitava entre os gregos, os caminhos do mar se apresentavam como uma alternativa razoável para garantir a subsistência. De fato, ao longo dos séculos, eles sustiveram uma relação ambígua com o mar – tal como evidenciam os vocábulos

que descrevem suas características físicas e as ações dos homens sobre ele: *hals* (ἄλς¹⁹¹), *thalassa* (θάλασσα¹⁹²), *pelagos* (πέλαγος¹⁹³) e *pontos* (πόντος¹⁹⁴).

Nessa indefinida dependência entre os gregos e o mar, devemos mencionar o componente religioso, posto que os primeiros atribuíam ao mar conotações divinas e narrativas mitológicas, o reconhecendo enquanto uma das divindades exórdias, gerado por Gaia, durante a criação do mundo, conforme relata Hesíodo na *Teogonia*¹⁹⁵.

Ainda que não houvesse garantias quanto o sucesso dessas empreitadas, se arriscar em travessias marítimas em busca de paragens mais benevolentes, propiciava explorações territoriais e vínculos comerciais. Entretanto, marinheiros em geral, eram percebidos com desconfiança entre alguns grupos – nomeadamente, entre os latifundiários.

A realeza descrita por Homero, na *Iliada* e *Odisseia*, se assemelhava mais a nobreza de meados do século VIII a.C. que, tal como os micênicos do passado, fundamentava sua fortuna na posse das melhores porções de glebas e rebanhos. Possivelmente, a audiência do aedo, não considerava inusitado que “Agamêmnon, o rei poderoso, navarca à testa de cem naus” (*Il.* 2,576-77) e pelo contrário, tomaria como plausível que a liderança da expedição grega, coubesse ao dono de tal patrimônio.

Evidentemente, se os gregos fossem desprovidos de tecnologias e traquejo na navegação, estariam impossibilitados de atravessar o Egeu para exigir dos troianos a restituição de Helena e seus tesouros; contudo, se tratando de uma sociedade que preambulava por revelar suas profundas contradições, as atividades náuticas eram julgadas segundo uma perspectiva, no mínimo, ambígua como aponta Finley¹⁹⁶.

¹⁹¹ De acordo com o DGP (v.1, p.42) “mar”; “onda salgada”.

¹⁹² Conforme o DGP (v.2, p. 206) “mar”; “água do mar”; “lago salgado”; “fonte de água salgada”.

¹⁹³ Segundo o DGP (v.4, p.52) “alto-mar”; “mar”; “oceano”.

¹⁹⁴ “Do mar”; “marítimo”; “que vai *ou* vive sobre o mar”; “em alto-mar”; “levado pelo mar” (Op.cit. p.112).

¹⁹⁵ “O Mar, este ser mutável e informe [...]. A variabilidade, as transformações, o disforme e a imensidade são traços pertinentes, sob aspectos positivos ou negativos, desta Linhagem. Os aspectos positivos do Mar exprimem-se em Nereu e nas Nereidas. A navegação propicia, fonte de riquezas, ligação e caminho entre as terras, os ingredientes marinhos das belas paisagens mediterrâneas, tudo isso se revela nos nomes das Nereidas” (TORRANO, 2007, p.50).

¹⁹⁶ “Já existem a navegação e uma preocupação vital com o comércio, mais exatamente com a importação de cobre, ferro, ouro e prata, roupas finas e outros artigos de luxo. Até mesmo os chefes tinham permissão para participar de expedições com esse propósito, mas ao que parece o comércio geralmente era ocupação de

As décadas finais do século de Homero, testemunharam a lenta retomada a partir do comércio no Egeu, mediante o uso de itinerários conhecidos e da criação de outros; revigorada, a atuação marítima passou a conciliar atividades comerciais enquanto “fundava novas comunidades em horizontes cada vez mais amplos, alcançando o oeste do Mediterrâneo e o leste do mar Negro” (MALKIN, 2011, p.3).

Nesse sentido, elementos de realidade e ficção se mesclavam na poesia, enquanto o aedo cantava sobre o passado e a “vida social mediterrânea: as atividades de luta e navegação, o comércio, a colonização, a viticultura e a agricultura, a criação de assentamentos” (MARTIN In WERNER, 2014, p. 30). Se na *Iliada* a navegação é abordada secundariamente, na *Odisseia*, o aedo narra as aventuras marítimas do herói que “de muitos homens viu urbes e a mente conheceu, e muitas aflições sofreu ele no mar” (*Od.* 1,3-4).

Protagonista da *Odisseia*, Odisseu é um marinheiro de ascendência nobre e veterano da guerra de Troia que, em seu retorno ao lar, suscitou o desafeto de Posêidon – sendo punido pelo deus. Contudo, ao longo do canto, o herói relata ter realizado diversas ações condenáveis “levando-me de Ílion, o vento achegou-me dos cícones, de Ismaros; lá eu saqueei a cidade e os matei. Da cidade, tendo tomado esposas e muitas posses, dividimos para eu ninguém deixar sem sua parte” (*Od.* 9,39-42).

De fato, a aproximação pela via marítima, violência e pilhagem, não calham de serem atividades tradicionalmente identificadas como pirataria? Teria Homero nutrido algum tipo de simpatia pelos piratas? Ou se limitava a reproduzir algum tipo de consenso social sobre uma atividade recorrente?

Na poesia homérica, identificamos o uso do termo *lestés* (ληστής¹⁹⁷) que remete a noção de alguém que comete roubos pela via marítima, tal como retratado na *Odisseia*: ao solicitar que Telêmaco revele sua identidade, Nestor indaga “acaso devido a um assunto, ou, levianos, vagais, tal como piratas ao mar? Esses vagam arriscando suas vidas, levando dano a gentes alheias” (*Od.* 3, 72-74). O ciclope Polifermo questionou Odisseu e seus companheiros “donde navegastes por fluentes vias? Acaso devido a um assunto ou, levianos, vagais tal quais piratas ao mar?” (*Od.*9, 252-54).

estrangeiros, sobretudo fenícios. Ser chamado de comerciante era um grave insulto para Ulisses; homens de sua classe trocavam bens em cerimônias ou os obtinham por meio de saques” (FINLEY, 1990, p.94).

¹⁹⁷ Conforme o dicionário *The Liddell, Scott, Jones Ancient Greek Lexicon* (LSJ). Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=lh%7Csth%2Fs&la=greek&can=lh%7Csth%2Fs1&prior=lhi/zomai#lexicon>. Acesso em 20 dez. 2018.

Conquanto Homero tenha relacionado a pirataria ao roubo, violência, sequestro e dissipação, é interessante salientar o diálogo entre Eumeu e Odisseu – que sob o disfarce de um idoso mendigo – se apresenta como filho ilegítimo de um rico cretense que aumentara sua fortuna liderando “varões em naus velozes contra varões estrangeiros, e cabia-me muita coisa. Disso escolhia bens encantadores” (*Od.* 14, 230-33).

Considerando essas passagens, podemos inferir uma ambivalência sobre o juízo de valor atribuído a pirataria, que entendemos se achar diretamente relacionado a forma como a sociedade de Homero julgava essas atividades. Abulafia, é categórico ao afirmar que o aedo “louvava a ousadia de piratas e desprezava os métodos mercenários dos mercadores” (ABULAFIA, 2014, p. 150). Duarte aponta que “dentro o imaginário aristocrático circulava o hábito da pilhagem sobre inimigos e a admiração dos seus aliados, na prática da pirataria. Muitos piratas eram *aristhos* e recebiam carta de corso” (DUARTE In CANDIDO, 2017, p. 23).

Se por um lado, inexistia consenso na sociedade homérica a respeito dos homens que buscavam fortuna no mar, por outro, os fenícios eram reputados por seus conhecimentos náuticos e ofícios comerciais – embora Homero, nem sempre, se utilizasse de adjetivos favoráveis para os qualificar “varões fenícios, famosos pelas naus, velhacos, trazendo milhares de adornos na negra nau” (*Od.* 14, 415-16).

Os fenícios atuaram como precursores das navegações de exploração e comércio do Mar Mediterrâneo, unidos mais pelo desempenho dessa atividade do que por um território comum: a denominação *phoinikes* (φοίνικες¹⁹⁸) conferida pelos gregos, remete a cor púrpura que esse povo do Oriente Próximo se notabilizou por comercializar¹⁹⁹.

O território que gregos, do século de Homero e épocas subsequentes, identificaram como “o país dos tecidos púrpura” (AUBET, 1993, p. 7), se estendia ao longo da orla costeira do Mediterrâneo oriental e adentrava no continente asiático, até alcançar as cadeias montanhas que hoje pertencem ao Líbano.

¹⁹⁸ Segundo o DGP (v.5, p.217), possui três acepções: “1) púrpura; tintura purpura; palmeira; folha *ou* ramo da palmeira; fruto da palmeira; tâmara; pó preparado com a flor da palmeira; perfume de palma; 2) (masc.) de cor vermelho púrpuro ou escarlate; 3) fenício; cartaginês”.

¹⁹⁹ “O nome original *phoinix* e seus derivados, o feminino *phoinissa* e o plural *phoinikes*, são uma invenção grega e só os gregos usaram o termo para designar este povo oriental e certas características culturais a ele relacionadas. A palavra usada para designar o país dos *phoinikes*, *Phoinike*, vem um pouco mais tarde e se refere ao território costeiro entre Aradus (Arvad) e o Monte Carmelo, com limites que correspondem na atualidade a, aproximadamente, aos do Líbano moderno” (AUBET, 1993, p.5).

No passado, “os ilustres fenícios” (*Od.* 13. 272) integraram um reino de maior território e poder político, Canaã – que, na Idade do Bronze, englobava desde a faixa litorânea da Síria Palestina até o monte Cássio. Devido à crise sociopolítica que abalou o Mediterrâneo oriental entre 1200 e 1100 a.C., Canaã pereceu e, a ela, sobreviveram Biblos, Tiro, Sidón e Beirute. Considerando as consequências de tal reconfiguração geopolítica, Maria Eugenia Aubet afirma que a “redução de seu território a uma estreita orla costeira, cujos confins orientais foram formados pelos contrafortes finais das montanhas do Líbano, foi amplamente instrumental na decisão da aventura marítima de seus habitantes” (AUBET, 1993, p. 13-14).

Após sua reestruturação política e territorial, no século X a.C., os herdeiros do reino canaanita buscaram se inserir nos arranjos do Oriente Próximo – marcado por disputas entre os reinos aramaicos na Síria e o Império Assírio – situação essa que se revelou favorável às aspirações de Tiro.

Essa reconfiguração geopolítica da região asiática ocidental, ocorrida nos anos finais do mesmo período, impôs aos governantes de Tiro a necessidade de reorientar sua política comercial. Sob o governo do sacerdote Itobaal I, os navios fenícios iniciaram sua expansão mercantil e territorial em direção ao Mar Vermelho, buscando atingir localidades como Israel e Ofir. Diante o êxito da empreitada, se voltaram para os mercados do norte da Síria e Cilícia. Em meados do século IX a.C., desbravam o Mar Mediterrâneo “por volta de 820 a.C., com a fundação de Kition e a anexação de uma parte do território do sudeste de Chipre. Além disso, Kition é a primeira colônia ultramarina fenícia confirmada pela arqueologia” (AUBET, 1993, p. 42).

Entretanto, o processo de familiarização dos fenícios com a região do mediterrâneo ocidental, aconteceu de maneira gradual e somente em 1100 a.C., foram estabelecidas as primeiras colônias de Lixus e Utica no noroeste da África, e Cadiz – em uma pequena ilha localizada no sul da atual Espanha, conforme aponta Josephine Quinn²⁰⁰.

A presença fenícia nas proximidades do Atlântico, expressa através de assentamentos e comércio com povos nativos, foi um feito inédito de maestria naval, viabilizando as comunicações entre Ocidente e Oriente. Foi a primeira experiência bem-sucedida de embarcações orientais a cobrir tal distância, “os fenícios estavam explorando as costas

²⁰⁰ “A exploração e colonização de longa distância, por outro lado, começaram por volta do século IX a.C., e levaram à fundação de uma série de colônias em todo o Mediterrâneo pela Tiro fenícia, ligando essa cidade à rede de comércio de metais do Atlântico que operava da Irlanda ao sul Espanha no final da Idade do Bronze” (QUINN In ERSKINE, 2009, p. 263).

atlânticas de Marrocos e da Península Ibérica no início do primeiro milênio a.C.” (CUNLIFFE In SOUZA; ARNAUD, p.84).

Em meados do século VIII a.C., quando os gregos do continente recobram seu ímpeto naval em direção ao Mar Mediterrâneo, a presença fenícia na região se achava fortemente consolidada por meio das intensas atividades comerciais e nas cidades centenárias que se estendiam desde o Mar Egeu até as proximidades do Oceano Atlântico, visto que “desde o momento em que os primeiros enclaves comerciais foram estabelecidos nas costas ocidentais, os fenícios controlaram, na prática, as principais rotas comerciais, de Chipre e Creta, no leste, até Gibraltar, no oeste” (AUBET, 1993, p.134).

Como no passado, mesmo gerações de marinheiros gregos afastados do Mediterrâneo, poderiam se beneficiar de suas praias e litorais convenientes a navegação de cabotagem que, possivelmente, influenciavam na escolha das rotas marítimas mais eficientes. Purcell e Peregrine, assinalam que “a visibilidade mútua era o coração do conceito de navegabilidade do Mediterrâneo e é, portanto, a maior característica da forma como as microrregiões interagem através da água” (PURCELL; PEREGRINE, 2000, p. 126). Nesse sentido, Carla Antonaccio observa que “a função mais básica deste ‘meio’, mar interior (o significado do Mediterrâneo sendo ‘meio da terra’), e dos vales dos rios e linhas costeiras, é a conectividade. O mar conecta mais do que separa” (ANTONACCIO In SOUZA; ARNAUD, p.213).

Novamente, o Mediterrâneo permitia que os gregos do ocidente e os fenícios do oriente, retomasse os contatos interrompidos em razão dos convulsivos eventos de 1.200 a.C. que assolaram a região. E, de fato, “retomar” é o vocábulo apropriado, sobretudo quando consideramos as narrativas míticas que relatam como, tal continuidade originou os antepassados dos homens e mulheres que compunham a audiência de Homero – a população da ilha de Creta²⁰¹.

Todavia, acreditamos que reaver a antiga conectividade com os fenícios, não se achava dentre as principais motivações que levaram os gregos, do século de Homero, a se lançarem ao Mediterrâneo.

²⁰¹ “Zeus avistou Europa na praia de Sidón, ou Tiro, onde seu pai era rei. Cheio de amor por ela, o deus se transformou em um touro de uma alvura deslumbrante, com chifres como a lua crescente e se deitou aos pés de Europa. Após superar o susto inicial, Europa se sentou nas costas do touro. Imediatamente o animal divino se dirigiu ao mar, mergulhou nas ondas e nadou para longe da costa. O deus e a princesa chegaram a Creta e, em Gortina, ao lado de uma fonte, Zeus se deitou com Europa sob alguns plátanos” (KERSHAW; GRIMAL, 1990, p. 147).

Por certo, a investigação desse novo processo de expansão marítima grega, tem feito correr tinta da pena de diversos historiadores e historiadas, resultando em uma ampla historiografia. Claude Mossé²⁰² identifica fenômeno como uma segunda vaga da colonização grega; Finley²⁰³, considera essa nova colonização consistia como alternativa para o excedente populacional. Sarah Pomeroy et al²⁰⁴ defendem que, diversas famílias gregas partiram com o intuito de estabelecer colônias agrícolas no sul da Itália e Sicília. Em contrapartida, M.M. Austin e Pierre Vidal-Naquet²⁰⁵, consideram que colonização grega tem sido frequentemente discutida conforme uma formulação simplista que os autores julgavam insatisfatória.

Simultaneamente, os gregos levaram sua cultura e receberam a influência de novos valores, técnicas, matérias-primas, conhecimentos, expressões artísticas e religiosas dos diversos povos com que se conectaram. Além das evidências materiais, a tradição mítica grega igualmente contém testemunhos acerca da influência e contribuições dos povos do Levante e do noroeste da África junto a Grécia continental.

Segundo essas narrativas, colonizadores fenícios e egípcios teriam cruzado as águas do Mediterrâneo atingindo solo grego, trazendo seus conhecimentos e estabelecendo cidades. Em

²⁰² “[...] o século VII assiste ao eclodir de perturbações um pouco por toda a parte no interior das cidades-estados, fenômeno que, resultando muitas vezes na instauração de uma tirania, multiplica as oportunidades de expatriação. Por outro lado, o desenvolvimento das trocas e das relações comerciais no Mediterrâneo vem a estar na origem de certos povoamentos. Sem pretender necessariamente efectuar uma distinção entre as colônias de povoamento, essencialmente agrárias, e as colônias comerciais, na medida que tanto umas como outras se revelam autónomas desde sua origem, forçoso é verificar que determinadas fundações correspondem à necessidade de um abastecimento de grãos e sementes (donde as colônias milésias das margens do mar Negro) ou em metais (donde Marselha, no término da «rota do estanho» vindo da Cornualha), quando não mesmo a um desejo de controlo de certas vias de passagem mais importantes, como sejam o Bósforo e o Helesponto” (MOSSÉ, 1989, p.109).

²⁰³ “A história do que chamamos de ‘colonização’ nos tempos antigos, termo impreciso, era longa e complexa. A expansão secular do mundo grego, iniciada antes de 750 a.C. e que levou ao estabelecimento de comunidades do extremo leste do Mar Negro a Marselha, foi um carregamento em massa de cidadãos excedentes para terras estrangeiras, às vezes por conquista, e nem sempre com o consentimento daqueles que eram enviados” (FINLEY, 1986, p.209).

²⁰⁴ “Pouco antes de 800, gregos da Eubeia ingressaram no posto comercial internacional de Al Mina, no norte da Síria, e pouco tempo depois, outros eubeianos fundaram uma colônia comercial de Pitecusas, no sul da Itália. [...] As novas colônias gregas que surgiu no Ocidente ofereceram aos colonos não apenas um *kleros* de bom tamanho em bom solo, mas também oportunidades de comercializar seus próprios produtos e os da antiga Grécia por matérias-primas, especialmente metais, com os habitantes do sul da Europa” (POMEROY et al, 1999, p. 54).

²⁰⁵ “Tais eram as colônias típicas: agricultura autônoma, comunidades fundadas sob a égide de uma cidade-mãe que fornecia os *oikistes* (o fundador) e, presumivelmente, também forneciam navios, técnicos etc. para fundar a nova colônia. A colonização testemunhou a magnitude da crise populacional que afetou grande parte do mundo grego. Muitas cidades participaram diretamente, em maior ou menor grau. Outras cidades participaram indiretamente, pois é bem atestado que, mesmo quando uma fundação foi feita sob a égide de uma cidade em particular, acontecia, com bastante frequência, que homens de outras cidades participassem do empreendimento” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p.63).

sociedades antigas, encontramos nos mitos elementos que podem ser cotejados segundo seu valor histórico, visto que “o mito é considerado uma história sagrada, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre lida com a realidade” (ELIADE, 1963, p.6).

Ao estudar a sociedade grega, notória por sua paixão pelo discurso, é oportuno notar o uso de trocadilhos, anagramas e demais ferramentas discursivas. Desse modo, em certos casos denominar rios, montanhas e localidades segundo personagens mitológicos, não significava apenas honrar deuses ou heróis do passado, mas registrar a história de sua criação.

O prestígio conferido as contribuições de fenícios e egípcios, se perpetuou no imaginário grego, retomado por tragediógrafos clássicos como Ésquilo e Eurípides, respectivamente, em tragédias como *Suplicantes* (ca. 463 a.C.) e *Fenícias* (ca. 411 a.C.). Apresentadas publicamente em grego ático do século V a.C., por ocasião do festival das Grandes Dionisiacas, ou Dionisiacas Urbanas, por certo, as tragédias foram amplamente difundidas.

Para o historiador, as tragédias produzidas no contexto dos festivais dramáticos da Atenas Clássica, se constituem enquanto uma inestimável documentação história – a despeito das complexidades que envolvem sua interpretação desses textos.

É necessário jamais esquecer, que se trata de produções poéticas, centradas em eventos mitológicos, compostas mediante a ambição do autor em vencer a competição e que, para tanto, deveriam agradar um restrito grupo de juízes e, da mesma forma, emocionar um amplo e diversificado público.

Tragédia de Ésquilo, *Suplicantes* (463 a.C.), integrava uma tetralogia composta pelas tragédias *Egípcios* e *Danaides* e o drama satírico *Amímone*, e tratava dos infortúnios das Danaides, as cinquenta filhas de Dânao, forçadas a casarem com seus primos, os Egípcios, filhos de seu tio Egito. Repudiando tal união, as Danaides buscaram orientação paterna e, acompanhadas de Dânao, fogem para Argos – pátria de sua ancestral, a princesa Io – e, se valendo de tal ascendência, suplicam ao rei Pelasgos refúgio contra seus agressores.

No primeiro episódio da tragédia, as Danaides, já em Argos, se encontram com o rei Pelasgo que, se mostrando impressionado pelas singulares vestimentas e adereços de cabelos das jovens, chega a tomá-las por bárbaras, ao que o Corifeu revela a identidade do grupo, “orgulhamo-nos de ser de raça argiva, descendentes de uma novilha de nobre ascendência” (*Supl.*275).

Além das indumentárias das Danaides, sua aparência física causa forte impressão em Pelasgo que se vê surpreendido diante da afirmação do Corifeu, e responde “mais vos pareceis com mulheres da Líbia, e de modo algum com gente desta terra; e também o Nilo poderia ter alimentado semelhante criatura” (*Supl.* 280). O rei se referia a cor da pele das jovens,

mencionada nas primeiras estrofes da tragédia – como filhas de Dânao, são fruto da união de casas reais gregas e egípcias²⁰⁶.

Quando *Suplicantes* foi encenada pela primeira vez, Atenas se achava sob os efeitos da retirada dos persas, vivenciando o reflorescimento do conservadorismo político sob liderança de Címon, entre 461 e 471 a.C., “ano após ano, ele foi eleito general, talvez o maior comandante de campo que Atenas produziu, e varreu os persas do mar Egeu; seus contínuos êxitos culminaram na esmagadora vitória sobre os restos da frota persa no rio Eurimedonte” (STARR, 2005, p. 41).

O flagrante elogio ao sistema democrático, as questões pertinentes a prática do asilo político, a existência de uma possível aliança política entre Argos e Atenas, entre outros, são temáticas que perpassam *Suplicantes*.

Se em *Suplicantes*, testemunhamos a chegada de Dânao e as Danaides como refugiados em busca de proteção, em *Amínone*, a Danaide que dá nome a trama, se empenha em auxiliar o pai na busca por sanar os problemas de abastecimento de água, que assolam Argo: a jovem se uniu a Posêidon que, então, revelou-lhe a localização das fontes de Lerna. Considerando a etimologia do nome Dânao e as tradições míticas, Martin Bernal²⁰⁷ defende sua participação na descoberta de técnicas de irrigação.

Tragédia de Eurípides, *As Fenícias* (ca. 411/409 a.C.), compunham uma trilogia juntamente com *Antíope* e *Hipsípile*²⁰⁸, que apesar de se acharem fragmentadas, fornecem

²⁰⁶ Filha de Ínaco, princesa de Argos e sacerdotisa de Hera, Io atraiu os olhares de Zeus, fato que despertou grande ciúme em sua divina consorte – que transformou a jovem em uma novilha, colocando-a sobre a guarda de uma monstruosa criatura, Argos. Para ludibriar o terrível guardião, Zeus tomou a forma de um boi, e uniu-se a Io; Hera volta a infligir novos tormentos a Io, enviando um moscardo para fustigá-la. A jovem foge, então, de Argos para o Egito, “por onde passa, na sua fuga, Io funda povos e cidades que dessa sua passagem recebem o nome. O caso mais flagrante é talvez o do Bósforo cimério, que no seu nome vê refletida, à letra, a ‘passagem da vaca’” (JESUS, 2012, p.13). Ao chegar ao Egito, Io retomou sua forma humana e deu à luz a Épafo; adulto, ele desposou Mênfis, filha do Nilo, e dessa união nasceu Líbia que, amada por Posêidon, gerou gêmeos: Agenor e Belo. O primeiro, partiu para a Fenícia, onde reinou e estabeleceu linhagem; o segundo, permaneceu no Egito, reinando ao lado de Anquínoe, filha do Nilo, tendo com ela, os também gêmeos, Egito e Dânao. Belo deu a Egito, o trono da Arábia e a Dânao, a Líbia, e ambos tiveram uma extensa prole: Egito gerou cinquenta filhos e Dânao foi pai de cinquenta filhas; anos depois, os irmãos disputariam pelo domínio do reino e Dânao, temendo seus sobrinhos, buscou a sabedoria de Atena que o aconselhou a construir um navio e fugir com suas filhas para a Grécia.

²⁰⁷ “[...] eu argumentei que a irrigação supostamente realizada pelo colonizador fundador de Argo, Dânao, sobre quem eu convencionei afirmar que teria vindo do Egito, durante o período dos Hicsos, no II milênio a.C. A ênfase na irrigação e Dânao, pode vir de seu nome e da derivação a partir da paranomásia com o Egípcio *dni* (distribuir, irrigar) (BERNAL, 1991, p.137).

²⁰⁸ “Um antigo comentário em *As Rãs*, de Aristófanes, agrupa a peça com Antíope e Hipsípile, enquanto a antiga hipótese de Aristófanes, de Bizâncio, a coloca com Enomau e Crisipo. Os estudiosos têm inclinando-se para uma

numerosas informações a respeito de suas tramas. Em *As Fenícias*, ação se desenvolve em Tebas após a dramática revelação do parentesco entre Édipo, Jocasta e seus quatro filhos Etéocles, Polinices, Ismene e Antígona. Ciente da verdade e destituído do trono, Édipo amaldiçoa os rapazes, que passam a disputar entre si o trono tebano.

No prólogo, Jocasta menciona a fundação de Tebas e a origem da linhagem labdácidas, “Cadmó veio a esta terra, ao deixar o solo marinho fenício. Ele desposou Harmonia, filha de Cípris, e gerou Polidoro, de quem dizem que Lábdaco nasceu, e deste nasceu Laio” (*As Fen.* 5). Em seguida, o Coro revela sua origem fenícia e reforça a existência dos laços de fraternidade entre Tiro e Tebas, “a estas torres de Laio aparentadas a ínclitos Agenôridas” (*As Fen.* 217-219).

No primeiro episódio, o Coro rememora a origem fenícia de Cadmo²⁰⁹ e as circunstâncias da fundação de Tebas, “veio de Tiro a esta terra, e quadrúpede novilha inúbil em queda cai dando-lhe cumprir-se oráculo, cuja fala divina disse povoar de casas a planície fértil de trigo” (*As Fen.* 638-644).

No ano de estreia de *As Fenícias*, Atenas vivia sobressaltada pela ameaça de cercos e ainda se recuperava dos reveses sofridos em 415 a.C., da expedição militar contra a Sicília sob a liderança de Alcebiades, “a operação anfíbia, uma das maiores da Antiguidade, teve um desenlace desastroso em 413, com a perda de todos os navios e tropas envolvidas” (STARR, 2005, p.52).

Eurípides condena a insensatez da guerra fratricida entre Etéocles e Polinices, que lançavam argivos contra tebanos, através da voz do Coro de estrangeiras – que mencionam o parentesco que une as famílias reais de Tebas e Argos. Em *Fenícias*, o poeta se utilizou do mito para estabelecer uma analogia com a realidade de Atenas (a Guerra do Peloponeso), denunciando a ganância e as consequências funestas do ostracismo.

ou outra opção de tetralogia usando, principalmente, argumentos baseados em análise métrica ou coerência temática. Infelizmente, as evidências disponíveis não deixam espaço para certeza sobre uma ou outra opção, embora os estudiosos estejam mais inclinados a agrupar *As Fenícias* com *Antíope* e *Hipsípila*” (LAMARI In MCCLURE, 2017, p. 260).

²⁰⁹ Príncipe fenício, filho de Agenor e Teléssa, Cadmo deixou seu reino em observação a ordem paterna, para procurar a irmã Europa – que fora levada por um touro, Zeus metamorfoseado, enquanto passeava pela praia de Tiro. Acompanhado de sua mãe, Cadmo chegou a Grécia, onde logo depois, Teléssa faleceu e, após enterrá-la, procurou o oráculo de Delfos sendo orientado a desistir de encontrar Europa e, ao invés disso, seguir uma vaca e fundar uma cidade no primeiro local em que ela se deitasse. Cadmo rumou para a Fócida e encontrou, entre os animais de Pelagonte, uma vaca que andarihou até atravessar a Beócia, para então deitar-se: naquele local, Cadmo fundou Tebas.

O enredo, ainda que mítico, das tragédias comprovam que o Mediterrâneo e sua e sua aparente geografia acidentada – ilhas, penínsulas e bolsões de terra – antes de ser um obstáculo, proporcionava o deslocamento rápida e econômica que favorecia a navegação de cabotagem e, assim, aproximavam diversos povos.

Mediante a construção de portos em locais estratégicos, podemos observar a gradual construção de uma rede conectividade entre o Egeu, o nordeste da África e o Levante: mais do que comercializar matérias-primas e produtos, as sociedades dessas regiões, permutaram ideias, sensibilidades, tecnologias, linguagens, tradições e religiosidades.

Gregos, egípcios, assírios, cipriotas, fenícios e tantos outros povos, não saíram incólumes dessas interações e, sendo simultaneamente influenciados, constituíram uma rede de conectividade através da navegação do Mar Mediterrâneo que atenuou a distância geográfica, promovendo uma autêntica sinergia entre todos.

Independentemente de ter sido consequência de uma cooperação consciente ou antagonismo declarado, ao revitalizarem a mobilidade marítima da região mediterrânea, após décadas de retração, a iniciativa dos fenícios, egípcios e gregos induziu a um “Renascimento em suas próprias terras de origem, como também vibrantes sociedades urbanas longe de casa; e, além das terras onde eles próprios haviam se estabelecido, sua influência sobre os demais povos do Mediterrâneo foi profunda” (ABULAFIA, 2014, p.151).

Reconhecendo a familiaridade com que os gregos, trafegavam pelas águas do Mediterrâneo e, desse modo, alcançaram as margens setentrionais da Líbia, nos indagamos se as embarcações atenienses tenham visitado os portos dessa região. Esses eventuais visitantes de Atena, teriam se limitado a circular pelas cidades portuárias ou se atreveram a explorar o interior do território líbio? Outros homens chegaram a percorrer o trajeto descrito por Heródoto, em direção a Méroe dos “etíopes”?

3 “TODOS OS CAMINHOS LEVAM A ÁFRICA”²¹⁰: DA DESCOLONIZAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA AO ESTUDO DAS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS

Neste capítulo, propomos uma discussão acerca da historiografia da África, iniciando pelos discursos alvitados pela intelectualidade europeia e colonialista do século XIX, cuja hegemonia seria questionada por acadêmicos pós-coloniais dos anos finais do século XX; o conceito de afrocentrismo ou afrocentricidade, será considerado nesse diapasão epistemológico. Em sequência, referimos os esforços de intelectuais africanos e afrodescendentes para resgatar as origens africanas do Egito que, subsequentemente, incentivou o estudo das antigas civilizações africanas, desvelando Cuxe.

3.1 Em busca da História da África: reflexões sobre historiografia

A obra *Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte* (1822-1823), atribuída a Georg Wilhelm Friedrich Hegel, consiste em uma compilação de diversos textos produzidos pelo filósofo em seus anos de docência, entre 1822 e 1830. Lançada pela primeira vez, em 1837, por Eduard Gans chegou a ser reeditada por duas vezes – por Karl Hegel, em 1841, e Georg Lasson, em 1917.

Conhecida pelo público brasileiro sob o título de “*A Razão na História*”, se encontra organizada em duas partes, “Os Modos da Historiografia” e “A História Universal Filosófica”, sendo finalizada com um apêndice “O Contexto Natural ou o Fundamento Geográfico da História Universal”. Embora, a primeira e segunda parte discorram sobre temas relacionados a epistemologia histórica, salientamos sua argumentação complementar, em que o filósofo investiga “o princípio particular do povo existe, porém, como uma determinidade natural, como um seu princípio natural. Os distintos espíritos dos povos separam-se no espaço e no tempo; e a este respeito faz-se valer a influência do contexto natural” (HEGEL, 2007, p.169).

²¹⁰ CHRISTIAN, Mark. *Multiracial identity: an international perspective*. New York: ST. Martin’s Press, 2000. pag.123

De acordo com Hegel, seria possível estabelecer uma associação direta entre as principais características de um povo e seu meio natural, defendendo a existência de um determinismo geográfico que se expressa, simultaneamente, como sua disposição subjetiva e material. Defendendo tal pressuposto, o filósofo tenciona analisar as condições naturais dos continentes africano, asiático e europeu, buscando evidenciar como clima, relevo, vegetação, hidrografia, entre outros, se colocam como fatores decisivos ao desenvolvimento espiritual dos povos.

Em suas considerações acerca da região que identifica como “Velho Mundo”, Hegel alude a relevância do Mar Mediterrâneo, por sua capacidade de interligar África, Ásia e Europa, que lhe confere o estado de “eixo da história universal. Todos os grandes Estados da história antiga se situam à volta deste umbigo da Terra” (HEGEL, 2007, p. 191). Para o filósofo, a porção norte do continente africano costeada pelas águas do Mediterrâneo, na qual se situam Egito, Marrocos, Tunísia, Argélia e Líbia, afirmando que “toda esta parte não pertence a África, mas à Espanha, com a qual forma uma bacia” (HEGEL, 2007, p. 191).

Ao principiar seu estudo do “Velho Mundo” pela África, Hegel justifica sua escolha em nome do pragmatismo, visto que uma breve análise do território permitirá maior atenção aos seguintes, “não tem interesse histórico específico, a não ser o de vermos ali o homem na barbárie, na selvajaria, sem, subministrar qualquer ingrediente integrador à cultura. A África, por mais que se retroceda na história, permaneceu fechada à conexão com o mundo restante” (HEGEL, 2007, 194).

Poderíamos considerar que “*A Razão na História*”, viabilizou embasamento acadêmico para justificar para a inferioridade africana e, conseqüentemente, a espoliação humana e material sofrida pelo continente?

De fato, Hegel não foi o único intelectual europeu do século XIX a propalar um suposto atraso civilizacional dos africanos, sendo importante salientar que “ainda que a influência direta de Hegel na elaboração da história da África tenha sido fraca, a opinião que ele representava foi aceita pela ortodoxia histórica do século XIX” (FAGE In KI-ZERBO, 2010, p. 8). Assim sendo, em meados deste século, se testemunhou uma renovada explosão do racismo²¹¹ na Europa Ocidental.

²¹¹ “Todas as culturas têm algum grau de preconceito a favor, ou mais frequentemente contra pessoas de aparência incomum. No entanto, a intensidade e a difusão do racismo do norte da Europa, dos Estados Unidos e

Desde a expansão muçulmana da Península Ibérica, ocorrida em inícios do século VIII, os nativos do “Velho Mundo” davam mostras de suas dificuldades em aceitar as diferenças físicas e culturais de outros povos. Quando por ocasião dos primeiros contatos entre os europeus e americanos, africanos e asiáticos, ocorridos no século XVI em consequência das navegações ultramarinas, os arrivistas tratavam os nativos do “Novo Mundo”, entre a condescendência e desconfiança.

Neste sentido, o preconceito racial da Europa dos anos de 1800, se encontrava atrelado ao sentimento de superioridade que animava os espíritos da época – convencidos do triunfo de seu modelo econômico, tecnológico e político, eruditos de diversas áreas, afirmavam que “a Europa estava agora mais avançada do que qualquer outro continente, e aqui havia um estreito paralelo com a situação na Grécia helenística do século IV com relação às outras civilizações mais antigas” (BERNAL, 1987, p.198).

Contudo, a Europa Ocidental não se limitou a estabelecer comparações metafóricas com a Grécia Clássica e, comumente, os intelectuais europeus recorreram aos textos de pensadores gregos do passado, quando necessitavam de justificativas para solver suas contradições morais – mormente, em questões referentes ao convívio com os povos do “Novo Mundo”.

Nesse sentido, a filosofia grega se mostrou frutífera para solucionar as controvérsias resultantes do extermínio dos nativos americanos e da escravização dos africanos – dado que, tais práticas, se encontravam irreconciliáveis com as crenças cristãs que pregavam a igualdade de todos os indivíduos perante Deus. Os argumentos de Aristóteles a respeito da superioridade grega, foram utilizados para justificar a suposta primazia europeia, “assim, Aristóteles relacionou a ‘superioridade racial’, ao direito de escravizar outros povos, especialmente, os de ‘disposição escrava’” (BERNAL, 1987, p.202).

A autodeclarada hegemonia dos europeus, segundo seus defensores, se evidenciava diante da selvageria desses povos ainda pagãos, desprovidos de escrita, história, tecnologias, organização política e econômica, que ocupavam os territórios além-mar. Segundo Fage, “os europeus acreditavam que sua pretensa superioridade sobre os negros africanos estava confirmada por sua conquista colonial” (FAGE In KI-ZERBO, 2010, p.15). Se argumentava que a Europa, enquanto depositária da cultura edificante, seria responsável pelo “progresso” da

de outros racismos coloniais desde o século XVII têm sido muito maiores do que a norma e precisam de uma explicação especial” (BERNAL, 1987, p.201).

América, África e Ásia – em particular, as questões relacionadas a produção das narrativas históricas.

Desde a modernidade, os europeus assumiram o monopólio e protagonismo na construção da história geral que, até os anos finais do século XX, se caracterizou pelo predomínio do eurocentrismo²¹². Essa perspectiva influenciou uma concepção de mundo que, tomando a Europa como referência, reduziu os demais continentes a regiões periféricas, dissociou suas histórias relacionais, converteu diferenças em hierarquias e naturalizou certas representações.

A hegemonia eurocêntrica foi somente questionada quase cinco séculos depois, a partir de meados anos de 1980, devido à emergência dos chamados estudos pós-coloniais, um conjunto matizado de práticas teóricas e metodológicas que, gradualmente, se consolidava no meio acadêmico de matriz anglo-saxônica.

Dentre os trabalhos pioneiros dos estudos pós-coloniais, se cumpre destacar a obra seminal de Edward W. Said, *Orientalismo* (1978) e, os textos organizados por Francis Barker em *Europe and its others: Proceedings of the Essex Conference on the Sociology of Literature* (1984), que instavam por análises críticas dos discursos coloniais e, promoviam a retomada de textos tradicionais do pensamento anticolonial, de intelectuais como W. E. B. Du Bois (1868-1963), C. L. R. James (1901-1989), Frantz Fanon (1925-1961) e Léopold Sédar Senghor (1906-2001).

Os estudos pós-coloniais investigam os desdobramentos da colonização europeia – movimento expansionista iniciado em 1492, pelos países da Europa Ocidental, visando a apropriação de territórios na América, Ásia e África, que promoveu o massacre de populações nativas, migrações forçadas, escravidão, diáspora e a destruição de culturas milenares. De acordo com Chandra Mohanty “a colonização quase invariavelmente implica uma relação de dominação estrutural e supressão – frequentemente de forma violenta – da heterogeneidade do (s) sujeito (s) em questão” (MOHANTY In MEZZADRA et al, 2008, p.71). E nesse sentido, Achille Mbembe assinala que “se justificava a empresa colonial como obra fundamentalmente «civilizadora» e «humanitária», cuja violência, seu corolário, era apenas moral” (MBEMBE, 2014, p.29).

²¹² “Isso envolve necessariamente a descentralização da soberania e dominação exercidas pela Europa, a crítica do eurocentrismo, isto é, desafiar os limites do etnocentrismo ocidental, e sua suposição de que o ponto de vista do homem branco ocidental enquanto normativo e verdadeiro” (YOUNG, 2016, p.65).

Os processos de colonização dos povos americanos, asiáticos e africanos, viabilizaram aos colonizadores europeus implementarem seus próprios sistemas de conhecimento, linguagens, memória e imaginário de maneira predominante. Edgardo Lander afirma que é “longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX começa quando, pela primeira vez, todo o espaço e o tempo se organizam – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presente e passado” (LANDER, 2000, p. 14).

O colonialismo favoreceu a prerrogativa da universalidade da experiência europeia, enquanto chave de leitura exclusiva para a compreensão da experiência humana acerca do tempo e espaço, impulsionando dois processos fundamentais – o despontar da modernidade e a organização do mundo segundo uma lógica colonial. Conforme sustenta Sandro Mezzadra “a expansão colonial é assim inscrita nos próprios orçamentos epistêmicos da modernidade europeia” (MEZZADRA In MEZZADRA et al, 2008, p.18).

Segundo diversos intelectuais, a superioridade europeia poderia ser justificada em razão do determinismo geográfico, como condição para o desenvolvimento ou decadência de um povo. Se acreditava na existência de um nexos entre o clima quente da África e uma inclinação “natural” dos povos negros a degradação de todas as ordens. Conforme afirma Bernal, “Locke e a maioria dos pensadores de língua inglesa do século XVIII, como David Hume e Benjamin Franklin, eram racistas: expressaram abertamente as opiniões populares de que a cor da pele escura estava ligada à inferioridade moral e mental” (BERNAL, 1987, p.204).

Dessa forma, os estudos pós-coloniais, por sua postura crítica, contestam o discurso histórico convencional que procurou estabelecer a primazia de uma narrativa unívoca e totalizante, que era apresentada como característica fundamental da modernidade. Conforme definiu Sandro Mezzadra, os estudos pós-coloniais, instavam “a desconfiar de qualquer interpretação demasiado rígida da relação entre centro e periferia que confina a história da expansão colonial precisamente à categoria de episódio ‘periférico’, escondendo a sua função constitutiva na experiência global da modernidade” (MEZZADRA et al, 2008, p.17).

Os estudos pós-coloniais colocam o tempo histórico moderno em cheque, questionando a operacionalidade de conceitos tradicionais (como classe operária, cidadania e nação), diante dos limites para identificá-los no sistema colonial. Ao questionarem o pretense protagonismo europeu, os “estudos pós-coloniais, desse ponto de vista, nos convidam a problematizar as fronteiras organizadas pelos próprios mapas mentais dos historiadores” (MEZZADRA et al, 2008, p.23).

Essa corrente teórica vem se empenhando em privilegiar a construção de relatos que considerem as perspectivas dos povos colonizados que, sofreram (e ainda sofrem) os efeitos de

séculos de hegemonia europeia, de maneira a identificar seus desdobramentos econômicos, políticos e culturais nos atuais países descolonizados. Estuda, especialmente, aspectos do colonialismo que atualmente influenciam as estruturas do poder, posto que “a história do século XX testemunhou os povos do mundo tomando o poder e controle de volta para si mesmos. A teoria pós-colonial é em si um produto desse processo dialético” (YOUNG, 2016, p.4).

De acordo com Stuart Hall, o termo pós-colonial se remete ao movimento geral de descolonização, cujos efeitos foram sentidos de formas distintas por colonizadores e colonizados, “foi um processo cujos efeitos negativos forneceram a base para a mobilização política anticolonial e motivou a tentativa de recuperar uma série alternativa de origens culturais não contaminadas pela experiência colonizadora” (HALL In MEZZADRA et al., 2008, p. 127).

Com efeito, as duas últimas décadas do século XX revelaram, não obstante, as intervenções da geopolítica internacional e o sistema econômico global, a permanência de diversas contradições, fruto em grande parte da oposição binária entre colonizador e colonizado.

Os estudos pós-coloniais passaram a abarcar as investigações acerca dos efeitos do fim formal do colonialismo em nações que foram organizadas, política e economicamente, sob esse sistema, destacando suas continuidades e rupturas. Nesse sentido, Fernando Coronil²¹³, denuncia os discursos da globalização neoliberal, que mascaram a continuidade dos desdobramentos do colonialismo e imperialismo, sob o disfarce da igualdade de condições econômicas e políticas para todos os países.

Consoante aponta Hall, os estudos pós-coloniais se comprometem em questionar a perspectiva binária e reinterpretar a colonização, enquanto etapa de um processo de caráter global, de sorte que, “seu valor teórico reside precisamente, portanto, em sua rejeição dessa perspectiva de ‘aqui’ e ‘lá’, ‘então’ e ‘agora’, ‘em nosso país’ e ‘no exterior’” (HALL In MEZZADRA et al., 2008, p.128).

A teoria pós-colonial se orienta no sentido de combater o legado ideológico do colonialismo em suas duas frentes, ou seja, os países colonizadores e os colonizados, através do processo de descolonização política, e subsequentemente, cultural. Os estudos pós-coloniais se constituem enquanto crítica a civilização e cultura europeia, alicerçada na concepção das

²¹³ “Em vez do eurocentrismo dos discursos ocidentalizantes anteriores, que opera por meio do estabelecimento de uma diferença assimétrica entre o Ocidente e seus outros, o ‘estratismo global’ dos discursos dominantes da globalização neoliberal esconde a presença do Ocidente e esconde a maneira pela qual continua a depender da submissão de seus outros e da natureza” (CORONIL In LANDER, 2001, p. 86).

culturas do mundo tricontinental, “que buscam se livrar da história do domínio imperial, a teoria pós-colonial envolve o uso, fortalecimento e desenvolvimento dos recursos de suas próprias histórias e tradições políticas e intelectuais” (YOUNG, 2016, p.66).

Com efeito, viabilizam meios para repensar a história dos povos modernos que, operando a inversão do protagonismo metropolitano e da passividade colonial ao ressaltarem a pró-atividade das regiões colonizadas e reconhecerem suas contribuições “é possível encontrar autênticas ‘antecipações coloniais’ na história dos dispositivos econômicos, sociais e políticos que desempenharam um papel essencial na definição de a modernidade” (MEZZADRA, 2008, p.20). Nesse sentido, Mohanty critica o trabalho de Cutrefelli que, discorrendo acerca do ritual matrimonial dos bamba, apresenta as mulheres desse povo enquanto vítimas dos efeitos da colonização ocidental²¹⁴.

Os estudos pós-coloniais, por sua postura crítica e a natureza complexa, contestam o discurso histórico convencional que procurou estabelecer a primazia de uma narrativa unívoca e totalizante – dito de outra forma, eurocêntrica – que se apresenta como característica fundamental da modernidade.

Nesse ensejo, frisamos a conveniência de renovar as análises históricas acerca das sociedades anteriormente colonizadas – ao que destacamos os povos da África, de maneira a ressaltar seu protagonismo e seus diversos préstimos ao enriquecimento da experiência humana e a construção da história mundial.

Naturalmente, não se trata de renuir ou amenizar o fato de que milhões de africanos e africanas, no século XVIII, foram vítimas do “holocausto da escravatura mercantil europeia” (FINCH; NASCIMENTO, 2009, p.42) outrossim, produzir uma narrativa histórica que resgate o patrimônio cultural, figurativo e tecnológico que, desde a Antiguidade, as sociedades africanas têm ofertando a numerosos povos.

Dessa maneira, é preciso, amparar uma escrita da história que revele o continente africano para além da chegada e a subsequente expropriação perpetrada pela Europa Ocidental, que priorize o reconhecer enquanto berço da humanidade e matriz da experiência civilizacional,

²¹⁴ “As mulheres bambas antes da iniciação são constituídas dentro de um conjunto diferente de relações sociais do que as mulheres bambas após a iniciação. Tratá-los como um grupo unificado caracterizado pelo fato de sua ‘troca’ entre parentes do sexo masculino significa negar as especificidades sócio, históricas e culturais de sua existência e o valor diferencial associado à sua troca antes e depois de seu início. Significa tratar a cerimônia de iniciação como um ritual sem consequências ou efeitos políticos” (MOHANTY In MEZZADRA et al, 2008, p.82).

“pois a história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado” (KI-ZERBO, 2010, p. LII).

Assim sendo, não parece ilógico deduzir que a África tenha sido palco das exordiais inovações tecnológicas realizadas pelos primeiros seres humanos modernos – a agricultura e a domesticação dos animais – que possibilitaram às primeiras comunidades humanas passarem, conforme distinguem R. Portères e J. Barrau, “da apropriação de alimentos (coleta, caça) à produção (cultivo, criação). Desse modo, progressiva e parcialmente, o homem se liberou das imposições dos ecossistemas a que pertencia” (PORTÈRES; BARRAU In KI-ZERBO, 2010, p.783).

Salientamos que, não obstante, a evidente previsibilidade que se associa a essa lógica, por séculos, o protagonismo dos povos africanos nessas descobertas foi subestimado por uma significativa parcela dos acadêmicos, devido a preconceitos etnocêntricos e coloniais. De fato, a matriz europeia da historiografia tradicional, influenciou decisivamente na construção de discursos que reconheceram a cultura greco-romana enquanto base para o desenvolvimento da civilização ocidental – noção frequentemente utilizada para determinados objetivos políticos.

Tais hipóteses foram aventadas na tentativa de obliterar a raiz africana de uma das mais brilhantes civilizações da Antiguidade, visto que, tal reconhecimento não contemplava os interesses europeus colonialistas, de acordo com Kabengele Munanga “essa negação foi uma estratégia político-ideológica que visava rechaçar o negro do processo de civilização universal a fim de justificar a colonização, a dominação política e a exploração econômica de suas riquezas” (MUNANGA, 2012, p.45).

Com o intuito de combater os *pré-conceitos* consolidados acerca do continente africano, tradicionalmente identificado como um território isolado em razão de suas próprias condições naturais, desprovido de história específica e dependente dos conhecimentos e tecnologias externos, destacamos a relevância do estudo da antiguidade africana, consoante argumenta Maria Regina Candido²¹⁵.

²¹⁵ “Consideramos que a África teve, na Antiguidade, uma vasta produção de conhecimentos em ciências, domínio da metalurgia e crenças religiosas das quais nós, brasileiros, herdamos algumas práticas culturais. O legado da África manteve-se pela sua oralidade, narrativas míticas, ritos e tradições que atravessaram o oceano e transpassaram tempo, chegando até nós e contradizendo o discurso de que a África não existia antes da colonização no século XV” (CANDIDO, 2018, p.21).

A criação de rotas comerciais nos desertos, as técnicas de navegação do Nilo e a proximidade do Mar Mediterrâneo e Vermelho, viabilizaram aos africanos contatos culturais e comerciais com diversas regiões da Europa e Ásia. Desde a Antiguidade, a África foi “palco de uma movimentação constante em busca de novos espaços, rotas comerciais, intercâmbios e comunicação internacional, a África nunca se reduziu a um viveiro de povos isolados, perdidos na selva e ocupados com a pesca e a caça” (NASCIMENTO, 2009, p.45). Do mesmo modo, Elikia M’Bokolo sustenta que diversos registros escritos e artefatos da cultura material, certificam a existência de “relações antigas entre o continente africano (inicialmente designado como ‘Líbia’, ‘Etiópia’, depois) e o mundo mediterrâneo, englobando neste termo não só o conjunto das regiões e Estados do Mediterrâneo, mas também a Assíria e Pérsia” (M’BOKOLO, 2011, p.33).

Defendemos que o estudo história da antiguidade africana, possibilita resgatar e conferir visibilidade as numerosas contribuições feitas pelas culturas e sociedades africanas ao desenvolvimento da humanidade e, assim, deslocar a África e seus povos da posição de receptores passivos dos avanços realizados por outros povos, para o papel de protagonista no desenvolvimento da espécie humana e no processo civilizatório.

3.2 O estudo da Antiguidade Africana: algumas considerações

As tradicionais aceções de civilização, desde pronto, não contemplavam os tipos de sociedades surgidas na África durante a Antiguidade, nomeadamente por considerarem que progressos como técnicas agrícolas, domesticação de animais, metalurgia, escrita e aglomerações urbanas, não se achavam entre as realizações dos povos africanos.

Em vista disto, podemos imaginar as dificuldades nas quais se encontraram os diversos especialistas europeus do século XX, diante do crescente número de evidências que apontavam para a origem indiscutivelmente africana da civilização egípcia. Afinal, por séculos, imperou, entre grande parte dos acadêmicos, um consenso sobre da existência de duas Áfricas, uma negra e outra branca, conforme aponta M.M.’Bow²¹⁶.

²¹⁶ “Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e ideias entre as sociedades constituídas de um

Isso porque, conforme aludimos anteriormente, até meados do século XX grande parte das obras acadêmicas se achavam sob a influência do colonialismo europeu e, conseqüentemente, defendiam a inferioridade africana que ele propalava, consoante distingue José Macedo²¹⁷.

Não podemos deixar de mencionar a resistência dos intelectuais europeus, tanto para admitir que a África possuísse sua própria história quanto reconhecer as origens africanas do Egito.

Esses posicionamentos, são fruto de séculos de produção acadêmica comprometidas em deslocar o reino dos faraós da África em direção a Ásia e outras regiões, com o evidente objetivo de embranquecer os egípcios. Nesse sentido, a crítica de Elisa Nascimento, a egiptologia, “voltada à tarefa de tirar do Egito o crédito por suas realizações e atribuí-las a uma cultura realmente branca, a grega. Aliás, os autores lançaram mão de vários recursos, entre eles o de retratar o Egito como um país branco” (NASCIMENTO, 2008, p.65-66).

Em contrapartida, no mesmo século, numerosos intelectuais africanos e afrodescendentes de diversas nacionalidades, munidos de consistentes formações acadêmicas na área da história, buscaram promover estudos sistematizados a respeito da antiguidade africana.

Animados pela ideia de que, ao investigar esse passado remoto, seria possível identificar a origem comum das sociedades da África, gerações pioneiras de historiadores passaram a defender a hipótese do Egito africano, conforme sustenta Ayele Bekerie “Henry Highland Garnet era membro da Sociedade Africana de Civilização. DuBois foi um dos primeiros defensores da africanidade do Egito antigo. Edward Blyden escreveu sobre civilizações africanas antigas” (BEKERIE, 2007, p. 450-51).

O estudo da antiguidade africana, então deveras incipiente, se encontrava majoritariamente dominado por eruditos de perspectiva eurocêntrica. Tal realidade, perpetuava os tradicionais discursos historiográficos a respeito da inferioridade africana, negando o reconhecimento do Egito como uma civilização natural da África. Nesse sentido, trabalho

lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos” (M’BOW in KI-ZERBO, 2010, p.XXII).

²¹⁷“Não é incomum encontrarmos nos autores europeus ou norte-americanos desse período expressões como ‘povos sem História’, ‘povos selvagens’ ou ‘povos infantis’. Subjacente a esses lugares-comuns perpassa a habitual oposição entre o ‘selvagem’ e o ‘colonizador’, entre a ‘civilização’ e a ‘barbárie’, o continente africano sendo encarado como um ‘fardo do homem branco’. Para compreendermos as condições que explicam tal tendência, deveremos lembrar que ela encontrou suporte em um discurso elaborado a partir das teorias do ‘racismo científico’, então amplamente aceitas nos meios acadêmicos” (MACEDO, 2008, p.15)

acadêmico e militância, se tornaram faces da mesma moeda para muitos pesquisadores, conforme salienta Candido²¹⁸.

Dentre os pioneiros, se encontrava William Leo Hansberry (1894-1965), historiador estadunidense, formado pela Harvard em estudos clássicos, que lecionou história antiga na Universidade Howard, em Washington, entre os anos de 1930 e 1950. Hansberry se dedicou ao estudo das antigas civilizações africanas e, apesar conquistando grande popularidade entre os alunos, se mostrou relutante em publicar seus trabalhos – atitude que comprometeu sua visibilidade na comunidade acadêmica, enquanto pesquisador.

Partidário da mesma temática pesquisada por Hansberry, George Granville Monah James (1893-1956) historiador guianense, atuou como professor de Lógica e Grego na Faculdade de Livingston, na Carolina do Norte, e, subsequentemente, na Universidade de Arkansas. Autor de *O legado roubado* (1954), conferiu protagonismo as civilizações desenvolvidas na região do Vale do Nilo, argumentado que teriam transmitido aos gregos, sua cultura e conhecimentos, sem receber o devido crédito. Considerada controversa desde sua primeira publicação, suscitou críticas e poucos apoiadores – dentre eles, Hansberry.

A influência do professor da Universidade Howard, permaneceu em alguns de seus alunos, como Chancellor Williams (1893-1992), que continuou pesquisando sobre as antigas civilizações africanas. Foi professor de história em Howard, onde trabalhou entre os anos de 1950 até 1966 e, durante esse período, ensinou e escreveu sobre as origens africanas do Egito. Depois da aposentadoria, publicou *The Destruction of Black Civilization: Great Issues of a Race Between 4500 B.C. and 2000 A.D.* (1971/1974), obra consagrada a evidenciar a transformação do Egito em civilização branca e elucidar outros questionamentos análogos.

Quase simultaneamente ao lançamento do livro de Williams, seu colega de instituição, Frank M. Snowden Jr. (1911-2007) publicava *Blacks in Antiquity: Ethiopians in the Greco-Roman Experience* (1970), em que discorre acerca da presença dos africanos na Grécia e Roma. Formado em Letras Clássicas e dominando o latim, Snowden obteve seu doutorado em Harvard, lecionando em diversas universidades de prestígio; consolidou sua carreira docente em Howard, trabalhando nessa universidade até sua aposentadoria, em 1976.

²¹⁸ “Os intelectuais africanos tomaram consciência de sua responsabilidade social no processo da diáspora desencadeado pela condição colonial. Daí, a identificação de jovens universitários como Kwame Nkrumah (1909-1972) na Inglaterra, Léopold Sédar Senghor (1906-2001), Cheikh Anta Diop (1923-1986), Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) e tantos outros, na França, com o ideário do Pan-africanismo e as orientações culturais e estéticas de valorização da ‘África negra’” (CANDIDO, 2018, p.22).

Na mesma década imigrava para os Estados Unidos, o também guianense Ivan Gladstone Van Sertima (1935-2009), iniciando seus estudos na Universidade Rutgers, Nova Jersey; como aluno da instituição, publicou *They Came Before Columbus* (1976), alegando que os africanos organizaram as primeiras explorações ultramarinas em direção a América, entre os séculos VIII a.C. e XV d.C.

Embora a tese de Van Sertima não fosse exatamente original, o historiador e poeta, superou os trabalhos de seus antecessores, ao reunir evidências científicas de diversas disciplinas e se utilizar de uma redação lapidar; evidentemente, sua pesquisa desagradou muitos historiadores americanistas tradicionais²¹⁹. Poucos anos depois, em 1979, Van Sertima fundou o *Journal of African Civilizations*²²⁰, tomando a frente de suas edições e publicações, quase com exclusividade, por décadas; o periódico produziu dezenas de antologias de artigos, promovendo diversas pesquisas acerca de cultura e história africana.

Se por um lado, Van Sertima desconcentrava seus críticos pelo primor acadêmico de seus trabalhos, por outro, Yosef Ben-Jochannan (1918-2015) chegou a ser acusado de ensinar pseudo-história por alguns de seus pares²²¹. Ben-Jochannan afirmava ter nascido na Etiópia e ser pais judeus, relatando que chegou aos Estados Unidos na década de 1940. Entre os anos de 1973 a 1987, lecionou na Universidade de Cornell, no Centro de Estudos e Pesquisas Africana e na Universidade Rutgers.

Ben-Jochannan defendia que as antigas civilizações do vale do Nilo, influenciaram decisivamente as culturas ocidentais; mas foi com a obra *Black Man of the Nile and His Family* (1989) que causou grande impacto no meio acadêmico. Ainda se notabilizou pelas excursões de turismo que organizou para o Egito, visando conduzir estudos de campo.

²¹⁹ “A tese havia sido apresentada de forma acadêmica pelo linguista de Harvard Leo Wiener, em 1920, e pelo escritor afro-americano Haroldo Lawrence, em 1962, porém Van Sertima avançou muito além de seus antecessores [...] Ele tinha à sua disposição a incomparável evidência compilada no México pelo expatriado alemão Alexander Von Wuthenau (1975). Além disso, pesquisou pessoalmente informações sobre a engenharia naval africana na antiguidade e a relação genética entre o algodão e outras espécies vegetais no Novo Mundo e no Velho Mundo. Essas evidências apontavam decisivamente para o contato pré-colombiano entre a África e as Américas” (FINCH; NASCIMENTO In NASCIMENTO, 2009, p.64).

²²⁰ Disponível em: <http://www.journalofafricancivilizations.com/page/2>. Acesso em 26 ago.2019.

²²¹ Mencionamos a inflexível crítica de Mary Lefkowitz que, após questionar Ben-Jochannan durante uma palestra, entrou em disputa com a teoria do afrocentrismo e seus defensores. Na obra *Not Out of Africa: How Afrocentrism Became an Excuse to Teach Myth as History* (1996), a classicista consagra o primeiro capítulo para discorrer como se envolveu no que denominou de “desmitificação” do afrocentrismo, mencionando o ocorrido com Ben-Jochannan.

Nesse conciso rol de historiadores africanos e afrodescendentes e suas obras²²², que atuaram entre os anos de 1950 e 1970, constatamos que seus esforços intelectuais foram decisivos para que o estudo das antigas civilizações africanas conquistasse espaço, nomeadamente, no meio acadêmico estadunidense.

E, nos anos iniciais da década de 1970, alunos universitários dos Estados Unidos e Europa, se organizaram frente aos acontecimentos do cenário internacional e doméstico – como a Guerra do Vietnã, o apartheid na África do Sul, o julgamento dos ativistas Panteras Negras e das mobilizações pelos direitos civis. Em semelhante contexto, os estudos do passado africano, se tornaram um campo de disputa, de acordo com Charles Finch e Elisa Nascimento²²³.

Do outro lado do Atlântico, intelectuais africanos, uniam esforços para desenvolver a historiografia da África, enfrentando dificuldades epistemológicas, institucionais e, em alguns casos, políticas. Conforme observou Fage²²⁴, a partir de 1948, a fundação de novas universidades no continente, contribuiu significativamente para o avanço dos estudos, malgrado os obstáculos inerentes da pesquisa histórica.

À vista disso, destacamos a produção historiográfica do senegalês Cheik Anta Diop, que – semelhantemente a alguns de seus pares, nos Estado Unidos – alvitava a hipótese da origem africana do Egito. Por cento, ainda se tratava de uma questão controversa diante da persistente irascibilidade dos historiadores europeus em admitir que uma civilização extraordinariamente desenvolvida, pudesse ser africana.

²²² De maneira a contemplar os objetivos desta pesquisa, restringimos nosso olhar aos estudiosos africanos e afrodescendentes que se dedicaram ao estudo das antigas civilizações africanas. Evidentemente, a lista de intelectuais que se empenharam pela visibilidade da história da África ao longo dos anos, é consideravelmente mais extensa do que essa que apresentamos.

²²³ “O campo de batalha era a área dos chamados ‘estudos africanos’, até então dominada por estudiosos brancos que frequentemente difundiam teses derivadas do colonialismo acerca dos povos africanos. Numa luta política articulada com as outras frentes, pesquisadores afrodescendentes criaram programas de Black Studies, Afro-American Studies e *Africana Studies*. [...] Parte importante desse esforço se deu no campo da História, culminando no conflito ocorrido entre historiadores brancos e negros reunidos nas 11ª e 12ª Convenções da Associação de Estudos Africanos (ASA) realizada, respectivamente, em Los Angeles (1968) e Montreal (1969) (FINCH In NASCIMENTO, 2009, p. 60).

²²⁴ “Do ponto de vista da historiografia africana, a multiplicação das novas universidades a partir de 1948 foi seguramente mais significativa que a existência dos raros estabelecimentos criados antes, mas que vegetavam por falta de recursos, tais como o Liberia College de Monróvia e do Fourah Bay College de Serra Leoa, fundados respectivamente em 1864 e 1876. Por outro lado, as nove universidades que existiam na África do Sul em 1940 eram prejudicadas pela política segregacionista do regime de Pretória: tanto a pesquisa histórica quanto o ensino eram eurocentristas, e a história da África não passava da história dos imigrantes brancos” (FAGE In KIZERBO, 2010, p. 21).

Quando, em meados da década de 1950, Diop passou se dedicar aos estudos das antigas civilizações africanas, enfrentou toda a sorte de dificuldades ao longo de sua formação acadêmica: sua tese chegou a ser rejeitada em duas ocasiões²²⁵.

As adversidades não esmoreceram seus esforços e, nos anos seguintes, Diop seguiu publicando suas pesquisas e promovendo novas leituras sobre o passado africano. Por fim, quase duas décadas depois da publicação de sua tese, encontrou um colaborador acadêmico disposto a defender a hipótese do Egito africano, o congolês Théophile Obenga.

O primeiro encontro entre aqueles que se tornariam mestre e discípulo, ocorreu em 1969, por meio de uma amizade em comum, e em poucos anos, Diop e Obenga, se empenhavam pela causa da reescrita da história da África. A hipótese defendida por ambos – a origem africana do Egito – foi posta à prova durante o Simpósio do Cairo (1974) evento internacional promovido pela Unesco, conforme relata Finch²²⁶.

Nos anos seguintes, a parceria entre Diop e Obenga, frutificou em um círculo multidisciplinar de intelectuais comprometidos com a defesa do Egito africano, que logrou êxito em constituir-se enquanto como escola histórica dedicada a egiptologia, a “Escola Africana de Egiptologia”.

Congregando pesquisas acadêmicas sobre civilizações africanas, orientadas pela perspectiva defendida por Diop, em 1992 foi lançada a *ANKH Revue d’Egyptologie et des Civilisations africaines*²²⁷ que, atualmente, se acha sob direção de Obenga. Institucionalmente, o periódico se relaciona com a *Association KHEPERA*, para promover cursos pluridisciplinares sobre Egito e História da África.

Natural de Burquina Faso, o historiador e político Joseph Ki-Zerbo (1909-1972), se formou em História na Universidade de Sorbonne, em 1955, obtendo grau máximo; de retorno

²²⁵ “[...] em 1954, ele apresentou sua tese perante uma banca de doutorado, detalhando copiosamente as evidências de uma origem africana da civilização egípcia – e a tese foi rejeitada. De qualquer forma, Diop conseguiu publicá-la pela editora Présence Africaine, cujo editor era seu conterrâneo, o incomparável intelectual Alioune Diop, sobre o título *Nations nègres et cultures*. O livro lançou ondas de choque que atingiram as comunidades de egiptólogos e africanistas; Diop se estabeleceu na linha de frente dessas disciplinas” (FINCH In NASCIMENTO, 2009, p. 74).

²²⁶ “Neste simpósio, Diop e Obenga, com argumentos históricos, antropológicos e linguísticos cuidadosamente preparados, defenderam a hipótese da origem africana da civilização egípcia. Foram confrontados por um batalhão de intelectuais da Europa e dos Estados Unidos. Ao final, contundo, o moderador do simpósio admitiu que ninguém além de Diop e Obenga havia preparado seus argumentos com suficiente cuidado” (FINCH In NASCIMENTO, 2009, p. 75).

²²⁷ Disponível em: <http://www.ankhonline.com/revue.htm>. Acesso em 26 ago.2019.

ao seu país, em 1958, se engajou na política e ocupou posto de liderança no Partido pela Democracia e Progresso.

Em 1964, Ki-Zerbo participou do projeto internacional do Comitê Científico Internacional da UNESCO para a Redação da História Geral da África, que culminou no lançamento da coleção de oito volumes, *História Geral da África* (1999)²²⁸. Ki-Zerbo foi o editor do primeiro tomo, *metodologia e pré-história da África*, além de contribuir com diversos capítulos nas demais obras da coleção.

Enquanto colaborava com a coleção, Ki-Zerbo conduziu suas pesquisas individuais, resultantes em *L'Histoire de l'Afrique Noire* (1972)²²⁹, obra na qual propõe uma síntese da história dos povos africanos – desde a pré-história até meados do século XX. Nesse estudo, além da longa cronologia, Ki-Zerbo enfrentou questões paralelas ao estudo da história da África: o racismo, as concepções lineares da evolução humana, a suposta origem asiática dos povos africanos, entre outros.

Os esforços realizados por acadêmicos africanos e afrodescendentes, de um extremo a outro do Atlântico, na segunda metade do século XX, buscaram promover e tomar a frente dos estudos das antigas civilizações africanas – movimento que frutificou em disciplinas curriculares, grupos de pesquisa, revistas acadêmicas, dissertações e teses. De acordo com Bekerie, “com o declínio da hegemonia política europeia na África, os últimos vestígios do colonialismo europeu foram encontrados nos resquícios de tradições, valores e mentalidades intelectuais, deveras dependentes e imitativas” (BEKERIE, 2007, p.458). Por outro lado, Macedo²³⁰ aponta para a relação os esforços intelectuais afrodescendentes, os processos de descolonização da África e o despontar de novos Estados-Nações no continente.

²²⁸ A coleção *História Geral da África*, foi concebida em suas fases: entre 1964 e 1999, foram escritos os oito volumes - traduzidos para diversos idiomas, incluído o português; em 2009, a coleção viabilizou mudanças curriculares e a elaboração de materiais pedagógicos, tanto para a educação básica como para o ensino superior.

²²⁹ A obra foi traduzida para a língua portuguesa sob o título de *História da África Negra*, em 2009, por Américo de Carvalho e editada pelas Publicações Europa-América – que a desdobrou obra em dois volumes.

²³⁰ “Por oposição à tendência anterior, é por vezes chamada de ‘corrente da superioridade africana’, e na África Ocidental teve como principais defensores Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Aboubacry Moussa Lam e Kapet De Bana. Nesse caso, tratava-se de recuperar a História dos povos africanos e refletir sobre a identidade do continente, identificar os motores próprios de sua história e, em certos casos, inverter a posição de subordinação até então preponderante, localizando na África a matriz civilizacional de outros povos” (MACEDO, 2008, p.16).

Outro desdobramento relevante ocorreu, nomeadamente, em instituições acadêmicas dos Estados Unidos, entre 1960 e 1970, nas quais os trabalhos de Van Sertima e Diop inspiraram pesquisas de amplo alcance disciplinar a respeito da história e cultura dos povos africanos, influenciando uma geração de estudiosos – que assumiriam a denominação de afrocentristas.

Nos primeiros anos da década de 1980, os acadêmicos da afrocentricidade se achavam concentrados em suas áreas e linhas de pesquisa, embora articulados entre si, buscando não somente dar continuidade as temáticas desenvolvidas por seus antecessores, como mediar as relações entre o meio acadêmico e as comunidades de matriz africana.

Em 1984, um grupo independente de professores universitários fundaram *The Association for the Study of Classical African Civilizations* (ASCAC)²³¹, uma organização comprometida com a investigação da história e das diversas culturas africanas. Seus fundadores, são acadêmicos defensores da afrocentricidade e possuíam vínculos com diversas comunidades de afro-americanas de diversas cidades – como Nova York, Chicago, Atlanta e Los Angeles.

Muito embora, ao longo dos anos anteriores, a proposta epistemológica da afrocentricidade circulasse entre os estudiosos da história da África, foi Molefi Kete Asante que tomou a tarefa de sistematizá-la, conforme demonstra o livro *Afrocentricidade: A Teoria da Mudança Social* (ASANTE, 1980; 2014).

O filósofo estadunidense argumentou que, devido à condição periférica dos africanos em relação à experiência eurocêntrica, todo e qualquer aspecto da história africana foi tradicionalmente orientado por essa perspectiva. Assim, apresentou sua definição de afrocentricidade como um “pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominam. Em termos teóricos, é a colocação do povo africano no centro de qualquer análise dos fenômenos africanos” (ASANTE, 2014, p. 3). Em entendimento análogo ao de Asante, Reiland Rabaka²³² afirma que a afrocentricidade consiste em uma análise que prioriza os conhecimentos e experiências dos povos da África. E Candido sustenta que a “afrocentricidade como um tipo de pensamento, isto é, de prática, na qual o africano se percebe

²³¹ Disponível em: <https://ascac.org/>. Acesso em 26 de ago.2019.

²³² “A afrocentricidade é uma orientação metodológica que advoga a análise da história e culturas africanas (isto é, do continente e da diáspora) e, de maneira mais geral, da história e culturas mundiais por meio de uma perspectiva africana. Seus adeptos afirmam que o conhecimento da história e cultura africanas – clássicas ou contemporâneas, continentais ou diaspórica – é parte inextrincável e indispensável de uma análise ou interpretação adequada da África e dos povos de origem e descendência africana” (RABAKA In NASCIMENTO, 2009, p.129).

como sujeito e agente ativo, atuando na formação de sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses” (CANDIDO, 2018, p.21-22).

A afrocentricidade tem por objetivo recuperar o protagonismo dos povos da África, na construção de sua narrativa histórica, mediante sua conscientização política – percebida um tipo de resposta aos séculos de marginalização sofrida e que permitiria uma atuação independente, desprovida de paternalismos externos. Nesse sentido, Asante evoca os discursos comumente adotados pelos europeus para caracterizar os africanos e grau de sua agência²³³.

Conforme os teóricos da afrocentricidade, se cumpre promover a autoconsciência dos povos africanos e afrodescendentes, para que possam escrever sua história de forma assertiva e autônoma, rejeitando a hegemonia do eurocentrismo. Uma abordagem afrocentrada, impreterivelmente, atribui centralidade as experiências sociais, históricas e culturais dos africanos, procurando conferir maior visibilidade sobre essas referências no cânone acadêmico.

Evidentemente, consiste em um esforço hercúleo por parte de seus adeptos, tendo em vista séculos da superioridade europeia cujas molestas consequências se acham presentes em diversas sociedades contemporâneas. Por esse motivo, a afrocentricidade exorta a necessária revisão das metodologias cognitivas que contribuíram para consolidar a inferioridade africana em benefício da preeminência da Europa, tal como ressalta Ama Amaza²³⁴.

Contudo, como qualquer pensamento teórico, a afrocentricidade não se acha isenta de críticos: conforme mencionamos, estudos acerca da África Antiga levantavam questões desconcertantes aos acadêmicos tradicionais, nomeadamente, a origem africana do Egito. Finch²³⁵ assinala algumas das críticas apontadas a afrocentricidade, como a exaltação excessiva

²³³ “Os africanos têm sido negados no sistema de dominação racial branco. Não se trata apenas de marginalização, mas de obliteração de sua presença, seu significado, suas atividades e sua imagem. É uma realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana. O africano, portanto, deve ser consciente, estar atento a tua e procurar escapar à anomia e a exclusão. Em um certo nível esse é um problema linguístico, mas em outro se trata de enfrentar a realidade de situações econômicas e culturais construídas” (ASANTE In NASCIMENTO, 2009, p.95).

²³⁴ “O que se sugere é que os africanos se reancorem, de modo consciente e sistemático, em sua própria matriz cultural e histórica, dela extraindo os critérios para avaliar a experiência africana. Assim, a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocêntrico, responsável por desprezar os africanos, destituí-los de soberania e torná-los invisíveis – até mesmo aos próprios olhos, em muitos casos” (AMAZA In NASCIMENTO, 2009, p.114).

²³⁵ “Apareceram em revistas científicas, revistas populares e jornais, em todo o país, artigos surrando os ‘novos bárbaros’, ridicularizando seu trabalho acadêmico, colocando em dúvidas suas credenciais e chegando ao ponto de sugerir, como o fez Lefkowitz, que os professores imbuídos da abordagem afrocentrada deveria ser demitidos [...] alistaram certos acadêmicos ‘responsáveis’ para juntar-se a eles no ataque contra os bárbaros da afrocentricidade, como se assim pudessem assegurar a todos que tal controvérsia não era uma questão racial.

de um passado glorioso e a participação das elites africanas no comércio de seus semelhantes, destacando as apreciações de professores africanos e afrodescendentes, contrários ao método.

Isto posto, consideramos que a teoria afrocentrada e o aporte teórico dos estudos pós-coloniais, viabilizam e corroboram com a ideia de *Antiguidade expandida*, proposta por Pedro Paulo Funari (2005) e retomada por Nei Lopes (2012). Através desse conceito, sociedades outrora caracterizadas por uma suposta inépcia para criar um legado significativo, a Modernidade, passam a ser reconhecidas enquanto “parte de uma Antiguidade expandida, não mais limitada no tempo e no espaço” (FUNARI, 2005).

Tendo em vista que o uso da escrita e níveis de complexidade social, foram tomados enquanto critérios definitivos para definir uma cultura como antiga, Lopes aponta que “em outras regiões, como na África, surgiram sociedades também elaboradas, apesar de ágrafas, todas essas culturas passaram a ser consideradas parte de uma Antiguidade expandida” (LOPES, 2012, p.32).

Entendemos que alguns dos critérios tradicionalmente relacionados a definição desse período – tempo, espaço, escrita e organização social – foram manobrados segundo as intenções políticas dos intelectuais europeus do século XVIII. Repensar o conceito de Antiguidade, simultaneamente, viabiliza o resgate de uma ancestralidade holística e evidência paradigmas compartilhados, independentemente da distância geográfica ou cronológica.

3.3 Cuxe: da origem núbica à consolidação política

Intelectuais africanos e afrodescendentes se uniram para restituir o Egito ao continente africano, enquanto abriam caminho em meio a desconfiança e resistência de seus pares, procurando reescrever a historiografia tradicional e evidenciar as contribuições da África para o desenvolvimento da espécie humana e do processo civilizacional.

Se por lado, a questão do Egito africano suscitou polêmicas no meio acadêmico, por outro, o mesmo não se verificou no estudo de outras antigas civilizações africanas,

Entre os mais proeminentes acadêmicos negros que participaram dessa contraofensiva antiafrocêntrica estavam os professores Frank Snowden e Henry Louis Gates, além de Gerald Early e Manning Marable” (FINCH In NASCIMENTO, 2009, p.173-174).

especialmente, no que toca ao reino de Cuxe. Aparentemente, onde uma demanda é solucionada, outra, igualmente provocadora, aparece em seu lugar.

As dificuldades apontadas por M'Bokolo²³⁶, acrescentaríamos a necessidade de distinguir o estudo de Cuxe, dentro da subárea intitulada de Estudos Núbios. Havia uma tendência, entre os eruditos europeus do século XX, em definir a história e cultura da Núbia como suplementar ao Egito, conforme assinala László Török, “impressionados com a aparência egípcia da cultura núbia, os primeiros estudiosos da história núbia descreveram o nexo egípcio-núbio em termos de conquistador e conquistado, iniciador e seguidor, modelo e imitação” (TÖRÖK, 2014, p.4).

Além disso, constatamos que tanto o estudante quanto o erudito, dedicado ao estudo de Cuxe, serão conduzidos para a leitura de alguns dos volumes de *Histórias*, a coletânea de livros escritos por Heródoto (ca. 480/425 a.C.). Incertezas e dificuldades a parte, a antologia herodotiana é uma das principais referências documentais para o estudo da sociedade cuxita.

Os nove volumes que constituem a biblioteca de *Histórias* datam, aproximadamente, de 440 a.C., quando Heródoto se encontrava assentado em Túrio, polis de origem ateniense que ele ajudara a fundar, na Península Itálica. Após esse feito, viajou pela Europa, Ásia e África, entrando em contato com diferentes costumes, paisagens e práticas religiosas, conforme relatado na obra.

A despeito de *Histórias* ter sido concebida em formato de prosa textual, escrita em dialeto iônico, Heródoto certamente se inspirou em dois gêneros poéticos predecessores, épica e filosofia, que influenciaram em sua forma de comunicação e metodologia.

Isso porque, os mitos figuram como explicação para diversos acontecimentos relatados ao longo de *Histórias*, e auxiliam Heródoto a preservar os acontecimentos do passado, “para que os feitos grandiosos e maravilhosos, uns realizados por helenos e outros por bárbaros, não fiquem sem glória, e expor os motivos pelos quais guerrearam uns contra os outros” (*His. Prólogo*).

Por buscar conhecer fatos passados mediante a interpelação de testemunhas ou indivíduos retentores de algum tipo de saber, Heródoto tenha sentido a necessidade de cunhar

²³⁶ “Se bem que sua identidade africana tenha deixado de ser posta em causa, nem por isso Kush deixa de pôr problemas aos arqueólogos e historiadores, quer se trate de suas origens, das suas relações com outras partes do mundo conhecido de seu tempo, ou das peripécias de seu desenvolvimento. Uma longa tradição egiptológica quis ver nele uma manifestação, entre outras, do génio do Egito faraónico” (M'BOKOLO, 2011, p.78).

um termo que abarcasse sua inovadora perspectiva: daí “história” e, eventualmente, sua respectiva metodologia, conforme elucida Maria Aparecida Silva²³⁷.

No Livro II, Heródoto descreve sua passagem pelo Egito, ocasião na qual pode testemunhar os hábitos cotidianos da população, inquirir os sacerdotes acerca das tradições e descrever aspectos da geografia e arquitetura do país.

Nesse volume, despontam as primeiras referências aos “etíopes”²³⁸, alguns de seus reis e a localização da cidade de Méroe – amplamente entrecruzadas com a história do Egito. Eventualmente, Heródoto voltará a mencionar os “etíopes” – sua capital, costumes cotidianos, religiosidade – ao longo de *Histórias*, por vezes com mais atenção e ocasionalmente com menos interesse: de fato, os Livros II, III, IV, VII e IX trazem referências aos “etíopes” e Méroe.

Contudo, a medida que passamos a análise da antologia herodotiana, surgem as primeiras dificuldades aos estudos do reino de Cuxe, pois Heródoto mescla elementos fictícios e verdadeiros. Por vezes, referências fornecidas sobre os etíopes ou Méroe no Livro II, contradizem o que é dito sobre o mesmo povo no Livro IV – e assim por diante. A vista de tais circunstâncias, quais os usos que os historiadores e as historiadoras poderiam, efetivamente, dar as *Histórias* de Heródoto?

Não ignoramos a ampla discussão acerca da veracidade da antologia herodotiana que, iniciada no século V a.C. com Tucídides, congregou diversos comentaristas gregos e romanos ao longo da Antiguidade; reavivada pelos escolásticos europeus do século XIX, chegou a se estender por grande parte do século seguinte, “a ‘dupla identidade de Heródoto, pai da história e pai da mentira’, dividiu os escritores dos séculos XIX e XX em dois campos inflexíveis” (TÖRÖK, 2014, p.11).

Considerando que atualmente os avanços da arqueologia, filologia e demais áreas afins, ora validam, ora prescrevem os registros de Heródoto, nossa pesquisa se alinhou ao

²³⁷ “De fato, a palavra *história* foi uma invenção de Heródoto, uma derivação do termo ἵστωρ (*hístōr*), que significa ‘aquele que sabe’, mas aquele que conhece os fatos por ‘interrogar’ por ‘informar-se’ a respeito de algo, daí ‘investigar’ como expressa o verbo ἱστορέω (*historéō*), do qual deriva esse substantivo. Por essas denominações Heródoto criou a palavra ἱστορία (*historíai*), título de sua obra, que significa ‘investigações’. Portanto, Heródoto foi o primeiro a conceber um método histórico capaz de reconstituir e de explicar a história dos povos de seu tempo” (SILVA, 2015, p.10).

²³⁸ Consoante o dicionário *Liddell-Scott-Jones*, *Aithiopées* (Αἰθιοπῆες), significa “rosto queimado”, “etíope”, “negro”; o *Middle Liddell* traz a mesma acepção de “rosto queimado”, “etíope”, “africano”. Disponível em: [http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=Ai%29qioph%3Des&la=greek#Perseus:text:1999.04.0057:entry=*ai\)qi/oy-contents](http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=Ai%29qioph%3Des&la=greek#Perseus:text:1999.04.0057:entry=*ai)qi/oy-contents). Acesso em 22 dez.2019.

entendimento defendido por Török (2014), que retoma as duas “Etiópias” descritas em *Histórias*, procurando cotejá-las mediante os conhecimentos históricos e arqueológicos, a respeito do reino de Cuxe.

Nesse sentido, conforme observou Török²³⁹, nos textos gregos em geral e, particularmente na antologia herodotiana, Cuxe é denominada de Etiópia (Αἰθιοπία) e, consoante aponta Geoff Emberling²⁴⁰, esse território passou a ser denominado como Núbia²⁴¹, séculos após *Histórias*. Logo, salientamos que Cuxe é um reino localizado na ampla região do nordeste africano, denominada pelos antigos de Núbia.

O termo “Núbia antiga” é usado como uma referência geral às políticas e culturas antigas, localizadas na região Intermediária do Rio Nilo, ao que David Edwards, frisa “mais recentemente, passou a ter um significado mais restrito, limitada a áreas ribeirinhas do norte do Sudão e do sul do Egito, onde as línguas núbias ainda eram faladas”. (EDWARDS, 2004, p.1) Por outro lado, Shehata Adam e J. Vercoutter²⁴², advertem que, mesmo as delimitações contemporâneas mais generosas, subestimam sua verdadeira extensão.

²³⁹ “No trabalho de Heródoto, Etiópia é o nome não apenas da terra ‘realmente existente’ ao sul da fronteira sul do Egito, mas também da fabulosa terra dos etíopes longevos (Αἰθίοπες μακρόβιοι). Em *Histórias* também é feita menção aos Etíopes orientais ou asiáticos de pele escura (3,94, 7,70) que viveriam em algum lugar, próximo de Macran ou Baluchistão” (TÖRÖK, 2014, p.x).

²⁴⁰ “O termo Núbia, em si, tem uma forma gramatical grega que significa ‘Terra de Nub’ (referente à tribo Noba) e aparece pela primeira vez no registro histórico no III século a.C., numa época em que o Egito era governado falantes da língua grega, os descendentes de Ptolomeu, general de Alexandre, o Grande” (EMBERLING, 2011, p.7).

²⁴¹ “O etnônimo ‘Núbia’ foi durante algum tempo tido como derivado da palavra hieroglífica *nub*, ouro, que teria originado o árabe *nuba*, de mesmo significado. Entretanto, Ali Osman Mohammed Sali, no verbete ‘Núbia’ da enciclopédia *Africana*, organizada por Gates e Apiah, defende a ideia de que os nomes Cuxe, Sudão e Núbia significariam a mesma coisa: ‘a terra negra’, ou ‘a terra do lodo negro’, ou ‘a terra dos negros’, sendo que, em árabe, *sud*, elemento que está na composição do vocábulo ‘Sudão’, é o plural de *aswad*, negro, da mesma forma que *nub* seria uma derivação de *nuger*. O certo é que os antigos egípcios chamavam a região Ta-Seti, o país do arco; os hebreus, Cuxe; e os gregos, Etiópia” (LOPES, 2012, p.218).

²⁴² “Historicamente, segundo testemunham os mais antigos textos egípcios, viajantes vindos do norte penetraram na Núbia um pouco ao sul de el-Kab. Durante muito tempo, a província egípcia situada entre Tebas e Assuá foi denominada ‘Terra do Arco’. Ta-Seti em egípcio antigo. Ora, os documentos hieroglíficos tradicionalmente designam com esse termo o que chamamos de Núbia. Na aurora da História, a Grande Núbia começava, portanto, nas regiões arenosas do vale do Nilo, onde os ‘arenitos núbios’ substituem as formações calcárias do norte.[...] poderíamos definir a Núbia histórica como a parte da bacia do Nilo que se estende da fronteira oeste-noroeste da atual Etiópia até o Egito, incluindo o próprio vale do Nilo, partes do Nilo Branco e do Nilo Azul e todos os seus tributários situados ao norte do 12º paralelo, tais como o Atbara, o Rahad e o Dinder [...]” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010,p.215).

Os egípcios chamavam esse território de Ta-Seti, “o país do arco”, entre a Primeira e Sexta Catarata, dotada de vales, zonas de aluvião que, inicialmente, fora habitada por grupos de pescadores que produziam uma cerâmica simples e de tons avermelhados.

Tendo em vista, a divergência entre os especialistas para determinar de forma precisa os limites da Núbia, consideraremos a proposta de demarcação colocada por Stuart Smith (2004) e László Török (2009), que distinguem a *Baixa Núbia*, ou *Núbia Inferior*, (área entre a Primeira e Segunda Catarata) e a *Alta Núbia*, ou *Núbia Superior*, (a partir da Segunda até a Quinta Catarata).

Entendemos que, antes de se configurarem em obstáculos aos estudos da Núbia, as dificuldades em precisar efetivamente seus limites geográficos evidenciam a relevância da continuidade dos trabalhos arqueológicos²⁴³ que, viabilizarão maior conhecimento acerca de seu passado e, conseqüentemente, dos cuxitas.

De fato, os primeiros grupos humanos principiam a atingir a Núbia, por volta do V milênio a.C., estabeleceram seus assentamentos de forma esparsa. De acordo com Fábio Lima, nessa época a região do Baixo Nilo, passou a ser habitada por “culturas pastoris Badarian, do Médio Egito, e Khartoum neolítica, do Sudão central, eram muito similares” (LIMA, 2016, p. 152).

A presença de fragmentos de cerâmica decorada, vestígios de moradias permanentes, o uso de ferramentas em pedra, domesticação de gado e diversas espécies vegetais, práticas funerárias, se configuram em indícios de que a vida sedentarizada se iniciava no território, conforme aponta Edwards²⁴⁴. Ocupando as regiões leste e oeste, desenvolveram um estilo de vida similar, como evidência a cultura material encontrada, “a cerâmica de Abkan tem afinidades com a do Egito pré-dinástico. Seus vasos são simples, de paredes finas, castanho-avermelhados. Foram moldados por grupos que viviam à margem do Nilo e retiravam da pesca o sustento” (SILVA, 2011, p.99).

²⁴³ Ao que mencionamos, os trabalhos realizados pela UNESCO através do projeto *World Heritage*, dedicados a escavar sítios arqueológicos como a Ilha de Méroe e Gebel Barkal, e demais locais da região aos arredores da cidade de Napata. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/activities/413/> e http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=31&id_site=1073. Acesso em: 25 dez.2019.

²⁴⁴ “Principia-se o despontar de paisagens pouco povoadas, nas quais bandos de caçadores pescadores coletores reuniam-se às margens das planícies fluviais e nos rios rasos que alimentavam o Nilo, pelo leste e oeste. [...] Locais favorecidos podem ter sido ocupados regularmente, se não permanentemente, por séculos, [...] Por volta de 5000 a.C., as condições locais, ainda eram consideravelmente mais úmidas do que hoje” (EDWARDS, 2004, p.38-39).

Ao longo do IV milênio a.C., os vestígios arqueológicos indicam que os egípcios do norte e os núbios do sul, chegaram a compartilhar técnicas de produção e entabularam um intenso comércio, “há sinais de contatos entre os núbios do Grupo A e os egípcios durante o período pré-dinástico, fortalecendo-se os primeiros em razão da crescente demanda egípcia por bens de luxo” (LIMA, 2016, p. 154).

Entre os anos de 1907 e 1909, George Andrew Reisner (1867–1942) realizou sua primeira expedição de levantamento arqueológico na área do Sudão Nilótico (antiga Núbia), a serviço do governo egípcio. Nesses trabalhos iniciais, o arqueólogo estadunidense identificou uma cultura material que, embora semelhante à egípcia, apresentava características particulares.

A partir desses achados, julgou se encontrar diante de uma população colonizada pelo Egito, sobretudo, quando considerou o título de “filho do rei de Cuxe” que, mesmo quando em desuso, não acarretou “mudança nas relações da Etiópia com o Egito e sem qualquer interrupção na administração egípcia das terras do sul” (REISNER, 1920, p.53).

Embora Reisner tenha-se equivocado ao deduzir que havia localizado um assentamento egípcio de posição avançada, a denominação que atribui aos habitantes daquele complexo se consolidou na arqueologia, “chamou Grupo A ao povo que seria o responsável por uma cultura que, a partir do fim do quarto milênio a.C., se estendeu, ao longo do Nilo, desde a Primeira Catarata até o Batn-el-Hagar, o ‘Ventre de Pedras’” (SILVA, 2011, p.99).

Nesse sentido, Emberling²⁴⁵ registra que os núbios, ou Grupo A, são conhecidos por sua cultura material, identificada nos cemitérios entre a Segunda e Primeira Catarata; Edwards se posiciona de forma análoga, afirmando que a população do Grupo A, “representou uma cultura nova e altamente distinta” (EDWARDS, 2004, p.68). Contrariamente, Adam e Vercoutter²⁴⁶ defendem que o Grupo A, sucedeu às populações neolíticas que outrora habitaram a área entre a Primeira e Terceira Catarata.

²⁴⁵ “Embora indiscutivelmente os enterros reais sejam conhecidos apenas em Qustul e possivelmente em Sayala, parece que esses reinos trocavam ouro em troca de óleos, vinho e outros produtos produzidos no Egito. Nas maiores e mais ricas dessas tumbas, encontramos objetos decorados com símbolos da realeza, como o falcão, que também era usado no Egito. Entre os objetos mais valorizados do Grupo A achavam-se as porcelanas do tipo cascas de ovo finamente polidas e tigelas pintadas” (EMBERLING, 2011, p.8).

²⁴⁶ “No entanto, a julgar pelos objetos domésticos recolhidos por arqueólogos em ambas as áreas, seria aparentada também às populações que ocuparam a parte alta do vale, entre a Quarta e a Sexta Catarata. Alguns desses povos ainda eram caçadores e pescadores, mas os que habitavam as proximidades do rio estavam ligados sobretudo à agricultura, enquanto os habitantes da savana, que se estendia de ambos os lados do Nilo, levavam uma vida essencialmente pastoril ou mesmo seminômade” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.221).

De nossa parte, destacamos o entendimento de Diop, a respeito da ancestralidade dos povos núbios que teriam, inclusive, engendrado a civilização egípcia: à guisa de evidência, o historiador menciona as incrustações de um incensário, encontrado nas escavações de um cemitério do Grupo A, efetuadas em Qustul, na Núbia²⁴⁷.

A convivência entre núbios e egípcios, sofreria uma significativa alteração ao longo do IV milênio a.C., a medida com que o Egito se unificava como Estado²⁴⁸, enquanto os povos núbios mantinham sua autonomia política e identidade cultural sem, necessariamente, se organizarem de forma semelhante. Reconhecendo o surgimento das primeiras singularidades entre os habitantes do Vale do Nilo, Adam e Vercoutter²⁴⁹, ressaltam as consequências advindas da invenção e uso da escrita, nas dinâmicas das duas populações.

Com o processo de estabilização do Estado egípcio, certamente se consolidou o imperativo de garantir a proteção de suas fronteiras e interesses contra seus vizinhos sulistas, sem que isso comprometesse o fluxo de mão de obra e recursos naturais, advindos da Núbia. Nesse sentido, Zayed e Devisse²⁵⁰, assinalam que os faraós da I dinastia, deram início a construção de fortificações ao longo da fronteira sul.

²⁴⁷ “Embora o objeto esteja fragmentado, as partes que restaram mostram com clareza um rei sentado em uma barca «real», portanto a longa coroa (branca) do Alto Egito. Em frente a ele, o estandarte real e o deus falcão Hórus. Também se aprecia a fachada de um palácio, cujo estilo recordaria a fachada do domínio funerário de Djsser [Zoser, Djozer], em Saqqara. A arquitetura em pedras talhadas da III dinastia não seria uma criação *ex nihilo*. [...] Segundo o seu descobridor, essa realeza núbica, que nos apresenta os futuros atributos essenciais da monarquia egípcia, teria precedido-a em, ao menos, três gerações. Trata-se, com certeza, de uma das mais antigas figuras de um rei que se tenha encontrado no vale do Nilo” (DIOP, 2015, p.147-48).

²⁴⁸ “Podemos reconhecer como pano de fundo geral uma sociedade agrícola relativamente igualitária, habitando vilas escassamente povoadas e áreas de assentamento maiores espalhadas por todo o vale e delta do Nilo durante o quarto milênio a.C. Emergiram identidades locais e líderes comunitários, mas em um ritmo e em uma escala que variava de um lugar para outro. O fato de as variações locais, que no início eram muito pequenas, aumentarem cada vez mais, era inerente à natureza do processo. No caso dos mais bem-sucedidos, adotou uma taxa de crescimento exponencial que, ao final do período pré-dinástico, culminou com o surgimento de um único Estado” (KEMP, 1992, p. 81-82).

²⁴⁹ “A escrita surge no Egito por volta de -3200, enquanto a Núbia ao sul da Primeira Catarata continua ligada aos seus próprios sistemas sociais e à sua cultura oral. [...] No Sul, as populações negras da Núbia, com sua cultura oral, caracterizavam-se por uma organização social e política fragmentada em pequenas unidades que não sentiam necessidade de adotar a escrita, cuja existência, contudo, não deviam ignorar, pois ainda mantinham contatos, não raro, violentos, com o mundo faraônico. [...] A escrita surge no Egito por volta de -3200, enquanto a Núbia ao sul da Primeira Catarata continua ligada aos seus próprios sistemas sociais e à sua cultura oral. Era natural, portanto, que duas sociedades tão distintas nascessem e coexistissem no vale do Nilo: uma, na Núbia, pastoral e talvez ainda seminômade, embora não destituída de habilidades agrícolas, e outra essencialmente agrícola, voltada para o cultivo intensivo da terra e politicamente centralizada (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.221).

²⁵⁰ “Cada vez mais, no decorrer de toda a sua longa história, diferenças políticas e culturais e interesses conflitantes separaram os territórios ao norte da Primeira Catarata daqueles que se situavam ao sul da Quarta

Aproximadamente entre 2920 e 2735 a.C., sob o governo da I dinastia, encontramos os primeiros relatos acerca de enfrentamentos bélicos entre o Quemet e Ta-Seti: no saldo da guerra, os exércitos faraônicos teriam se sagrado vitoriosos, conforme o testemunho de uma placa de arenito que traz o nome de “Zer (ou Djer), o terceiro da Primeira Dinastia, e veem-se um barco egípcio, com o que talvez fosse um chefe núbio amarrado à proa, e vários cadáveres nas águas do rio. Num canto, o hieróglifo tradicional para a Baixa Núbia” (SILVA, 2011, p.103).

Conquanto os excessos dos escribas reais, é possível que um evento traumático tenha ocasionado o massivo despovoamento de regiões núbias que, então, fizessem fronteiras com o Estado egípcio. Edwards refere que as expedições militares, trouxeram “mudanças mais generalizadas, como o desaparecimento de artefatos importados na Núbia, perto do início da Dinastia I, marcando o fim das condições políticas que mantiveram esse comércio” (EDWARDS, 2004, p.73). E Sherif²⁵¹ defende que a presença do Grupo A, na Núbia, entra em declínio a partir de 2780 a.C., quando o Egito se achava sob o governo da III dinastia.

Considerando a opção pelo seminomadismo e do pastoreio desses grupos núbios, provavelmente seguiram em busca de paragens menos opressivas, conforme revelou o testemunho arqueológico – que evidenciava um expressivo declínio do cultural material funerária. A mudança na cultura material, levou Reisner a cogitar que, durante o Antigo Império (2575-2134 a.C.), essa região da Alta Núbia tivesse ocupada por uma nova população, que chamou de Grupo B.

Entretanto, se considera que “é provável que os túmulos sejam atribuídos tão somente a sepulturas de poucos recursos. A diferença nos enterramentos seriamente devidos a diferenças de classes sociais dentro da mesma população” (SILVA, 2011, p.104). Edward menciona que Reisner após “a subsequente revisão de seu trabalho, demonstrou de forma convincente que o

Catarata. Apesar disso, as complexas e variadas relações entre os egípcios e os povos do sul, a quem chamavam de *nehesi*, nunca foram inteiramente rompidas” (ZAYED; DEVISSE In MOKHTAR, 2010, p.105).

²⁵¹ “Entretanto, o mais antigo testemunho de verdadeira conquista egípcia na Núbia é um documento de extrema importância [...] Trata-se de uma cena gravada em placa de arenito, [...]. Essa placa remonta ao reinado de Djer, o terceiro da I dinastia, como foi dito acima. A cena registra uma batalha no Nilo, travada pelo rei Djer contra os núbios. [...] Outro registro de hostilidades egípcias contra a Núbia é o fragmento de uma pedra gravada proveniente de Hieracômpolis (El-Komb-el-Ahmar, na margem esquerda do Nilo, ao norte de Edfu), que mostra o rei Khasekhem, da II dinastia, ajoelhado sobre um prisioneiro que representa a Núbia. Mas a verdadeira conquista da Núbia parece ter ocorrido no reinado de Snefru, fundador da IV dinastia” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.240).

‘Grupo B’ é amplamente ilusório e que a maioria das sepulturas assim identificadas deve ser datada do período do inicial do Grupo A” (EDWARDS, 2004, p.74).

A conquista efetiva da Núbia, levaria décadas até ser plenamente consolidada pela IV dinastia (2575-2465 a.C.) embora os escribas narrem sobre vitórias esmagadoras coroadas por opulentos butins. *Ciro Cardoso*²⁵² refere os resultados obtidos por Djoser²⁵³ (2630-2611 a.C.) e Snefru (2575-2551 a.C.).

De modo a assegurar a exploração das riquezas do território, não bastariam as vitórias militares, tendo em vista que apesar do considerável êxodo do Grupo A, parte da população núbia permaneceu na região. De modo a garantir a ocupação da Alta Núbia, o Estado egípcio fundou santuários em cidades estratégicas, estimulando a migração para os novos assentamentos sem, contudo, expulsar os grupos remanescentes.

Entre situações de êxitos e reveses, podemos observar a manutenção da presença e exploração egípcia de diversos recursos materiais núbios: caravanas vindas do norte, atravessavam o território transportando incensos, ébano, peles de pantera e mármore, enfim, objetos e matérias-primas exóticas. Para garantir seu acesso, o Estado egípcio procurou estender sua influência política na região, até a Segunda Catarata.

Fomentada pelo comércio, a paz voltou a reinar entre egípcios e núbios, durante o Antigo Império; todavia, durante o reinado de Pepi II (2255-2246 a.C.), se verificou a retomada das hostilidades entre os vizinhos, quando caravanas egípcias passaram ser atacadas por parte das populações assentadas no Corredor Núbio.

As complexidades que envolvem as interações entre egípcios e núbios, ao longo do reinado da VI dinastia, são referidas por *Stuart Smith*²⁵⁴; contrariamente, *Adam e Vercoutter* associam as tensões entre egípcios e núbios “as mudanças climáticas ocorridas por volta de -

²⁵² “Djeser, da III dinastia, parece ter conquistado uma parte da Núbia, ao sul da primeira catarata do Nilo (‘país de Kush’ para os egípcios antigos), onde reis anteriores já haviam incursionado. Snefru (IV dinastia) declarou haver aprisionado sete mil núbios em uma campanha, e onze mil líbios em outra ocasião. [...] Sendo o vale do Nilo e o Deita desprovidos de riquezas minerais e pedra para construção, os egípcios iam buscá-las, através de expedições armadas intermitentes, na Núbia, no deserto oriental, no Sinai” (CARDOSO, 1989, p. 20-21).

²⁵³ Com o intuito de padronizar a grafia dos nomes egípcios, utilizamos o “Quadro Cronológico – Lista de Reis”, elaborado pelo Laboratório Seshat - Museu Nacional/UFRJ.

²⁵⁴ “O Egito empregava estratégias que variavam da coexistência pacífica e do comércio à conquista definitiva para obter os bens. Essas intervenções foram relativamente passivas e altamente intrusivas para a sociedade núbia em diferentes períodos. Os próprios núbios reagiram de diferentes maneiras para entrar em contato com o Egito” (SMITH, 1998, p.257).

2400, que certamente ocasionaram deslocamentos populacionais. Até -2400, toda a área entre 15° e 30° N era mais úmida do que atualmente e, por isso, habitável” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.227).

Essa nova resistência núbia, possivelmente constituída por sobreviventes do Grupo A acrescidos de eventuais grupos migrantes, apresentou significativos obstáculos a hegemonia egípcia na região, especialmente na Alta Núbia. Emberling defende que tal movimento consistia em um processo de reocupação do território núbio “não foi até quase seiscentos anos depois, que a área foi reassentada por uma cultura conhecida com Grupo C” (EMBERLING, 2011, p.8). De modo igual, Smith defende a hipótese de uma geração de núbios que retornava ao seu antigo domínio, “depois de que os egípcios abandonaram o punhado de comunidades mineradoras estabelecidas durante o Antigo Império” (SMITH, 1998, p.259).

Identificado como Grupo C, essa comunidade apresentava uma cultura material singular: suas práticas funerárias, cerâmica, ferramentas e arte, evidenciavam uma expressiva continuidade com o Grupo A. Nesse sentido, Adam e Vercoutter, afirmam categoricamente que “os povos recém-chegados eram descendentes diretos do Grupo A” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.227). Sherif defende a continuidade entre o Grupo A e o Grupos C, “como o seu precedente, o Grupo A, esta cultura era também calcolítica e sobreviveu nessa parte do vale do Nilo até a época em que a Núbia se egipcianizou por completo, no século XVI antes da Era Cristã” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.243).

Não obstante, as controvérsias que cercam o Grupo C, nos parece imprescindível mencionar a existência de elementos comuns entre essa cultura e Querma, reino que, em meados do III milênio a.C., floresceu nas proximidades da Terceira Catarata. Dentre as semelhanças identificadas, referimos as práticas funerárias, posto que “o Grupo C Recente apresenta características comuns aos enterramentos da Querma Recente, assim como a orientação da cabeça e do corpo retesado para o leste, bem como os adornos pessoais” (TÖRÖK, 2009, p.64).

A cerâmica, tradicionalmente produzida pelo Grupo C e proficuamente encontrada em Querma, “em nada se distinguia da cerâmica de boca negra do Grupo C. A mais abundante era, contudo, diferente, ainda que fosse, na melhor tradição núbia, vermelha por fora e com a boca e o interior pretos” (SILVA, 2011, p.111). Edwards percebe semelhanças entre Querma e o Grupo C “o Grupo C pode agora começar a ser apreciado como parte de uma tradição cultural muito mais extensa, cujo coração fica no rico e fértil jusante do Dongola” (EDWARDS, 2004, p. 77).

Consideramos que a continuidade e/ou amálgama entre dois grupos de populações núbias, poderia justificar o considerável desenvolvimento apresentado pela civilização de

Querma que, por volta de 2000 a.C., rapidamente ocupou a região da Terceira Catarata, por meio de “um imponente complexo de templos de muro de tijolos, conhecido como Dufufa Ocidental” (EMBERLING, 2011, p.8).

A favorável localização de Querma, próxima das terras de aluvião que margeavam o Nilo, impulsionou a produção agrícola e garantiu o acesso à água potável, condições que, seguramente, contribuíram para fortalecer seu assentamento nessa região. Igualmente vantajosa ao seu desenvolvimento e autonomia, foi a morte de Pepi II e a instabilidade política que se instalou no Egito e arrefeceu suas pretensões sobre a Baixa Núbia, conforme aponta Lopes²⁵⁵.

Assumindo que os domínios de Querma compreendessem a área entre a Terceira Catarata e o Nilo Branco, o reino teria controlado o fluxo comercial do Vale do Nilo e os caminhos que interligavam a África atlântica ao mar Vermelho e o oceano Índico, de maneira que “sua localização favorecia, desde logo, a transmissão de técnicas e ideias provenientes do Egito ou da civilização hicsa às culturas africanas dessas regiões, com as quais mantinha contato” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.228). Diante do êxito de tais pretensões expansionistas do Egito, Török assinala que “a Baixa Núbia se encontrava sob o governo do reino nativo de Querma, que agora controlava o comércio entre o Egito e a África e que, estabeleceu contatos diplomáticos com os conquistadores Hicsos do Baixo Egito e a XVII dinastia tebana” (TÖRÖK, 1997, p.93).

A prosperidade e hegemonia de Querma, não passavam despercebidas aos seus vizinhos do norte, ainda que estivessem comprometidos com a retomada de sua unidade política interna, o restabelecimento de suas fronteiras e atividades comerciais externas.

Porém, os objetivos da XII dinastia não se restringiam a efetivar o fortalecimento do Estado egípcio, visto que almejavam o restabelecimento da antiga submissão núbia – processo que se iniciou quando Amenemhet I (1991-1962 a.C.) estabeleceu um interposto comercial nas proximidades da Terceira Catarata. Senusret I (1971-1926 a.C.) deu continuidade as aspirações imperialistas do pai, realizando uma série de campanhas militares bem-sucedidas, em direção a Alta Núbia.

²⁵⁵ “Beneficiando-se, entretanto, do período de desorganização e instabilidade que se estabeleceu no Egito após a VI dinastia, as lideranças de Querma se fortaleceram e, então, a partir da Alta Núbia, o reino, principalmente graças ao seu ouro e ao comércio do marfim vindo da África Profunda, tornou-se próspero e iniciou política expansionista” (LOPES, 2012, p.241-242).

Nesse contexto de reconquista da Núbia, e conseqüentemente de Querma, surgem as primeiras referências ao termo Cuxe, em uma estela dedicada ao registro da vitória do faraó sobre seus inimigos núbios, se encontra “Kush, nome que os egípcios logo adotaram para designar um extenso território do sul, era originariamente um território núbio restrito, cuja primeira referência data do Médio Império” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.248). De igual modo, Silva aponta que “a palavra Cuxe aparece, pela primeira vez, num texto egípcio, por volta de 2000 a.C. Refere-se a um reino que se estendia ao sul de Semna” (SILVA, 2011, p.111).

Embora grande parte dos especialistas consensualmente reconheçam que as primeiras menções ao reino de Cuxe, em textos egípcios, tenham ocorrido em inícios do Médio Império (2040 a.C.) assumem entendimentos divergentes acerca de suas origens, organização sociopolítica e sua relação com Querma.

Por certo, alguns especialistas se posicionam em defesa da hipótese de Querma enquanto uma cidade cuxita, tal como Adam e Vercoutter, quando afirmam que “Kerma parece ter sido o mais importante centro urbano do reino de Kush cujo nome aparece em textos faraônicos a partir de-2000” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.229). Lopes apregoa a natureza cuxita da civilização de Querma, ao afirmar que “Cuxe se desenvolve, ameaça o Alto Egito, e a corte núbia de Querma acaba por aliar-se aos hicsos contra Tebas” (LOPES, 2011, p.72), entendimento similar aos de Sherif²⁵⁶. Por outro lado, Edwards²⁵⁷ sustenta a hipótese de que Querma teve continuidade em Cuxe.

Em contrapartida, temos os especialistas que argumentam pela equivalência entre Querma e Cuxe, como Leclant ao assinalar que “na primeira metade do II milênio, a chamada cultura de Kerma correspondia ao rico e próspero reino de Kush, mencionado nos textos

²⁵⁶ “Como o nome geográfico Kush está ligado a Kerma, e considerando-se que túmulos de Kerma serviam claramente de sepultura aos poderosos soberanos nativos que mantinham relações comerciais e diplomáticas com os reis hicsos no Egito, parece mais provável que Kerma fosse a capital do reino de Kush, que floresceu durante a época conhecida na história egípcia como Segundo Período Intermediário (-1730 a -1580). A existência desse reino, cujo soberano era chamado ‘príncipe de Kush’, é atestada por inúmeros documentos” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.257).

²⁵⁷ “No segundo milênio a.C., há poucos motivos para duvidar de que Kerma fosse o centro de um reino substancial, quase certamente o mais antigo da África subsaariana, e que veio a ser um grande rival do Egito. Embora mais tarde conquistada e subjugada pelos faraós egípcios do Novo Reino por volta de 1500 a.C. (W. Adams 1984.^a), sua cultura e tradições de poder sobreviveriam, sendo mais tarde revividas por outro estado cuxita no primeiro milênio a.C.” (EDWARD, 2004, p.75).

egípcios” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p.274). Tal hipótese é sustentada por Silva²⁵⁸ e Török²⁵⁹.

E ainda, em uma abordagem completamente distinta, na qual Querma e Cuxe são consideradas enquanto unidades políticas autônomas e distintas, mas que estabeleceriam relações entre si, tal como sustenta Lima “o Reino de Kush seria referente ao território da Alta Núbia, onde a estrutura dominante no período, era a sociedade de Kerma” (LIMA, 2016, p.156).

Conquanto alguns faraós posteriores, como Amenemhet II (1929-1892 a.C.) e Senusret II (1897-1878 a.C.), tivessem demonstrado pouco interesse em dar continuidade da empreitada expansionista de seus antecessores, “Sesóstris III é lembrado pela reconquista e sujeição da Baixa Núbia, por ele reduzida à condição de província egípcia” (BAKR In MOKHTAR, 2010, p.54-55). Entretanto, seus sucessores se revelaram pouco aptos a manterem o legado de Senusret III (*ca.* 1878/1841 a.C.) como atestam os reinados efêmeros e tíbios dos últimos faraós.

A XIII dinastia, envolvida em recuperar sua autoridade, ainda precisou administrar a inesperada migração de um contingente populacional, possivelmente de origem Sírio-Palestina, que atingiu o noroeste do Egito. Por volta de 1720 a.C., os hicsos²⁶⁰, se revelaram como uma ameaça ao poder da XIII dinastia ao conquistarem Mênfis e, subsequentemente, ao acastelarem seu primeiro faraó em Xoís.

Esses acontecimentos marcaram o início de uma época turbulenta para o país que, simultaneamente reclamado por duas dinastias, calhou de ser dividido em duas grandes regiões – uma, de influência tebana e outra, dominada pelos hicsos. Dentre as consequências desse rearranjo do Estado egípcio, estava o esmaecimento de sua autoridade, situação amplamente desfrutada por diversos reinos núbios vassalos.

²⁵⁸ “Hoje, crê-se que os restos que ali se encontram — de um cemitério e de uma cidade — pertenciam à capital de um reino organizado e independente, Querma, a que os egípcios chamavam Cuxe. Reino e cidade teriam alcançado seu melhor momento durante o Segundo Período Intermediário da história egípcia, a estender-se do fim do século XVIII a.C. às primeiras décadas do século XVI” (SILVA,2011, p.111-12).

²⁵⁹ “A conquista do período inicial foi motivada pelo perigo representado pela aliança dos hicsos com os cuxitas, ou seja, o reino de Querma, legitimada pela memória da dominação do Império do Meio na Baixa Núbia” (TÖRÖK, 1997, p.101).

²⁶⁰ “Conhecidos como ‘reis pastores’, a costumeira afirmação de que teriam levado um inestimável aporte civilizatório ao continente africano merece reparos: os governantes hicsos adotaram irrestritamente os costumes egípcios, inclusive os deuses locais. O vocábulo ‘hicsos’ teria se originado da expressão egípcia *héqa-khasut*, significando ‘chefe de um país estrangeiro’; segundo algumas versões, esse povo estaria relacionado à formação do povo hebreu” (LOPES, 2021, p. 158).

Querma se beneficiou da instabilidade política no Egito, para recrudescer seu poder regional, se colocando como outra potência regional antagonista aos reis da XVII dinastia, de maneira que “a situação do faraó em Tebas, como visto, era problemática, pois no mesmo território que havia estado sob o controle de seus ancestrais do Reino Médio agora havia um governante hicsu e outro kushita dividindo o poder com ele” (LIMA, 2016, p.163). Lopes assinala que “por esse tempo, na capital do país de Cuxe, Nedjeh, aliado aos hicsos, tomou o poder, instalou sua capital em Buhen e reinou de Elefantina à segunda catarata” (LOPES, 2011, p. 110).

Embora, tal comportamento colocasse em xeque a autoridade dos faraós da XVIII dinastia, formalmente Querma permanecia submetida ao Estado faraônico de maneira que, simultaneamente, observou o comércio regular com egípcios enquanto tecia conluios com os hicsos “o domínio do comércio entre Tebas e Querma ter-se-ia mudado, assim, para esta última. Que continuou a mercadejar com o Alto Egito. Mas fez de Ávaris seu principal parceiro” (SILVA, 2011, p.112). Sherif, que reconhece Querma como a capital de Cuxe, menciona uma estela de Kamósis que registra o episódio em que seus agentes detiveram “uma mensagem enviada por Apophis, o rei dos hicsos, ao soberano de Kush, pedindo-lhe ajuda contra o rei egípcio” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.257).

A reação egípcia contra os hicsos, foi arregimentada nos anos finais do governo da XVII dinastia que, então sob a liderança de Kamósis, deu início ao processo de expulsão dos reis estrangeiros do Delta. Com o fim de seu reinado (1555-1550 a.C.), seu jovem irmão Ahmose deu sequência as suas expedições militares e “resiste aos invasores hicsos até finalmente conseguir expulsá-los. Expulsos os invasores, o jovem faraó empreende a reconquista da Núbia e conclui um acordo comercial e militar com Creta, abrindo o Egito para o mundo grego” (LOPES, 2011, p. 110).

Com a reconquista e reunificação efetivas do Egito, Ahmose inaugura a XVIII dinastia e, como ela, uma nova fase do poder tebano à frente do país – o Novo Império (1550-1070 a.C.) – caracterizada por diligenciar o aprimoramento de sua estrutura bélica. Por certo, Ahmose não ignorava a necessidade de proteger as fronteiras egípcias com o Oriente Próximo, e, reafirmar o poder do Estado egípcio na Núbia.

Apesar de os especialistas reconheçam o protagonismo da XVIII dinastia nas expedições militares, em direção ao Rio Eufrates e as Cataratas do Nilo, divergem sobre qual de seus primeiros faraós a entabular esse projeto imperialista. De acordo com Silva, Ahmose foi o precursor da reintegração da Núbia ao poder egípcio, “Amósis chega a Buhen, onde instala um

governador egípcio” (SILVA, 2011, p.116) e Sherif²⁶¹ faz alusão ao mesmo episódio. De forma análoga, Lopes²⁶² atribui ao reinado de Ahmose, a reconquista de Ta-Seti, tal como Liliane Coelho ao afirmar que “as primeiras expedições militares em direção à Núbia aconteceram ainda durante o reinado de Ahmés I, com o intuito de reprimir rebeliões que ocorriam na região” (COELHO, 2015, p.29). Em contraposição, Bakr defende que o prelúdio da reconquista da região núbica deve ser atribuído ao descendente direto de Ahmose, seu filho Amenhotep I, que “consolidou e estendeu os domínios do Egito na Núbia até a Terceira Catarata” (BAKR in MOKHTAR, 2010, p.56). E Lima, sustenta que “o herdeiro do faraó Ahmés foi seu filho Amenhotep I, que manteve a lógica expansionista dirigida pelo pai, voltando-se especialmente para a Núbia” (LIMA, 2016, p. 167).

Malgrado a existência de querelas acerca do faraó, pioneiro do projeto expansionista que garantiu a retomada da Núbia e a estabilidade das fronteiras com o Oriente Próximo, se convencionou tipificar a XVIII dinastia segundo sua devoção ao deus Amon, manifesta no comprometimento dos reis em disseminar o culto em honra dessa divindade. Conforme assinala Kemp “Amon era uma antiga divindade de Tebas, a cidade natal dos faraós da XVIII dinastia” (KEMP,1992, p. 252).

De fato, ao longo do período de governo (1550-1307 a.C.) da linhagem que trouxe o alvorecer do Novo Império, reivindicou o parentesco direto de Amon ou, mesmo, a predileção desse deus como justificativa para ocupar o trono do Egito. Sendo assim, a rainha Hatshepsut, que tencionava “legitimar suas pretensões, declarou publicamente ser filha do deus nacional Amon-Rá, que se apresentara à sua mãe como Tutmés I” (BAKR In MOKHTAR, 2010, p.57). Seu meio-irmão e sucessor, Thutmés III rendeu significativas homenagens ao deus por ocasião de vitórias militares “e sacrifica ao deus de Tebas, Amon-Rá, aos pés do Jebel Barcal, a ‘Montanha Santa’, onde mais tarde florescerá Napata” (SILVA, 2011, p.116).

Devotos e bélicos, os faraós que inauguraram o Novo Império, reivindicaram a antiga autoridade do Egito sob a todos os reinos e protetorados núbios, motivados pela necessidade de guarnecer as fronteiras e ratificar seu acesso às matérias-primas e mão de obra, provenientes da

²⁶¹ “A verdadeira ocupação da Núbia foi completada por Amósis, sucessor de Kamés e fundador da XVIII dinastia egípcia. [...] Amósis pôde reconstruir e ampliar a fortaleza de Buhen e ali erigir um templo. Pôde inclusive avançar até a ilha de Sai, 190 km a montante de Buhen, pois ali se encontrou uma estátua sua e inscrições contendo seu nome e o de sua esposa (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.261).

²⁶² “A principal característica do reinado de Amósis e da dinastia que iniciou foi a consagração de Amon como um deus do Estado egípcio, além do papel preponderante das mulheres na condução do governo, das conquistas na Núbia e da presença militar na Ásia” (LOPES, 2012, p. 111).

região, bem como a totalidade da circulação continental, que o Corredor Núbio viabilizava. Nesse sentido, Lima²⁶³, Adam e Vercoutter²⁶⁴, ressaltam as tribulações enfrentadas pelos exércitos faraônicos da XVIII dinastia para submeterem seus antigos vassallos do sul.

Eventualmente, a renovação do aparelho bélico egípcio revelou a plenitude de sua eficiência, sobrepujando a resistência núbica, fazendo com que essa área retornasse ao controle dos faraós da XVIII dinastia, conforme assinala Edwards²⁶⁵. Analogamente, Smith indica que o Estado faraônico “durante o Novo Império (*ca.* 1550-1050 a.C.), conquistou ambas as Baixa e Alta Núbia e levou a termo o estado de Querma (*ca.* 1500 a.C.)” (SMITH, 1998, p. 260), tal como Emberling, que menciona os êxitos da XVII na derrota dos hicsos e como “seus sucessores no Novo Império eventualmente conquistaram a Núbia até a Quarta Catarata e manteve esse território por quatro séculos” (EMBERLING, 2011, p.9).

Tendo em vista, os reveses ocorridos durante o longo processo de reconquista da Núbia, se atribuiu sua conclusão exitosa ao desempenho de Thutmés I (1504-1492 a.C.), filho e sucessor de Amenhotep I, que legou alguns testemunhos em pedra, em templos e fortalezas, narrado suas vitórias militares. De acordo com Sherif, “coube a Tutmósis I (-1530 a -1520) completar a conquista do Sudão setentrional, determinando assim o fim da independência do reino de Kush. Ao chegar a Tumbus, no extremo sul da Terceira Catarata, Tutmósis I gravou aí sua grande inscrição” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.261). Partilham do mesmo entendimento, Adam e Vercoutter afirmando que “no reinado de Tutmósis I, toda a região

²⁶³ “[...] o imenso esforço egípcio na conquista do território entre a Primeira e a Quarta Cataratas, que por muito tempo foi subestimado pela historiografia. A obstinação de Kerma se manteve por aproximadamente 50 anos frente as investidas meridionais da sociedade crescentemente militarizada do Reino Novo. Mesmo após o massacre da principal cidade do Reino de Kush, a resistência núbica permaneceu sob a liderança de príncipes kushitas, que buscaram estabelecer regiões independentes em Uauat. O processo de conquista da Núbia durou um século de conflitos intensos e desiguais entre, de um lado, um Estado imperialista em expansão e, por outro, um Estado de base agrícola imensamente menor em conjunto com grupos seminômades que, somados, deviam girar em torno de 10% da população da ‘Terra Negra’” (LIMA, 2016, p. 174).

²⁶⁴ “Costuma-se afirmar que os exércitos egípcios não encontraram grandes dificuldades em submeter o Corredor Núbico, o que não é verdade. Foram necessárias sucessivas campanhas sob cada um dos faraós do Novo Império, de Amósis a Seti I e Ramsés II, para que a tarefa se completasse. A resistência núbica parece ter assumido duas formas: revoltas contra a dominação egípcia no país e um êxodo mais ou menos generalizado para o sul. O país despovoou-se gradualmente, como se pode observar pelo número decrescente dos túmulos encontrados tanto na Alta como na Baixa Núbia” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.231).

²⁶⁵ [...] em meados do II milênio, durante a XVIII dinastia, um estado Egípcio forte e unificado, afirmou seu controle sobre a Baixa Núbia e, em uma série de campanhas militares, ao atacar mais ao sul, além da Terceira Catarata, destruiu a próprio Kerma (EDWARDS, 2004, p.78).

situada entre a Segunda e a Quarta Catarata foi conquistada” (ADAM; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.231).

Por outro lado, certos especialistas defendem que a efetiva retomada da totalidade do território núbio deve ser creditada a ação de Thutmés III (1479-1425 a.C.) conforme o testemunho da “grande estela de Tutmés III foi erguida em Napata, o reino de Querma foi extinto. Tributos de Cuxe, o reino de Querma, situado entre a Terceira e a Quarta Cataratas, chegaram ao Egito a partir do ano 31 do reinado de Tutmés III” (TÖRÖK, 2009, p.166).

Edwards refere que, apesar da afirmação de Thutmés I sobre a vitoriosa campanha que empreendeu ao sul da Terceira Catarata “o poder de Kerma foi provavelmente finalmente quebrado por Tutmosis III, embora tenha havido surtos de luta posteriores (rebeliões), sob Seti I, por exemplo” (EDWARDS, 2004, p.101-102).

O fato é que, sob o reinado da XVIII dinastia, o controle sobre a Núbia foi definitivamente recuperado pelo Estado faraônico que, interessado em esmagar qualquer tipo de resistência na região, visava manter o acesso às variadas matérias-primas núbias, conforme salienta Silva²⁶⁶. Edwards defende que a Alta Núbia foi dividida entre Uauat e Cuxe, “ambos parecem ter sido centros populacionais durante o período de Querma. Textos egípcios registram a existência de numerosos oficiais que participaram da administração egípcia dessas regiões” (EDWARDS, 2004, p.106).

Como parte da nova política de ocupação egípcia, antigas fortificações foram reformadas e receberam novos usos; templos dedicados a divindades como Hórus, Hator e o Amon tebano, foram construídos em cidades estratégicas ao longo da Terceira e Quarta Cataratas. Nesse sentido, Lima menciona que, além da estrutura material, a presença egípcia se fez por outros meios, “uma vasta rede de escribas, sacerdotes e militares ligados aos templos, sedes administrativas e, eventualmente, guarnições estacionadas para lidar com ameaças à ordem estabelecida pelo poder imperial” (LIMA, 2016, p.177).

Sob o reinado da XVIII dinastia, importantes cidades núbias vivenciaram um período considerável estabilidade – mesmo em vista de insurreições recorrentes, que exigiam a

²⁶⁶ “Em apenas três anos do reino de Tutemósis III, recebeu da Núbia Inferior 695 kg de ouro (quase tudo das minas do uede Alaqui e do uede Cabagba); e da Núbia Superior, cerca de 55 kg, 31 Estas cifras dão ideia da abundantemente de ouro que saía da Núbia para o Egito. Além do ouro, dela também lhe chegavam cornalinas, hematita, feldspato, cobre, obsidiana, turquesas, malaquita, granito, ametistas. E marfim, madeiras, plumas e ovos de avestruz, gomas, resinas, peles de felinos. E gado. E produtos agrícolas. E escravos” (SILVA, 2011, p. 117).

mobilização das forças bélicas. Entretanto, diante da desarticulação militar das lideranças núbias, a presença egípcia e sua estrutura administrativa, atuaram de forma decisiva para garantir o controle da Alta Núbia, bipartida entre Uauat e Cuxe.

Algumas manobras do Estado egípcio, se mostraram particularmente eficazes nesse sentido, dentre as quais destacamos a reutilização do cargo administrativo de “vice-rei da Núbia” que, criado à época do reinado de Ahmose (1550-1525 a.C.), foi posteriormente renomeado como “filho do rei de Cuxe”, para designar os funcionários responsáveis por governar a Núbia, em nome do faraó. De acordo com Silva “o vice-rei do Cuxe e seus delegados, do mesmo modo que os templos, agiriam como provedores e redistribuiriam localmente boa parcela das rendas agrárias e dos impostos recolhidos” (SILVA, 2011, p. 120).

Em vista disso, Török²⁶⁷ salienta os aspectos administrativo e ideológico que, simultaneamente, orientavam a relação entre o faraó e o vice-rei; contrariamente Lima, assinala que “os vice-reis eram escolhidos entre os quadros militares do jovem Império Egípcio até o reinado de Amenhotep I, a partir de quando passaram a provir da fração ‘civil’ da administração escriba (embora pudessem desempenhar funções militares também)” (LIMA, 2016, p. 182).

Por certo, a administração egípcia não se limitou ao uso de forças coercitivas ou burocráticas, procurando adotar expedientes moderados como a fundação, cidades e construção de templos em honra a divindades egípcias. Nesse sentido, Török, sustenta que “devido à sua importância como guardião da rota que conduz às regiões de mineração de ouro dos uádi Allaqi e Gabgaba, Kuban foi reconstruída e um assentamento aberto cresceu ao redor da fortaleza” (TÖRÖK, 2009, p.185).

Contudo, Edwards não identifica uma relação tão imediata entre essa política e, antes, afirma precipitado atribuir aos egípcios qualquer preocupação em levar o culto de seus deuses para a população nativa, “nem sempre é claro como os muitos pequenos templos erguidos em toda a Baixa Núbia se relacionam com padrões mais amplos de povoamento” (EDWARDS, 2004, p. 107).

A consolidação do poder egípcio na região alcançou tal êxito que, mesmo as convulsões políticas – internas e externas – que passaram a assolar o Egito nos anos finais do governo da XVIII dinastia, pouco afetaram sua administração formal. Não ignoramos a tentativa de

²⁶⁷ “Os primeiros vice-reis foram nomeados do círculo de funcionários que iniciaram a organização das áreas recém-conquistadas. No reinado de Amenhotep I, eles já haviam sido selecionados na burocracia real do Egito. Suas origens, educação e carreiras provenientes de sua condição de elite, estão em harmonia com o alto estatuto de um funcionário que se reporta diretamente ao governante” (TÖRÖK, 2009, p.178-79).

Amenhotep IV – Akhenaton (1353-1335 a.C.) em promover uma reforma religiosa em favor do deus Aton²⁶⁸.

De acordo com Sherif, seria possível atribuir a estabilidade da hegemonia do Estado egípcio sobre a Núbia, às ações de Horemheb que “garantiu a lealdade da administração egípcia da Núbia, como mostra o fato de Paser, vice-rei da Núbia no reinado anterior, ter continuado a ocupar o posto sob seu governo” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.266).

Inaugurada com a subida de Ramessés I (1307-1306 a.C.) ao trono do Egito, a administração da XIX dinastia, assegurou a continuidade do modelo implementado por seus antecessores, especialmente ao cargo de “filho do rei de Cuxe” e sua comitiva de funcionários, para as regiões de Uauat e Cuxe.

Desse modo, a prática de recrutar membros das nobrezas regionais para o exercício de cargos prestigiosos, como comandantes, supervisores, prefeitos e delegados a serviço dos vice-reis, foi mantida porque favorecia “um modelo de exploração que busca se manter com a menor intervenção possível, impondo-se como uma superestrutura sobre as estruturas economicossociais nativas” (LIMA, 2016, p.186).

Tradicionalmente, se reconhece que a partir do governo da XX dinastia (1307-1196 a.C.), o processo de egípcianização da Núbia, iniciado durante o Novo Império (1550-1070 a.C.), tenha chegado ao seu auge. Após enfrentar a superioridade bélica do Estado egípcio e, mesmo com seus territórios efetivamente ocupados, décadas se passariam até que os povos núbios se submetessem a dominação egípcia.

Nesse sentido, Silva²⁶⁹ avalia que a política de egípcianização, a estrutura administrativa centrada no “filho do rei de Cuxe” e a fundação de assentamentos coloniais, obteve resultados

²⁶⁸ Coelho salienta que, embora A Amenhotep IV-Akhenaton não tenha criado o deus Aton, se utilizou de seu culto para tentar aumentar seu poder, mediante “a colocação do nome do seu deus em dois cartuchos – tal como ocorria com os nomes do faraó, aproximando, assim, o rei e o deus. Os chamados ‘nomes didáticos do Aton’ refletem, então, a ideologia real e o passo a passo de sua reforma. Ao adotar o primeiro nome didático, “Ele vive – Ra-Harakhty que se alegra no horizonte em seu nome de Shu que está no Aton”, ainda em Tebas, Amenhotep IV deu o primeiro passo em direção ao seu intento. O segundo passo foi dado possivelmente no ano 5, quando o faraó mudou seus nomes e começou a construção de uma nova cidade, Akhetaton” (COELHO, 2015, p.58).

²⁶⁹ Tanto, que alguns núbios passaram a integrar a classe dos terratenentes. Outros aderiram aos interesses egípcios — e egípcianizaram-se ainda mais. Eram enterrados como se fossem egípcios: estirados, em decúbito dorsal, os mais ricos dentro de caixões de madeira. Outros — provavelmente a maioria — foram reduzidos à condição de trabalhadores sem-terra, a felás, e não deixaram sinais arqueológicos, tal como ocorreu por toda parte com os deserdados do mundo: eram inumados na pobreza, em lugares que se perderam no esquecimento e sem marcas porque possam ser reconhecidos. Outros, enfim, puderam manter a cultura antiga, migrando com seus rebanhos para o oeste ou mais para o sul, para os confins da Núbia Superior, onde a presença do poder egípcio se esgarçava. (SILVA, 2011, p. 120-21)

satisfatórios. Por sua vez, Sherif²⁷⁰ distingue um dos principais estratagemas adotados pelo Novo Império, de maneira a promover a egípcianização da Núbia.

De fato, o Estado egípcio se utilizou de diferentes estratégias com relação à Núbia – desde a coexistência pacífica até as raias da aniquilação militar – para garantir o acesso às matérias-primas do território. Smith destaca que “essas intervenções foram relativamente passivas e altamente intrusivas para a sociedade núbia em diferentes períodos. Os próprios núbios reagiram de maneiras diferentes ao contato com o Egito” (SMITH, 1998, p. 257).

Embora reconheça que substancial parcela da população núbia possa ter adotado elementos da cultura egípcia, Edwards²⁷¹ aponta para a existência de condições materiais que teriam escapado do controle do Estado egípcio, e influenciado nesse processo. Entretanto, Török²⁷² assinala que a egípcianização apresentou diferenças entre Uauat e Cuxe, e destaca o uso de diferentes práticas religiosas em cada uma dessas regiões.

Considerando as relações travadas entre a nobreza regional e as classes subalternas nativas diante da influência da cultura estrangeira, Lima argumenta que na Baixa Núbia ocorreu um processo de “hibridismo ou mesclagem cultural característico das influências mútuas e desiguais entre Egito e Núbia, traça um quadro complexo e conflituoso de opressão, adoção, resistência e reapropriação” (LIMA, 2016, p. 216).

A despeito da estabilidade de sua hegemonia na Núbia, o Estado egípcio atravessava uma fase turbulenta sob a XX dinastia que, simultaneamente, atuava em guerras de defesa contra invasores líbios e Povos do Mar e, no manejo de crises políticas, econômicas e sociais o

²⁷⁰ “Entre os principais fatores que contribuíram para promover rapidamente a assimilação cultural do modo de vida egípcio, pode-se citar a política adotada pela administração faraônica na Núbia durante o Novo Império. Como já se mencionou, a política oficial era a de assegurar a lealdade e o apoio dos chefes nativos. Seus filhos eram educados na corte real do Egito, onde ‘escutavam a fala dos egípcios do séquito do rei, o que os fazia esquecer sua própria língua’. Desse modo, eles eram fortemente egípcianizados e isto naturalmente ajudou a garantir a lealdade dos príncipes núbios para com o Egito e a cultura egípcia” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.269).

²⁷¹ “Mudanças e desenvolvimento na ocupação da região precisam ser rastreados e, em simultâneo, as possíveis implicações sociais da adoção da cultura material egípcia precisam ser exploradas. Que o período de domínio egípcio tenha aparentemente visto um declínio acentuado da população, uma contração do povoamento e, por fim, o abandono quase total da região, também levanta muitas outras questões” (EDWARDS, 2004, p. 111).

²⁷² “A autoridade do faraó, a divindade do rei governante tal como formulada, apoiada e difundida pelos templos de culto era a mesma em Uauat e Cuxe. As diferenças nos sotaques seguiram-se às diferenças nas tradições, que foram claramente percebidas e habilmente exploradas pelos senhores egípcios. Enquanto os tradicionais cultos ‘núbios’ da Baixa Núbia continuaram a ser integrados aos cultos do templo dos deuses egípcios desde a reconquista até o período Ramesside, na Alta Núbia os antigos cultos locais foram fundidos em Napata, Kerma e Kawa com o culto ao deus Amon de Tebas” (TÖRÖK, 2009, p.283).

país. Nos anos finais do reinado de Ramessés XI, guerras defensivas coincidiram com a “desorganização da força de trabalho, pelos motins dos trabalhadores do governo, pelo aumento inflacionário dos preços do trigo e pela desvalorização do bronze e do cobre” (BAKR In MOKHTAR, 2010, p.65).

Em meio ao declínio da autoridade da XX dinastia, outros grupos passaram a demonstrar suas aspirações ao poder, dentre os quais, os sumos sacerdotes de Amon se revelaram os mais articulados. Nos anos finais do reinado de Ramessés XI (1100-1070 a.C.), o clero tebano encontrou em Panehsi que, então, ocupava o cargo de “filho do rei de Cuxe”, o aliado militar apropriado às suas aspirações.

O concluiu entre os sacerdotes e o funcionário estatal, teria sido posto em movimento com a eclosão do levante em Assuit – episódio mencionado por Silva²⁷³ e Sherif²⁷⁴. Contrariamente, Lima sustenta que Panehsi, liderando a elite local, “iniciou uma guerra civil que teve por foco a cidade de Aniba, principal centro administrativo do império na Núbia” (LIMA, 2016, p. 248).

Após a morte de Ramessés XI, que não deixou herdeiros masculinos, Herihor toma a frente dos sacerdotes tebanos e reivindica oficialmente sua pretensão ao trono do Egito; paralelamente, Smendes que, então ocupava o cargo de vizir do Baixo Egito, “proclamou-se faraó e legitimou seu poder provavelmente por meio do casamento com a filha de seu antecessor, iniciando assim a XXI dinastia. Transferiu a capital de Pi-Ramsés para Tânis, na região ocidental do Delta” (LOPES, 2012, p. 272).

O fim do governo da XX dinastia, a ascensão de Smendes no Delta e Herihor em Tebas, marcaram o início de uma nova fase de fragmentação política e disputas pelo poder entre grupos

²⁷³ “O vice-rei de Cuxe, Peneasi, a reprime, em nome do rei. E em nome deste, restaura a ordem no Alto Egito e passa a governá-lo. Mas tamanho é seu rigor e tão desabridas as armas de suas tropas núbias, que é tido, pela gente da terra, como se fora invasor estrangeiro. As forças que lhe eram hostis arregimentam-se em torno de Herior, que se tornara o sumo sacerdote de Amon, em Tebas, e de Esmendes, que talvez dele fosse filho. A pressão dessas forças provavelmente obrigou Peneasi a retirar-se para o Cuxe, [...] Herior e Esmendes impõem a Ramsés XI — a quem continuam a considerar como faraó, mas um faraó ritual, destituído de poder efetivo — a divisão do Egito: no norte, mandará Esmendes; no centro e no sul, Herior[...]” (SILVA, 2011, p. 122).

²⁷⁴ “Com a ajuda de Pa-nehesi, vice-rei de Kush, o rei e suas tropas conseguiram dominar a rebelião e restaurar a ordem no Alto Egito. Após o levante, um certo Herihor tornou-se sumo sacerdote de Amon em Tebas. Parece que ele foi elevado a essa dignidade por Pa-nehesi e seus soldados núbios, supondo-se ser ele um de seus seguidores. No 19.º ano do governo de Ramsés XI, após a morte de Pa-nehesi, Herihor foi nomeado vice-rei da Núbia e vizir de Tebas. Desse modo, passou a ser o senhor efetivo do Alto Egito e da Núbia. Após a morte de Ramsés XI, Herihor tornou-se rei (-1085), e com ele teve início uma nova linhagem de soberanos egípcios” (SHERIF In MOKHTAR, 2010, p.272).

da classe dominante, conhecida como Terceiro Período Intermediário, ou Baixo Novo Império (1070-712 a.C.). Conforme observou Cardoso²⁷⁵, ainda que do ponto de vista formal, se observasse uma sequência dinástica – XXI e XXIV – na prática, o Egito se achava governando simultaneamente por dois grupos– os líbios de Tânis e os sacerdotes de Tebas.

Em meio a esse cenário de ausência de centralização política do Estado egípcio, dentre outras consequências, diversos territórios núbios voltaram a experimentar uma conhecida autossuficiência. As classes dominantes de regiões da Baixa Núbia, Uauat e Cuxe, desde a rebelião liderada por Panehsi, vinham aumentando sua influência política e, para tanto, se utilizaram de suas experiências administrativas previamente adquiridas durante a soberania egípcia, para dar continuidade ao governo de suas regiões de influência.

Ao longo dos séculos compreendidos no Terceiro Período Intermediário (1070-712 a.C.) esses grupos procuraram estabelecer uma estrutura política e territorial desvinculada do Estado egípcio, embora sua presença cultural e religiosa ainda se fizesse sentir.

Com o intuito de identificar as características dos homens e mulheres que integravam a classe dominante cuxita e, averiguar a manutenção de seu estatuto social e hegemonia política, lançamos nosso olhar para a cultura material encontrada em cemitérios como el-Kurru, Djebel Barcal e Nuri – todos na região que, anteriormente, compreendia Napata.

Entre os anos de 1916 e 1923, Reisner, então diretor da *Harvard University* de Boston, liderou uma nova expedição arqueológica organizada pelo Museu de Belas Artes do Egito, destinada a escavar el-Kurru, Djebel Barcal, Nuri e mais três cemitérios reais de Méroe. Autorizada pelo governo sudanês, em fevereiro de 1916, uma equipe multidisciplinar chegou em Carima, para dar início aos trabalhos de campo.

Situado a pouco mais de um quilômetro a oeste do Nilo e cerca de onze quilômetros a jusante de Djebel Barcal, o cemitério de el-Kurru se achava dividido em três partes, sendo o Cemitério Principal, a mais antiga e importante. Conforme Dows Dunham, apesar do deterioramento material dos artefatos, as escavações realizadas em el-Kurru viabilizaram a compreensão “da estrutura da tumba real napatana, bem como para a sequência cronológica dos reinados, e as informações sobre os costumes funerários, bem como sobre os artefatos

²⁷⁵ “O Terceiro Período Intermediário (1070-712), com as dinastias XXI a XXIV, e compreendendo também a primeira parte da XXV dinastia, foi uma longa fase de divisão e dinastias paralelas; em certas ocasiões, vários governantes partilhavam, simultaneamente, o território egípcio, embora nem todos adotassem a titularia faraônica. Em Tebas, o governo efetivo era controlado por uma dinastia de sumos- sacerdotes de Amon, surgindo depois outra figura religiosa de grande poder: a ‘divina adoradora de Amon’, normalmente uma princesa de sangue real” (CARDOSO, 1989, p.29).

depositados com os mortos facilitou a tarefa de datar outros cemitérios do período cuxita” (DUNHAM, 1950, p.12).

De fato, el-Kurru abrigou diversos tipos de túmulos – desde estruturas mais primitivas, como montes circulares, até mastabas retangulares em alvenaria. Os sepultamentos, identificados como os mais antigos, continham uma riqueza tumular incomum, levando Reisner a deduzir que se tratava do local de descanso exclusivo da classe dominante ou de famílias reais. De acordo com Geoff Emberling e Rachael Dann, “cinco reis enterrados em el-Kurru exerceram controle sobre o Egito: Kashta, Piyi (ou Piankhi), Shabaka, Shabataka e Tanutamun” (EMBERLING; DANN, 2013, p. 42).

O conteúdo material recuperado nas mastabas de arenito de el-Kurru, apresentava forte influência da cultura egípcia, como revelaram os diversos objetos em ouro, prata, bronze, mármore e faiança produzidos segundo suas técnicas e padrões artísticos. A equipe de Reisner também identificou amuletos, joias em ouro, prata e diamantes, vasos canópicos, *shabtis*, cerâmicas diversas, cartuchos e oferendas votivas com inscrições hieroglíficas e, evidentemente, ossos humanos.

Localizado a cerca de um quilômetro ao sul do Nilo e, a pouco mais de oito quilômetros, subindo o Nilo em direção a Djebel Barcal, o cemitério de Nuri, começou a ser escavado em março de 1916. De início, os e as especialistas, observaram que as construções tumulares presentes no local, se agrupavam ao longo de duas áreas relativamente altas e paralelas na direção nordeste-sudoeste.

A equipe de Reisner verificou que as mastabas e pirâmides construídas, possuíam tesouros funerários que rivalizavam com os sepultados em el-Kurru e, ao longo das investigações, se constatou que o cemitério de Nuri foi escolhido pela maior parte da XXV dinastia, conforme aponta Dunham “Nuri, o túmulo da maioria dos reis e rainhas de Cuxe, de Taharqa a Nastasen” (DUNHAM, 1950, p.1). Todavia, Emberling e Dann defendem que “dos reis da 25ª Dinastia, apenas Taharqa, filho de Piyi, foi enterrado em outro lugar: em um novo cemitério real que ele fundou em Nuri, rio acima do centro de culto na montanha sagrada de Djebel Barcal” (EMBERLING; DANN, 2013, p. 42).

Como vimos, a partir do governo do Império Novo, como parte de seu projeto de dominação da Alta Núbia, a administração egípcia lançou mão de alguns meios – dentre os quais, granjear o apoio das nobrezas nativas, mediante a oferta de cargos e um mercado de consumo de bens de luxo.

A retração do Estado egípcio no território núbio, ocorrida durante o Terceiro Período Intermediário, comprometeu a eficiência de sua estrutura política e econômica centralizadora,

deixando um vácuo de autoridade que, em Cuxe, foi sistematicamente ocupado pela classe dominante. De acordo com Török, “a experiência adquirida por essa elite por meio de sua participação no governo do vice-reinado de Núbia, facilitou o surgimento de Estados sucessores nativos” (TÖRÖK, 2009, p.292).

Entendemos os seis séculos que compreendem a duração do Terceiro Período Intermediário, possibilitaram que a classe dominante cuxita se reestruturasse ideológica e politicamente, para então governar Cuxe de forma autônoma. Em el-Kurru, a análise da cultura material funerária revelou que as mulheres e os homens sepultados nas cercanias de Djebel Barcal, independentemente da identificação exata, antecederam, em cerca de duzentos anos, Alara – tradicionalmente considerado o primeiro rei da XXV dinastia.

Não ignoramos os debates travados em torno da datação²⁷⁶ absoluta das tumbas de el-Kurru, cujos ocupantes antecederam os reis da XXV dinastia, ganharam novos contornos após a publicação da cronologia estabelecida por Timothy Kendall no estudo, “*The Origin of the Napatan State: El Kurru and the Evidence for the Royal Ancestors*” (1999). Entretanto, partilhamos da posição defendida por Török que, ao propor uma longa cronologia para a análise dos sepulcros da necrópole (TÖRÖK, 2009, p.304), salienta o lento e complexo transcurso que possibilitou a classe dominante passar de uma liderança local para uma autêntica linhagem de reis cuxitas.

3.4 Os reis cuxitas da XXV dinastia

A trajetória da ascensão da linhagem de reis sepultada em el-Kurru se relaciona diretamente com o desenvolvimento de Napata, localizada na região que compreendia os entornos da Quarta Catarata e Djebel Barcal. Reconhecida como “o centro mais meridional de dominação egípcia” (TÖRÖK, 1997, p.94), se atribui a Thutmés III (1479-1425 a.C.) a fundação da cidade – inicialmente concebida enquanto posto alfandegário.

²⁷⁶ “Apesar de conhecermos a sequência desses governantes, a datação absoluta das tumbas de el-Kurru tem sido objeto de debate, com alguns apoiando uma data para as primeiras tumbas, o século XI a.C., que eliminaria uma ‘era das trevas’ após o colapso do Novo Império egípcio e, outros mantendo uma data mais próxima às estimativas de Reisner no século IX a.C. (Török 1999; Kendall 1999a; cf. Heidorn 1994). (EMBERLING; DANN, 2013, p. 42).

Sua localização privilegiada com relação às rotas caravaneiras²⁷⁷ e a proximidade da Montanha Sagrada²⁷⁸ que, sob o governo dos thutmeses, passou a abrigar um templo consagrado a Amon – divindade da qual esses faraós, se declaravam progênie – contribuíram para a prosperidade de Napata que logo se tornou um centro religioso.

Ao longo do Terceiro Período Intermediário, diversos faraós custearam melhorias ou acréscimos arquitetônicos ao templo de Amon de Napata, cujos sacerdotes passaram a agregar poderes religiosos e políticos. O culto amoniano foi gradualmente associado a Napata, e a cidade logo compartilhava do prestígio atribuído a divindade egípcia residente na Montanha Sagrada.

Contudo, os sacerdotes de Amon dispunham de autonomia para atuar nos assuntos mundanos, escapando do controle das linhagens tebanas e líbias que disputavam o trono do Egito – conquanto prestassem maior diligência ao passado dos faraós da XVIII dinastia, possivelmente em vista de sua proximidade com o deus que serviam.

Isto posto, deduzimos que a lembrança do esplendor e poderio demonstrado pela linhagem tebana permanecessem entre segmentos da classe dominante que, no passado, ocuparam diversos cargos de prestígio junto ao “filho do rei de Cuxe”. É possível que os sacerdotes amonianos tenham estimulado uma noção de continuidade entre os faraós tebanos e a nobreza de el-Kurru.

Defendendo que o clero amoniano apoiava uma família principesca nativa que, iniciada no culto ao deus, Timothy Kendall e El-Hassan Ahmed Mohamed afirmam que “por volta de 780 a.C., esses chefes estavam ativamente envolvidos na restauração dos templos de Amon em Djebel Barcal (e em outros lugares na Núbia) e no estabelecimento de Napata, como o centro do reino independente de Cuxe” (KENDALL; MOHAMED, 2016, p.5). Nesse sentido, Silva²⁷⁹

²⁷⁷ “Napata pode ter sido importante escala comercial para os produtos que, do sul da Núbia e das terras que lhe ficavam além, iam ter ao Egito, e dos artigos egípcios vindos de volta. Foi também um ponto de partida: do ouro extraído das minas próximas à Quarta Catarata ou que se espalhavam entre Abu Hamed e o mar Vermelho. E um polo de atração e chegada” (SILVA, 2011, p. 125).

²⁷⁸ “Os egípcios comparavam a Criação com a inundação do Nilo, e uma vez que a inundação vinha do extremo sul, não é surpreendente que identificassem Djebel Barcal (no limite sul de seu império) como a casa original de seu deus estatal, que no início dos tempos (bem como anualmente, a cada verão) deu vida nova ao Egito, liberando o dilúvio do Nilo” (KENDALL; MOHAMED, 2016, p.5).

²⁷⁹ “Com o estilhaçamento do poder egípcio, em consequência da derrocada da XX Dinastia, os régulos tribais núbios devem ter retomado força. E a gente do templo, procurado impor-se no plano temporal. Do processo de conflito e ajustamento entre as tradições locais e os modelos egípcios, entre os chefes guerreiros e o clero, e entre as várias tribos pela supremacia armada, despontou, no século IX a.C., provavelmente em torno de Jebel Barcal, um novo estado centralizado na Núbia” (Op.cit. p. 125).

sustenta que a aproximação entre os sacerdotes de Djebel Barcal e a nobreza autóctone, foi decisiva para o surgimento de uma nova forma organização política.

Segundo a tradição, uma família nobre original de el-Kurru teria consagrado uma de suas filhas ao culto de Amon, por meio das ações de “Alara, o primeiro rei napatano cujo nome conhecemos, é conhecido por ter se comprometido com o culto de Amon, ao dedicar sua irmã ao serviço de seu templo em Kawa” (EDWARDS, 2004, p. 116). De fato, diversos registros textuais identificaram Alara (780-760 a.C.) como fundador dessa linhagem que governaria desde Napata até o Baixo Egito, de modo que “do reinado de Alara em diante, é apropriado utilizar a expressão reino de Cuxe em vez de chefia de el-Kurru” (TÖRÖK, 1997, p.126).

Em meados do século VIII a.C., Cuxe se consolidara como estado autônomo e dispunha de condições materiais e espirituais para pressionar o Egito – dividido entre autoridade das dinastias de Leontópolis e Sais. Considerando essa situação e dispondo dos recursos necessários para uma campanha militar, Kashta (770-750 a.C.) sucessor de Alara, deu início ao processo expansão dos domínios cuxitas em direção ao Egito. De acordo com Lopes²⁸⁰, foi sob esse contexto de decadência do poder faraônico e de governo simultâneo de dinastias estrangeiras, que o rei cuxita avançou em direção a Tebas.

Embora, circunstâncias adversas possam ter enfraquecido o vínculo entre os cleros napatano e tebano de Amon, consideramos pouco provável que Kashta tenha sido mal recepcionado em Tebas – especialmente, diante de seu notório parentesco com o deus, conforme os sacerdotes de Djebel Barcal. Silva aponta, “o clero tebano, acostumado à proteção de tropas núbias, não podia deixar de ver favoravelmente o fortalecimento desses reis de Cuxe, piedosos e tradicionalistas. Reclamou a proteção de Cáchita. E lhe deu o poder sobre Tebas” (SILVA, 2012, p.129).

O respaldo do clero amoniano, conferia legitimidade divina às ações políticas de Kashta e, lançava as bases do argumento ideológico apregoado por seus descendentes para justificar sua pretensão ao trono do Egito “com a ajuda de colaboradores tebanos, os napatanos reviveram a teologia do '*ma-ta*' egípcio do Novo Império, com o intuito de resgatar a glória anterior do império e restaurá-la magicamente sob seu governo” (SMITH, 1998, p. 270). É assim que Kashta, se torna o primeiro rei cuxita a pleitear o título de faraó.

²⁸⁰ “No Delta, reinava Tefnact em oposição a Osorcon IV, governante de Tebas. É nesse contexto de intensa disputa pelo poder que o príncipe Cachta, soberano cuxita de Napata – membro de uma antiga família núbia, descendente de antigos príncipes de Querma –, orientado pelos sacerdotes de Amon a tomar a coroa do Egito, rumo para Tebas, onde dá início à XXV dinastia” (LOPES, 2011, p. 73).

Em outra hábil manobra religiosa, que frutificaria em mais poder político, o rei cuxita agiu para que sua filha, Amenirdis, fosse adotada por Shepenwepet – que, à época, atuava como Divina Adoradora de Amon²⁸¹. Se tratava do mais prestigiado cargo de sacerdócio feminino, dado que sua ocupante era reconhecida como a esposa do deus e compartilhava de sua soberania religiosa. Török afirma que “a instalação da filha de Kashta como presumível Divina Adoradora é o momento chave no processo de extensão do poder cuxita sobre os territórios egípcios” (TÖRÖK, 1997, p.148-49).

O filho e sucessor de Kashta, Piankhi (750-712 a.C.) deu continuidade ao projeto expansionista de seu pai, em direção ao Alto Egito, conforme vividamente registrado na Estela da Vitória²⁸² – que Piankhi mandou erigir, no Grande Templo de Amon, em Napata. Se, por um lado, seus êxitos militares foram decisivos para que ele reclamasse o título de faraó, no plano religioso e político, também se beneficiou da efetiva ascensão de sua irmã ao cargo de Divina Adoradora, “a residência tebana de Amenirdis I resultou no aumento substancial da presença militar cuxita” (TÖRÖK, 2009, p.326).

Piankhi procurava justificar sua pretensão ao trono do Egito, segundo a vontade de Amon e, ao prestar auxílio ao clero tebano do deus, derrotou os exércitos dos príncipes de Sais e Hermópolis, “Piiê bate, um após outro, os vários príncipes que mandavam num Egito dividido. Derrota Nanlote, de Hermópolis. Toma de assalto Mênfis. Obriga as demais dinastias do Delta à obediência. E vê, em Heliópolis, dobrar-se ante ele Osorcon IV, que era o faraó nominal” (BAKR In MOKHTAR, 2010, p.67). Depois de tais demonstrações de força, Piankhi retornou para Napata, de onde governou simultaneamente o Egito e Cuxe.

Tal como Kashta e Piankhi, respectivamente seu pai e irmão, Shabaka (712-698 a.C.) deu prosseguimento ao exercício da hegemonia cuxita, sob as terras entre o vale e delta do Nilo; para tanto, fixou residência em Mênfis e, posteriormente, subjuguou a linhagem saíta e outros

²⁸¹ “A atribuição da função ritual de ‘divina esposa de Âmon’ a princesas ou rainhas mostra o papel indispensável da feminidade e da mulher no culto do deus cósmico. Contudo, não existe prova positiva de um regime matriarcal no conceito egípcio de realeza e, em particular, não está absolutamente demonstrada a teoria de que na época amósida o direito dinástico era normalmente transmitido através da mulher” (YOYOTTE In MOKHTAR, 2010, p.82-83).

²⁸² “Nas suas duas faces e nos lados encontram-se 159 linhas de hieróglifos descrevendo as deliberações do rei em seu palácio e as etapas de sua campanha contra os príncipes líbios, senhores do Médio Egito e do Delta. Nesse relato sucedem-se episódios piedosos e discursos: Peye sabe ser complacente; grande amante de cavalos, encoleriza-se em Hermópolis por encontrar os animais mortos nos estábulos, mas perdoa. Por outro lado, recusa-se a ir ao encontro dos ‘impuros’, os dinastas do Delta, que comiam peixe. E repentinamente, em meio a demonstrações de alegria, tem lugar uma retirada para o sul, de volta ao Sudão” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p.274).

aspirantes ao trono egípcio, “lutou contra os reis saítas do norte do Egito e, finalmente, conseguiu se colocar como rei na antiga capital de Mênfis” (EDWARDS, 2004, p.120).

Em *Histórias*, encontramos a menções a respeito de um rei estrangeiro que teria governado os egípcios, após aprisionar um homem chamado Anísis, “a época de seu reinado, Sábaco, o rei dos etíopes, capturou-o no Egito, com uma tropa numerosa de etíopes” (*His.* 2.137). Considerando que à época de Heródoto, etíopes, era o termo grego utilizado para designar o povo cuxita, estaria o historiador se referindo ao reinado de Shabaka?

Afora haver consolidado seu poder na esfera doméstica, Shabaka passou a estabelecer tratativas diplomáticas e acompanhar as reconfigurações políticas que se desenrolavam no Oriente Próximo, em vista da ascensão do Império Assírio. De acordo com Lopes, “o Estado unificado do Egito e de Cuxe, sob seu comando, tornou-se uma grande potência, tendo como único rival da Assíria, cuja expansão teve início no século IX a.C.” (LOPES, 2012, p. 295). Embora Edwards defenda que as relações entre cuxitas e assírios tenham sido marcadas por arranjos comerciais e relações diplomáticas, afirmando que “Shabaço esteve em contato com Sargão II e selos com seu nome foram encontrados na Assíria” (EDWARDS, 2004, p.120), por outro lado, Silva²⁸³ identifica o surgimento de hostilidades entre Shabaka e Senaqueribe.

De maneira geral, especialistas divergem²⁸⁴ a respeito do tipo de parentesco entre Shabaka e Shabataka (698-690 a.C.), dispensando poucas palavras para caracterizar seu breve reinado, parece não haver divergências acerca da linha sucessória. Heródoto, faz alusão a partida do rei dos etíopes, do Egito – acontecimento foi marcado pela influência do maravilhoso²⁸⁵ – afirmando que “Sábaco, voluntariamente, abandonou o Egito” (*His.* 2, 139).

²⁸³ “[...] a Assíria se impusera como a principal potência do Oriente Médio. Desde o século IX a.C., ela dominava a Síria e a Palestina, dantes na esfera de influência egípcia. Hebreus e filisteus não deixavam, entretanto, adormecer a rebeldia e obrigavam os assírios a repetidas vezes lhes dar combate. Xabaca procurou estimular essa insubmissão, num esforço para recompor a influência do Egito na área. Suas intrigas acabaram por cansar Senaqueribe, que reuniu seus exércitos, decidido a pôr cobro, de uma vez por todas, às insurgências palestinas e sírias e às intromissões egípcias. Não chegou, porém, até o Delta, pois, como narra a Bíblia, uma epidemia, sob forma de anjo, lhe dizimou as tropas e o fez voltar a Nínive” (SILVA, 2011, p.130).

²⁸⁴ De acordo com Török (1997), Shabaka e Shabataka eram primos; para Lecant (2010) e Silva (2011), seriam tio e sobrinho. Contrariamente, Edwards (2004) sustenta a existência de laços fraternos entre ambos.

²⁸⁵ “[...] uma visão que teve em seu sonho o fez partir em fuga. Ele acreditou que um homem em pé próximo a ele o aconselhava a reunir os sacerdotes existentes no Egito e a cortar todos no meio. Após ter tido essa visão, ele disse que isso lhe parecia mostrar uma manifestação dos deuses, a fim de que ele cometesse um ato impiedoso para com os sacerdotes e que recebesse algum mal dos deuses ou dos homens; portanto, que não faria isso, mas porque foi anunciado pelo oráculo que o período para que ele governasse o Egito estava se aproximando do fim e que ele partisse” (*His.* 2.139).

Conquanto Edwards, em uníssono ao entendimento que atribui pouca expressividade do governo do sucessor de Shabaka, afirme que “seu reinado deixou poucos monumentos no Egito, exceto alguns pequenos santuários e melhorias de santuários em Tebas” (EDWARDS, 2004, p.121), por outro lado, Leclant sustenta que Shabataka se empenhou para garantir a continuidade a “política de construção de monumentos” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 275) iniciada por Shabaka. Török²⁸⁶ salienta que Shabataka foi um rei piedoso que buscou se associar a tradicionais divindades egípcias, como Ptá e Amon.

Na esfera diplomática, o rei cuxita finalmente atendeu aos clamores de seus protetorados no Oriente Próximo e fez guerra contra o Império Assírio – ocasião na qual Taharqa, liderou os exércitos cuxitas contra o rei sargônida, conforme assinala Lopes “enviou à Ásia um exército comandado por seu irmão Taharca, para dar combate a Senaqueribe” (LOPES, 2012, p. 296).

É possível que a ascensão política de Taharqa – cujo tipo de parentesco com seu antecessor, também é discutido entre os especialistas – tenha iniciado, sob o benfazejo augúrio da derrota que impôs a Senaqueribe, “em 674 a.C., estourou a guerra com os assírios, resultando na vitória cuxita” (EDWARDS, 2004, p.121). Por outro lado, Török aduz que em 701 a.C. apesar do exército egípcio-cuxita sob o comando de Taharqa ter sido derrotado por Senaqueribe, “a batalha em Eltekeh pode ser interpretada como uma vitória do duplo reino. Os anos restantes do reinado de Shebitqo parecem ter passado sem mais conflitos” (TÖRÖK, 1997, p.171).

De fato, Taharqa (698-690 a.C.) foi reconhecido como sucessor de Shabataka, após haver se submetido ao tradicional processo político de escolha do novo rei – disputando o cargo com seus irmãos e demais aspirantes da nobreza cuxita. Ao analisar a sequência desses primeiros reis, Silva²⁸⁷ defende que o processo sucessório cuxita, não se orientava segundo a regra egípcia, mas, sim, observando a tradições núbias.

²⁸⁶ “[...] seu nome por parte de Hórus *‘Dd-h’w*, ‘Cujas-aparências-perduram’, revive o nome Hórus de um rei mênfita da V dinastia. Ele também adotou o epíteto de ‘Filho de Rá, *‘mry-Pth*’, ou ‘Amado-de-Ptah’, se referindo ao grande deus criador de Mênfis. Ele usava esse epíteto alternadamente com ‘Amado-de-Amon’, o que acentuava sua filiação divina e reforçava seu nome de Hórus, o que indicava que ele foi (também) coroado em Tebas” (TÖRÖK, 1997, p.169).

²⁸⁷ “[...] o poder passava, após a morte do rei, para seu segundo irmão, e depois, para cada um dos irmãos sobreviventes. Findos estes, ia recair no filho mais velho do que primeiro fora rei, retomando-se depois a linha de irmão para irmão. A regra, destinada talvez a assegurar o mando para pessoas experientes e maduras, não se aplicava sem exceções. Um ou mais nomes podiam ser saltados na sequência sucessória. Ao que parece, os chefes militares, os altos funcionários da corte, os cabeças de clãs ou linhagens e os sacerdotes de Amon escolhiam, entre os vários irmãos, o novo rei. Formavam-se partidos e havia acirrada disputa entre eles, disputa que podia desembocar em confronto armado. No plano formal, contudo, a eleição pertencia a Amon. O pretendente ia até o templo de Jebel Barcal e ali o deus o fazia rei. Ainda que este ato fosse puramente

Após o devido reconhecimento em sua aspiração régia, Taharqa se ocupou com a construção e restauro de templos e santuários, demonstrando particular identificação com divindades como Amon e Osíris – em Cuxe e no Egito. De acordo com Leclant²⁸⁸, Taharqa teria patrocinado diversas construções religiosas, situadas ao longo da Sexta Catarata até o Mediterrâneo.

Vários desses templos, abrigavam ostensivas estelas com detalhados testemunhos acerca do reinado de Taharqa, enfatizando seu comprometimento em promover consolidação da “unidade do Egito, sempre em risco de ser fraturada pelas ambições das dinastias locais, e a de manter íntegra a monarquia dual, de que era titular. Rei de Cuxe e faraó do Egito, sobre sua frente empinavam-se como duas serpentes (o duplo uraeus) que eram símbolo” (SILVA, 2012, p.131).

O reinado de Taharqa, se notabilizou por ser uma dupla monarquia²⁸⁹, dado que o rei cuxita ocupava, simultaneamente, os cargos máximos da hierarquia social e política de Cuxe e Egito. Havendo sido iniciada por Kashta, e observada por seus sucessores, essa prática foi amplamente explorada por Taharqa – que se fez registrar portando a coroa ornada com serpentes, que caracterizava sua condição de “Senhor das Duas Terras”.

Taharqa deu continuidade à guerra iniciada por Shabataka contra o Império Assírio e, entre vitórias e reveses, conseguiu frustrar uma tentativa, uma invasão ao Egito em 674 a.C., entretanto, cerca de três anos depois, o país seria novamente ameaçado pelas forças de Assurbanipal, que “durante o verão de 671 a.C., o exército assírio tomou Mênfis. Taharqo retirou-se para o sul, provavelmente para Tebas, mas muitos membros de sua família foram capturados e levados para a Assíria, incluindo seu herdeiro” (EDWARDS, 2004, p.121).

confirmatório, ele indica a necessidade da anuência do alto clero para a elevação de um novo soberano” (SILVA, 2011, p.131).

²⁸⁸ “Seu nome é lido igualmente em muitos outros locais da Núbia, como Kawa, por exemplo. Na região tebana ele erigiu colunatas nos quatro pontos cardeais do templo de Carnac e construiu grande número de pequenas capelas, onde se associavam os cultos de Âmon e de Osíris. Há evidências de sua presença também em Mênfis e no Delta. [...] Muitos textos, em particular, várias das grandes estelas descobertas por Griffith em Kawa, dão-nos uma ideia mais precisa de sua política: construções religiosas, ricas oferendas em baixelas, objetos de culto, materiais preciosos e doações de pessoal” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 275-76).

²⁸⁹ “O reino cuxita aparece como uma monarquia dupla, cujo símbolo é o duplo uraeus, as duas serpentes que se erguem sobre a frente do faraó e o protegem. Em seu comportamento geral, suas roupas e atitudes, os soberanos da XXV dinastia copiam os faraós do Egito que os precederam e de quem afirmam ser sucessores, se não descendentes” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 277).

Nessa ocasião, era Tanutamun (664-657 a.C.), sobrinho de Taharqa, que efetivamente ocupava o trono cuxita-egípcio e liderava suas forças militares; após Assurbanipal ter partido de Mênfis, a deixando parcamente guarnecida e sob o controle dos príncipes saítas, o rei cuxita reocupa a cidade e leva a termo, a regência de Necho I (672-664 a.C.).

Ao saber do êxito de Tanutamun, na capital egípcia, Assurbanipal rapidamente se mobiliza para regressar ao Egito; mal seu exército se aproximou das fronteiras orientais do país, rei de Cuxe e do Egito, partiu para Tebas com as forças assírias em seu encalço.

Chegando em Tebas e, não havendo encontrando Tanutamun, Assurbanipal saqueou brutalmente e queimou a cidade egípcia consagrada ao culto de Amon, ao que “dela envia para Nínive um enorme butim: ouro, prata, pedras preciosas, tecidos, cavalos, as portas do templo, e numerosos escravos” (SILVA, 2011, p.132). O ataque assírio a cidade sagrada ao culto amoniano, ocasionou graves consequências a base ideológica dos reis da XXV – que justificavam seu direito de governar, segundo a vontade de Amon. Com Tanutamun, se inicia o prelúdio do fim da dupla monarquia que governava Cuxe e o Egito.

É possível deduzir que Assurbanipal tenha sabido explorar o ressentimento da nobreza saíta – que jamais aceitara a dominação de Cuxe – dado que apoiou as pretensões de Psamético I (664-610 a.C.) ao trono do Egito, embora sob a condição de restringir sua área de influência ao Delta ocidental, Athribis e Heliópolis. De acordo com Török²⁹⁰, o novo faraó não poupou esforços para se consolidar no poder, e na primeira oportunidade, desfez a aliança estabelecida com os assírios.

Nas primeiras linhas de *Histórias*, Heródoto faz referências ao reinado de um Psamético no Egito, ao relatar sua experiência para descobrir quem teriam sido os primeiros homens a nascer (*His.* 2.2), sua tentativa para localizar a nascente do Nilo (*His.* 2.28), e a rebelião de soldados que, posteriormente, “foram para a Etiópia” (*His.* 2.30). Nos capítulos finais do tomo, o historiador volta a mencionar Psamético e sua participação em um ritual religioso, quando um oráculo é revelado, indicando que ele seria “o único rei do Egito” (*His.* 2.151), para em

²⁹⁰ “[...] durante o curso dos próximos nove anos ele impôs a submissão definitiva do resto das dinastias do norte, expulsou as tropas assírias estacionadas no Egito com a ajuda de Gíges de Lídia e, finalmente, em 656 a.C. conseguiu a adoção de sua filha Nitocris como Esposa do Deus de Amon, eleita pela Divina Adoradora cuxita em exercício, Shepenupet II, Esposa de Deus de Amon, outrora Amenirdes II” (TÖRÖK, 1997, p. 187).

seguida mencionar, que Psamético “havia fugido do etíope, Sábaco²⁹¹, que havia matado seu pai, Neco” (*His.* 2.152). Heródoto estaria se referindo aos reis saítas da XXVI dinastia?

Supondo que o historiador estivesse se referindo a Psamético I, filho de Necho da XXVI dinastia, é necessário frisar que príncipe saíta foi contemporâneo de Tanutamun - terceiro rei cuxita a suceder Shabaka. Psamético se tornou rei ao suceder seu pai Neco, que morrera por volta de 664 a.C., “ou seja, mais de quarenta anos após a morte de Shabaka” (TÖRÖK, 2014, p.79).

A derrota infligida pelos assírios, levou a termo as pretensões da XXV dinastia acerca da dupla monarquia que, durante cinquenta anos, governou Cuxe o Egito, ocupando o vazio hegemônico criado por sequências de linhagem reais pouco aptas para administrar o vasto império egípcio e, dar continuidade as suas políticas diplomáticas e militares na região do mediterrâneo.

Sendo assim, os reis cuxitas que sucederam Tanutamun²⁹², aparentemente abandonaram suas ambições ao trono egípcio e se voltaram para o governo de seus próprios domínios em Cuxe, mantendo Napata como capital do reino – possivelmente em razão da força exercida pela montanha sagrada e do culto a Amon que permanecia a ela, associado²⁹³.

A esses eventos, se seguiu um período de considerável estabilidade das relações políticas entre Cuxe e o Egito, com uma aparente aceitação, por ambos os países, dos novos arranjos estabelecidos na região do Médio Nilo. Em Cuxe, as estelas testemunham sobre os reis em suas atividades cotidianas de administração e a permanência da tradicional religiosidade; no Egito, Psamético I buscava promover a recuperação econômica, social e cultural do país.

Nos anos iniciais do século VI a.C., Aspelta (*ca.* 593/568 a.C.) filho de Sencamanisquém, subiu ao trono de Cuxe, sucedendo a seu irmão Anlamani, após ser sagrado rei em uma cerimônia realizada em Jebel Barcal, seguindo os tradicionais procedimentos para

²⁹¹ De acordo com Török, “Como Σαβακῶν é uma boa representação do Š³-b³-k³ egípcio, Sabacos / Sabacon é considerado idêntico ao rei Shabaqo” (TÖRÖK, 2014, p.75).

²⁹² Por hora, dispomos de poucas informações acerca dos governantes posteriores a Tanutamun, “os nomes desses reis foram recuperados de objetos ou inscrições encontradas em seus túmulos. Eles são Atlanersa (7), Senkamanisken (8), Anlamani (9), Aspelta (10), Amtalqa (11) e Malenaqan (12)” (DUNHAM, 1946, p.382).

²⁹³ Psamético I rompeu a tradição de princesas cuxitas no cargo de Divina Adoradora de Amon, quando em 656 a.C., conseguiu forçar Amenirdis II (a filha de Taharqa que, então, desempenhava o referido sacerdócio) a adotar sua filha Nitocris, “enquanto o governo do Egito perdeu-se para os reis de Cuxe, esse arranjo tornou possível a manutenção de laços estreitos entre a corte de cuxita e o sacerdócio do clero de Amon” (TÖRÖK, 1997, p.188).

a escolha do novo monarca cuxita. Conforme o “Texto da Entronização ou Coroação”, estela profícuca em informações acerca dos princípios militares e religiosos que fundamentavam a realeza cuxita, Aspelta argumentou que seu direito ao trono se achava fundamentado em sua linhagem materna²⁹⁴.

Se por lado, Necho II, não demonstrou interesse por Cuxe e se dedicou a fazer guerra contra Nabucodonosor, seu herdeiro Psammetichus II (595-589 a.C.), rompeu a estabilidade entre o Egito e Cuxe. Em 591 a.C., o faraó realizou uma ostensiva campanha militar contra o rei cuxita, a frente de “mercenários gregos e cários, que deixaram inscrições em Abu Simbel, levou a guerra até Napata. Talvez tenha depredado o próprio templo de Jebel Barcal, como indicariam as estátuas partidas” (SILVA, 2012, p.136).

Fosse devido à incursão vitoriosa do faraó inimigo ou em razão das condições climáticas e econômicas, ainda sob o reinado de Aspelta, ocorreu a transferência da capital cuxita para uma cidade encravada nas profundezas da Alta Núbia, chamada Méroe. De acordo com Edwards, “durante os últimos séculos do primeiro milênio a.C., o estado cuxita emerge com um novo centro de gravidade, focado em Méroe na fértil Shendi Reach, entre a Sexta e a Quinta Cataratas” (EDWARDS, 2004, p.121).

Por se localizar entre o curso de três rios – Nilo, Atbara e Nilo Azul – a capital cuxita, foi identificada, posteriormente, pelos gregos como a “ilha” de Méroe. Além da água potável em abundância, suas estepes e savanas possuíam a incomum companhia de florestas de acácias. A essas condições amenas, seu relevo possibilitava a formação de uma eficiente bacia hidrográfica útil para a agricultura, conforme afirma Silva²⁹⁵.

Méroe teria sido fundada em meados do século VIII a.C., possivelmente sobre o reinado de Piiê, embora indícios arqueológicos indiquem uma data ainda mais recuada para sua fundação, “elementos arquitetônicos do que poderia ter sido um antigo templo de Amon, que

²⁹⁴ “Em sua famosa estela, Aspelta (-593 a -568) dá mais detalhes sobre a cerimônia de coroação. Ele confirma que sucedeu a seu irmão Anlamani sendo escolhido entre seus ‘Irmãos Reais’ por um grupo de 24 altos funcionários civis e chefes militares. Para justificar suas pretensões ao trono, Aspelta invoca não só a vontade do deus Amon-Rá como também a sua própria origem (afirmando, assim, o direito hereditário de sucessão através da linhagem feminina)” (HAKEM; HRBEK; VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.299).

²⁹⁵ “Se o vale inundável do Nilo não é ali mais largo do que nos arredores de Napata, as amplas estepes e savanas do sul de Méroe estão cortadas por grandes uedes, como o Auateib e o Hawad, que enchem na rápida estação das chuvas e, depois que secam, mantêm por muito tempo umidade suficiente para permitir o cultivo remunerador do sorgo e manter boas as pastagens. Naquela época, ainda se avistavam florestas ao sul. E elefantes, leões, leopardos e avestruzes não andavam tão distantes como agora” (SILVA, 2012, p.137).

remonta ao século VII, foram encontrados durante as escavações de Garstang em áreas posteriormente ocupadas pela real cidade meroítica” (EDWARDS, 2004, p. 126).

Tal como Napata, Méroe, despontou como um pequeno povoado cuja localização – privilegiada em termos de recursos naturais – se revelou igualmente vantajosa do ponto de vista comercial. Nesse sentido, Leclant²⁹⁶ sustenta que motivos climáticos e econômicos, possam ter influenciado na escolha e transferência da capital cuxita para essa cidade bem mais ao sul da Alta Núbia.

Mesmo que Heródoto tenha feito o primeiro registro clássico sobre Méroe, é possível identificar sua anterioridade, em uma passagem de um texto cuxita redigido em egípcio hieroglífico, datado de finais do século V a.C. Conforme Török, quando o historiador escreve sobre a cidade, era “residência real há vários séculos. Sua história remonta aos tempos anteriores à Vigésima Quinta Dinastia. Existem datas de carbono calibradas entre 900-750 a.C. de edifícios de tijolos descobertos recentemente sob o palácio M-750, do período meroítico” (TÖRÖK, 2014, p.85-6).

Com efeito, a transferência da capital cuxita para Méroe, acarretou significativas consequências para a administração de Cuxe, se configurando em um momento de inflexão na história do reino – entre permanências e mudanças, novos agentes e arranjos políticos foram estabelecidos.

Se por um lado, Méroe se tornou a metrópole administrativa, por outro, Napata jamais perdeu seu *status* de matriz religiosa; porventura, teriam as classes dominantes e os membros do clero napatano, reagido tranquilamente a essas mudanças? Deslocando sua capital para o extremo sul do Nilo, em direção a Sexta Catarata, os reis cuxitas não comprometeriam os contatos do reino, com os demais povos da África e do Mediterrâneo?

²⁹⁶ “As estepes ofereciam a Méroe uma extensão muito maior que as bacias em torno de Napata, confinadas pelos desertos. Além da criação de animais desenvolveu-se a agricultura, pois essa área de chuvas de verão era muito propícia ao cultivo; enormes bacias de irrigação (*hafirs*) foram cavadas nas adjacências dos principais sítios. O comércio deve ter sido ativo: Méroe constituía um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o Alto Nilo e o Chade (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p.282-83).

3.5 “Grande cidade, cujo nome é Méroe”

Atualmente, a paisagem semidesértica entre os rios Nilo e Atbara que abriga os vestígios de monumentais pirâmides, templos e palácios, talvez não dimensione ao olhar pouco treinado o poder do qual a “ilha de Méroe”, segundo a adjetivação dos geógrafos clássicos²⁹⁷, desfrutou entre os séculos VIII a.C. e IV d.C.

Testemunhos arqueológicos, como sepulturas e fragmentos de cerâmica, indicam a presença de povos núbios que habitaram a região antes do I milênio a.C. Quando a administração cuxita estendeu seus domínios até a Sexta Catarata, quase seis séculos depois, vislumbrou nessa região semiárida, com vegetação de savana e próxima das principais bacias fluviais, a possibilidade de assentamento, conforme apontam Pawel Wolf e Ulrike Nowotnick²⁹⁸. Por conseguinte, o relevo, hidrografia e clima de Méroe favoreciam a agricultura e pecuária – essa, frequentemente associada a base da riqueza pela qual a cidade se tornou conhecida, de acordo com Krzysztof Grzymisky²⁹⁹.

Considerando a necessidade de garantir a manutenção do comércio e comunicações, com o restante do Vale do Nilo, a escolha da posição geográfica para fundar Méroe se revelou afortunada, tendo em vista que a cidade exerceu grande poder de atração sobre as rotas

²⁹⁷ “De acordo com esses relatos, esta entidade geográfica foi percebida como uma ilha em formato oblongo de aproximadamente 550 km por 180-280 km localizada entre as zonas úmidas maias no sopé das terras altas da Etiópia (cerca de 120 km a noroeste do Lago Tana) e a junção Nilo-Atbara. Foi delimitada a leste pelo Atbara, a oeste pela bacia do rio Dinder/Rahad, o Nilo Azul e o Nilo” (WOLF; NOWOTNICK In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.512).

²⁹⁸ “Portanto, não é de surpreender que as primeiras estruturas conhecidas, de tijolos de barro e madeira de um assentamento sedentário, no local de Méroe remontem pelo menos ao século IX a.C. [...] As estratégias de subsistência e as características culturais de seus habitantes permanecem desconhecidas, mas provavelmente podem estar associadas ao agropastorismo e ao início da fundição de ferro [...]. Apoiado por uma produção de ferro substancial, Méroe desenvolveu-se paralelamente ao início do reino cuxita e à XXV dinastia no Norte” (Op.cit. p.516).

²⁹⁹ “As chuvas sazonais forneciam a pastagem para os rebanhos de gado e permitam o cultivo de sorgo e outras culturas nos uádis. Na antiguidade, parte da água da chuva era armazenada em grandes bacias, conhecidas como *hafirs*, uma das quais fica perto de Méroe. O pastoreio de gado era aparentemente de grande importância para a economia da antiga Méroe, como fica claro pela predominância de ossos de gado encontrados durante as escavações modernas” (GRZYMSKI In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.546).

caravaneiras ao encurtar suas jornadas, evitando o percurso da extensa curva do Nilo, acordo com Silva³⁰⁰.

À primeira vista, a solidez austera das formas arquitetônicas remanescentes, pouco revelam a respeito da vibrante sociedade humana que, por mais de mil anos, dominou a cena política, religiosa, social, artística e tecnológica nos entornos da região meridional do Vale do Nilo. Conforme sustenta Edwards, “durante os últimos séculos do primeiro milênio a.C., o estado cuxita emerge com um novo centro de gravidade, focado em Méroe, na fértil margem Shendi entre a Sexta e a Quinta Cataratas” (EDWARDS, 2004, p. 141).

Nos anos finais do século VI a.C., quando Aspelta promoveu a transferência da capital cuxita para Méroe, a cidade desfrutava da condição de polo mercantil e, quiçá, tecnológico, conforme sustenta Leclant³⁰¹. Se, inicialmente a vantajosa posição geográfica sob a qual Méroe foi fundada, contribuiu para seu protagonismo comercial, a riqueza de seu solo e profusão de arbustos e acácias certamente se mostraram uteis ao desenvolvimento metalurgia do ferro, conforme aponta Nei Lopes³⁰².

É possível que o rápido desenvolvimento material de Méroe, tenha se dado mediante a síntese entre as condições naturais e a agência humana que, ao distinguir as particularidades do clima, vegetação e relevo da região, permitiu o desenvolvimento da “produção de ferro e a localização de Méroe na interface do Nilo com a savana promoveram a difusão do conhecimento tecnológico e das tradições culturais entre a África Interior, o Sahel, as terras altas no Chifre do Norte e o mundo clássico, ao norte” (WOLF; NOWOTNICK In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.514).

³⁰⁰ “À medida que se aperfeiçoaram as caravanas, essas vias se tornaram mais frequentadas, pois o transporte de mercadorias no lombo de burros e de bois passou a combinar-se com o de barcos pelo Nilo, a fim de cortar caminho na direção do Egito. A melhor organização das caravanas fez também com que o comércio com o Delta se desviasse parcialmente para o mar Vermelho, com os barcos egípcios a carregar em Suakin os bens chegados por terra de Méroe. A partir de Méroe, seguindo-se o Atbara, ia-se ter à Etiópia. E por outras rotas, ao Cordofã, ao Darfur e — quem sabe? — ao Chade. Com o tempo, desenvolver-se-á uma via ainda mais curta até o Egito: a que, saindo de Abu Hamed, chegava a Korosko, na Núbia Inferior” (SILVA, 2011, p.138).

³⁰¹ “O comércio deve ter sido ativo: Méroe constituía um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o Alto Nilo e o Chade. Acima de tudo, a abundância relativa de árvores e de arbustos fornecia o combustível necessário ao processamento do ferro, cujo minério é encontrado no arenito núbio. O acúmulo de escória indica a amplitude das atividades de metalurgia; na opinião de autores mais recentes, porém, é exagerado considerar Méroe como a Birmingham da África” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 283).

³⁰² “Os cuxitas, então, ao adotarem essa tecnologia, verificaram também que o solo de Méroe, em termos minerais, era muito mais rico que o de Napata. Méroe devia ter também, na avaliação de Davidson, mais árvores e, conseqüentemente, mais carvão. Assim, nos séculos que se seguiram, a nova capital tornou-se um destacado centro utilizador e difusor da metalurgia do ferro, sendo provavelmente o núcleo de onde essa tecnologia se expandiu para o sul e para o coração do continente africano” (LOPES, 2012, p. 76).

Esses fatores geográficos e ecológicos provavelmente favoreceram o desenvolvimento de Méroe, que se tornou um dos centros mais importantes da Idade do Ferro do nordeste da África no último milênio a.C. Desse modo, Silva³⁰³ destaca que apesar de certas limitações, os dados arqueológicos fornecem muitas informações a respeito dos progressos da indústria metalúrgica meroíta.

Nessa análise preliminar acerca das condições naturais, que favoreciam a prosperidade material e a segurança de Méroe, é possível deduzir que Aspelta procedeu com pragmático discernimento ao deslocar a capital cuxita para a região do extremo meridional do Nilo, na cidade localizada nas proximidades da Quinta e Sexta Catarata.

Assim sendo, ao garantir a posse de uma rica e estratégica cidade, Aspelta simultaneamente, tomava distância física da influência política do clero napatano de Amon. Nesse sentido, László Török destaca que, embora o rei cuxita tenha observado os preceitos e instituições políticas legados por seus ancestrais, é possível identificar nos registros líticos das estelas, um “estágio mais avançado da articulação dos conceitos e práticas cuxitas, subjacentes ao discurso egípcio sobre o mito do Estado” (TÖRÖK, 1997, p. 369).

Quando as opções políticas e militares se mostraram desfavoráveis, Aspelta transferiu a capital do reino de Napata para Méroe, assegurando distância dos exércitos de Psametik II (595-589 a.C.), o domínio sobre uma das cidades mais ricas de Cuxe enquanto levava a termo as interposições do clero napatano, conforme salienta Robert Bianchi³⁰⁴.

³⁰³ “Em Méroe trabalhou-se o ferro, a princípio em diminuta escala, desde os séculos VII ou VI a.C. Com maior frequência após o século IV a.C. Nos meados do século I a.C., a indústria já estaria plenamente instalada, tanto ali quanto em outros lugares como Querma, Kawa e Argos, onde existem montes de escória de fundição. Para reduzir o ferro, usavam-se pequenos fornos cilíndricos, de pouco mais de um metro de altura, sendo o fogo avivado por foles. Se as poucas escavações até agora feitas não permitem datar com precisão quando começou

em Méroe a metalurgia do ferro, tampouco autorizam a precisar suas dimensões. Enormes quantidades de escória podem ser o resulta do de uma intensa atividade durante relativamente curto espaço de tempo, ou de reduzida produção ao longo de muitos séculos de trabalho” (SILVA, 2011, p.139).

³⁰⁴ “A Estela Eletiva de Aspelta pode ser considerada um prenúncio da afirmação desse direito, mas há outras evidências que sugerem que os reis napatanos nem sempre aprovaram as decisões de seu sacerdócio. A Estela do Banimento, atribuída a Aspelta, mas talvez anterior a ele, registra o exílio de certos sacerdotes de Napata por seu comportamento descrito, mas não definido de forma mais restrita, como ilegal” (BIANCHI, 2004, p. 213).

3.5.1 Economia

Tendo em mente a dependência humana do meio geográfico e, nesse sentido, dos recursos naturais disponíveis, é necessário salientar que o seu domínio, conhecimento e uso constante, eliminam alguns aspectos dessa correlação entre humanos e a natureza. Nesse sentido, observa Kula “quanto mais aprende a usar as possibilidades oferecidas pela natureza, quanto mais a domina, mais o homem deve depender dela. Essa conclusão aparentemente paradoxal é resultado do caráter imprescindível das necessidades sociais” (KULA, 1977, p. 528).

Portanto, acreditamos que se faz necessário considerar que a vontade humana, não pode se impor arbitrariamente sobre o meio físico-natural que, simultaneamente, lhe impõe restrições e possibilidades, “enfim - implica necessariamente atribuir aos componentes naturais ‘objetivos’ a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas” (DRUMMOND, 1991, p.180).

Diante desses pressupostos, entendemos que o desenvolvimento de Méroe³⁰⁵, esteve diretamente relacionado ao comércio internacional, fundamentado especialmente ao ferro, agricultura e pecuária – atividades produtivas realizadas a partir da exploração dos recursos naturais de sua região.

É impossível dizer se, os envolvidos na escolha do local da fundação de Méroe, estavam cientes da influência pluviométrica do “cinturão de chuva das monções do Sudão Central, em um ambiente semelhante a savana, cerca de 200 km ao norte de Cartum” (GRZYMSKI In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.546). De qualquer forma, apesar da inconstância dos recursos hídricos das chuvas, Méroe contava acessibilidade de água potável, por sua proximidade às margens do Nilo.

A paisagem do bioma de savana, possuía uma vegetação rasteira de gramíneas, arbustos e poucas árvores; nas proximidades do deserto apresentava intervalos de estepe – cujo solo rico em húmus, viabilizava a agricultura e pecuária, “as estepes ofereciam a Méroe uma extensão

³⁰⁵ “Várias ruínas em Meroë também proporcionaram uma forte noção da prosperidade do reino, incluindo a recuperação de um palácio real e de um complexo de banhos. Também houve uma proliferação de pirâmides usadas para enterros reais. (Embora criadas usando o mesmo princípio das pirâmides egípcias, as pirâmides Meroíticas foram construídas em uma escala muito menor.) As casas dos ricos parecem ter sido construídas com tijolos vermelhos queimados, enquanto outras casas foram construídas com materiais mais modestos” (PAGE; DAVIS, 2005, p.165).

muito maior que as bacias em torno de Napata, confinadas pelos desertos. Além da criação de animais desenvolveu-se a agricultura, pois essa área de chuvas de verão era muito propícia ao cultivo” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 282-83).

O sucesso das atividades agrícolas realizadas a partir da exploração dos recursos naturais, para a prosperidade econômica de Méroe, se encontra relacionado ao desenvolvimento das técnicas – aprimoradas em razão das altas temperaturas e baixo índice pluviométrico da Baixa Núbia. Nesse sentido, Drummond salienta que “não existem recursos naturais *per se*. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros” (DRUMMOND, 1991, p.182).

A subordinação humana à natureza, enquanto fenômeno constante e inevitável, deve ser estendida ao processo produtivo – entendido enquanto transformação das matérias naturais segundo nossas necessidades – e, portanto, a organização econômica de todas as sociedades. Afirma Kula, “quanto mais aprende a usar as possibilidades oferecidas pela natureza, quanto mais a domina, mais o homem tem que depender dela. Esta conclusão aparentemente paradoxal é o resultado do caráter necessário das necessidades sociais” (KULA, 1977, p. 528). Em sentido mais amplo, A. M. Ali Hakem, I. Hrbek e J. Vercoutter³⁰⁶ salientam a relação direta entre as atividades econômicas e a geografia de Cuxe.

As mais sutis variações de clima, relevo e hidrografia podem ser a diferença entre o sucesso ou colapso de uma cultura agrícola – em Napata e Kawa, a produção agrícola era voltada ao trigo *emmer*, cevada, lentilha e a ervilha; em regiões meridionais como Méroe, o milho e do sorgo se revelaram mais propícios as condições da região. Dorian Fuller e Leilani Lucas, afirmam que importância do “sorgo aparece na arte meroítica e foi recuperado em reconstituições arqueobotânicas de Méroe, nas proximidades de Hamadab, e durante a expedição de Wellcome em Abu Geili no Nilo Azul, ao longo do Nilo Branco em Jebel Tomat, bem como na Quarta Catarata” (FULLER; LUCAS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.941).

³⁰⁶ “A situação geográfica da Baixa Núbia influenciou diretamente a vida política e socioeconômica; trabalhos arqueológicos recentes revelaram que no passado os níveis do Nilo eram baixos e, dado que a Núbia se situava fora da zona de chuva, suas condições ecológicas não eram adequadas ao desenvolvimento de uma agricultura que pudesse sustentar uma população considerável. Há a hipótese de que, durante o período inicial de Napata, a Baixa Núbia esteve totalmente despovoada por muito tempo; foi apenas a partir do século III ou II antes da Era Cristã que a região se repovoou, graças à introdução da *saqia*” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.310).

Em grande associação aos recursos disponíveis no meio físico-natural, se achava a pecuária – atividade a qual se atribuía a razão da prosperidade meroíta, conforme afirma Silva, defendendo que Aspelta trasladou a capital cuxita para Méroe de modo assegurar a posse de seus “rebanhos reais —que deviam ser um dos fundamentos de seu poder e riqueza — as amplas pastagens da Butana” (SILVA, 2011, p.140).

As mesmas condições naturais que se mostravam favoráveis as atividades agrícolas, acessibilidade de água e vegetação rasteira, viabilizava o pastoreio dos bovinos, “o Butana (isto é, a ilha de Méroe, situada entre o Atbara, o Nilo e o Nilo Branco) era o coração do reino meroíta, e o pastoreio nômade ou seminômade constituía a principal atividade econômica da região” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.311).

A posse de bovinos era identificada como sinal de fortuna e, frequentemente esses animais compunham os butins de guerra. Embora destaque a inconsistência dos números, Leclant aponta que “numa de suas campanhas, Nastasen capturou 202.120 cabeças de gado e 505.200 pequenos animais. Seria interessante poder identificar todas as inscrições acima mencionadas; os despojos são muitas vezes enormes” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 284).

Ao se referir a “Etiópia Utópica” (TÖRÖK, 1997) e os *etíopes-macróbios*, Heródoto menciona a prática da *Mesa do Sol*, que disponibilizava gratuitamente a população lautas quantidades de “carnes cozidas de todos os quadrúpedes; durante a noite, todos os cidadãos que exercem cargos públicos têm a obrigação de colocar as carnes no lugar, e durante o dia quem quiser pode se aproximar para comê-las” (*His.* 3.18).

Essa passagem reitera afirmações anteriores feitas pelo historiador, sobre a notória riqueza dos cuxitas, baseada na produção de bens de luxo; não encontramos contradições nessas palavras, mas antes, uma velada admiração por uma sociedade que, para o historiador, seria orientada por valores pouco praticáveis para a sensibilidade dos atenienses do século V a.C. Nesse sentido, a reflexão de Török³⁰⁷, acerca dos limites entre o real e o fictício, presentes no relato de Heródoto.

³⁰⁷ “A fronteira entre informação realista e ficção é ambivalente não apenas por causa das limitações e intenções de seus supostos informantes, mas também porque a maioria de suas passagens sobre *Aithiopia*, com exceção dos detalhes geográficos e anais, tinham como objetivo confrontar a arrogância persa com os valores utópicos não corrompidos de uma sociedade fabulosa, vivendo na periferia do mundo” (TÖRÖK, 1997, p. 376).

Considerando que o abastecimento de água potável de Méroe foi potencializado por uádis das adjacências e, que contava com uma abundante vegetação gramínea de savana, estamos diante de uma cidade que possuía os requisitos indispensáveis para uma pecuária bem-sucedida, “o pastoreio de gado era aparentemente de grande importância para a economia da antiga Méroe, como fica claro pela predominância de ossos de gado encontrados durante as escavações modernas” (GRZYMSKI In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.546).

A semelhança do que se verificou na totalidade da Núbia, a pecuária extensiva praticada em Méroe, superou o objetivo imediato da alimentação e passou a ser imbricada de significações relacionadas ao poder econômico – frequentemente manifesto no prestígio social, conforme apontam Jérôme Dubosson³⁰⁸, A. M. Ali Hakem, I. Hrbek e J. Vercoutter³⁰⁹.

As riquezas mais expressivas de Méroe, ambas advindas do solo, eram resultado da síntese entre um ambiente pródigo em recursos naturais e uma comunidade humana ciente de como utilizá-los com eficiência. Aos conhecimentos e técnicas relacionadas a agricultura e pecuária, se acrescia a extração e trabalho do ferro.

É possível mapear o início da produção do ferro em Méroe, ao menos, desde meados do século VIII a.C. – dado que a ocupação humana dessa área antecedeu o ato político fundador da cidade, de modo que “o registro da arqueometalurgia na área de Méroe representa bem mais de mil anos de tecnologia metalúrgica” (HUMPHRIS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.982).

Embora Cuxe possuísse outras cidades, em que se praticava a extração de metais e, posteriormente, cinzelá-los conforme as necessidades de uso, Méroe se destacava como o principal local de produção de ferro. Por certo, a importância dos trabalhos em metal, na dinâmica econômica da cidade suscita debates entre especialistas que, basicamente, argumentam em torno de dois eixos.

³⁰⁸ “O que está claro agora, porém, é que o gado foi uma riqueza não apenas econômica e material, mas também relacional e simbólica, por vários milênios. É por causa desse valor emblemático do gado que seus restos mortais são usados (couro para embrulhar o corpo ou mortalha), consumidos (carne para festas), depositados (peças cortadas enterradas com o falecido) ou expostos (bucrânia sobre ou próximo a sepulturas) (DUBOSSON In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.922).

³⁰⁹ “As oferendas aos templos consistiam principalmente em animais domésticos, e ao que parece, a riqueza dos reis, da aristocracia e dos sacerdotes do templo era avaliada em gado. Os relatos de autores clássicos (Estrabão, Plínio e Diodoro da Sicília) não deixam dúvidas acerca do caráter pastoril da sociedade meroíta, que se assemelha em muitos aspectos às sociedades pastoris africanas posteriores” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.312).

Criticando a teoria segundo a qual a indústria do ferro levou a uma catástrofe ecológica na região, entendida como uma das causas do posterior colapso de Méroe, Török afirma que a importância do ferro, para o desempenho econômico de Méroe, frequentemente é sobrevalorizada por grande parte dos especialistas (TÖRÖK, 1997). Contrariamente, Page e Davis argumentam que “ironicamente, a destruição do reino pode ter sido acelerada pelo uso de suas fundições de ferro. A dependência da madeira para combustível provavelmente resultou em desmatamento, que por sua vez teve um impacto significativo na agricultura” (PAGE; DAVIS, 2005, p.166).

Entretanto, se convencionou atribuir a Méroe, uma grande importância enquanto um dos centros pioneiros da produção de ferro e, possivelmente, desempenhando um papel fundamental na difusão dessa tecnologia para toda a África, de acordo com Ali Hakem, Hrbek e Vercoutter³¹⁰.

As escavações iniciais, realizadas em Méroe, revelaram a presença de grandes montes de escória de ferro e detritos, evidenciando que a cidade abrigava uma indústria de processamento de ferro substancial, enquanto trabalhos subsequentes na região sugerem que pode haver muitos outros locais semelhantes em seus arredores.

Atualmente, se supõe que a baixa capacidade de extração e cinzelamento do ferro, nos territórios vizinhos teria levado ao aumento do nível de produção de ferro em Méroe, para atender a uma demanda externa dentro de uma rede comercial lucrativa. No processo de atender uma crescente demanda externa, a cidade rapidamente conquistou prosperidade e protagonismo, dando mostras de sua influência doméstica e internacional.

3.5.2 Política

A transferência da capital cuxita para Méroe, ocasionou modificações de diversas ordens – dentre as quais, o exercício da autoridade. De acordo com Intisar Elzain, a cidade foi dividida

³¹⁰ “Afirmou -se que o conhecimento de sua fusão e de seu manuseio em vários lugares da África subsaariana proveio de Méroe. Já em 1911, A. H. Sayce declarou que Méroe foi possivelmente a ‘Birmingham da antiga África’; essa opinião, corrente até há pouco tempo entre os especialistas, tornou-se uma teoria aceita na maioria dos trabalhos sobre a história africana ou sudanesa” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.316).

em várias regiões com seus próprios centros administrativos e instituições religiosas, “várias inscrições indicam que a parte sul foi dividida em nomos, assim como o norte. Os nomos maiores foram subdivididos em unidades menores” (ELZAIN, [2010?], p.38).

Não obstante o sistema político cuxita, fosse monárquico e centralizado na família real, os reis que governaram a partir de Méroe, passaram a adotar um modelo político distinto ao egípcio. David Edwards distingue semelhanças com os regimes da África sudanesa, “localizados em ambientes muito diferentes, com oportunidades e restrições muito diferentes para o exercício do poder, esses reinos eram muito diferentes do estado faraônico” (EDWARDS, 2004, p.164).

Considerando a mencionada relação entre recursos naturais e atividades econômicas em Méroe, é possível admitir a ingerência desse vínculo na organização política não apenas da cidade, mas também, de Cuxe. Hakem, Hrbek e Vercoutter³¹¹ supõem que, escassez de terras aráveis, se encontram entre motivos pelos quais os cuxitas não sentiram necessidade de criar um sistema de irrigação – cujas consequências sociais e políticas se mostraram definitivas para a consolidação do Estado egípcio.

Em parte, devido à distância de Méroe, se observou o enfraquecimento da tendência a reproduzir certos aspectos do regime faraônico que, por gerações, orientou os reis cuxitas que governaram simultaneamente, Cuxe e o Egito, a partir de Napata. Com a transferência da capital, para a cidade junto a nascente do Nilo, se operou uma lenta e sutil síntese entre componentes da cultura egípcia e uma herança núbica ancestral, conforme apontam Silva³¹² e Török³¹³.

³¹¹ “A falta de terra foi uma das razões por que os habitantes - ao contrário de seus vizinhos do norte, os egípcios – não sentiram necessidade de criar um sistema de irrigação, com todas as consequências sociais e políticas que esse empreendimento pode acarretar. Isso não significa que a irrigação fosse desconhecida nessa parte da Núbia: descobriram -se vestígios de antigas obras de irrigação no planalto de Kerma, datando do século XV antes da Era Cristã. O principal dispositivo de irrigação utilizado na época era o *shaduf*, substituído posteriormente pela *saqia*” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.312).

³¹² “Após a mudança da residência dos reis para Méroe, não se abandonaram os valores egípcios. Mas as formas culturais núbias, que se haviam refugiado no recesso doméstico, na província ou nos grupos pastoris, novamente se foram impondo. [...] É bem verdade que o soberano meroense continuou a chamar-se faraó das Duas Terras, a usar o duplo uraeus, a considerar-se o verdadeiro senhor do Egito, a casar-se com a rainha-irmã, a presidir os ritos agrícolas, a construir templos segundo os modelos egípcios, a sepultar-se em pirâmides. Alijara-se, porém, dos sacerdotes de Jebel Barcal, de seu controle e de sua influência egípcianizante” (SILVA, 2011, p.144).

³¹³ “Outras características da realeza egípcia do Novo Império também ocorrem nos titulares da XXV dinastia e nas rainhas posteriores. Do ponto de vista deste capítulo, a característica mais significativa da realeza cuxita é a forte tônica colocada na legitimidade do governante por meio de sua mãe e das mães de sua mãe. O compromisso da irmã de Alara com Amom e sua instalação como tocadora de sistro lembram os conceitos

De fato, as etapas que compreendiam o processo sucessório cuxita, apresentavam características políticas e religiosas que manifestavam a influência das duas tradições – cujo resultado, causava surpresa aos diversos observadores estrangeiros, que procuraram registrar tais práticas.

Novamente, ao se referir aos “etíopes macróbios”, Heródoto observou que “com a realeza é o seguinte: escolhem aquele que dentre os cidadãos for mais alto e que tenha a sua força conforme o seu tamanho, e esses eles julgam digno de ser seu rei” (*His.* 3.20). Em que pese a aparente obscuridade de tal afirmação, podemos inferir que o historiador se surpreendeu ao se encontrar diante de um regime monárquico no qual os aspirantes ao trono, deveriam se provar dignos de sua pretensão.

Contrariamente ao que se observava no Egito, onde a sucessão se dava diretamente entre pai e filho, em Cuxe, o novo rei era escolhido segundo a filiação materna, “a qual ocorria de irmão para irmão ou de tio para sobrinho. Morto um rei, o colégio eleitoral devia escolher o sucessor entre seus irmãos maternos. Quando não os havia, ele era escolhido entre um dos filhos dos irmãos do falecido” (LOPES, 2012, p. 59). Nesse sentido, Page e Davis³¹⁴ destacam o papel político da “Rainha-Mãe”, enquanto condutora das cerimônias de instalação dos reis em Napata, estabelecendo a permanência das antigas práticas religiosas na sucessão meroíta.

Em Méroe, os reis cuxitas procuraram manter as tradicionais etapas do processo sucessório, conforme o testemunho de diversas estelas remanescentes – ao que destacamos, a erigida por Aspelta, que contém o “Texto da Entronização ou Coroação”. Segundo Jeremy Pope “o exemplo mais notório é a Estela de Entronização de Aspelta, uma das mais retrospectivas dentre as inscrições cuxitas: em sua forma original, o texto legitimou o rei ao listar sete gerações de suas ancestrais” (POPE In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.403).

Especialistas defendem que se trata de um dos mais completos registros textuais acerca das bases ideológicas da monarquia cuxita, detalhando os procedimentos que envolviam a

egípcios ligados ao ofício sacerdotal da mãe, consorte e filha do rei no culto real e indicam claramente a interpretação do papel da rainha como mediadora entre o deus e o rei” (TÖRÖK, 1997, p. 235).

³¹⁴ “Entre as tradições reivindicadas pelos núbios quando restabeleceram o reino em Méroe estava a sucessão matrilinear, por meio da qual a coroa passou do rei para um dos filhos de suas irmãs. Outro exemplo da importância das mulheres na família real foi o fato de que, do ponto de vista religioso, o rei e sua mãe personificaram Hórus e Isis. Como resultado, a rainha assumiu muito do poder e visibilidade, atribuídos ao rei” (PAGE; DAVIS, 2005, p.144).

escolha do novo rei, conforme aponta Leclant³¹⁵. No mesmo sentido, Hakem, Hrbek e Vercoutter³¹⁶, salientam que é nessa estela, onde se encontram mais detalhes acerca da cerimônia de coroação dos soberanos cuxitas.

Os expedientes de investidura do novo rei cuxita, apresentavam simultaneamente características políticas e religiosas, dado que se tratava de assumir um posto monárquico e divino; no plano material, o aspirante seguia os critérios para comprovar sua descendência legítima de acordo com as regras de sucessão tradicionais e, no plano espiritual, necessitava testificar a anuência de Amon para sua pretensão ao trono.

De acordo com os indícios fornecidos pelas estelas do período, tudo se iniciava com o anúncio da morte do rei em exercício, aos “Irmãos Reais” e, subsequentemente, ao exército, principais oficiais do governo, ao alto clero, para o restante dos e das meroítas, até finalmente ser de conhecimento de todo Cuxe. O processo do luto coletivo, era conduzido por esses membros da classe dominante que, de acordo com Török³¹⁷ representavam a humanidade agindo como instrumento da vontade divina – de modo a garantir que o escolhido de Amon assumisse o trono.

Como podemos perceber, a primeira etapa do processo de entronização, se revelava eminentemente mundana dado o protagonismo dos atores humanos (o rei falecido, seus parentes legítimos, os membros da classe dominante e do alto clero). Em vista disso, Hakem, Hrbek e Vercoutter³¹⁸ afirmam que, em geral, o novo rei seria escolhido dentre seus irmãos pelos chefes militares e funcionários de alto-escalão.

³¹⁵ “O Texto da Entronização ou Coroação data do primeiro ano de seu reinado e mostra o exército reunido perto de Djebel Barkal; os chefes decidem consultar Âmon de Napata, que designa Aspelta, cuja descendência pelas ‘Irmãs Reais’ é particularmente ilustre; ele toma as insígnias reais, agradece e invoca o deus; recebido com júbilo pelo Exército, faz doações aos templos” (LECLANT In MOKHTAR, 2010, p. 280).

³¹⁶ “Ele confirma que sucedeu a seu irmão Anlamani e que foi escolhido entre seus ‘Irmãos Reais’ por um grupo de 24 altos funcionários civis e chefes militares. Para justificar suas pretensões ao trono, Aspelta invoca não só a

vontade do deus Âmon -Rá como também a sua própria origem (afirmando, assim, o direito hereditário de sucessão através da linhagem feminina)” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.299-300).

³¹⁷ “Os temas centrais da primeira parte [do drama da entronização] são a reação aterrorizada da humanidade ao Caos que imediatamente se espalha após a morte do governante, o desespero do rebanho sem pastor e, como resposta, a declaração da predestinação/carisma do aparente herdeiro, pelo supracitados porta-vozes da vontade divina que asseguram a ele, o consenso a respeito da sucessão” (TÖRÖK, 1997, p.217-218).

³¹⁸ “[...] a iniciativa de escolha do novo soberano partia dos chefes militares, dos altos funcionários e/ou dos chefes de clã. Todo pretendente impopular entre esses grupos ou de capacidade duvidosa poderia perfeitamente ser excluído. A confirmação oracular era simplesmente a ratificação formal de uma escolha prévia e tinha mais um caráter simbólico, destinado a persuadir o público de que o próprio deus tinha elegido o novo soberano. Além disso, pode -se afirmar com segurança que em teoria a coroa devia passar para os irmãos do rei antes de ser

Entretanto, cabe ressaltar que a decisão desse colegiado não expressava uma decisão meramente humana, posto que, se acreditava firmemente que esses homens sabiam reconhecer o indivíduo escolhido por Amon para receber a coroa cuxita. Após deliberarem, a ilustre comitiva ia de encontro ao futuro rei, no distrito real de Méroe, onde o rei e sua família imediata residiam em diversos palácios.

Ao anúncio da escolha do futuro rei, acontecia a próxima etapa do processo sucessório – a jornada de coroação, realizada no santuário de Amon em Djebel Barcal, “o local em que Amon selecionava cada novo rei e onde a cerimônia basilar de coroação era realizada” (KENDALL; MOHAMED in EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p. 466).

Em Napata, acontecia a proclamação da vontade oracular sobre a legitimidade do futuro rei que, subsequentemente, era conduzido ao santuário de Amon. Embora Török³¹⁹ afirme que ele se apresentasse sozinho diante da estátua do deus, Angelika Lohwasser³²⁰ sustenta que em lunetas das estelas é possível identificar que, nas cerimônias de investidura, os reis estavam acompanhados dos membros de sua família – especialmente, suas mães e esposas.

Atingir o santuário amoniano em Napata, representava o ápice da jornada percorrida pelo futuro rei que, posteriormente, visitava dois importantes centros de culto a Amon localizados em Kawa e Pnubs. Em cada uma dessas cidades, os ritos de entronização eram reencenados nos respectivos templos dedicados a Amon. Consoante assinala Török³²¹, essa jornada possuía um duplo aspecto, indicando tanto um progresso no espaço e no tempo, como uma representação mitificada da tradição política nativa.

Entre viagens, banquetes e celebrações de festivais em honra a Osíris, Hórus, Ísis e Amon, se passavam alguns meses até que o rei investido retornasse para sua residência em

entregue à geração seguinte: dentre 27 reis que governaram antes de Nastasen, quatorze eram irmãos dos reis precedentes” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.302).

³¹⁹ “De acordo com esse texto, após a proclamação pública do decreto oracular sobre sua legitimidade, Aspelta foi conduzido à presença de Amom, ou seja, ao santuário, onde foi recebido pela imagem permanente do deus, sem assistentes” (TÖRÖK, 1997, p 22).

³²⁰ “É significativo que elas o ajudassem na ocasião dessa cerimônia crucial, sacudindo o sistro e libando, exercendo funções sacerdotais no momento mais importante da inauguração do reinado do rei. Sua presença não é coincidência, mas proposital; elas eram participantes da cerimônia que simbolizava a realeza cuxita, o que implica que a contraparte feminina do rei era eminentemente importante” (LOHWASSER, 2001, p.68).

³²¹ “Os cuxitas descreveram as viagens de coroação com termos teológicos emprestados das descrições das viagens dos governantes do Novo Império, através do Nilo até sua entronização em Karnak e, em termos mais gerais, também descreveram os movimentos do faraó por sua terra e, finalmente, dentro de sua residência” (TÖRÖK, 1997, p.220).

Méroe; embora Napata jamais tenha perdido sua condição de capital religiosa, desde o século V a.C., os reis cuxitas passaram a habitar Méroe de forma permanente, “como é explicitamente mencionado na inscrição em Kawa do século V a.C. de Amannote-erike e, na estela de Nastasen do século IV a.C.” (GRZYMSKI In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.552).

Por meio dos rituais reais e poderes religiosos, o rei cuxita governava a partir de Méroe, um extenso território e uma população tradicionalmente itinerante; acrescido a isto, se achava o desafio de controlar um intenso comércio externo de artigos de luxo e garantir o acesso universal a água potável.

A importância das atividades primárias, para a economia de Cuxe, trouxe a necessidade da construção de *hafirs* – bacias hidrográficas artificiais – uma tarefa que exigia do estado monárquico, uma considerável capacidade de organização para mobilizar de mão-de-obra. Em vista disso, Edwards³²² salienta que, tais obras além de beneficiarem a produção local, contribuíram para aumentar a extensão do poder real.

Durante o reinado de Alara e, posteriormente, Kashta, foi instituído um processo de adaptação da estrutura governamental e socioeconômica cuxita, de forte inspiração egípcia expressa na complexa rede burocrática composta por funcionários especializados que auxiliavam o rei na administração geral do país, conforme apontam Hakem, Hrbek e Vercoutter.³²³

Assim, partir do século V a.C., o poder econômico de Méroe se desdobra em político, e cessam as eventuais dúvidas quanto a efetiva residência do rei e sua família na cidade – que oficialmente, se tornara o centro político e administrativo de Cuxe. De acordo com Wolf e Nowotnick, “Méroe tornou-se residência cuxita de crescente significado administrativo e político como Napata, Pnubs e Gematon, e ponto de partida da jornada da coroação real. Do exterior, era vista como principal residência urbana do reino: a ‘capital de todos os outros etíopes’” (WOLF; NOWOTNICK In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.517).

³²² “A melhoria dos recursos hídricos poderia atrair novas populações, fosse abrindo novas áreas para ocupação permanente ou desviando grupos móveis dos ciclos sazonais de movimento existente. Politicamente, a concentração da população em tais pontos teria criado oportunidades para o controle do Estado e, principalmente, para a arrecadação de impostos ou tributos; oportunidades que, de outra forma, seriam muito restritas em áreas de populações dispersas ou móveis” (EDWARDS, 2004, p.166).

³²³ “A administração central era dirigida por um certo número de altos funcionários, cujos títulos egípcios estão preservados em duas estelas de Aspelta. Entre esses títulos encontramos – sem levar em conta os comandantes militares – chefes de tesouro, guardiães dos selos, chefes de arquivo, chefes de celeiro, o escriba-mor de Kush e outros escribas. É difícil afirmar se os títulos correspondiam às funções reais de seus titulares, ou apenas refletiam os modelos egípcios. De qualquer maneira, tais funcionários desempenhavam um papel importante na eleição do novo rei, assim como na administração do reino” (HAKEM; HRBEK, VERCOUTTER In MOKHTAR, 2010, p.306).

3.5.3 Sociedade

A transferência da capital de Cuxe para Méroé, trouxe diversas e significativas transformações para a organização social meroíta que, dotada de seus próprios regulamentos, necessitou se adaptar as consequências de se tornar a sede administrativa do reino cuxita. A partir do século V a.C., novos elementos culturais relacionados a religião estatal, escrita, cerâmica, etc., que inicialmente são desenvolvidos em Méroé, passaram a influenciar proeminentes cidades cuxitas das cercanias.

Tal como em grande parte das sociedades antigas, em Méroé, a agricultura se encontrava entre as principais atividades econômicas, sendo praticada por uma considerável parcela da população. Por certo, essa ocupação demandava recursos que, dificilmente, seriam encontrados no perímetro urbano, de modo que tais trabalhadores habitavam regiões nos entornos da cidade, conforme observa Edwards³²⁴.

Por outro lado, certos ofícios se mostravam adequados as restrições impostas pela estrutura urbana, ainda que a matéria-prima necessária fosse extraída de regiões adjacentes – como no caso de ferreiros, ceramistas e demais tipos de artesões. Gradualmente, Méroé passou a abrigar uma população não-agrária, engajada na produção artesanal baseada na divisão do trabalho, organizada e controlada pelo estado, de maneira a aumentar a produtividade dos diversos setores, conforme apontam Wolf e Nowotnick³²⁵.

Certamente, grande parte da população meroíta era formada por homens e mulheres pertencentes a classe trabalhadora – cuja ocupação, poderia variar entre agricultura, comércio e artesanato. Todavia, Elzain destaca a presença de populações transumantes e nômades, subordinadas ao poder do rei de Méroé, “os meroítas controlavam diferentes grupos étnicos, como os rhrhs, medjay e nobas vermelhos e negros” (ELZAIN, 2019, p.38). Segundo o

³²⁴ “[...] não pode haverem dúvidas de que as populações meroíticas eram mantidas por uma variedade de regimes agrícolas mistos, variando de região para região de acordo com as condições ecológicas locais. A agricultura era provavelmente dominante nas áreas ribeirinhas do Norte. Mais ao sul, seu foco ribeirinho pode ter sido menos como agricultura de terras tropicais e teria se tornado cada vez mais viável longe do Nilo [...]” (EDWARDS, 2004, p.165).

³²⁵ “Crucial para o desenvolvimento da paisagem urbana e para a provisão para sua crescente população não produtora de alimentos foi a extensa produtividade agrícola e pastoral nas partes controladas do coração e a distribuição de seus recursos: matérias-primas, produtos manufaturados e força de trabalho” (WOLF; NOWOTNICK In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.521).

especialista, essa autoridade meroíta era exercida através do acesso aos *hafirs*, situados perto dos templos que, entre outras funções, representavam um constante lembrete da presença da autoridade real.

Mediante os testemunhos arqueológicos, foi possível identificar algumas características do estilo de vida dos trabalhadores citadinos de Méroe, como a estrutura de suas residências e alguns de seus hábitos alimentares; por certo, a frugalidade era a principal traço das condições materiais dessa grande parcela da população meroíta, conforme aponta Grzymski³²⁶.

Reconhecendo que a perspectiva arqueológica é pródiga na oferta de dados sobre sociedades passadas, salientamos as contribuições dos estudos referentes aos contextos funerários, para a compreensão de elementos subjacentes à estrutura social, religiosa, econômica e política meroíta. Considerando as especificidades dos registros fúnebres, Juan Manuel Garcia³²⁷ aponta sua dupla natureza.

Por conseguinte, a arqueologia funerária se encontra entre os principais expedientes de informação sobre o cotidiano da sociedade meroíta – estudar como homens e mulheres se preparavam para enfrentar a morte, nos permite vislumbrar como conduziam suas vidas.

Sem deixar de constatar as diferenças sociais entre a elite e plebeus, é interessante destacar que o modelo dominante das práticas mortuárias era imposto pela família real sendo, subsequentemente, seguido pelos membros da nobreza; o restante da população meroíta, organizava cerimônias fúnebres marcadas pelas adaptações aos procedimentos da realeza e usos de tradições nativas.

³²⁶ “A maioria da população vivia em casas simples construídas com tijolos secos ao sol. Consumiam cereais locais, como sorgo e milho, além de frutas, e comiam muita carne, principalmente bovina, [...] com uma pequena proporção de ovelhas, cabras e até alguns ossos de porco ou javali. [...] Os achados das escavações também incluíram objetos de cestaria. Estes presumivelmente eram usados para armazenar alimentos secos e para cobrir pratos cozidos, transportados da cozinha externa, [...]. O interior das casas era simples, com camas *angareeb* como a peça de mobiliário mais comum. Poucas lâmpadas extravagantes foram encontradas e parece que fragmentos côncavos de potes quebrados e pequenas tigelas redondas feitas à mão foram enchidos com gordura animal e sebo para servir como lâmpadas” (GRZYMSKI In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.557-8).

³²⁷ “Os componentes de um contexto funerário não são o resultado aleatório do acúmulo de resíduos não intencionais das atividades cotidianas, mas o produto de sequências deliberadas de ações reguladas por diretrizes sociais específicas. Este fato confere ao contexto funerário uma autonomia significativa que geralmente não existe noutros segmentos do registro arqueológico, com a única e óbvia exceção do que se chama ‘arte’. O documento fúnebre tem, portanto, uma dupla natureza: como produto material da ação social no passado, pode ser objeto do mesmo tipo de inferências que qualquer outro tipo de formação arqueológica” (GARCIA In VALCARCE; LOSADA; IBÁÑEZ, 1995, p. 75).

Dada a continuidade da influência egípcia, o contexto funerário da família real e nobreza meroíta, possuíam sarcófagos estilizados nos quais o corpo era posicionado horizontalmente e fosse envolvido por uma rede de contas; entretanto, a maior parte da população fazia uso dos túmulos, tal como seus ancestrais cuxitas. De acordo com Vincent Francigny, “se o rei, a família real e muitos funcionários de alto escalão optaram pela pirâmide, uma parte da população continuou a usar o túmulo, o tradicional monumento funerário usado na Núbia desde o período proto-histórico” (FRANCIGNY In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p. 593).

A família real e nobreza meroíta, optavam por enterramentos que incluíam pirâmides, ainda que menores e mais inclinadas do que suas congêneres egípcias, acompanhadas de “capelas decoradas com pedras ou tijolos vermelhos revestidas pedras, a tumba como referência para os cultos mortuários conduzidos por sacerdotes, completam as características compartilhadas por todas as pirâmides de Méroe” (YELLIN In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p. 595). Nesse sentido, Edwards salienta que, escavações realizadas em cemitérios populares nos arredores de Méroe, no fim da década de 1990, revelaram que tais práticas “eram muito menos difundidas do que se supunha anteriormente e podem de fato ter sido limitadas a um meio de elite relativamente restrito” (EDWARDS, 2004, p.175).

Em íntima associação com as práticas funerárias, se encontra uma significativa característica da sociedade meroíta – a formulação de uma forma de escrita nativa possivelmente dotada uma manifestação fonética. Malgrado os obstáculos impostos pela vigente impossibilidade de deciframento da escrita meroíta³²⁸, por meio de analogias a textos napatanos, se infere que os textos registrados mediante seu uso, tratariam de eventos políticos e religiosos.

Atualmente, há consenso em reconhecer que a escrita meroítica apresenta duas variações, hieróglifos e cursiva das quais deveriam seus caracteres individuais; entretanto, a língua meroítica emprega 23 caracteres que incorporam notações vocálicas. Nesse sentido, Bianchi sustenta que “pode ser descrita como um sistema silábico porque cada um dos 23 sinais representa potencialmente uma consoante mais uma vogal, que na maioria dos casos é um *a*,

³²⁸ A consolidação da escrita meroíta, enquanto meio de registro oficial cuxita, ocorreu por volta do século II a.C. – período posterior ao recorte de nossa pesquisa. Contudo, não poderíamos deixar de mencionar, ainda que pontualmente, a respeito desse sistema de notação – especialmente quando reconhecemos suas implicações políticas. Conforme salientado por Török “a extensão dessas mudanças é melhor indicada pela coincidência da introdução do meroítico como língua e escrita de documentos reais com as primeiras tentativas de formação de um novo tipo de titularidade real e, o que é mais significativo do aspecto particular da legitimidade real, com o aparecimento da primeira governante feminina, Shanakdakheto, no trono de Cuxe” (TÖRÖK, 1997, p.212).

exceto quando seguido por outro símbolo usado para indicar as vogais *i*, *o* e *e*” (BIANCHI, 2004, p.216).

Embora os valores fonéticos da língua meroítica, tenham sido identificados no início do século XX pelo egiptólogo inglês Francis Llewellyn Griffith (1862-1934), não viabilizaram a elucidação dos textos. Conforme afirma Silva, “lê-se a escrita meroíta, mas se ignora, como acontece com o etrusco, o significado do que se lê. A própria língua meroíta continua a ser um mistério” (SILVA, 2011, p.142). Outrossim, Edwards salienta que “seu estatuto permanece incerto. Pode muito bem ter sido uma linguagem da elite ou de conhecimento dominante da população” (EDWARDS, 2004, p.178).

Enquanto a escrita meroíta não é definitivamente decifrada, podemos recorrer a outras evidências - como textos estrangeiros, iconografias e contextos funerários - para estudar sobre as interações travadas entre os homens e as mulheres de Méroe e, assim, vislumbrar como se organizavam socialmente.

Aparentemente, diferente de algumas de suas congêneres europeias, as mulheres das sociedades africanas clássicas, não vivenciavam condições de extrema subordinação aos homens, posto que “o mito da inferioridade feminina, parecer ter sido mais desenvolvido na Europa e na Ásia do que na África” (VAN SERTIMA, 2007, p.11). O autor salienta que não se deve supor que as mulheres não tivessem que se esforçar para alcançar e manter sua igualdade – embora pudessem complementar e, da mesma forma, competir com os homens, houver situações em que precisaram abraçar atributos masculinos e femininos, para estabelecer sua dominação.

Se por um lado, afortunadamente, especialistas se dedicaram a investigar acerca do passado das mulheres da realeza cuxita, pouco sabemos sobre as integrantes da parcela popular – as “mulheres comuns”, conforme a denominação empregada por Jacke Phillips³²⁹. Por certo, entre a classe popular a necessidade de colaborar para a subsistência da família, fundamentava a execução dos trabalhos femininos que, por vezes, transpunham a privacidade doméstica.

³²⁹ “Os ‘plebeus’, especialmente as mulheres, raramente são mencionados, exceto enumeração como escravos ou cativos. Os registros são tanto indígenas (em escritas egípcias e meroíticas) quanto externos (em egípcio, grego e latim), mas os únicos registros anteriores ao primeiro milênio a.C. são de uma perspectiva egípcia. A escrita meroítica pode ser transliterada, mas ainda não traduzida para de além de nomes individuais, títulos e algumas palavras, como ‘filho/filha de’, embora tal progresso esteja em andamento” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA, 2016, p.282).

Diferente das mulheres bem-nascidas que, eventualmente executavam atividades laborais, para demonstrar seu talento pessoal ou estreitar o convívio humano, as meroítas plebeias se tratava de uma imposição irrecusável. Conforme aponta Heleieth Saffioti³³⁰, em todas as épocas e em todas as sociedades, as mulheres da classe trabalhadora, contribuía com o sustento familiar e a criação das riquezas.

Tendo em vista que nas sociedades antigas, o casamento e a maternidade, consistiam nas duas grandes realizações sociais femininas, não causa surpresa que suas atividades laborais estivessem diretamente relacionadas as consequências desses eventos – que lhes conferia os estatutos de esposa e mãe.

Considerando os objetos recuperados dos contextos funerários, Phillips afirma que é possível identificar a principal esfera de ação cotidiana das meroítas comuns, ou seja, a “administração doméstica, culinária, panificação e processamento de alimentos, tecelagem e fabricação de painéis, presumivelmente ordenha, processamento de couro e coleta de água, e possivelmente também sementeira, colheita e colheita nos campos” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA,2016, p.286).

Se tratando das mulheres comuns, não deixamos de reconhecer os obstáculos impostos pela escassez de informações específicas a respeito dos princípios que orientavam o matrimônio e a maternidade das meroíta. Com o intuito de identificar as características socialmente celebradas com relação a esses aspectos da existência feminina, voltaremos nosso olhar em direção aos mitos deusa Ísis³³¹, cuja veneração foi introduzida na Alta e Baixa Núbia sob o governo do Novo Império (1550-1070 a.C.) e perdurou ao longo da existência do reino de Cuxe.

³³⁰ “Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do processo produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Esse papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família” (SAFFIOTI, 2013, p. 64).

³³¹ Segundo a tradição a deusa Ísis, filha de Nut e Seb, desposou seu irmão mais velho, Osíris, e o auxiliou em sua tarefa de difundir os costumes civilizados a humanidade; o irmão de ambos, Set, invejando a popularidade de Osíris, o matou e se desfez de seu cadáver, o lançando no Nilo, Ísis buscou incansavelmente pelo corpo de Osíris e, então, implorou aos mais poderosos deuses egípcios para que restituíssem a vida de seu esposo. Nesse interim, gerou Hórus que posteriormente vingou seu pai.

Tão logo a XXV dinastia assume o poder, Piankhi (750-712 a.C.) se apresenta como filho de Ísis, exemplo que será observado tanto por seus sucessores reis napatanos quanto meroítas. Ao longo dos anos, os reis cuxitas estabeleceram uma forte relação com Ísis e seu filho Hórus, retomada nos ritos de coroação conforme aponta Török³³² e, analogamente, Marco Baldi salienta que “a deusa, referida como ‘Mãe do Deus’, teve de fato um papel primordial na legitimação divina do rei, através da associação dela e de seu filho Hórus, com a rainha-mãe e o rei” (BALDI, 2015, p 98).

No nível da religiosidade cotidiana, a devoção que Ísis demonstrou por seu marido e filho, a transformaram no modelo socialmente celebrado de esposa e mãe que, entre os egípcios e as egípcias, era vista como “a amada esposa e mãe por excelência, adorada como irmã-esposa de Osíris, o ‘Rei dos Mortos’, e mãe de Hórus (mais tarde chamado Apolo), o ‘Rei dos Vivos’” (MCKINNEY-JOHNSON In VAN SERTIMA, 2007, p.64). Diante disso, entendemos que, em Méroe³³³ a deusa fosse reconhecida nos mesmos termos e, portanto, seria tomada como exemplo para o exercício dessas duas funções, por todas as meroítas.

De fato, ainda sabemos pouco com relação as mulheres do estrato popular, dada a limitação dos documentos disponíveis; por hora, verificamos que suas contribuições materiais para a manutenção da prosperidade doméstica como esposas e mães, em alguma medida, estavam associadas aos cuidados que Ísis dispensou a Osíris e Hórus.

Contudo, as relações das mulheres bem-nascidas com o divino eram ainda mais seculares pois, como veremos, acarretava conseqüências políticas que afetavam diretamente a vida de todos os homens e mulheres de Méroe.

³³² “As visitas de Abar e Nasalsa reencenaram um episódio central da lenda menfita, que relatava o nascimento e a educação de Hórus por sua mãe Ísis, no matagal de papiro do Baixo Egito[...]A alegria da Rainha Mãe, identificada com Ísis, ao ver seu filho no trono de Hórus representou de fato um ato de legitimação, como também foi sugerido na oração pela realeza que Anlamani dirigiu a Amon no curso do ‘*Königsorakel*’, ou seja, o

encontro íntimo do rei com o deus, que concluiu os ritos de entronização no templo Kawa”(TÖRÖK, 1997, p. 225).

³³³ “Súplicas e mensagens de devoção do povo meroítico, em Philae e outros lugares da Baixa Núbia, às vezes relatam de fato ofícios e ações feitas em homenagem à deusa, bem como datações. Além dos humildes peregrinos, os grafites eram feitos por sacerdotes meroíticos, embaixadores em Philae e altos funcionários da administração [...]” (BALDI, 2015, p.103).

3.5.4 Religião

Como vimos, a presença da hegemonia egípcia se sistematizou em toda a Núbia a partir do Novo Império (1550-1070 a.C.), mediante os bem-sucedidos esforços dos primeiros faraós da XVIII dinastia em, entre outras manobras, introduziram o panteão egípcio na religiosidade nativa.

Esse complexo e prolongado processo de aculturação, tradicionalmente identificado como “egipcianização”, foi precedido por períodos de violência que, ao se mostrarem pouco efetivos, foram alterados em favor da “diplomacia, em vez da guerra, dominava a política externa egípcia e os ‘luxos’ núbios eram o esteio da troca internacional de presentes” (MORKOT, 2000, p. 234).

Nesse sentido, a religião foi um desses instrumento não-coercitivos que contribuíram para a consolidação da influência egípcia em Cuxe, desempenhando um papel decisivo nesse processo de aproximação entre os dois povos, desempenhando “um papel fundamental, tanto em seu aspecto templário quanto funerário” (LIMA, 2016, p. 191).

Dentre os aspectos mais importantes desse fenômeno se encontra o culto a Amon³³⁴ que, posteriormente, se tornou a base da ideologia política dos reis de Cuxe. Por certo, alguns especialistas chegaram a supor que, a prévia existência de uma divindade-carneiro núbio, teria favorecido a aceitação de Amon entre os cuxitas. Embora Luc Gabolde³³⁵, saliente que as evidências arqueológicas não possam corroborar com a hipótese de um culto ovino pré-existente, tal possibilidade não deve ser totalmente descartada.

A inflexão decisiva desse processo, possivelmente, ocorreu quando a “montanha sagrada”³³⁶, Djebel Barcal, foi identificada pelos faraós da XVIII dinastia como o local de

³³⁴ “Durante o Novo Império sua posição foi perfeitamente expressa com o epíteto típico: ‘Amon-Re, rei dos deuses’. Especialmente nos templos de Tebas, ele era apresentado como a figura do deus pai, que cuidava do rei e presidia suas vitórias, e esse papel foi estendido ao culto funerário, agora centrado em templos mortuários de novo estilo localizados na margem oeste de Tebas” (KEMP, 1996, p. 252).

³³⁵ “De fato, seria bastante plausível que a prevalência de Amon com cabeça de carneiro na terra de Kush tenha resultado da conjunção de tradições religiosas egípcias e cuxitas promovidas por dois povos que, após duras lutas, desejavam encontrar conceitos comuns nas culturas e nas crenças, um dos outros” (GABOLDE In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.346).

³³⁶ “Para os antigos, esse monólito era notável porque, quando visto de diferentes ângulos, assumia diferentes formas que sugeriam a presença de diferentes entidades divinas, que aparentemente se combinavam para

nascimento de Amon – o que justificaria a existência de vínculos espirituais entre o deus tebano e o território cuxita. De acordo com Timothy Kendall e El-Hassan Ahmed Mohamed³³⁷, Thutmés I (1504-1492 a.C.) após sua vitória sobre Querma, depositou uma inscrição com uma imagem de Amon na montanha sagrada.

A partir da influência da XVIII dinastia, o culto a Amon em Djebel Barcal gradualmente conquistou ampla adesão em Cuxe e, dentre suas consequências, viabilizou a introdução de outras divindades egípcias como Ísis, Osíris e Hórus. Embora mantivessem seus papéis, hierarquia e atributos originais, em algumas regiões, os deuses e as deusas egípcias chegaram a exibir características nativas da Núbia. Phillips observa que “as características de Taweret, por exemplo, são similares a uma deusa indígena vestindo uma saia comumente encontrada na cultura Kerma como incrustações de marfim, recortes de mica costurados e outros materiais” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA, 2016, p.295).

Nos séculos posteriores, mediante sincretismo ou não, as divindades egípcias introduzidas pela XVIII dinastia em Cuxe, coexistiram com os deuses e deusas do passado núbio, sob circunstâncias aparentemente amenas, dada a existências de seus respectivos santuários.

Contudo, dado que a ascensão de Alara, foi justificada pela aliança espiritual entre o príncipe de el-Kurru e o Amon de Djebel Barcal, dessa simbiose entre religião e política, se estabeleceu uma religião estatal centralizada na divindade patrona dos reis cuxitas. Nesse sentido, Gabolde constata que “a mudança para uma religião oficial do estado cuxita parece ter ocorrido em um curto espaço de tempo (cerca de uma geração), como evidencia a rápida mudança das práticas funerárias em El-Kurru” (GABOLDE In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.354).

confirmar para os egípcios a presença aqui de seu deus estatal Amon em suas muitas ‘manifestações’” (KENDALL; MOHAMED In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.449).

³³⁷ “Quase sessenta anos após a jornada épica de seu avô, Tutmés III iria repeti-la, ao reinscrever em Hagar el-Merwa um texto duplicado e uma imagem do deus - novamente adicionando sua designação alternativa ‘Amun-Ra Kamutef’ - e em Jebel Barkal, erigindo sua Estela de Jebel Barkal, a inscrição mais antiga conhecida do local

[...]. Seu texto afirma que o rei o dedicou a Amon-Ra, chamado por seu antigo título tebano *neb Nesut-Tawy* (‘Senhor dos Tronos das Duas Terras’), deixando claro que o mesmo Amon morava dentro de Jebel Barkal [...]” (KENDALL; MOHAMED In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.452).

A distância física da montanha sagrada, não comprometeu a difusão do culto a Amon em Méroe que, nos primeiros anos de governo da XXV dinastia, consagrou um templo ao deus na parte central da cidade. A presença física do patrono espiritual dos reis cuxitas na nova capital, foi referida por Heródoto, “neste lugar, que os únicos dentre os deuses que eles veneram são Zeus e Dioniso, os quais eles honram magnificamente, onde eles têm estabelecido um oráculo de Zeus” (*His.* 2, 29). Assim, é interessante destacar que os gregos denominavam Amon e Osíris, respectivamente, como Zeus e Dionísio.

Antes de se tornar capital de Cuxe, Méroe já se encontrava ajustada as diretrizes do culto amoniano e a sua ideologia política, tanto porque, os reis da XXV dinastia passaram a residir em Méroe, a que Taharqa (690 – 694 a.C.) comissionou a construção do primeiro santuário de Amon na cidade. A vista disso, Török³³⁸ refere que o processo de legitimação do rei, se iniciava em Méroe para então ser concluído em Napata.

De fato, os governantes meroíticos deram continuidade a essa tradição napatana, ao que enfatizaram o papel desempenhado pela rainha-mãe na legitimação divina do rei. Em Méroe, especialmente as rainhas, passaram a apresentar algumas diferenciações com relação as suas conterrâneas de Napata.

Embora um olhar incauto possa considerar que se trata de simples detalhes de vestimenta, sinalizam maior proximidade com a antiga cultura núbia, descartando a permanência da sobreposição cultural de elementos egípcios e cuxitas. Conforme observam Lohwasser e Phillips, “a rainha meroítica usa sandálias, pulseiras largas decoradas e joias no braço. Um acessório famoso é o colar com grandes contas esféricas já comum na cultura de Querma” (LOHWASSER; PHILLIPS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.1019).

No culto aos deuses, os cargos ocupados pelas mulheres da realeza cuxita contribuíram para a formação da ideologia política que fundamentava a legitimidade do poder real, mediante sua dupla atuação, na qual emulavam as funções desempenhadas pelas divindades femininas – mães e companheiras.

³³⁸ “A situação da Cidade de Méroe, no mito do estado não deve ser confundida, no entanto, com seu significado governamental. A construção de um templo para Amon no período da Vigésima Quinta Dinastia distingue a cidade de Méroe como um centro governamental, e a residência real mencionada pela primeira vez na segunda metade do século V a.C. provavelmente teve preliminares da Vigésima Quinta Dinastia” (TÖRÖK, 1997, p. 232).

O prestígio atribuído ao título de “Rainha-Mãe” advinha de sua associação a Ísis que, como vimos, legitimou a condição de rei de seu filho Hórus: tal como a deusa, a rainha tinha o poder de endossar a reivindicação de seu filho ao trono.

Enquanto mãe de Hórus, o rei vivo, Ísis não somente desfrutava de uma condição especial entre as deusas-mães do panteão cuxita, como se encontrava intimamente vinculada à realeza. Por conseguinte, Lohwasser salienta que “a mãe do rei também foi especificamente associada a Ísis. Em textos da Dinastia XXV e do período napatano, a comparação de Hórus e Ísis com o rei e sua mãe foi um tema proeminente e recorrente” (LOHWASSER, 2001, p.70). Semelhantemente, Török³³⁹ menciona que a atuação da “Rainha-Mãe”, no processo de consagração do novo rei, como a característica mais significativa da realeza cuxita.

Sucedendo a “Rainha-Mãe” em termos de deferência, a “Esposa Real”, participava ativamente da cerimônia de coroação e dos ritos religiosos presididos pelo rei, representando o poder feminino que complementava o masculino. Lohwasser e Phillips afirmam que “sem o componente feminino, a renovação é impossível. Sua tarefa consiste em reiterar continuamente que o rei existe e perdura. Portanto, a rainha como componente do governo é responsável por garantir a realeza do rei” (LOHWASSER; PHILLIPS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.1023).

Diferentemente do que se observa no Egito, a autoridade da “Esposa Real” cuxita, não se encontrava circunscrita à esfera religiosa que, em contato direto com o meio político, permitia a rainha atuar diretamente em significativas questões de estado. Nesse sentido, Larry Williams e Charles Finch destacam um episódio envolvendo Kenensant, esposa de Piankhi (750-712 a.C.) que, simultaneamente, evidencia sua participação na vida pública de Cuxe e

³³⁹ “[...] com o papel legitimador da Rainha-Mãe como encarnação da mãe de Hórus, Ísis, dentro da estrutura da representação menfita da lenda de Chemmis [...]. A profundidade da associação da mãe do rei com Ísis, são indicadas pelo epíteto de Aspelta *ndty mwt=f'lst*, ‘protetor de sua mãe Ísi’ na Estela de Khaliut, representando uma adaptação única do epíteto real *Hr nd it=f*, ‘Hórus, protetor de seu pai’ referindo-se à filiação divina do rei” (TÖRÖK, 1997, p. 235).

indica a extensão de sua influência³⁴⁰. Semelhantemente, Török³⁴¹ entende que a importância religiosa das rainhas, pode ser identificada por meio das honrarias funerárias que lhe foram dispensadas.

Considerando que nas religiões da antiguidade, os ritos eram um meio para acessar o tempo mítico, quando o rei presidia uma cerimônia religiosa, tinha o poder de representar a potestade masculina e reencenar um evento primordial. Por sua vez, a rainha atuava como a equivalente humana da potestade feminina, emulando a esposa de Amon, Mut: se o casal divino deu origem a criação, homem e mulher asseguravam a continuidade da vida humana. De acordo com Lohwasser³⁴², esse princípio da complementariedade estava presente na visão religiosa e política da realeza cuxita.

Finalmente, mas não menos importante, o título de “Esposa do Deus Amon”³⁴³ – foi a mais alta posição do sacerdócio feminino egípcio, cuja ocupante se dedicava a servir Amon. Estabelecido sob o patronato da XVIII dinastia (1550-1307 a.C.) o título não remetia, necessariamente, a união real entre a sacerdotisa e o deus, mas sim aludia ao papel ritualístico desempenhado pela sacerdotisa em colaboração com o sumo sacerdote.

³⁴⁰ “Um certo rei mesquinho do Baixo Egito, chamado Nimrod, resistiu a Piankhi apenas para sofrer uma derrota em suas mãos. Piankhi era conhecido por sua caridade e misericórdia para com os inimigos derrotados, mas também era famoso por não ser gentil com aqueles que lhe resistiam indevidamente. A fim de se colocar na melhor vantagem, Nimrod, o rei derrotado, enviou sua esposa Nes-thent-nes à rainha de Piankhi, Kenensat para pleitear seu caso. [...] Esta embaixada de súplica a Kenensat deve ter sido bem-sucedida porque a vida de Nimrod foi poupada e ele foi autorizado a permanecer em seu trono. A magnanimidade de Kenensat, por um lado, e sua suave influência sobre Piankhi, por outro, se destacam claramente na história desta dinastia tão incomum” (WILLIAMS; FICH In VAN SERTIMA, 2007, p.13).

³⁴¹ “Significativamente, a esposa de Kashta, Pebatma (mãe de Piankhi e Shabaka), a esposa de Piankhi, Pekereslo/Peksater e a esposa de Shabataka, Istemkheb (?) foram enterradas em Abidos, o ‘cemitério nacional’ do Egito, o que indica uma associação do culto mortuário da rainha cuxita ao um dos locais mais importantes do culto de Osíris e Ísis que, neste período, estava intimamente ligado ao templo Amon de Karnak” (TÖRÖK, 1997, p. 235).

³⁴² “Na realeza egípcia, como na realeza cuxita, há uma série de elementos complementares. Para mim, a complementariedade do homem e da mulher no governo é a mais notável. Os princípios opostos ‘masculino’ e ‘feminino’ formam um todo. [...] Os deuses criadores no Egito, que inicialmente criaram a si próprios, também encarnavam simultaneamente, o masculino e feminino - eram andróginos. Ambos os elementos, masculino e feminino, não são apenas polos opostos; eles também incorporam um princípio dinâmico” (LOHWASSER, 2001, p.71).

³⁴³ “Outras mulheres reais possuíam os títulos de 'Adoradora Divina' (*dw3t ntr*) ou 'Alta Sacerdotisa' (*hmt nt* - 'esposa do deus'), em vez da nomeação singular de 'Esposa de Deus de Amon' em Karnak. O rei Aspelta (início do século VI a.C.) nos informa, em apoio à sua reivindicação ao trono em sua 'Eleição Stela', que sua avó era uma 'Divina Adoradora' (Eide et al. 1994-2000: I,240, 249; Vittmann 2007: 143), a 'Esposa de Deus de Amon' - eleita” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA,2016, p.287).

A “Esposa do Deus Amon”, vivendo em seu santuário em Tebas, realizava uma série de obrigações relacionadas ao bem-estar de seu marido divino. Dentre elas, deleitá-lo através da música, prover oferendas (libações de vinho e água fresca, alimentos, *maat*³⁴⁴, incenso, etc), construir santuários, liderar festivais em sua honra e rituais de proteção e rejuvenescimento em seu benefício. À vista disso, Joyce Tyldesley menciona as cenas da Capela Vermelha de Karnak, onde a sacerdotisa era, então, “purificada no lago sagrado antes de entrar no recinto do templo, segurando um leque com a imagem de um inimigo do Egito, e carregando a tocha flamejante que lhe permitiu acender um braseiro e realizar o ritual para destruir os inimigos pelo fogo” (TYLDESLEY In BUDIN; TURFA, 2016, p.275).

Ao longo do Terceiro Período Intermediário (1070-712 a.C.), a “Esposa do Deus Amon” ganhou maior importância enquanto o clero de Amon, enriquecido pelos faraós que se sucederam, estendia seus poderes sobre a região sul do Egito. Tradicionalmente, o título de “Esposa do Deus Amon” foi atribuído as mulheres da nobreza egípcia até que, os reis das XXV e XXVI dinastias reconheceram “essa posição como uma valiosa auxiliar do trono. Esses faraós instalaram suas filhas na posição, em Tebas, enquanto governavam a partir das capitais do norte, mantendo a presença da família real no Sul” (OSTINE In BUDIN; TURFA, 2016, p.224).

O processo de ascensão dos reis cuxitas é indissociável ao culto de Amon, tendo em vista, a aliança formada entre Alara e o clero amoniano por meio da consagração de sua irmã aos serviços do deus que, em troca, assegurou a realeza aos filhos de sua sacerdotisa. Nesse episódio, a religiosidade egípcia foi de encontro a antiga tradição matrilinear núbica, de modo a garantir que os filhos da favorita de Amon herdassem o trono cuxita, como demonstra Lohwasser³⁴⁵.

A consolidação desse vínculo entre sacerdotisa e deus, chegou anos depois, quando Kashta (770-750 a.C.) manobrou para que sua filha Amenirdis fosse adotada por Shepenwepet

³⁴⁴ “Personificada como uma deusa, *Maat* representava o conceito egípcio de ‘ordem mundial, equilíbrio, harmonia, justiça e verdade’. *Maat* era o conceito divinizado de ordem, a ‘justa medida das coisas que sustentam o mundo’. Mas *Maat*, esse ‘perfeito estado de coisas pelo qual se deve lutar’ estava constantemente sendo perturbado. O ato de oferecer *Maat* aos deuses simbolizava ‘a parceria entre deus e o homem’, mas também a dependência dos deuses dos esforços humanos para manter *Maat*” (AYAD, 2009, p. 61).

³⁴⁵ “Quando Taharqa citou as ancestrais femininas de sua mãe que eram irmãs de Alara, ele enfatizou o sistema napatano de descendência matrilinear através da mãe. A possibilidade de passar o direito ao trono foi transferida de Alara para suas irmãs que, então, legaram esse poder aos filhos. As ancestrais femininas eram importantes para que o rei reivindicasse o governo, e assim traçava sua linhagem até as irmãs de Alara. Por esta razão, elas eram especialmente reverenciadas” (LOHWASSER, 2001, p.65).

I, então detentora do título de “Esposa do Deus Amon”. A adoção resolvia apropriadamente um impasse ideológico que se opunha aos anseios políticos de Kashta que, desejando expandir sua autoridade ao Egito, se valeu da influência política e religiosa do posto de Amenirdis. Nesse sentido, Lohwasser e Phillips³⁴⁶ elucidam a respeito dos benefícios resultantes da instalação da princesa como “Esposa do Deus Amon”, para seu pai.

Após a morte de Shepenwepet I, Amenirdis assumiu o título de “Esposa do Deus Amon” que lhe possibilitou dispor de poderes temporais sobre Tebas e suas ricas províncias, como apontam os registros de sua atuação “por qualquer medida, ela deve ter sido uma hábil e vigorosa governante. Numerosas estátuas, estatuetas e outras representações pictóricas de sua imagem foram preservadas assim como objetos de uso pessoal” (WILLIAMS; FICH In VAN SERTIMA, 2007, p.24). Outro indício da extensão do prestígio de Amenirdis, se encontra em sua titulação – de acordo com Mariam Ayad³⁴⁷, a sacerdotisa cuxita foi a primeira a combinar os três títulos: “Esposa do Deus Amon”, “Divina Adoradora” e “Mão do Deus”.

O êxito de sua atuação como sacerdotisa, igualmente, pode ser mensurado pela autonomia com a qual escolheu a legatária do seu título, a filha de seu irmão Piankhi, que após ser adotada pela tia passou a se chamar Shepenwepet II. Com esse ato, se iniciou a uma breve e tácita dinastia cuxita baseada na transmissão do poder sacerdotal de tia para sobrinha, “Amenirdis I, Shepenwepet II e Amenirdis II eram núbias por sua filiação biológica, expressa pela menção de seus pais cuxitas Kashta, Piye (Piankhy) e Taharqo - reis poderosos da 25ª Dinastia” (LOHWASSER; PHILLIPS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.1024).

Nos anos³⁴⁸ em que atuaram como “Esposa do Deus Amon”, nomeadamente, Amenirdis I (*ca.* 740–700 a.C.) e Shepenwepet II (*ca.* 710–650 a.C.), incutiram características pessoais aos seus respectivos períodos de exercício sacerdotal, sobretudo, no que concernia a legitimação de seu título. Se anteriormente os poderes da “Esposa do Deus Amon” se achavam circunscritos,

³⁴⁶ “Embora nenhuma contraparte da EDA fosse conhecida em Cuxe, a influência política desta instituição foi usada de forma frutífera pelos cuxitas para estabilizar seu governo no Egito: com base na ideologia cuxita de realeza, era necessário a presença de um complemento feminino para um governo bem-sucedido. Na realeza egípcia, a complementaridade não tinha o mesmo peso como na realeza cuxita, mas a instituição da EDA preenchia os requisitos cuxitas” (LOHWASSER; PHILLIPS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.1024).

³⁴⁷ “Embora os três epítetos sejam agora comumente associados ao ofício de ‘Esposa do Deus Amon’, e sejam usados de forma intermitente pelos especialistas, no final do Novo Império e início do Terceiro Período Intermediário, diferentes mulheres possuíam os títulos de ‘Esposa do Deus Amon’ e ‘Divina Adoradora Divina’ (AYAD, 2009, p.19).

³⁴⁸ Conforme a datação proposta por Ayad (2009).

sob a autoridade das sacerdotisas cuxitas, a influência espiritual foi prologada para o plano secular onde foi reconhecida até mesmo pelos inimigos da XXV dinastia.

De fato, apesar da vitória militar e política que Psamético (664-610 a.C.) impôs a Tanutamun (664-657 a.C.), de modo a garantir sua pretensão ao trono, o faraó saíta necessitou recorrer a força do título de “Esposa do Deus Amon”, impondo a Shepenwepet II e, sua sucessora, Amenirdis II, a adoção de sua filha, a pequena princesa Nictoris, conforme elucida Ayad³⁴⁹. Entretanto, poucos anos depois, o cargo entraria em declínio, até ser finalmente extinto: a morte da última “Esposa do Deus Amon”, Ankhnesneferibre (*ca.* 595-525 a.C.), foi seguida da ascensão da XXVII dinastia (525-404 a.C.), pouco interessada em manter os antigos costumes egípcios.

Contrariamente, em direção a Quinta Catarata, o título de “Esposa do Deus Amon” legou vestígios sobre a sucessão real cuxita, segundo argumenta Phillips³⁵⁰. Mas, se reconhecemos que o poder das sacerdotisas do deus tebano, manteve uma certa continuidade, o mesmo deve ser inferido aos títulos de “Rainha Mãe” e “Esposa Real”.

Sem deixar de reconhecer a existência da autoridade política e religiosa imbuídas aos referidos cargos ocupados pelas mulheres da realeza cuxita, ao longo dos anos, diversos especialistas vêm debatendo acerca da existência de um princípio matrilinear capaz de, efetivamente, orientar os parâmetros da sucessão dos reis cuxitas.

Considerando a pujança do dogma da realeza egípcia, presente nos discursos míticos de fundação do estado, que legitimavam as aspirações do pretendente ao trono por sua ascendência duplamente masculina – ser filho de um deus e de um rei – Török³⁵¹ defende o predomínio da

³⁴⁹ “Com a mudança dinástica ocorrendo durante o exercício de Shepenwepet no cargo, Psamético I procurou estabelecer a reivindicação ‘legal’ de sua filha para suceder as princesas núbias como a nova ‘Esposa do Deus Amon’. Para tanto, ele fez com que as ‘Esposas’ núbias Shepenwepet II e Amenirdis II elaborassem uma transferência por escrito oficializando a nomeação de sua filha Nitocris como beneficiária” (AYAD, 2009, p.139).

³⁵⁰ “[...] no Terceiro Ano do governo de Aspelta, sua esposa Kheb (= Henuttahbit) foi eleita para o cargo de ‘Tocadora do Sistrum’ no templo de ‘Amani, o Touro da Nubia’ em Sanam, sucedendo Madiken - a viúva de seu irmão Anlamani e mãe de Kheb, [...]. Madiken, por sua vez, havia sucedido sua mãe Nasalsa, em meio a uma sucessão familiar que lembrava a ‘Esposa de Deus de Amon’” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA, 2016, p.287).

³⁵¹ “É nesse sentido que a sucessão colateral recebeu sua justificativa ideológica: de Kashta a Malonaqefi, ou seja, durante o período em que a evidência genealógica é ininterrupta, todos os governantes eram filhos de um rei [...]. Além disso, no discurso sobre o poder régio, vários documentos oficiais mencionam não apenas o predecessor imediato como fonte de legitimidade e, como elo de ligação entre os ancestrais e o atual governante. A memória de Alara foi evocada por seu quinto sucessor Taharqo como fundador de sua dinastia” (TÖRÖK, 1997, p.257).

herança patrilinear que asseguraria a passagem do trono de pai para filho. Morkot³⁵² afirma que poucos indícios corroboram a existência de um sistema matrilinear influenciado a eleição do novo rei. De maneira semelhante, Bruce Williams sustenta que “às vezes, em Cuxe, a sucessão era entre irmãos dando a aparência de ser matrilinear, e às vezes parece patrilinear, embora não exista um testemunho claro sobre a sucessão, além da *eleição divina*” (WILLIAMS, 2020, p. 440)

Entendemos que na qualidade de residência da XXV dinastia, Méroe, rapidamente conheceu e abraçou a fé em Amon; mas, sendo uma cidade de matriz núbia, solicitava a presença do elemento feminino para a manutenção do equilíbrio das forças que controlavam a existência.

Em Méroe, a passagem dos séculos operou uma significativa mudança na estrutura política de Cuxe, quando os tradicionais poderes espirituais e seculares das mulheres da realeza, se consolidaram em uma nova forma de liderança. Nesse sentido, Phillips³⁵³ salienta o dramático crescimento da importância e poder das mães, esposas e filhas do rei meroíta; Williams e Finch³⁵⁴ identificam uma relação direta entre o poder exercido pelas rainhas da XXV dinastia e as *candaces*. E ainda, Lohwasser e Phillips³⁵⁵, compreendem que o sistema de sucessão cuxita, foi pautado pela figura da “Mãe do Rei”.

³⁵² “Em Cuxe, estão documentados dois ciclos míticos de origem egípcia. As estelas Taharqo, em Kawa, enfatizam a semelhança do rei como Hórus, e sua mãe como a representante de Ísis. Os anéis meroíticos de Beg N 6 seguem o ciclo bem conhecido em relevos egípcios anteriores ai Deir el Bahari e Luxor, nos quais o rei é filho de Amon e da rainha. Esses ciclos míticos servem para legitimar o governo e têm uma influência relativamente pequena sobre a própria sucessão [...] exigia que um novo rei, fosse maduro e com suficiente *carisma* para impor sua autoridade. Pode ter havido uma ‘teoria’ para regulamentar a sucessão: mas ao menos que encontremos isso documentado textualmente, é, acredito, impossível reconstruí-lo a partir da evidência da sucessão real e das relações familiares” (MORKOT, 1999, p. 220).

³⁵³ “O título *candace* é registrado para pelo menos sete rainhas apenas no final do século II a.C. e no século I d.C., mas geralmente não é considerado como significando em uma rainha governante, embora algumas de fato governassem. Quatro rainhas, Amanirenas e Amanishakheto (ambas no final do século I a.C.), Nawidemak (final do século I a.C. ou início do século I d.C.) e Amanitore (meados ao final do século I d.C.) são declaradas como *qore* (meroítico: ‘rei’) e tão inquestionavelmente sentadas no trono, todas, exceto Nawidemak, que também manteve o título de *candace*” (PHILLIPS In BUDIN; TURFA, 2016, p.287).

³⁵⁴ “Na história de Cuxe, posterior à 25ª dinastia, o papel e a posição das *Candace* passaram a ser exemplificados de maneira importante: a prática de adotar formalmente sua nora, a Esposa Real. Identificamos essa atitude, semelhanças com as práticas verificadas entre as sacerdotisas-soberanas de Tebas, na 25ª dinastia [...]” (WILLIAMS; FICH In VAN SERTIMA, 2007, p.27).

³⁵⁵ “No período meroítico, dois títulos distintos são dados às mulheres reais: *candace* e *qore*. Enquanto *qore* significa ‘governante, rei’ e é usado por monarcas masculinos e femininos, *candace* é exclusivo para mulheres reais. O significado preciso não é claro, mas supõe-se que identifique a mãe do governante (Zach,1992). *Candace* é o título usado pelos autores clássicos para descrever a influência incomum das mulheres reais nos

Supondo que a heroína trágica Andrômeda tivesse alguma correspondência com as mulheres da realeza meroíta, de meados do século V a.C., e possuísse o poder de conferir a realeza para sua prole, podemos retomar a premissa da narrativa – de regresso a Grécia, Perseu se instalou em Tirinto e, unido a Andrômeda, gerou filhos e filhas que governaram Micenas.

Ignoramos o que de fato, saberiam Heródoto, Sófocles e Eurípides sobre aspectos da vida levada na “grande cidade, cujo nome é Méroe”. Entretanto é inegável que, especialmente, os referidos poetas trágicos acreditaram que o mito de Andrômeda trazia uma reflexão significativa à uma comunidade ateniense.

O mito de Andrômeda, a princesa filha do rei dos “etíopes”, que unida a Perseu originou a linhagem real de Micenas, corrobora a existência da conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe mas, principalmente, manifesta a reivindicação do pertencimento ideológico da princesa bárbara aos ideais defendidos pela polis: transformada em heroína trágica, Andrômeda emula os comportamentos e valores das princesas do passado mítico grego, e aceita seu terrível destino para garantir a salvação da comunidade.

assuntos do estado meroítico e os primeiros viajantes europeus ao Sudão pensavam que era um nome pessoal (Candace, em inglês)” (LOHWASSER; PHILLIPS In EMBERLING; WILLIAMS, 2020, p.1023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa foi centrada em Andrômeda, personagem mítica transformada em heroína trágica por Sófocles e Eurípides, cujas desditas ilustraram centenas de vasos cerâmicos áticos. Tomamos Andrômeda, enquanto filha do rei dos “etíopes”, como representação das meroítas da nobreza e, a partir disso, procuraremos identificar semelhanças e diferenças, com as atenienses bem-nascidas.

No primeiro capítulo, investigamos os papéis socialmente atribuídos as mulheres em Atenas e Méroe, em meados do século V a.C., buscando cotejar aspectos do cotidiano feminino com as questões abordadas nas tragédias de Sófocles (*ca.* 442 a.C.) e Eurípides (412 a.C.), sobre o mito de Andrômeda. Analisamos os enredos das duas tragédias, os relacionando com as cenas registradas pelos ceramistas, nos vasos cerâmicos.

Para tanto, principiamos realizando uma contextualização da sociedade ateniense, de meados do século V a.C., reconhecendo suas conquistas e contradições. Como em outros momentos do século V a.C., Atenas se encontrava sob ameaça da dominação inimiga, dividida entre prognosticar adequações ao estado de guerra e contabilizar suas primeiras baixas.

Entre os séculos VII e IV a.C., o promontório da Ática, foi uma divisão territorial autônoma e centralizada administrativamente na polis de Atenas, que se constituía através do amálgama entre os espaços urbano, *ásty* e rural, *chôra*. Ainda que a propriedade fundiária não fosse pré-requisito ao direito à cidadania, destacamos que em uma sociedade na qual a noção de riqueza se fundamentava na terra, sua posse gerava prestígio social e, conseqüentemente, político.

Por volta de meados do século V a.C., a assembleia havia se tornado a principal instituição política de Atenas, sobrepujando o tradicional Areópago em termos de preponderância junto ao corpo de cidadãos. As reformas anteriormente idealizadas por Elfiates, viabilizaram a passagem do poder para a comunidade de cidadãos e destituíram a aristocracia de seu principal instrumento para influenciar no governo da polis.

Independente dos avanços e retrações do sistema político isonômico ateniense, a proibição do envolvimento das atenienses nas questões da polis permaneceu inalterada. Em termos de hierarquia social, as mulheres cuja filiação fosse duplamente ateniense, ocupavam precedência sobre as demais; poucas contavam com os privilégios da riqueza e linhagem, enquanto a maior parte delas não dispunha de tais atributos.

Constatamos que as atenienses foram condicionadas segundo categorias rígidas para um grupo que ocupava uma posição tão ambígua na comunidade: excluídas da vida pública, eram seus corpos que carregavam os futuros cidadãos; não possuíam direitos políticos, mas contribuíam para a prosperidade espiritual da polis, participando das celebrações cívico-religiosas.

Normativamente proscritas e indiretamente assimiladas, a existência contraditória das mulheres foi marcada por tensões e ajustes frente a dominação masculina que vigorava em Atenas. De acordo com Marta Andrade, “a cidade exclui do poder a mulher, mas integra o feminino, submetido, pela via do casamento legítimo, e da religião” (ANDRADE, 2001, p. 35).

Em Atenas, a divisão das atividades necessárias ao funcionamento da polis, foram baseadas no binarismo da anatomia humana que, em suas últimas consequências, forjaram os diferentes modelos de comportamentos que passaram a caracterizar as identidades sociais dos homens e das mulheres.

Dessa forma, se esperava que uma esposa dominasse os conhecimentos especializados para realizar os trabalhos de utilidade premente, ou seja, garantir a vestimenta e alimentação do grupo familiar. Em situações ideais, a natureza da ocupação das esposas – fosse a gerência ou execução das atividades de manutenção do lar – bastava para mantê-las ininterruptamente no *oïkos*.

Percebemos que os esforços do discurso oficial, para regular a circulação e os corpos das mulheres, buscava assegurar uma prole legítima e, prioritariamente, masculina. Antes de ser entendida como consequência da vida matrimonial ou um privilégio íntimo, a maternidade era um dos principais deveres da esposa para com o *oïkos* do marido.

Depois de definirmos o papel das mulheres na sociedade ateniense do século V a.C., passamos ao estudo do teatro e a tragédia, para compreendermos as relações entre arte e sociedade e, especificamente, como as personagens femininas trágicas foram representadas.

Segundo os registros documentais, os primeiros dramas trágicos foram representados por volta de 534 a.C., no templo dedicado a Dioniso, durante a primavera, quando Atenas celebrava as primeiras edições das Grandes Dionísias. O teatro era percebido como um local associado ao devaneio e o engano, reservado para assistir a execução da arte dramática – essa sequência de ações que simulam os feitos heroicos do passado.

Constatamos que os homens e as mulheres do passado heroico, revividos pela arte dramática no teatro, se tornaram protagonistas da ação trágica por conta de desventuras inesperadas que se abatem sobre sua existência. Sua desgraça era resultando não de um grave desvio de caráter, mas em decorrência de um erro de julgamento frente as adversidades da vida.

Destarte, consideramos as versões sofocliana e euripidiana de *Andrômeda* com o intuito de identificar elementos da conectividade entre a Grécia e Cuxe, tomando a protagonista trágica como um ponto de partida para caracterizar a mulher da realeza meroíta.

No segundo capítulo, iniciamos nossa argumentação salientando as vantagens resultantes da aproximação entre geografia e história, aos estudos sobre a África. Nesse sentido, a noção de espaço geográfico, nos permitiu compreender o desenvolvimento das relações travadas entre os grupos humanos e seu meio natural, cuja materialidade se expressou na criação de padrões de assentamento, técnicas e modos de produção.

Por conseguinte, passamos a análise das características gerais da geografia física da África, para entendermos como os componentes e fenômenos, bióticos e abióticos, influenciaram na organização e nas atividades humanas. Ao estudarmos aspectos como relevo, clima, hidrografia e vegetação, percebemos o nexos entre a natureza africana e os processos de hominização, assentamento e revolução neolítica – todos ocorridos em solo africano.

Desse modo, verificamos a importância do Rio Nilo, enquanto centro de neolitização, uma vez que se trata de um fenômeno que também depende de condições ambientais específicas. Percebemos que a segurança alimentar proporcionada pelo solo aluvial das margens nilóticas, está na origem de uma sequência de transformações materiais e subjetivas que culminaram no estabelecimento da civilização egípcia.

Além de assegurar as necessidades humanas de água e alimentação, o Nilo se revelou como uma útil via de comunicação e transporte, mediante o uso da navegação fluvial. E, em meados do terceiro milênio a.C., a engenharia náutica egípcia, fabricava navios adaptados para realizar expedições marítimas.

As particularidades da bacia hidrográfica do Nilo, que facilitavam o acesso a extensa foz do rio, conduziram as embarcações egípcias até as águas salinas do Mar Mediterrâneo, onde um vibrante comércio intercontinental se achava em curso. De fato, a posição geográfica e condições ecológicas do Mediterrâneo, favoreciam a navegação de cabotagem: antes de atuar como um obstáculo, o mar promoveu a interação humana, formando linhas intangíveis que conectavam cidades no Egito, Palestina, Síria, Chipre, Fenícia e Creta.

Desse modo, levamos em conta a *Social Networks Analysis* de Irad Malkin, que enfatiza a importância das interações entre entidades sociais, examinando seus padrões e implicações. Malkin propôs o conceito de conectividade, considerando o Mediterrâneo enquanto meio articulador de redes de contatos que aproximavam localidades distantes, “embora a escala de Heracleia e Schinoussa seja pequena e local, a dinâmica da conectividade pode ser estendida a todo o Mediterrâneo” (MALKIN et al, 2007, p. 4). Essa abordagem teórica, capitaliza o

estabelecimento de vínculos entre unidades que interagem entre si: em outras palavras, contatos em pequena escala são considerados fundamentais para o desenvolvimento de redes de conexão.

Para compreendermos o desenvolvimento do conceito de conectividade, estudamos o Mar Mediterrâneo, partindo da análise dos processos geomorfológicos que o originaram sua estrutura física e biológica. Entender a evolução do meio natural do Mediterrâneo, nos permitiu identificar como os grupos humanos se adaptaram as suas condições naturais.

Buscamos, particularmente, distinguir em que medida a Grécia Antiga, foi influenciada pelos aspectos particulares do ambiente mediterrâneo - como a dinâmica do ecossistema, sistemas de bacias hidrográficas, riscos naturais e degradação do solo afetaram diretamente o cotidiano dos homens e mulheres. Percebemos que, a interação dos gregos com o mar, foi marcada pela ambiguidade: as pilhagens e conquistas de novas terras, eram acompanhadas pelo receio de violência e morte.

Sobrepujando seus temores, os gregos persistiram na exploração marítima de suas cercanias que, além dos recursos materiais, trouxe o retorno do contato com povos de diversas regiões. A navegação do Mediterrâneo, proporcionou contatos entre etnias, culturas e crenças, da Europa, África e Ásia, ao que constatamos que “esses espaços interagem e comunicam-se entre si, nomeadamente pelas trocas comerciais, mas também pela circulação de pessoas” (CANDIDO, 2017, p. 3).

Percebemos que a conectividade viabilizada pela navegação do Mediterrâneo, encontrou expressão na mitologia grega, em episódios que contam sobre a fundação de cidades e casamentos entre deuses e mulheres da realeza egípcia e fenícia. Segundo as narrativas míticas, tais uniões, geraram dinastias que governaram importantes poleis da Grécia.

Constatamos que, para além do comércio de bens materiais, as diversas sociedades antigas dos entornos do Mediterrâneo, permutaram ideias, sensibilidades, tecnologias, linguagens, tradições e religiosidades. Gregos, egípcios, assírios, cipriotas, fenícios se influenciaram mutuamente e, em uníssono, constituíram uma rede de conectividade que atenuou a distância geográfica e promoveu uma autêntica sinergia entre todos.

No terceiro capítulo, propusemos uma discussão acerca da historiografia da África, considerando os discursos alvitados pela intelectualidade europeia e colonialista do século XIX, cuja hegemonia foi sistematicamente questionada por acadêmicos pós-coloniais dos anos finais do século XX.

Vimos que a hegemonia eurocêntrica, magnificada pelo autodeclarado protagonismo europeu na construção de uma narrativa história que se pretendia universal, passou a ser

questionada somente a partir de em meados anos de 1980, devido à emergência dos chamados estudos pós-coloniais, que trouxeram críticas a “interpretação demasiado rígida da relação entre centro e periferia que confina a história da expansão colonial precisamente à categoria de episódio ‘periférico’, escondendo a sua função constitutiva na experiência global da modernidade” (MEZZADRA et al, 2008, p.17).

Entendemos que os estudos pós-coloniais, por sua postura crítica, contestam o discurso histórico convencional que, à época, se achava comprometido com a manutenção de uma narrativa unívoca e totalizante – dito de outra forma, eurocêntrica –apresentada como característica fundamental da modernidade.

Defendemos a conveniência de renovar a historiografia das sociedades anteriormente colonizadas, ao que procuramos ressaltar o protagonismo africano e suas numerosas contribuições ao enriquecimento da experiência histórica humana e, conseqüentemente, para a construção narrativa da história global.

Assim sendo, percebemos que embora os estudos pós-coloniais sejam cronologicamente posteriores, do ponto de vista epistemológico se encontram relacionados ao empenho de gerações pioneiras de historiadores africanos e afro descendentes, comprometidos com o estudo da antiguidade clássica africana.

Inicialmente, os estudos da África Antiga, se encontravam sob domínio de perspectivas eurocêntricas que perpetuavam os tradicionais discursos historiográficos acerca da inferioridade dos africanos, negando o reconhecimento do Egito como uma civilização natural da África. Nesse sentido, constatamos que o trabalho acadêmico e militância, se tornaram faces da mesma moeda para muitos pesquisadores, de modo que “os intelectuais africanos tomaram consciência de sua responsabilidade social no processo da diáspora desencadeado pela condição colonial” (CANDIDO, 2018, p.22).

Portanto, realizamos um conciso levantamento de historiadores africanos e afrodescendentes que, atuando entre os anos de 1950 e 1970, contribuíram decisivamente para que o estudo da África Antiga conquistasse espaço e relevância, no meio acadêmico dominante.

Percebemos que seus esforços intelectuais, frutificaram na criação de disciplinas curriculares, grupos de pesquisa, revistas acadêmicas, dissertações e teses. Em instituições acadêmicas dos Estados Unidos, os trabalhos de Van Sertima e Cheik Anta Diop influenciaram uma geração de estudiosos que, desenvolvendo pesquisas multidisciplinares sobre a história e cultura das sociedades africanas, se reuniram sob a denominação de afrocentristas.

Constatamos que se trata de um instrumental teórico comprometido com a recuperação do protagonismo africano, na construção de sua narrativa histórica, mediante sua

conscientização política – percebida um tipo de resposta aos séculos de marginalização sofrida e que viabiliza uma atuação independente e desprovida de paternalismos externos.

Entendemos que a teoria afrocentrada e os estudos pós-coloniais, viabilizaram e corroboraram com a ideia de *Antiguidade expandida*, proposta por Pedro Paulo Funari (2005) e retomada por Nei Lopes (2012). Logo, sociedades anteriormente caracterizadas segundo uma presumida incapacidade para deixar um legado significativo, foram reconhecidas enquanto “parte de uma Antiguidade expandida, não mais limitada no tempo e no espaço” (FUNARI, 2005). Do mesmo modo, Lopes aponta que “na África, surgiram sociedades também elaboradas, apesar de ágrafas, todas essas culturas passaram a ser consideradas parte de uma Antiguidade expandida” (LOPES, 2012, p.32).

Logo, concluímos que alguns dos critérios tradicionalmente relacionados a definição desse período – tempo, espaço, escrita e organização social – foram manobrados segundo as intenções políticas de certos intelectuais europeus do século XVIII. Defendemos a importância de reformulação do conceito de Antiguidade que, simultaneamente, permite o resgate de uma ancestralidade holística e ressalta modelos compartilhados, independentemente da distância geográfica ou cronológica.

Sob tal horizonte epistemológico, iniciamos nossa investigação sobre Cuxe que, se por um lado, não suscita debates acerca de sua origem africana, por outro, se acha intrincando na grande subárea dos estudos núbios. Havia uma tendência, entre os eruditos do século XX, em definir a história e cultura da Núbia como suplementar ao Egito. László Török, assinalou que, “impressionados com a aparência egípcia da cultura núbia, os primeiros estudiosos da história núbia descreveram o nexó egípcio-núbio em termos de conquistador e conquistado, iniciador e seguidor, modelo e imitação” (TÖRÖK, 2014, p.4).

Percebemos que outra dificuldade ao estudo de Cuxe, concerne a documentação, pois tanto o estudante quanto o erudito, são conduzidos aos volumes de *Histórias*, coletânea de livros escritos por Heródoto (ca. 480/425 a.C.). Entretanto, constatamos que a leitura da antologia, revela expressivas inconsistências, dado que Heródoto mescla elementos fictícios e verdadeiros.

Em vista disso, seguimos o julgamento de Török (2014), que retoma as “Etiópias” descritas em *Histórias*, procurando cotejá-las mediante os conhecimentos históricos e arqueológicos, a respeito do reino de Cuxe. Segundo afirmou Török, nos textos gregos em geral e, particularmente na antologia herodotiana, Cuxe é denominada de Etiópia (Αἰθιοπία). Logo, salientamos que Cuxe, se consolidou como um reino que integrava uma ampla região do nordeste africano, denominada Núbia.

Por conseguinte, constatamos que a investigação sobre Cuxe demandava compreender sua origem núbia para, então, analisar o transcurso histórico que culminou na consolidação do reino autônomo.

No IV milênio a.C., vestígios arqueológicos indicavam que os egípcios do norte e os núbios do sul, chegaram a compartilhar técnicas de produção e entabularam um intenso comércio, dado que “há sinais de contatos entre os núbios do Grupo A e os egípcios durante o período pré-dinástico, fortalecendo-se os primeiros em razão da crescente demanda egípcia por bens de luxo” (LIMA, 2016, p. 154).

A convivência entre núbios e egípcios, sofreria uma significativa alteração ao longo do IV milênio a.C., à medida que o Egito se unificava como Estado, os povos núbios mantinham sua autonomia política e identidade cultural sem, necessariamente, se organizarem de forma semelhante. Uma vez centralizado, o Estado egípcio empreendeu massivas campanhas militares contra seus vizinhos, do território agora denominado de Ta-Seti.

Entre situações de êxitos e reveses, ao longo dos séculos, observamos a manutenção da presença e exploração egípcia de diversos recursos materiais núbios: caravanas vindas do Norte, atravessavam o território transportando incensos, ébano, peles de pantera e mármore, enfim, objetos e matérias-primas exóticas.

Contatamos que, ao longo dos séculos, os antepassados núbios dos cuxitas se valeram de diferentes táticas de resistência a dominação egípcia, não obstante seu grau de eficácia. Por certo, houve períodos de maior estabilidade da hegemonia do Estado egípcio em territórios núbios; todavia, as situações de crise no Egito, foram aproveitadas pelos vassallos da Núbia que, nesses hiatos, buscavam recrudescer seu poderio regional.

Percebemos que esse padrão sofre uma drástica mudança sob o reinado da XVIII dinastia, quando o controle sobre a Núbia foi definitivamente recuperado pelo Estado faraônico. Por certo, sua administração não se limitou ao uso de forças coercitivas ou burocráticas, e adotou expedientes moderados como a fundação de cidades e templos – construídos em honra a divindades egípcias.

Um expediente que se mostrara efetivo, aos planos do Estado faraônico, foi o cargo de “filho do rei de Cuxe” e sua comitiva de funcionários, para as regiões de Uauat e Cuxe. Essa a prática de recrutar membros das nobrezas regionais para o exercício de cargos prestigiosos, foi mantida porque favorecia “um modelo de exploração que busca se manter com a menor intervenção possível, impondo-se como uma superestrutura sobre as estruturas economicossociais nativas” (LIMA, 2016, p.186).

Em meio ao declínio da autoridade da XX dinastia, outros grupos passaram a demonstrar suas aspirações ao poder, dentre os quais, os sumos sacerdotes de Amon se revelaram os mais articulados. A ausência de centralização política do Estado egípcio, dentre outras consequências, diversos territórios núbios voltaram a experimentar uma conhecida autossuficiência.

Ao longo dos séculos compreendidos no Terceiro Período Intermediário (1070-712 a.C.), as classes dominantes de regiões da Baixa Núbia, Uauat e Cuxe, vinham aumentando sua influência política e, para tanto, se utilizaram de suas experiências administrativas previamente adquiridas durante a soberania egípcia, para dar continuidade ao governo de suas regiões de influência.

Entendemos os seis séculos que compreendem a duração do Terceiro Período Intermediário, possibilitaram que a classe dominante cuxita se reestruturasse ideológica e politicamente, para então governar seu território de forma autônoma. Desse modo, partilhamos da posição defendida por Török que, ao propor uma longa cronologia para a análise dos sepulcros de necrópoles cuxitas, salienta o lento e complexo transcurso que possibilitou a classe dominante passasse de uma liderança local a uma autêntica linhagem de reis cuxitas.

Percebemos que a ascensão da dinastia cuxita estava relacionada ao desenvolvimento de Napata, localizada na região da Quarta Catarata e Djebel Barcal, “o centro mais meridional de dominação egípcia” (TÖRÖK, 1997, p.94). Thutmés III (1479-1425 a.C.) foi o fundador cidade, inicialmente concebida enquanto posto alfandegário.

Ao longo dos anos de retração da autoridade egípcia, o clero amoniano de Napata passou a apoiar uma família principesca que, iniciada no culto ao deus, consagrou-lhe uma de suas filhas por meio de “Alara, o primeiro rei napatano cujo nome conhecemos, é conhecido por ter se comprometido com o culto de Amon, ao dedicar sua irmã ao serviço de seu templo em Kawa” (EDWARDS, 2004, p. 116).

Desse modo, em meados do século VIII a.C., Cuxe se consolidou como estado autônomo com condições materiais e espirituais para pressionar o Egito – dividido entre autoridade das dinastias de Leontópolis e Sais. Considerando essa situação e dispondo dos recursos necessários para uma campanha militar, Kashta (770-750 a.C.) sucessor de Alara, deu início ao processo expansão dos domínios cuxitas em direção ao Egito.

Constatamos que o apoio do clero amoniano, conferiu legitimidade divina às ações políticas de Kashta e, lançava as bases do argumento ideológico que justificava sua pretensão ao trono do Egito “com a ajuda de colaboradores tebanos, os napatanos reviveram a teologia do

'*ma-ta*' egípcio do Novo Império, com o intuito de resgatar a glória anterior do império e restaurá-la magicamente sob seu governo” (SMITH, 1998, p. 270).

Em outra hábil manobra religiosa, que frutificaria em mais poder político, Kashta garantiu que sua filha, Amenirdis, fosse adotada por Shepenwepet – que, à época, atuava como Divina Adoradora de Amon. Se tratava do mais prestigiado cargo de sacerdócio feminino, pois sua ocupante era reconhecida como a esposa do deus e compartilhava de sua soberania religiosa. Török afirma que “a instalação da filha de Kashta como presumível Divina Adoradora é o momento chave no processo de extensão do poder cuxita sobre os territórios egípcios” (TÖRÖK, 1997, p.148-49).

Os sucessores de Kashta, tencionaram dar prosseguimento ao exercício da hegemonia cuxita, sob as terras entre o Vale e Delta do Nilo, conquistando cidades egípcias estratégicas e, eventualmente, acompanhando a movimentação política no Oriente Próximo. Entretanto, em meados do século VII a.C., o rei cuxita Taharqa declarou guerra ao Império Assírio, liderado por Assurbanipal – principiando uma sequência de enfrentamentos militares e políticos que culminaram no enfraquecimento da hegemonia de Cuxe sobre o Egito.

Durante o reinado de Tanutamun (664-657 a.C.), Assurbanipal invadiu Tebas, saqueando brutalmente a cidade egípcia consagrada ao culto de Amon. O acontecimento ocasionou graves consequências a base ideológica dos reis da XXV – que justificavam seu direito de governar, segundo a vontade do deus tebano. Com Tanutamun, se iniciou o prelúdio do fim da dupla monarquia que governava Cuxe e o Egito.

Esses acontecimentos foram sucedidos por anos de considerável estabilidade das relações políticas entre Cuxe e o Egito com uma aparente aceitação, por ambos os países, dos novos arranjos estabelecidos na região do Médio Nilo. A trégua velada, foi rompida por Psammetichus II (595-589 a.C.) que, em 591 a.C., realizou campanha militar contra o rei cuxita, Aspelta (*ca.* 593/568 a.C.). O faraó conduziu um exército de “mercenários gregos e cários, que deixaram inscrições em Abu Simbel, levou a guerra até Napata. Talvez tenha depredado o próprio templo de Jebel Barcal, como indicariam as estátuas partidas” (SILVA, 2012, p.136).

Entendemos que, devido a incursão vitoriosa do faraó inimigo ou em razão das condições climáticas e econômicas, o fato é que ainda sob o reinado de Aspelta, ocorreu a transferência da capital cuxita para uma cidade encravada nas profundezas da Alta Núbia, chamada Méroe - um autêntico momento de inflexão na história do reino.

Localizada entre a Sexta e a Quinta Cataratas, o relevo, hidrografia e clima de Méroe favoreciam a agricultura e pecuária – essa, frequentemente associada a base da riqueza pela qual a cidade se tornou conhecida. Nos anos finais do século VI a.C., quando Aspelta promoveu

a transferência da capital cuxita para Méroe, a cidade desfrutava da condição de polo mercantil e, quiçá, tecnológico.

Constatamos que a transferência da capital cuxita para Méroe, ocasionou modificações de diversas ordens – dentre as quais, o exercício da autoridade. Não obstante o sistema político cuxita, fosse monárquico e centralizado na família real, os reis que governaram a partir de Méroe, passaram a adotar um modelo político distinto ao egípcio.

De fato, as etapas que compreendiam o processo sucessório cuxita, apresentavam características políticas e religiosas que manifestavam a influência das duas tradições – cujo resultado, causava surpresa aos diversos observadores estrangeiros, que procuraram registrar tais práticas.

Ao se referir aos “etíopes macróbios”, Heródoto observou que “com a realeza é o seguinte: escolhem aquele que dentre os cidadãos for mais alto e que tenha a sua força conforme o seu tamanho, e esses eles julgam digno de ser seu rei” (*His.* 3.20). Em que pese a aparente obscuridade de tal afirmação, inferimos que o historiador se surpreendeu ao encontrar um regime monárquico no qual os aspirantes ao trono, deveriam se provar dignos de sua pretensão.

Os expedientes de investidura do novo rei cuxita, apresentavam simultaneamente características políticas e religiosas, dado que se tratava de assumir um posto monárquico e divino; no plano material, o aspirante seguia os critérios para comprovar sua descendência legítima de acordo com as regras de sucessão tradicionais e, no plano espiritual, necessitava testificar a anuência de Amon para sua pretensão ao trono.

Como vimos, a partir da influência da XVIII dinastia, o culto a Amon em Djebel Barcal gradualmente conquistou ampla adesão em Cuxe e, dentre suas consequências, viabilizou a introdução de outras divindades egípcias como Ísis, Osíris e Hórus. Embora mantivessem seus papéis, hierarquia e atributos originais, em algumas regiões, os deuses e as deusas egípcias chegaram a exibir características nativas da Núbia.

Antes de se tornar capital de Cuxe, Méroe já se encontrava ajustada as diretrizes do culto amoniano e a sua ideologia política, tanto porque, os reis da XXV dinastia passaram a residir em Méroe, a que Taharqa (690 – 694 a.C.) comissionou a construção do primeiro santuário de Amon na cidade.

Percebemos que em Méroe, especialmente as rainhas, passaram a apresentar algumas diferenciações com relação as suas conterrâneas de Napata. No culto aos deuses, os cargos ocupados pelas mulheres da realeza cuxita contribuíram para a formação da ideologia política que fundamentava a legitimidade do poder real, mediante sua dupla atuação, na qual emulavam as funções desempenhadas pelas divindades femininas – mães e companheiras.

Desse modo, ao suceder a “Rainha-Mãe” em termos de deferência, a “Esposa Real”, participava ativamente da cerimônia de coroação e dos ritos religiosos presididos pelo rei, representando o poder feminino que complementava o masculino. Salientamos que nas religiões da antiguidade, os ritos eram um meio para acessar o tempo mítico, quando o rei presidia uma cerimônia religiosa, tinha o poder de representar a potestade masculina e reencenar um evento primordial.

Defendemos que o processo de ascensão dos reis cuxitas foi indissociável ao culto de Amon, tendo em vista, a aliança formada entre Alara e o clero amoniano por meio da consagração de sua irmã aos serviços do deus que, em troca, assegurou a realeza aos filhos de sua sacerdotisa. Nesse episódio, a religiosidade egípcia foi de encontro a antiga tradição matrilinear núbica, de modo a garantir que os filhos da favorita de Amon, herdassem o trono cuxita e “as ancestrais femininas eram importantes para que o rei reivindicasse o governo, e assim traçava sua linhagem até as irmãs de Alara. Por esta razão, elas eram especialmente reverenciadas” (LOHWASSER, 2001, p.65).

Entendemos que, como residência da XXV dinastia, Méroe conheceu e abraçou a fé em Amon; mas, sendo uma cidade de matriz núbica, solicitava a presença do elemento feminino para a manutenção do equilíbrio das forças que controlavam a existência. Logo, a passagem dos séculos operou uma significativa mudança na estrutura política de Cuxe, quando os tradicionais poderes espirituais e seculares das mulheres da realeza, se consolidaram em uma nova forma de liderança.

Assim, supondo que Andrômeda tivesse alguma correspondência com as mulheres da realeza meroíta, de meados do século V a.C., e possuísse o poder de conferir a realeza para sua prole, podemos retomar a premissa da tradição: Perseu, ao regressar para a Grécia, se instalou em Tirinto e, unido a Andrômeda gerou filhos e filhas que governaram Micenas.

Concluimos que o mito de Andrômeda, a princesa filha do rei dos “etíopes”, que unida a Perseu originou a linhagem real de Micenas, corrobora a existência da conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe. Mas, principalmente, manifesta a reivindicação do pertencimento ideológico da princesa bárbara aos ideais defendidos pela polis: transformada em heroína trágica, Andrômeda emula os comportamentos e valores das princesas do passado mítico grego, e aceita seu terrível destino para garantir a salvação da comunidade.

A guisa de encerramento das nossas considerações finais, destacamos nossa análise documental, realizada mediante o instrumental metodológico da “*Análise do Conteúdo*”, tal como proposto por Maria Regina Candido, uma vez que nos possibilita adequar conceitos que, preliminarmente, figuram de maneira velada no discurso poético.

Assim, estudamos os fragmentos de *Andrômeda*, segundo as versões de Sófocles (ca. 442) e Eurípides (412 a.C.), considerando as características poéticas específicas de cada um dos tragediógrafos, buscando relacioná-las com elementos da realidade social ateniense.

Desse modo, privilegiamos a coleção “*The Fragments of Sophocles - vol I*” (1917) editado Richard Claverhouse Jebb, W.G. Headlam e A.C. Pearson. Em seguida, examinamos “*Sófocles - Fragmentos*” (1983) com introdução, tradução e notas de José María Lucas de Díos, obra que dialoga com as investigações mais recentes, de sua época, acerca dos fragmentos sofoclianos.

Tendo em vista que Sófocles participou ativamente da vida pública de Atenas, ocupando cargos administrativos, não figura exagerado reconhecer o tom pedagógico e politicamente orientado de suas tragédias: a ação de suas personagens se dava segundo o “ideal de conduta humana que foi a criação peculiar da cultura e da sociedade ao tempo de Péricles” (JAEGER, 2003, p.321).

Logo, a obra sofocliana, possuía enredos centrados em preocupações da comunidade políade, como o significado e os limites da cidadania, as responsabilidades dos líderes com o povo, a educação social dos jovens e a ética política, de modo que “os tebanos olham para Édipo quase como um deus; em *Antígona*, o público se opõe ao edito de Creonte, mas está aparentemente paralisado pelo medo; em *Édipo em Colono*, os aldeões de Colono não pode tomar nenhuma decisão nem ação sem Teseu” (SOMMERSTEIN, 2004, p.48).

Entendemos que em *Andrômeda*, Sófocles deu continuidade à sua defesa ao sistema democrático, enfatizando sua superioridade enquanto forma de governo que, orientado pelo princípio da isonomia, assegurava ao povo ateniense a preponderância sobre as decisões referentes a condução da polis.

Para o estudo da *Andrômeda* de Eurípides, utilizamos “*Euripides Fragments Aegues-Meleager*” (2008), editado e traduzido por Christopher Collard e Martin Cropp. Prontamente, verificamos “*Os fragmentos de Andrômeda de Eurípides*” (2016), artigo de Clara Crepaldi, que reúne seus os comentários e traduções dos trechos remanescentes da tragédia.

Se tratando de Eurípides, “o mais trágico dos poetas” (*Poét.* 1453a, 30), aludimos sua inserção ativa na vida políade, expressa nas temáticas que norteavam seus enredos e na influência sofista, presente nos diálogos travados entre as personagens. Todavia, os anos finais do século de Eurípides, a democracia ateniense entrava em crise, em razão do abalo que acometeu um de seus principais pilares, a dizer, a noção de cidadania.

Cronista de seu tempo, Eurípides se interessou pela condição feminina na comunidade políade e conferiu protagonismo as mulheres e suas querelas – o que não evitou a fama de

misógino. Na obra euripidiana, encontramos testemunhos significativos acerca do estatuto das atenienses e sua realidade – casamento, maternidade, submissão sexual e virgindade.

A versão euripidiana de *Andrômeda*, foi representada pela primeira vez pouco depois da expedição militar na Sicília (413 a.C.), que casou o aprofundamento das disputas políticas em Atenas e trouxe dúvidas sobre sua supremacia naval. Nesse sentido, entendemos que tal como a análise de Kosak sobre *Ifigênia em Tauris*, *Andrômeda* pode “fornecer lentes úteis para considerar as ações e decisões da cidade neste momento da Guerra do Peloponeso” (KOSAK in McCLURE, 2017, p. 219).

Constatamos que embora em *Andrômeda*, a ação ocorresse no tempo dos heróis e fora dos limites do Mediterrâneo, problematizava questões como as diferenças entre gregos e bárbaros, casamento, concubinato, riqueza e revezes da fortuna, na mesma medida, em que “incorporava os temas do cativo, opressão, perigo do mar, resgate e fuga” (WRIGHT, 2005, p. 126).

Desse modo, defendemos que o mito de Andrômeda - princesa “etíope” que unida a Perseu, deu origem a linhagem real de Micenas - deve ser compreendido como uma metáfora da existência da conectividade sociocultural entre a Grécia e Cuxe mas, principalmente, endossava a reivindicação do pertencimento ideológico da princesa bárbara aos ideais defendidos pela polis dos atenienses: como heroína trágica, Andrômeda emulava os comportamentos e valores das princesas do passado mítico grego, ao aceitar sua morte para garantir a salvação da comunidade.

REFERÊNCIAS

Documentos

EURÍPIDES. *Andrômeda*. Tradução de Clara Lacerda Crepaldi. Estudos Linguísticos e Literários, Nº 55, Núm. Especial, 2016, Salvador: pp. 356-373.

EURIPIDES. *Fragments: Aegeus-Meleager*. Tradução e estudos de Christopher Collard e Martin Cropp. Cambridge: Harvard University Press: 2008.

SÓFOCLES. *Fragments*. Introdução, tradução e notas de José Maria Lucas de Díos. Espanha: Editorial Gredos, 1983.

SOPHOCLES. *The Fragments of Sophocles*. Tradução, notas e edição de Richard Claverhouse Jebb, W.G. Headlam e A.C. Pearson. New York: Cambridge University Press, 2009.

Referências Bibliográficas

ADAM, Shehata; VERCOUTTER, J. A importância da Núbia: um elo entre a África central e o Mediterrâneo. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 213-234).

ALAMILLO, Assela. *Sófocles-Tragedias*. Madrid: Editorial Gredos, 1983.

AMAZA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol. IV. São Paulo: Selo Negro, 2009 (pp. 111-28).

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ANDRADE, Marta Mega. *A “Cidade das Mulheres” - Cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

ANTONACCIO, Carla. Greek colonization, connectivity, and the Middle Sea In: SOUZA, Philip de; ARNAUD, Pascal; BUCHET, Christian. *The Sea in History: The Ancient World*. Nova York: The Boydell Press, 2017 (pp. 214-23).

ANTUNES, Leonardo B. Hino Homérico 6, A Afrodite. Neolympikai. 2013. Disponível em: <http://neolympikai.blogspot.com/2013/03/hino-homerico-6-afrodite.html>. Acesso: 31.jan.2019.

ARILLA, M^a José Aguilera; URIBEONDO, M^a Pilar Boderías; YANCI, M^a Pilar Gonzáles; PRECIADO, José Miguel Santos. *Geografía General I - Geografía Física*. Madri: Editorial UNED, 2009.

ARISTÓTELES. *A poética*. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. *A política*. Tradução de Nestor Silveira Chaves. 2^a ed. EDIPRO: Bauru, 2009.

ARRUZ, Joan; GRAFF, Sarah B.; RAKIC, Yelena (eds.). *Cultures in Contact: From Mesopotamia to the Mediterranean in the Second Millennium B.C*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 2013.

_____. *Assyria to Iberia at the Dawn of the Classical Age*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2014.

ARRUZ, Joan. Art and Networks of Interaction Across the Mediterranean. In: ARRUZ, Joan; GRAFF, Sarah B.; RAKIC, Yelena (eds.). *Assyria to Iberia at the Dawn of the Classical Age*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2014 (pp.112-125).

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol. IV. São Paulo: Selo Negro, 2009 (pp. 93-110).

The Ideological Significance of Afrocentricity in Intercultural Communication In: *Journal of Black Studies*, Vol. 14, No. 1 (Sep., 1983), pp. 3-19. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2784027>. Acesso em ago.24 de 2019.

AUBET, Eugenia. *The Phoenicians and the West: politics, colonies and trade*. Great Britain: Cambridge University Press, 1993.

AUSTIN, M.M.; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. London: Batsford Academic, 1986.

AYAD, Mariam F. *God's wife, God's servant: the God's Wife of Amun (ca. 740–525 BC)*. USA/Canada: Routledge, 2009.

BAKR, A. Abu. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 37-68).

BALDI, Marco. Isis in Kush, a Nubian soul for an Egyptian goddess In: *Journal of Intercultural and Interdisciplinary Archaeology*, n°02/2015. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/jiia/article/view/29455>. Acesso em 07 nov.2021.

BALOUT, L. A hominização: problemas gerais - PARTE II In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 471-90).

BEKERIE, Ayele. The Ancient African Past and the Field of Africana Studies In: *Journal of Black Studies*, Vol. 37, No. 3, Sustaining Black Studies (Jan., 2007), pp. 445-460. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40034785>. Acesso em 23 ago.2019.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization*. New Brunswick: Rutgers University, 1987.

BIANCHI, Robert Steven. *Daily life of the Nubian*. Westport, Connecticut/London: The Greenwood Press, 2004.

BONNECHERE, Pierre. *Le sacrifice humain em Grèce ancienne*. Liège: Presses universitaires de Liège, 1994.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Teatro grego: tragédia e comédia*. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II - Vol. I e II*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

_____. *The Mediterranean in the Ancient World*. Londres, Penguin Books 2001.

BREMMER, Jan N. *Greek Religion*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

BROODBANK, Cyprian. *The Making of the Middle Sea: A History of the Mediterranean from the Beginning to the Emergence of the Classical World*. London: Thames & Hudson, 2014.

BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh. *Women in Antiquity: Real women across the Ancient World*. London/ New York: Routledge, 2016.

BUTZER, Karl W.; COOKE, H. B. S. The palaeo-ecology of the African continent: the physical environment of Africa from the earliest geological to Later Stone Age times In: CLARK, J. Desmond (ed.). *The Cambridge History of Africa: Volume I - From the Earliest Times to c. 500 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (pp.1-69).

CAMPOS, Haroldo de. *Iliada de Homero*. Vol I e II. São Paulo: Arx, 2003.

CANDIDO, Maria Regina. A África Antiga sob a ótica dos clássicos gregos e o viés africanista In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, 1º sem. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/15945>. Acesso em: ago.24 de 2019.

_____. Apresentação. In: CANDIDO, Maria Regina (org.) *Rede de conectividade no Mediterrâneo antigo: múltiplos olhares sobre as relações socioculturais, comerciais e políticas em sociedades mediterrâneas*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017 (pp.9 - 11).

_____. Athens and the process of migration to the maritime spaces of the Black Sea. In: *Heródoto*, Guarulhos, Vol. 2, N°. 2, Dezembro, 2017. p. 236-251.
Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/1097>. Acesso 18 abr.2019.

_____. (org.). *Rede de conectividade no Mediterrâneo antigo: múltiplos olhares sobre as relações socioculturais, comerciais e políticas em sociedades mediterrâneas*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARTLEDGE, Paul. 'Deep plays': theatre as process in Greek civic life In: EASTERLING, P. E. *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. USA/UK/ Australia: Cambridge University Press, 2003.

CARTLEDGE, Paul (org.) *História Ilustrada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin (org.). *Money, Labour and Land - Approaches to the economies of ancient Greece*. Londres: Routledge, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CLARK, J. Desmond (ed.). *The Cambridge History of Africa: Volume I - From the Earliest Times to c. 500 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COELHO, Liliane Cristina. *Mudanças e Permanências no uso do espaço: a cidade de Tel-Amarna e a questão do urbanismo no Egito Antigo*. 308f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Pós-Graduação em História, História Social, Niterói, 2015.

COLLAR, Anna. Network Theory and Religious Innovation. In: *Mediterranean Historical Review*, 22:1, 2007. pp. 149-162. Disponível em: <https://www.history.ac.uk/history-online/journal/mediterranean-historical-review/articles?page=6> . Acesso: 10 de fev.2019.

COPPE, Y. A hominização: problemas gerais - PARTE I In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 447-70).

CORONIL, Fernando. Natureza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000 (pp.83-107).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (pp. 15-48).

CHRISTIAN, Mark. *Multiracial identity: an international perspective*. New York: ST. Martin's Press, 2000.

CROALLY, Neil. Tragedy's Teaching In: GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing, 2005 (pp. 55-70).

CUNLIFFE, Barry. The importance of the sea for prehistoric societies in Western Europe In: SOUZA, Philip de; ARNAUD, Pascal; BUCHET, Christian. *The Sea in History: The Ancient World*. Nova York: The Boydell Press, 2017 (pp.78-88).

CUSICK, James G. *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Illinois: Southern Illinois University, 1998.

DEBONO, F. Pré-História do vale do Nilo. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp.715-42).

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; MALHADAS, Daisi; NEVES, Maria Helena de Moura. *Dicionário Grego-Português. 5 vol.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

DIARRA, S. Geografia histórica: aspectos físicos In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 345-366).

DIOP, Cheik Anta. *Civilización y barbarie: Una antropología sin condescendencia*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015.

DIÓS, José María Lucas de Díos. Introducción General In: SÓFOCLES, *Fragments*. Introdução, tradução e notas de José Maria Lucas de Díos. Espanha: Editorial Gredos, 1983 (pp. 9-26).

DRUMMOND, José Augusto Leitão. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 4, n 8. pag 177-197, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>. Acesso em 07 nov.2021.

DUARTE, Alair Figueiredo. Thalassocracia e Nautocracia: Uma análise comparativa entre a conectividade marítima de atenienses e minóicos. In: CANDIDO, Maria Regina (org.). *Rede de conectividade no Mediterrâneo antigo: múltiplos olhares sobre as relações socioculturais, comerciais e políticas em sociedades mediterrâneas*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2017 (pp. 17-32).

DUBOSSON, Jérôme. Cattle Cultures in Ancient Nubia In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 909-926).

DUBOW, Saul. Aventuras em Gondwana: a ciência no Sul In: *RCC Perspectives, Os Limites da História Ambiental: Uma Homenagem a Jane Carruthers*, N. 1, 2014 (pp. 89-9). Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26241215#metadata_info_tab_contents . Acesso em: 07 nov.2021.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. Vol.1: A Antiguidade*. Porto: Editora Afrontamento, 1990.

DUNHAM, Dows. Notes on the History of Kush 850 B. C.-A. D. 350 In: *American Journal of Archaeology*, Vol. 50, No. 3 (Jul. - Sep., 1946), pp. 378-388. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/499459>. Acesso em ago.26 de 2021.

_____. *The Royal Cemeteries of Kush: El Kurru*. Cambridge/ Massachusetts: Harvard University Press, 1950.

DUKELSKY, Cora; MARTINO, Ana María. Imágenes teatrales en la pintura de vasos griegos In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. Nº 12: 71-79, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109440> . Acesso em: out.09 de 2018.

EASTERLING, P. E. *The Cambridge Companion to Greek Tragedy*. USA/UK/ Australia: Cambridge University Press, 2003.

EDWARDS, David N. *The Nubian past: an archaeology of the Sudan*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

ELIADE, Mircea. *Myth and Reality*. New York: Harper & Row, Publishers, 1963.

EL-NADOURY, Rashid; VERCOUTTER, J. O legado do Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010(pp. 119-160).

ELZAIN, Intisar. *Meroe, the city-state, the kingdom, the empire: why Meroe?* [S.I.] [2010?]. Disponível em: https://www.academia.edu/33602916/MEROE_THE_CITY_STATE_THE_KINGDOM_THE_EMPIRE_WHY_MEROE. Acesso em 07 de nov. 2021.

EMBERLING, Geoff; DANN, Rachael J. New Excavations at El Kurru: Beyond the Napatan Royal Cemetery In: *Sudan & Nubia - The Sudan Archaeological Research Society Bulletin* Nº. 17, 2013 (pp. 42). Disponível em: https://www.academia.edu/5695597/New_Excavations_at_El_Kurru_Beyond_the_Napatan_Royal_Cemetery. Acesso: ago.25 de 2021.

_____. *Nubia: Ancient Kingdoms of Africa*. New York: The Institute for the Study of the Ancient World New York University, 2011.

ERSKINE, Andrew. *A companion to ancient history*. UK: Blackwell Publishing, 2009.

ESPELOSÍN, Francisco Javier Gómez. *Historia de Grecia Antigua*. Madrid: Ediciones Akal,2001.

ÉSQUILO. *Suplicantes*. Tradução de Carlos A. Martins de Jesus. Coimbra: FESTEIA – Tema Clássico, 2012.

EURÍPIDES. *As bacantes de Eurípides*. Tradução de Trajano Vieira. 1º ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FANTHAM, Elaine; FOLEY, Helene Peet; KAMPEN, Natalie Boymel; POMEROY, Sarah B.; SAPHIRO, H. Alan. *Women in the Classical World*. UK: Oxford University Press, 1994.

FERNÁNDEZ, Antonio Fernández; CAÑAS, Carmem Muguruza; ABAD, Carlos J. Pardo; RODA, Eva Mª Martín. *Geografía*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2010.

FINCH, Charles S.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abordagem afrocentrada, história e evolução In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol. IV. São Paulo: Selo Negro, 2009 (pp.37-70).

_____. A Afrocentricidade e seus críticos In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A matriz africana do mundo*. Vol. I. São Paulo: Selo Negro, 2008 (pp. 167-80).

FINLEY, Moses I. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *Grécia Primitiva: Idade do Bronze e Idade Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1986.

FISHER, Nick. Trabalho e Lazer In: CARTLEDGE, Paul (org.) *História Ilustrada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002 (pp. 238-65).

FOLEY, Helene P. *Female Acts in Greek Tragedy*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2001.

FOXHALL, Lin. Access to resources in classical Greece: the egalitarianism of the polis in practice. In: CARTLEDGE, Paul; COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin. *Money, Labour and Land - Approaches to the economies of ancient Greece*. Londres: Routledge, 2002 (pp.209-20).

FRANCIGNY, Vincent. Death and Burial in the Kingdom of Meroe In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 589-604).

FULLER, Dorian Q.; LUCAS, Leilani. Savanna on the Nile: Long-term Agricultural Diversification and Intensification in Nubia In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp.927- 954).

FUNARI, Pedro Paulo A. O que significa Antiguidade? In: *Superinteressante*, (Aventuras na História), São Paulo, 2005 (pp. 82). Disponível em: https://www.academia.edu/40282817/O_que_significa_antiguidade. Acesso em ago.24 de 2021.

GABOLDE, Luc. The Amun Cult and its Development in Nubia In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 343-368).

GARCIA, Juan Manuel. Problemas teóricos de la arqueología de la muerte. Una introducción. In: *Arqueología da morte: arqueología da morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medioevo*:(actas do Curso de Verán da Universidade de Vigo, celebrado en Xinzo de Limia, do 4 ó 8 de xullo de 1994). IBÁÑEZ, Carmelo Fernández, LOSADA, Fermín Pérez; VALCARCE, Ramón Fábregas (coords), 1995 (pp. 13-32). Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=586021>. Acesso 07 jan.2022.

GIBERT, John. Falling in Love With Euripides (Andromeda) In: *Illinois Classical Studies*, Vol. 24/25, Euripides and Tragic Theatre in the Late Fifth Century, 1999/2000, (pp. 75-91). Disponível em: Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/23065359> . Acesso em 01 set.2021.

GILBERT, Gregory P. *Ancient Egyptian Sea Power and the Origin of Maritime Forces*. Canberra: National Library of Australian Cataloguing, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e a sua discussão In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (pp. 49-76).

GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing, 2005.

GRIMAL, Pierre. *O teatro antigo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

GRZYMSKI, Krzysztof. The City of Meroe In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 545-562).

HALL, Edith. *Greek Tragedy: Suffering under the Sun*. USA: Oxford University Press, 2010.

HALL, Stuart. ¿Cuándo fue lo postcolonial? Pensar al limite In: MEZZADRA, Sandro. *Estudios postcoloniales: Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 (pp.121-44).

HAKEM, A. M. Ali; HRBEK, I.; VERCOUTTER, J. A civilização de Napata e Méroe In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 297-322).

HARRIS, Edward M. Workshop, marketplace and household: the nature of technical specialization in classical Athens and its influence on economy and society In: CARTLEDGE, Paul; COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin. *Money, Labour and Land - Approaches to the economies of ancient Greece*. Londres: Routledge, 2002 (pp. 67-99).

HEIT, Helmut. Western Identity, Barbarians and the Inheritance of Greek Universalism In: *The European Legacy*, Vol. 10, No. 7, pp. 725–739, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/546983/Western_Identity_Barbarians_and_the_Inheritance_of_Greek_Universalism . Acesso em 08 nov.2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A Razão na História*. Lisboa: Edições70, 2007.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. 22 ed. Curitiba: Segesta, 2012.

_____. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução de José Antônio Alves Torrano. 7 ed. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HERMENS, R. de Bayle des. Pré -História da África Central -PARTE I In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 591-614).

HERÓDOTO, *Histórias. Vol. 1, 2 e 3*. Traduções de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

HITCHNER, R. Bruce. The Mediterranean and the History of Antiquity. In: ERSKINE, Andrew (ed.). *A Companion to Ancient History*. UK: Blackwell Publishers, 2009 (pp. 429-36).

HOMERO. *Iliada de Homero*. Tradução de Haroldo de Campos. Volume I e II. São Paulo: Arx, 2003.

_____. *Odisseia: Homero, Tradução e Introdução*. Tradução de Christian Werner. 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwells, 2000.

HUGGETT, Richard. *Physical Geography - The Key Concepts*. New York: Routledge, 2010.

HUGHES, Dennis D. *Human sacrifice in ancient Greece*. London: Routledge, 2003.

HUGOT, H. J. Pré -História do Saara In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 657-684).

HUMPHRIS, Jane. Iron Production at Meroe In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 975-994).

ISACC, Glynn L. The earliest archaeological traces In: CLARK, J. Desmond (ed.). *The Cambridge History of Africa: Volume I - From the Earliest Times to c. 500 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (pp. 157-247).

JAGUARIBI, Helio. Prefácio In: *História da Guerra do Peloponeso/ Tucídides*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4ª edição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001 (pp.XXIII-XL).

JESUS, Carlos A. Martins de. *Estudo introdutório*. In: ÉSQUILO. *Suplicantes*, Trad. Carlos A. Martins de Jesus. Coimbra: FESTEIA – Tema Clássico, 2012 (pp. 7-36).

JONES, Peter V. *O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KAIZER, Ted. Interpretations of the myth of Andromeda at Iope In: *Syria*, [En ligne], N. 88, 2011, 323-339. Disponível em: <https://journals.openedition.org/syria/939#quotation>. Acesso em 11 out. 2019

KEMP, Barry. *El Antiguo Egipto: Anatomía de una civilización*. Barcelona: Crítica, 1996. _____ . Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period in Egypt. In: CLARK, John Desmond. *The Cambridge history of Africa, Vol. 1: From the earliest times to c. 500 B.C.* UK: Cambridge University Press, 2008 (pp. 568-769).

KENDALL, Timothy; MOHAMED, El-Hassan Ahmed (co-dir.). *A Visitor's Guide to The Jebel Barkal Temples*. Privately published, 2016.

_____. Jebel Barkal: “Karnak” of Kush In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 449-474).

KERSHAW, Stephen; Grimal, Pierre. *A Concise Dictionary of Classical Mythology*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

KING, H. Bound to bleed: Artemis and the greek women In: McCLURE, Laura K. (ed.). *Sexuality and gender in the classical world: readings and sources*. UK/USA: Blackwell Publishers, 2002 (pp. 77-97).

KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

_____. Introdução Geral In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. XXXI-LXVII).

KOSAK, Jennifer Clarke. Iphigenia in Tauris In: McCLURE, Laura K. (ed.). *A companion to Euripides*. West Sussex: John Wiley & Sons, 2017 (pp.214-27).

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica: historia, ciência y sociedad*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

LAMARI, Anna A. Phoenician Women. In: McCLURE, Laura K. (ed.) *A companion to Euripides*. West Sussex: John Wiley & Sons Inc., 2017 (pp. 258-269).

LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

_____. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos In: LANDER, Edgardo. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000 (pp.9-38).

LEAKEY, R. Os homens fósseis africanos In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 491-510).

LEÃO, Delfim Ferreira. Autoctonia, Filiação Legítima e Cidadania no Íon de Eurípidés In: *Humanitas*, N.º 63, 2011 (pp. 105-122). Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas63/05_DL.pdf. Acesso em ago.27 de 2021.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fonte, 2005.

LECLANT, J. O império de Kush: Napata e Méroe. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 273-296).

LESSA, Fabio de Souza. *O feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LEWIS, Sian. *The Athenian woman: an iconographic handbook*. USA/Canada:Routledge, 2002.

LIMA, Fábio Afonso Frizzo de Moraes. *Estado, Império e Exploração Econômica no Egito do Reino Novo*. 2016. 401f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Pós-Graduação em História, História Social, Niterói, 2016.

LISSARRAGUE, François. A figuração das mulheres In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. Vol.1: A Antiguidade*. Porto: Editora Afrontamento, 1990 (pp. 203-76).

LOHWASSER, Angelika. Queenship in Kush: Status, Role and Ideology of Royal Women In: *Journal of the American Research Center in Egypt*, Vol. 38 (2001), pp. 61-76. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40000552>. Acesso em: 07 nov.2018.

_____; PHILLIPS, Jacke. Women in Ancient Kush In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 1015- 1032).

LOPES, Nei. *Dicionário da antiguidade africana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LORAUX, Nicole. *Maneiras trágicas de matar uma mulher: Imaginário da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MABOGUNJE, A. Geografia histórica: aspectos econômicos In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 367-386).

MACEDO, José Rivair (org.). Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais. In: *Desvendando a história da África [online]*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008 (pp. 13-27).

MALKIN, Irad. *A small Greek world: networks in the Ancient Mediterranean*. UK: Oxford University Press, 2011.

_____; CONSTANTAKOPOULOU, Christy; PANAGOPOULOU, Katerina. Preface: Networks in the Ancient Mediterranean. In: *Mediterranean Historical Review*, Vol. 22, No. 1, June 2007, pp. 1–9. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09518960701539414>. Acesso em: ago.29 de 2019.

MALKIEL, Maria Rosa Lida de. *Introducción al teatro de Sófocles*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1983.

MARCH, Jennifer. Euripides the misogynist? In: POWELL, Anton. *Euripides, Women, and sexuality*. USA/Canada: Routledge: 2005.

MARIJOAN, Jesús M. La «Andrómeda» de Sófocles. Intentos de reconstrucción In: *Boletín del Instituto de Estudios Helénicos*, Vol. 2 N.º 2, 1968 (pp. 65-67). Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/EstudiosHelenicos/article/view/5189>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MARKANTONATOS, Andreas (ed.). *Brill's Companion to Sophocles*. Leiden/Boston: Brill, 2012.

MARTÍ, Ruth Falcó. *La arqueología del género espacios de mujeres, mujeres con espacio*. Alicante: Universidad de Alicante, 2003.

MARTIN, Richard P. Apresentação. In: WERNER, Christian. *Odisseia: Homero, Tradução e Introdução*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MASTRONARDE, Donald J. *The Art of Euripides: Dramatic Technique and Social Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MATHER, Anne. Tectonic Setting and Landscape Development. In: WOODWARD, Jamie. *The Physical Geography of the Mediterranean*. UK: Oxford University Press, 2009 (pp.5-32).
MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

McCLURE, Laura K. (ed.). *A companion to Euripides*. West Sussex: John Wiley & Sons, 2017.

_____. (ed.). *Sexuality and gender in the classical world: readings and sources*. UK/USA: Blackwell Publishers, 2002.

MCKINNEY-JOHNSON, Eloise. Egypt's Isis: The original black madonna In: VAN SERTIMA, Ivan. *Black Women in Antiquity*. New Brunswick/ London: Transaction Publishers, 2007 (pp. 64-73).

MCDONALD, Marianne. *The Living Art of Greek Tragedy*. Bloomington: Indiana University Press 2010.

MENDONÇA, Francisco. *Geografia física: Ciência Humana?* São Paulo: Contexto, 1996.
M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações (Tomo I)*. Bahia: Casa das África, EDUFBA, 2011.

M'BOW, M. Amadou Mahta. Prefácio In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp.XXI-XXVI).

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente. Saber académico y discursos coloniales In: MEZZADRA, Sandro. *Estudios postcoloniales: Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008.

MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010.

_____; VERCOUTTER, J. Introdução Geral In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. XXXI- LXII).
MORAES, Alexandre Santos de. O ofício de Homero. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MORKOT, Robert. *The Black Pharaohs: Egypt's Nubian Rulers*. Ontário: Rubicon Press, 1999.

MORRIS, Ian. Hard surfaces. CARTLEDGE, Paul; COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin. *Money, Labour and Land – Approaches to the economies of ancient Greece*. Londres: Routledge, 2002 (pp.2 -43).

MOSSÉ, Claude. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Historia de una Democracia: Atenas (Desde sus orígenes hasta la conquista macedonia)*. Madrid: Ediciones Akal, 1987.

_____. *La mujer en la Grecia clásica*. España: Titivillus, 2016.

MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecilia; GOMES, Márcia (orgs.) *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Gaudí, 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol. IV. São Paulo: Selo Negro, 2009.

_____. *A matriz africana do mundo. Vol. I*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

- _____. Introdução às antigas civilizações africanas In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A matriz africana do mundo. Vol. I.* São Paulo: Selo Negro, 2008 (pp. 55-72).
- OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África – Panorama Geral In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.* Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 59-76).
- OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.* Brasília: UNESCO, 2010 (pp.295 – 316).
- OSTINE, Suzanne. Women’s participation in the religious hierarchy of Ancient Egypt In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh. *Women in Antiquity: Real women across the Ancient World.* London/ New York: Routledge, 2016 (pp. 218-228).
- PAGE, Willie F.; DAVIS, R. Hunt. (eds.). *Encyclopedia of African history and culture. Vol. 1: Ancient Africa (Prehistory to 500CE).* New York: A Learning Source Book, 2005.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental In: *Estudos Avançados* 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. 23 de 2020.
- PETERSEN, Eugen. Andromeda In: *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 24, 1904, (p.99-112). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i225754>. Acesso em: ago. 31 de 2020.
- PHILLIPS, Jacke. Women in Ancient Nubia In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh. *Women in Antiquity: Real women across the Ancient World.* London/ New York: Routledge, 2016 (pp. 280-298).
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época.* Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POMEROY, Sarah B.; BURSTEIN, Stanley M.; DONLAN, Walter; ROBERTS, Jennifer Tolbert. *A brief history of ancient Greece: politics, society, and culture.* New York: Oxford University Press, 1999a.
- _____. *Diosas, rameras, esposas y esclavas: Mujeres em la Antigüedad Clásica.* Madrid: Ediciones Akal, 1999.
- POPE, Jeremy. History and the Kushite Royal Inscriptions In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia.* New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 395-410).
- PORTÈRES, R.; BARRAU, J. Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.* Brasília: UNESCO, 2010 (pp.781-802).
- POWELL, Anton. *Euripides, Women, and sexuality.* USA/Canada: Routledge: 2005.

RAAFLAUB, Kurt A.; OBER, Josiah; WALLACE, Robert W. *Origins of Democracy in Ancient Greece*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2007.

_____. Sophocles and Political Thought In: MARKANTONATOS, Andreas (ed.). *Brill's Companion to Sophocles*. Leiden/Boston: Brill, 2012 (pp.471-90).

_____. The Breakthrough of Demokratia in Mid-Fifth-Century Athens In: RAAFLAUB, Kurt A.; OBER, Josiah; WALLACE, Robert W. *Origins of Democracy in Ancient Greece*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 2007 (pp. 105-54).

RABAKA, Reiland. Teoria Crítica Africana In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Vol. IV. São Paulo: Selo Negro, 2009 (pp.129-46).

REDEN, Sitta Von. Demos' phialê and the rhetoric of money in fourth-century Athens In: CARTLEDGE, Paul; COHEN, Edward E.; FOXHALL, Lin. *Money, Labour and Land: approaches to the economies of ancient greece*. New York: Routledge, 2005 (pp. 55-66.)

REDFIELD, James. Notes on the greek wedding. In: *Arethusa*, ol. 15, No. 1/2, Texts & Contexts: American Classical Studies in Honor of J.-P. Vernant (Spring and Fall 1982), pp. 181-201. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26308109>. Acesso em: 08 nov. 2018.

REISNER, George Andrew. The Viceroy of Ethiopia In: *The Journal of Egyptian Archaeology*, Vol. 6, No. 1 (Jan., 1920), pp. 28-55. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3853718>. Acesso em: ago.25 de 2021.

RIBEIRO JR, Wilson Alves. O sacrifício humano em prol da comunidade: a 'Andrômeda' de Sófocles e o 'Erecteu' de Eurípides In: *Classica (Brasil)* 22.2, 261-269, 2009. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/184>. Acesso em: ago.31 de 2021.

ROHLING, Eelco, Abu-Zied, RAMADAN; CASFORD, James; HAYES, Angela; HOOGAKKER, Babette. The Marine Environment: Present and Past. In: WOODWARD, Jamie. *The Physical Geography of the Mediterranean*. UK: Oxford University Press, 2009 (pp.33-68).

QUINN, Josephine Crawley. North Africa In: ERSKINE, Andrew. *A companion to ancient history*. UK: Blackwell Publishing, 2009 (pp.260-72).

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas In: MOTTA, Alda Britto da; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (orgs.) *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000 (pp.15-38).

SAID, I. R. Quadro cronológico das fases pluviais e glaciais da África – Parte I In: KIZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 401-16).

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCODEL, Ruth. Sophoclean Tragedy In: GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing, 2005 (pp. 233-50).

SEIDENSTICKER, Bernd. Dithyramb, Comedy, and Satyr-Play In: GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing, 2005 (pp. 38-54).

SCULLION, Scott. Tragedy and Religion: The Problem of Origins In: GREGORY, Justina (ed.). *A companion to Greek tragedy*. USA/UK/Australia: Blackwell Publishing, 2005 (pp. 23-37).

ŠICHAN, Daniel. *Harbours in ancient Egypt*. 2011. 138f. Tese (Doutorado em Egiptologia) – Charles University de Praga, Faculdade de Artes, Instituto Tcheco de Egiptologia, Praga, 2011.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Introdução à Histórias In HERÓDOTO, *Histórias*. Vol. I. Traduções de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015 (pp. 6-21).

SILVA, Maria de Fátima. O trabalho feminino na Grécia Antiga: lenda e realidade In: *Classica* (Brasil) 20.2, 182-201, 2007. Disponível em:

<https://revista.classica.org.br/classica/article/view/144>. Acesso em ago.29 de 2021.

SILVA, Matheus Barros; GONÇALVES, Jussemar Weiss. A tragédia e o político. In: *NEARCO: Revista Eletrônica em Antiguidade*, vol. 1, ano VI, n. 2, 2013 (pp.173-193). Disponível em: Acesso em 06 nov. 2021.

SINGER, Graciela Gestoso. Development of maritime trade in the Egyptian world during the Late Age. In: SOUZA, Philip de; ARNAUD, Pascal; BUCHET, Christian. *The Sea in History: The Ancient World*. Nova York: The Boydell Press, 2017 (pp.165-174).

SHERIF, Nagm -El -Din Mohamed. A Núbia antes de Napata (3100 a 750 antes da Era Cristã) In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 235-72).

SMITH, Stuart Tyson. Nubia and Egypt: Interaction, Acculturation, and Secondary State Formation from the Third to First Millennium B.C. In: CUSICK, James G. *Studies in Culture Contact: Interaction, Culture Change, and Archaeology*. Illinois: Southern Illinois University, 1998 (pp.256-87).

_____. *Wretched Kush - Ethnic identities and boundaries in Egypt's Nubian Empire*. London/New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

SOMMERSTEIN, Alan H. *Greek drama and dramatists*. New York: Routledge, 2004.

SOUZA, Philip de; ARNAUD, Pascal; BUCHET, Christian. *The Sea in History: The Ancient World*. Nova York: The Boydell Press, 2017.

STARR, Chester G. *O nascimento da democracia ateniense – A assembleia no século V a.C.* São Paulo: Odysseus Editora, 2005.

SUTTON, J. E. G. A Pré-História da África Oriental In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 511-50).

THEML, Neyde. *Público e privado na Grécia do VIIIº ao IVº*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.

TÖRÖK, László. *Between Two Worlds. The Frontier Region between Ancient Nubia and Egypt 3700 BC – AD 500*. Leiden/Boston: Brill, 2009.

_____. *Herodotus in Nubia*. Leiden/Boston: Brill, 2014.

_____. *The kingdom of Kush: handbook of the Napatan-Meroitic civilization*. Leiden/New York/ Köln: Brill, 1997.

TORRANO, José Antônio Alves. O mundo como função de Musas In: HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução de José Antônio Alves Torrano. 7 ed. São Paulo: Iluminuras, 2007 (pp.13-100).

TRIGGER, B.G. The rise of civilization in Egypt In: CLARK, J. Desmond (ed.). *The Cambridge History of Africa: Volume I - From the Earliest Times to c. 500 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (pp. 478-547).

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. 4ª edição. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

TYLDESLEY, Joyce. The role of Egypt's dynastic queens In: BUDIN, Stephanie Lynn; TURFA, Jean MacIntosh. *Women in Antiquity: Real women across the Ancient World*. London/ New York: Routledge, 2016 (pp. 271-279)

VAN NOTEN, F.; MARET, P. de; MOEYERSONS, J.; MUYA, K., ROCHE, E. Pré -História da África Central - PARTE II In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 615-36).

VAN SERTIMA, Ivan. *Black Women in Antiquity*. New Brunswick/ London: Transaction Publishers, 2007.

VLASSOPOULOS, Kostas. *Greeks and Barbarians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

VERCOUTTER, J. Descoberta e difusão dos metais e desenvolvimento dos sistemas sociais até o século V antes da Era Cristã. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010(pp. 781- 802).

VERNANT, Jean-Pierre. Figuras da Máscara na Grécia Antiga In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999 (p. 163-78).

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. *Trabalho e escravidão na Grécia Antiga*. Campinas: Papyrus, 1989.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Édipo em Atenas In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 2008 (pp. 267-86).

ZAYED, Abd El Hamid; DEVISSE, J. Relações do Egito com o resto da África In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp. 97-118).

WAINWRIGHT, John. Weathering, Soils, and Slope Processes In: WOODWARD, Jamie. *The Physical Geography of the Mediterranean*. UK: Oxford University Press, 2009 (pp. 169-202).

WERNER, Jaeger. *Paidéia: A Formação do Homem Grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020.

WILLIAMS, Bruce Beyer. The Napatan Neo-Kushite State: The Intermediate Period and Second Empire In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 411-432).

WILLIAMS, Larry; FICH, Charles S. The Great Queens of Ethiopia In: VAN SERTIMA, Ivan. *Black Women in Antiquity*. New Brunswick/ London: Transaction Publishers, 2007.

WIENER, Malcom H. Contacts: Crete, Egypt, and the Near East circa 2000 BC In: ARRUZ, Joan; GRAFF, Sarah B.; RAKIC, Yelena (eds.). *Cultures in Contact: From Mesopotamia to the Mediterranean in the Second Millennium B.C*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 2013 (pp.34-45).

WRIGHT, Matthew Ephraim. *Euripides' escape-tragedies: a study of Helen, Andromeda, and Iphigenia among the Taurians*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 2005.

WOLF, Pawel; NOWOTNICK, Ulrike. The Meroitic Heartland In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 511-544).

WOOD, Ellen Meiksins. *De ciudadanos a señores feudales - Historia social del pensamiento político de la Antigüedad a la Edad Media*. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 2011.

_____. *Peasant-citizen and slave: the foundations of Athenian democracy*. London/New York: Verso, 1989.

WOOD, Bernard. *Human Evolution: A Very Short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2005.

WOODWARD, Jamie. *The Physical Geography of the Mediterranean*. UK: Oxford University Press, 2009.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, \101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: ago.26 de 2021.

YELLIN, Janice W. Prolegomena to the Study of Meroitic Art In: EMBERLING, Geoff; WILLIAMS, Bruce Beyer. *The Oxford handbook of Ancient Nubia*. New York: Oxford University Press, 2020 (pp. 605-652).

YONG, Robert J.C. *Postcolonialism: an historical introduction*. UK: John Wiley & sons, 2016.

YOYOTTE, J. O Egito faraônico: sociedade, economia e cultura. In: MOKHTAR, Gamal (ed.). *História geral da África, II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010 (pp.69-96).

XENOFONTE, *Econômico*. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZAIDMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora. Mulheres e rituais nas cidades In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. Vol.1: A Antiguidade*. Porto: Editora Afrontamento, 1990 (pp. 411-568).

APÊNDICE A - Grade de Análise de Conteúdo (*Andrômeda* de Sófocles)

CANDIDO, Maria Regina. et al. Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga In: ROSA, Claudia Beltrão da et al. *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011, 16-17.

DOCUMENTO I – SOPHOCLES, *The Fragments of Sophocles*. Tradução e edição de Richard Claverhouse Jebb, W.G. Headlam e A.C. Pearson. New York: Cambridge University Press, 2009.

DOCUMENTO II - SÓFOCLES. *Fragmentos*. Introdução, tradução e notas de José Maria Lucas de Díos. Espanha: Editorial Gredos, 1983.

1. Processo de descrição do conteúdo

Autor/obra/ano	Sófocles, <i>Andrômeda</i> , ca. 442 a.C. ³⁵⁶
Período/região	V a.C., Ática, Atenas.
Público/privado	Texto dramático trágico apresentado publicamente no festival das Grandes Dionisíacas, ou Dionisíacas Urbanas.
Manifestação da língua	Grego ático do século V a.C.

2. Análise do texto

Propriedades da Linguagem do texto	Linguagem mais próxima do estilo coloquial, dotada de voltas idiomáticas, figuras retóricas, sintaxe própria e dialética binária.
Qualificação do texto	A obra sofocliana se singulariza pelo emprego da esticomítia e do diálogo triangular – três personagens conversando entre si.
Comunicação do texto	A representação teatral do texto, em um evento cívico-religioso de expressão como as Grandes Dionisíacas, permitiu sua ampla circulação entre as várias camadas da sociedade ateniense.
Processo de interação	O texto de <i>Andrômeda</i> chegou até a posterioridade expressivamente fragmentado; entretanto, podemos deduzir que

³⁵⁶ Seguimos a datação aproximada, estabelecida por Petersen (1903).

	segue a mesma estrutura formal das demais peças sofoclianas – prólogo, primeiro, segundo, terceiro e quarto episódios e êxodo.
Conceitos operacionais do texto	Sacrifício; religiosidade; hospitalidade; bárbaro; governo.
Monofonia/Polifonia:	A tragédia <i>Andrômeda</i> , se inscreve na sequência de peças sofoclianas que tratam da história de Perseu: <i>Acrísio</i> , <i>Dânae</i> e <i>Os larisseus</i> ; a <i>Andrômeda</i> de Eurípides. Dialoga, ainda, com obras posteriores como <i>Catasterismos</i> do Pseudo-Erastónes, <i>Aratea</i> de Germânico e <i>Fabulae</i> de Higino.

3.Componentes do Texto

Intertextualidade	Governo de Péricles, imperialismo ateniense, Primeira Guerra do Peloponeso.
--------------------------	---

4.Categorias Temáticas

Temas	Pertinência	Objetividade
Religião (θρησκεία)	“[...] foi escolhida pela cidade, pois se dá entre os bárbaros a norma de sacrificar a Cronos um ser humano desde os tempos antigos”.	Na <i>Odisseia</i> , identificamos similaridades entre as práticas religiosas entre “etíopes” e gregos. Segundo Homero, Posêidon era venerado entre os “etíopes, distantes moradores” (<i>Od.1.22</i>). Na antologia <i>Histórias</i> , Heródoto afirma que em Méroe, capital desse povo, “os únicos dentre os deuses que eles veneram são Zeus e Dioniso” (<i>His. 2.29</i>). Homero e Heródoto, mencionam o culto de deuses gregos entre os “etíopes” – o que nos permite inferir que esses povos efetivamente travaram contatos.
Sacrifício (θυσία)	“Como vítima sacrificial [...] foi escolhida pela cidade [...]”	Os atenienses rechaçavam o sacrifício humano, condenando essas práticas através do tempo. De acordo com Jebb, Headlam e Pearson apesar da frequência de alusões ao sacrifício humano nas lendas gregas, “na literatura, é descrito como algo abominável aos sentimentos dos gregos, sendo aceitável somente entre os bárbaros” (JEBB,

		HEADLAM, PEARSON, 2009, p. 81).
Honrar com ritos fúnebres (θάπτω)	“[...]em léцитos com bordas [...]”	Os léцитos eram recipientes de pequenas dimensões que apresentavam formato cilíndrico e afilado, servindo para armazenar de óleos aromáticos de uso corporal. Especialmente os léцитos de coloração branca, eram usados em ritos funerários. A menção a esses vasos, reforça que a condição de vítima sacrificial, acarretará a morte de Andrômeda.
Estrangeiro (ξένος)	“[...] a cavalo ou de barco, chegas a terra? ”	Defendemos que o termo “estrangeiro”, está subentendido nessa passagem e que, seguramente, se tratava de uma pergunta endereçada a Perseu. Da mesma forma, supomos que Sófocles não ignorasse a localização do país dos “etíopes” ou de sua capital, Méroe. Entendemos que o tragediógrafo, dispusesse de informações sobre a cidade que lhe permitiram estimar um trajeto. Segundo Heródoto, a viagem até Méroe, possuía trechos fluviais e terrestres.
Bárbaros (βάρβαρος)	“[...] pois se dá entre os bárbaros [...]”	O termo “bárbaro” faz menção aos falantes de uma língua diferente do grego “como eles não entendiam a língua dos povos bárbaros, diziam que esses indivíduos falavam bar bar bar” (SILVA, 2015, p.29). A linguagem como marca da diferença, foi uma condição significativa para a construção da identidade grega, ao que “o papel dos não-gregos e de suas culturas na sua formação e desenvolvimento” (VLASSOPOULOS, 2013, p.7).
Governo (κρατός)	“[...] zeucileus [...]”	No século de Sófocles, Atenas se encontrava sob um governo pautado pelo regime democrático, que “literalmente

		<p>significa o <i>krátos</i>, ‘poder soberano’, do <i>dēmos</i>” (JONES, 1997, p.202).</p> <p>Ao usar o termo <i>zeucíleus</i> (ζευξίλεως), o poeta aludia de forma genérica, aos regimes de governo considerados despóticos, em virtude de subjugarem a vontade popular. Nesse sentido, a forma de organização política da sociedade se constituía em um signo da diferença.</p>
--	--	---

1. Temática descritiva (relacionados à estrutura narrativa da obra)

Diálogo triangular

Sacrifício humano

Religiosidade

Ritos fúnebres

Casamento

Comensalidade

Formas de governo

Dicotomia entre helenos e bárbaros

2. Temática analítica (recorte para construção do discurso historiográfico)

A tragédia *Andrômeda* integraria a tetralogia composta por *Acrísio*, *Dânae* e *Os larisseus*, além de dialogar com a *Andrômeda* de Eurípides. Estrutura familiar

Casamentos exógamos;

Práticas religiosas;

Práticas funerárias

A superioridade do sistema democrático;

A dicotomia entre helenos e bárbaros.

APÊNDICE B – Grade de Análise de Conteúdo: *Andrômeda* de Eurípides

CANDIDO, Maria Regina et al. Novas perspectivas sobre a aplicação metodológica em História Antiga. In: ROSA, Claudia Beltrão da et al. *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011, 16-17.

DOCUMENTO I – EURIPIDES, *Fragments: Aegeus-Meleager*. Tradução e estudos de Christopher Collard e Martin Cropp. Cambridge: Harvard University Press: 2008.

DOCUMENTO II - EURÍPIDES. *Andrômeda*, Tradução de Clara Lacerda Crepaldi. Estudos Linguísticos e Literários, Nº 55, Núm. Especial, 2016, Salvador: pp. 356-373.

1. Processo de Descrição

Autor / Obra / Ano	Eurípides, <i>Andrômeda</i> , 412 a.C.
Período / Região	V a.C., Ática, Atenas.
Gênero do discurso público / Privado	Texto dramático trágico apresentado publicamente no festival das Grandes Dionisíacas, ou Dionisíacas Urbanas.
Manifestação da Língua	Grego ático do século V a.C.

2. Análise do Texto

Propriedade da Linguagem do Texto	Linguagem culta, seguindo a métrica poética.
Qualificação do Texto	Discurso poético, apresentava monólogos e diálogos teatrais, entre os personagens. O texto trazia um declarado elogio ao sistema democrático, bem como uma discussão acerca do binômio gregos e bárbaros.
Comunicação do Texto	A representação teatral do texto, em um evento cívico de expressão como as Grandes Dionisíacas, permitiu sua ampla circulação entre as várias camadas da sociedade ateniense.

Processo de Interseção	Embora <i>Andrômeda</i> se encontre extremamente fragmentada ³⁵⁷ , não incorremos em erro ao conjecturar que apresentasse a mesma estrutura formal que orienta as demais peças euripidiana: episódios, párodo, estásimos e êxodo. Em termos de temáticas, o texto trágico aludia: o sacrifício humano, morte, rituais religiosos, relações familiares, arranjos matrimoniais, religiosidade e o binômio gregos e bárbaros.
Conceitos operacionais do Texto	virgem (παρθένοι); sacrifício (θύσια); núpcias (γάμος); mulheres (γυναῖκες); esposa (ἄλοχος); bárbaro (βαρβάρων); estrangeiro (ξένος); Etíopes (Αἰθίοπες).

3.Componentes do Texto

Polifonia	Mito de Perseu e a <i>Andrômeda</i> de Sófocles. A versão euripidiana de; <i>Andrômeda</i> , formava uma trilogia trágica ³⁵⁸ com <i>Helena e Ifigênia em Tauris</i> . As comédias <i>Rãs</i> e <i>Tesmoforiantes</i> de Aristófanes.
Intertextualidade	Expedição ateniense contra a Sicília, ocupação da Decelia pelos espartanos, declínio da Simanquia de Delos, movimento sofista, golpe oligárquico, estatuto da bastardia.

Temas	Citação	Objetividade
Virgem (παρθένοι)	“Virgens amigas, amigas minhas [...]” [117 (Ar. Thesm. 1015 cum scholia)]; “E esta imagem de virgem esculpida em pedra natural?” [125 (1-2 Ar. Thesm. 1105 cum scholia; 2b-4 Maxim. Conf. Schol. in Dion. Areop. 234c)]; “Ó virgem, vendo-te pendurada, eu sinto pena.” [127 (Ar. Thesm. 1110)]; “Ó virgem, se eu te salvar, me terás gratidão?” [129 (Diog. Laert. 4.29 et alii)]; “[...] em direção ao banquete da virgem, a partir do sal Atlântico.” [145 (Tib. <i>De fig.</i>	A virgindade era uma condição que, associada a virtude das mulheres, sendo extremamente valorizada na sociedade grega. De acordo com James Redfield, “a virgindade é preciosa e não é abandonada com facilidade” (REDFIELD, 1982, p.193). Devido à preocupação em assegurar a propriedade familiar, a necessidade de filhos

³⁵⁷ Segundo Clara Crepaldi, “para a reconstrução da tragédia de Eurípides, no entanto, as fontes disponíveis são cerca de 40 fragmentos, de menor ou maior extensão, além de algumas alusões e comentários na *Biblioteca* do Pseudo-Apolodoro e nos *Catasterismos* do Pseudo-Eratóstenes (os últimos retomados por Higino)” (CREPALDI, 2016, p.357).

³⁵⁸ No livro, “*Euripides’ escape-tragedies: a study of Helen, Andromeda, and Iphigenia among the Taurians*” (2005), Matthew Wright sustenta que as referidas tragédias compunham a mesma trilogia, apresentada em 412 a.C. Embora admita que, as conclusões referentes a *Andrômeda* disponham de pouca consistência, assegura se sentir “encorajado pelo número de conexões e paralelos que podem ser vistos” (2005, p.3).

	<i>Demosth.</i> 47 p. 44.2; <i>Plut. De aud. poet.</i> 6 p. 22 E)].	legítimos influenciava decisivamente o imperativo da virgindade.
Sacrifício (θυσία)	“[...] expor como pasto ao monstro marinho [...]” [115a (Escólio a <i>Ar. Av.</i> 347-8 – Σ 348a)]; “jazo como alimento ao monstro Glaucetes.” [122 (<i>Ar. Thesm.</i> 1029-42)]; “[...] mandou-te ao Hades para que morras pela pátria”. [119 + 120 (<i>P. Oxy.</i> 2628 fr 1.; <i>Stob.</i> 4.48.17; <i>Ar. Thesm.</i> 1022 cum scholia)].	Considerado enquanto cerimônia, individual ou coletiva, para oferecer uma vida ou vidas humanas para satisfazer ou honrar seres superiores. Nesse sentido, considerando as mortes ritualizadas de animais, Dennis Hughs designa sacrificio humano como ação possuidora das “mesmas circunstâncias, formas, e intenções rituais que as costumeiras matanças de animais”(HUGHS, 1991,p.4).
Casamento (γάμος)	“Com um peão não de núpcias, mas de prisão, [...]” [122 (<i>Ar. Thesm.</i> 1029-42)].	O casamento se constituía na finalidade última da mulher, visto que mediante essa instituição, se realizaria individual e socialmente. De acordo com Claude Mossé, “O casamento é, portanto, a base a situação das mulheres” (MOSSÉ,1990 , p.55).
Bárbaro (βαρβάρων)	“Ó deuses, a que terra de bárbaros cheguei [...]” [124 (1-3 <i>Ar. Thesm.</i> 1098-1100; 4 <i>Euseb. Praep. Evang.</i> 15.62.8; 5-6 <i>Ar. Thesm.</i> 1101-2)].	Termo empregado para designar, originalmente, todos os povos falantes de língua não-grega. Considerando a existência de dois grupos étnicos, em áreas diferentes, suas diferenças culturais não podem ser medidas de forma universal, Helmut Heit afirma que “o termo ‘bárbaro’ é usado para denotar o outro significativo sem avaliação adicional” (HEIT, 2005, p.729).
Estrangeiro (ξένος)	“Ó estrangeiro, tem piedade de mim, tão desgraçada! ” [128 (<i>Ar. Thesm.</i> 1107)]; “Toma-me, estrangeiro, se me quiseres para serva [...]” [129a (<i>Herodian. De figuris</i> 45)].	A dualidade de acepções que o termo apresenta, indica sua condição ambígua – estrangeiro era tanto o “amigo convidado, aplicado a pessoas e estados vinculados por um tratado ou vínculo de hospitalidade” ou

		ainda “estranho a uma coisa, desconhecido, ignorante de ³⁵⁹ ”.
Etíopes (Αιθίοπες)	“Aqueles em casa, em torno da mesa e da refeição, etíopes [...]” [147 (Synag. p. 339 Bekker)].	Termo cuja tradução “rosto queimado”, faz referência a coloração escura da pele, sendo amplamente usado entre os gregos para designar indivíduos com esse tipo de característica. Nos textos clássicos, era usado para designar os cuxitas – súditos do reino de Cuxe, situado entre a Quarta e Quinta Catarata do Nilo.

1. Temática descritiva (relacionados à estrutura narrativa da obra)

Utilização de recurso cenográficos
 Eloquência discursiva
 Amizade feminina
 Relações familiares
 Sacrifício humano
 Amor
 Arranjos matrimoniais
 Práticas de celebração
 A dicotomia entre helenos e bárbaros

2. Temática analítica (recorte para construção do discurso historiográfico)

³⁵⁹ Ambos os sentidos, conforme o Liddell-Scott-Jones (LSJ), disponíveis em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=ce%2Fnos&la=greek#lexicon>. Acesso em 25 dez.2020.

Relação de *Andrômeda* de Eurípides com o mito de Perseu, Cassiopeia e Cefeu; *Andrômeda* de Sófocles; a trilogia que abarcava as tragédias *Helena* e *Ifigênia em Tauris*; as *Rãs* e *Tesmoforiantes* de Aristófanes.

Relação entre teatro e sociedade ateniense

Virgindade


Casamento

Leis de cidadania

Relação dos gregos com os cuxitas

APÊNDICE C – Grade de Análise Semiótica

Grade de Análise Semiótica – Figura n.1

FIGURA N. 1	
	Referente Localização: Museu Altes, Coleção de Antiguidades de Berlim. Inventário: F 1652. Procedência: Cerveteri, Itália. Função Social: Usado em ambientes domésticos e em atividades comerciais.
	Signo Plástico Forma: Ânfora barriga ³⁶⁰ . Estilo/Cor: Figuras negras. Tamanho/Volume: 34,8 x 72 cm
	Ancoragem ΠΕΡΣΕΥΣ, ΑΝΔΡΟΜΕΔΑ, ΚΕΤΟΣ ³⁶¹ .
	Signo Figurativo Uma criatura monstruosa, um jovem e uma jovem.
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://id.smb.museum/object/685799/korinthische-bauchamphora	

³⁶⁰ A ânfora do tipo barriga, foi a forma de ânfora mais comum – caracterizada pela combinação de alças redondas, boca reta e perfil convexo do pé –, e a mais antiga, pois seu uso remonta ao século VII a.C. e continua sendo produzida até meados do século V a.C.

³⁶¹ Respectivamente, Perseu, Andrômeda e Ceto. As inscrições das personagens representados no vaso, foram feitas em uma forma arcaica do grego e apresentam peculiaridades, como a direção esquerda em ΠΕΡΣΕΥΣ (PERSEU) e ΑΝΔΡΟΜΕΔΑ (ANDROMÉDA) e o uso de épsilon em vez de eta em ΚΕΤΟΣ (CETOS), e o emprego da letra san em vez de sigma em ΠΕΡΣΕΥΣ e ΚΕΤΟΣ, além das diferentes formas das letras, como B para E ou V para Y.

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Ânfora barriga.	Recipiente usado para armazenar sólidos e líquidos.	<p>Ânforas possuem duas alças e um pescoço consideravelmente mais estreito que o corpo.</p> <p>Foram utilizadas para o armazenamento de líquidos e sólidos, como grãos. As menos requintas e desprovidas de decoração, com a parte inferior afunilada, serviam como recipientes de transporte padrão no Mediterrâneo.</p>
Ser monstruoso	Com pelagem alta e de coloração branca. Sua boca aberta, revela grandes presas. Se trata de uma criatura de grandes proporções, visto que sua cabeça é quase tão grande quanto o jovem que está diante de si.	Ceto.	Monstro marinho enviado por Poseidon, acompanhado de enchentes, para devastar a ilha de Méroe. Estas tribulações foram enviadas aos cuxitas, como punição pela <i>húbris</i> cometida pela rainha Cassiopeia contra as Nereidas.
Homem jovem	Em pé, nu, usando chapéu de abas largas e sandálias aladas. Traz uma bolsa com duas alças no braço esquerdo. Em ambas as mãos, traz objetos redondos de cor branca; se prepara para arremessar, com a mão direita, um destes objetos.	Perseu	Herói argivo, filho de Zeus e Dânae, aceitou a missão imposta pelo tirano da ilha de Sérifo, Polidecto: traze a cabeça de Medusa. De regresso a Grécia, passou por Méroe, onde encontrou Andrômeda exposta em sacrifício ao monstro marinho, Ceto, que devastada a cidade. Se apaixonando por Andrômeda, Perseu se voluntariou para derrotar o monstro em troca de desposar a princesa.
Mulher jovem	Mulher jovem em pé, segurando um objeto redondo, com ambas as mãos. Seus cabelos estão em um penteado elaborado. Veste um peplos longo,	Andrômeda	Princesa cuxita, filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia. Sua mãe vangloriando-se de sua beleza, cometeu uma <i>hybris</i> contra as Nereidas, que pediram reparações a Poseidon. O deus mandou uma enchente e, logo após, Ceto, que destruía Méroe. Cefeu procurou o oráculo de

	de cor vermelha terrosa com borda preta, e um cinto da mesma cor.		Âmon, que revelou como aplacar a ira divina: expor Andrômeda para que fosse devorada por Ceto.
--	---	--	--

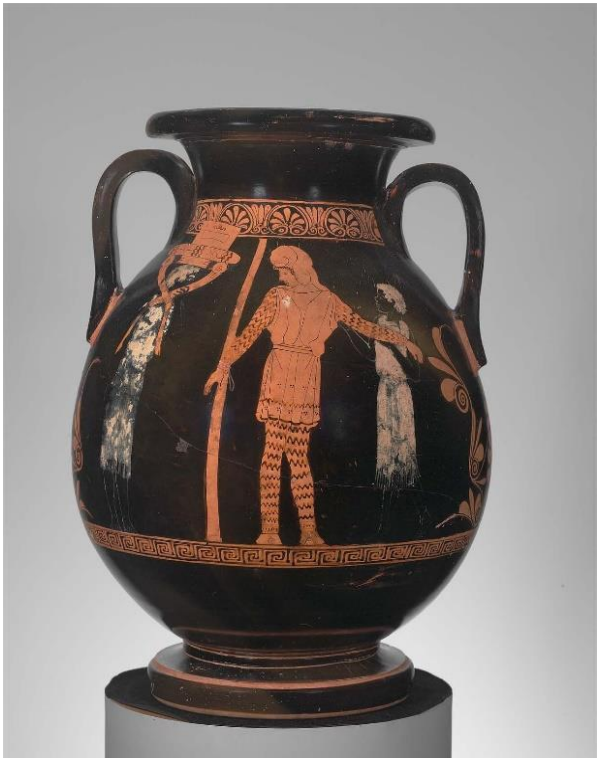
Análise:

Nesta ânfora barriga, podemos observar um ser monstruoso, um rapaz e uma moça (*significante*) cuja análise preliminar permite-nos inferir que o jovem enfrenta o mostro para salvar a jovem (*significado*). Uma vez que identificamos as personagens retratadas e suas respectivas ações, levamos a termo o *primeiro nível de significação* e, assim, passaremos ao próximo nível desse processo analítico.

Ao admitirmos que *significante* (ser monstruoso, rapaz e moça) e o *significado* (o jovem enfrenta o mostro para salvar a jovem) dialogam entre si, ao considerarmos as premissas da retórica conotativa, podemos sistematizar o *segundo nível significação* obtendo, dessa forma, um *significante de segundo nível* (Perseu resgatando Andrômeda, antes que ela fosse devorada por Ceto) e, neste sentido, um *significado de segundo nível* equivalente (a releitura plástica de uma cena da tragédia *Andrômeda*³⁶², de Eurípides).

³⁶² Dentre os fragmentos remanescentes da *Andrômeda* euripídiana, consta um trecho que possivelmente fosse declamado pelo ator que interpretava Perseu na tragédia: “mas vejo o monstro marinho mover-se rapidamente em direção ao banquete da virgem, a partir do sal Atlântico” (CREPALDI, 2016, p.366).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.2

FIGURA N. 2	
	Referente Localização: Museu de Belas Artes, Boston, Estados Unidos. Inventário: 63.6223 Procedência: Atenas, Grécia. Função Social: Usado em ambientes públicos e privados.
	Signo Plástico Forma: Pélica. Estilo/Cor: Técnica de contorno branco, com adição de vermelho e branco. Tamanho/Volume: 44 x 32 cm.
	Ancoragem Não possui.
	Signo Figurativo Lado A: Dois meninos, uma jovem sendo amarrada a um poste Lado B: Um menino e homem idoso.
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://collections.mfa.org/objects/153843/pelike	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Pélica.	Recipiente usado para transporte e armazenamento de líquidos.	Essa categoria de ânfora, surgiu após a introdução da técnica de figuras vermelhas, e continuou a ser produzida durante o século IV a.C., usada como recipiente para líquidos.
Uma jovem	Usa um barrete frígio que oculta-lhe os cabelos. Veste cheiridotos ³⁶³	Andrômeda	Princesa cuxita oferecida em sacrifício, por orientação oracular. Poseidon enviara um monstro marinho para

	e anaxiridas ³⁶⁴ , estampados com linhas ondulares.		aterrorizar a ilha de Méroe. Para apaziguar a ira divina, era necessário sacrificar a princesa Andrômeda.
Menino	Tem cabelos com minúsculos cachos e sua pele é negra. Veste chitoniskos ³⁶⁵ plissado. Está descalço. Segura a jovem pelo braço com as duas mãos.	Atendente real.	O menino está cumprindo as ordens do rei, amarrando Andrômeda que será exposta em sacrifício. A ação ritual é sempre social, acordo com Dennis Hughes “definindo papéis dentro do grupo e promovendo sua solidariedade” (HUGHES,1991, p.3).
Menino	Possui cabelos com minúsculos cachos, e pele negra. Também usa um chitoniskos e está descalço. Suspende acima da cabeça, um banco, um tecido com padrão geométrico dobrado e uma caixa.	Atendente real.	Carrega algumas das oferendas usadas no sacrifício de Andrômeda. A saída da princesa do lar paterno e presença de ofertas ritualísticas, leva Nicole Loraux a considerar que “o sacrifício é tragicamente irônico, por assemelhar-se demais ao casamento” (LORAUX, 1988, p.72) .
Menino	Como os demais, possui cabelos com minúsculos cachos, e pele negra. Usa um himatión colorido, preso a cintura. Está descalço. Com a mão direita, sustenta uma caixa sobre a cabeça e, na esquerda, leva um alabastro ³⁶⁶ .	Atendente real.	O menino, carrega os demais objetos que serão usados como oferendas durante o sacrifício de Andrômeda. Novamente, a semelhança aos objetos comumente usados nos ritos matrimoniais.

³⁶³ Peça de vestuário para a parte superior do corpo, possuía mangas compridas e ajustadas aos braços. Comumente, tratava-se de uma peça usada por atores do teatro.

³⁶⁴Também denominada de “calças persas”, feitas em couro e com corte inteiro, eram ajustadas as pernas, chegando aos tornozelos. Frequentemente, as Amazonas eram representadas usando essa mesma peça de vestuário.

³⁶⁵Um tipo de chitón curto, provavelmente preso por um nó, cujo comprimento chegava na altura do joelho ou acima dele.

Homem idoso	Os cabelos e barba branca indicam que trata-se de um idoso. Usa um barrete frígio, cheiridotos, himatión volumoso, e porta um centro na mão esquerda.	Cefeu	O rei de Cuxe, assistia aos preparativos para o sacrifício de sua filha Andrômeda.
-------------	---	-------	--

Análise:


Nessa pélica, o Pintor de Niobid representou três meninos, uma jovem e um idoso (*significante*) cujas respectivas ações, indicam a preparação de um ritual de sacrifício (*significado*). Estabelecida essa relação entre *significante* e *significado*, concluímos a primeira etapa de nossa análise, posto que conseguimos realizar o *primeiro nível de significação* da cena representada neste utensílio cerâmico.

Por conseguinte, o diálogo entre o *significante* (meninos, uma jovem, dois jovens, duas mulheres, um altar, arca e plantas) e o *significado* (preparação de um ritual de sacrifício) agora considerados mediante aos fundamentos da retórica conotativa, permite-nos determinar uma *significação de segundo nível*, na qual identificamos um *significante de segundo* (o sacrifício de Andrômeda para o benefício de Méroe) e, subsequentemente um *significado de segundo nível* correspondente (a interpretação do Pintor de Niobid acerca de uma cena da *Andrômeda* de Sófocles³⁶⁷).

³⁶⁶ Parece ter sido principalmente um recipiente cerâmico usado para armazenar óleo perfumado, como indicado por cenas em vasos que descrevem-no em uso, por exemplo, por mulheres após o banho.

³⁶⁷De acordo com o enredo estabelecido a partir dos fragmentos remanescentes, a *Andrômeda* sofocliana se iniciaria com Cefeu organizado os tristes preparativos para o sacrifício de Andrômeda.

Grade de Análise Semiótica - Figura n.3

FIGURA N. 3		Referente	Localização: Teece Museum of Classical Antiquities, Nova Zelândia. Inventário: 116.71 Procedência: Apúlia, Itália. Função Social: Usado em simpósios.
	Signo Plástico	Forma: cratera de sino. Estilo/Cor: figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 21.8 x 24.5 cm	
	Ancoragem	Não possui.	
	Signo Figurativo	Lado A: Jovem armado, jovem amarrada entre pilares, homem sentado. Lado B: Dois jovens e uma mulher.	
	Bibliografia: JOLY. Martine. <i>Introdução à Análise da Imagem</i> . Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: http://teecemuseum.nz/collection-item/1024305/		

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Cratera de sino	Recipiente usado em simpósios.	Em geral, as crateras eram usadas para misturar água ao vinho que seria consumido nos simpósios. A cratera de sino, levava esse nome, em razão do formato de seu corpo, lembrar esse objeto.
Homem jovem	Rapaz em pé, tem uma lança na mão	Perseu ³⁶⁸	Herói argivo, filho de Zeus e Dânae, Perseu aventurou-se a

	esquerda e a harpa, na mão direita. Usa um capacete com crista, e uma clâmide. Está descalço.		caça da górgona Medusa, conforme o desafio do tirano de Sérifo, Polidecto. Ao retornar a Grécia, Perseu passava por Méroe, quando encontrou Andrômeda exposta em sacrifício, em razão da húbris efetuada por sua mãe.
Mulher jovem	Donzela amarrada às colunas de um naiskos (um pequeno templo) de estilo iônico. Veste chitón de mangas com himátion de borda preta, amarrado na cintura, colar e sandálias. Seus cabelos estão presos, e ela está descalça.	Andrômeda	Princesa cuxita, filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia. Devido a húbris cometida por sua mãe, ao comparar sua beleza com a das Nereidas, Andrômeda foi oferecida como sacrifício. Que sua imolação ocorresse em um templo, permite inferir que, além da motivação divina, a princesa desempenhasse funções de sacerdotisa.
Objetos diversos	Cesta belamente adornada, contendo alguns objetos cilíndricos e um frasco.	Oferendas ritualísticas	A exposição de Andrômeda ao monstro, foi efetuada para apaziguar a ira divina, seguindo etapas ritualistas – daí a necessidade de oferendas ³⁶⁹ .
Homem maduro	Homem sentado sobre um baú ricamente decorado, portando um bastão na mão direita. Veste um himatió plissado, que desnuda-lhe o peito e está descalço.	Cefeu	Rei de Cuxe, marido de Cassiopeia e pai de Andrômeda. Diante das infelicidades que atingiam Méroe, Cefeu foi constrangido a sacrificar sua filha Andrômeda

³⁶⁸ Ainda que desprovido do tradicional capacete e sandálias aladas, podemos identificar essa personagem como Perseu, devido ao porte da harpe.

³⁶⁹ De acordo com Pausânias, “o incenso, a farinha de trigo amassada com mel eram queimados sobre o altar, decorado com galhos de oliveira. As libações de vinho eram parte integrante das ofertas dos sacrifícios” (MYLONOPOULOS In STAVRIANOPOULOU, 2006, p.86).


Análise:

Em uma das faces dessa cratera de sino, o artista representou um jovem armado, uma jovem amarrada entre duas colunas, objetos em um cesto e homem maduro, sentando (*significante*) que, em conjunto, permitem-nos identificar uma cena referente a preparação de um sacrifício humano (*significado*). De fato, essa leitura preliminar constitui o *primeiro nível de significação* de nossa análise e, uma vez concluído, nos habilita a prosseguir para o próximo nível.

Dessa maneira, se cumpre considerar a relação entre *significante* (jovem armado, jovem amarrada, objetos e homem maduro) e *significado* (preparação de um sacrifício humano) segundo as conjecturas da retórica conotativa que permite-nos deduzir um *segundo nível de significação* (a chegada de Perseu a Méroe, enquanto Cefeu preparava o sacrifício de Andrômeda) e, conseqüentemente, *significado de segundo nível* (a apreciação do ceramista sobre uma das cenas da *Andrômeda*, de Sófocles³⁷⁰).

³⁷⁰Duas situações levam-nos a inferir que trata-se de uma representação da *Andrômeda* sofocliana: o enredo da tragédia, se inicia com Cefeu supervisionando os arranjos para o sacrifício de Andrômeda, momento no qual Perseu chega a Méroe e se inteira dos infortúnios que se abateram sobre a cidade – essa teria sido a cena que o ceramista procurou registrar nesta cratera de sino. A ausência do capacete e sandálias aladas, podem ser encaradas como uma forma do ceramista demarcar que diferente da versão euripidiana – na qual Perseu entraria em cena voando com seus artefatos divinos – haja vista que na tragédia de Sófocles, o herói argivo teria feito sua entrada em cena a pé.

Grade de Análise Semiótica - Figura n.4

FIGURA N. 4	
	Referente Localização: Museu Antigo e Coleção Ludwig, Basileia. Inventário: BS403 Procedência: Atenas Função Social: Usada em nos simpósios e banquetes.
	Signo Plástico Forma: Cratera de cálice Estilo/Cor: Figuras vermelhas Tamanho/Volume: Indisponível
	Ancoragem Não possui.
	Signo Figurativo Lado A: Jovem atada entre duas vigas, ladeada por um idoso e um jovem. Lado B: Jovens com roupas drapeadas, um com bastão, bolsa e halteres suspensos
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: http://www.beazley.ox.ac.uk/record/0B8638F0-600D-40C1-8172-6129BF9070AF	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Cratera de cálice	Recipiente usado nos simpósios, para misturar água e vinho.	Os gregos julgavam o consumo do vinho não-diluído, como um ato grosseiro, considerando que o indivíduo que o ingeri neste estado um mero bêbado, desprovido de contenção ou juízo. As proporções indicadas para a mistura, variam de acordo com a proposta do banquete ou simpósio – conversação, divertimento ou folia orgástica.

Mulher jovem.	Usa um barrete frígio, sobre os cabelos soltos. Sobre a blusa e a saia há um tipo de estola de material elegante, presa à cintura como uma saia adicional. Calça sapatos leves.	Andrômeda.	Filha de Cefeu e Cassiopeia, soberanos do reino de Cuxe, Andrômeda foi exposta para ser devorada por monstro marinho que assolava Méroe.
Homem jovem.	Veste clâmide, e usa um capacete alado e sandálias, portando uma harpe ³⁷¹ na mão direita.	Perseu	Filho de Dânae, princesa de Argos, e Zeus. Imbuído pelo tirano Polidectes da missão de enfrentar a górgona Medusa. Em seu retorno para Sérifo, ao passar pela ilha de Méroe, presencia os preparativos para a imolação de Andrômeda.
Homem idoso.	Veste cheiridotos ³⁷² e um volumoso himatión bordado. Calça sapatos leves.	Cefeu.	Filho de Belo ³⁷³ e Anquínoe ³⁷⁴ , irmão de Fineu. Reinou sobre Cuxe ao lado de sua esposa, Cassiopeia. Quando Méroe passou a acometida por uma série de infortúnios, procurou o oráculo, que revelou-lhe a necessidade de sacrificar sua filha ao monstro marinho.

Análise:

³⁷¹ Harpe (ἄρπη), um tipo de espada protuberância falciforme ao longo de uma borda próxima à ponta da lâmina. Tal arma era comumente associada a Perseu e Cronos.

³⁷² Tipo de chitón, no qual, mangas longas e ajustadas aos braços eram abotoadas em vez de costuradas. Na cerâmica, tais peças de vestuário eram representadas para indicar os trajes usados por atores do teatro.

³⁷³ Fruto da união entre Poseidon e Líbia, irmão gêmeo de Agenor, reino sobre o Egito.

³⁷⁴ Náíade, filha do Rio Nilo, se casou com Belo, e teria gerado Egito e Dano e, de acordo com algumas tradições, Cefeu e Fineu.

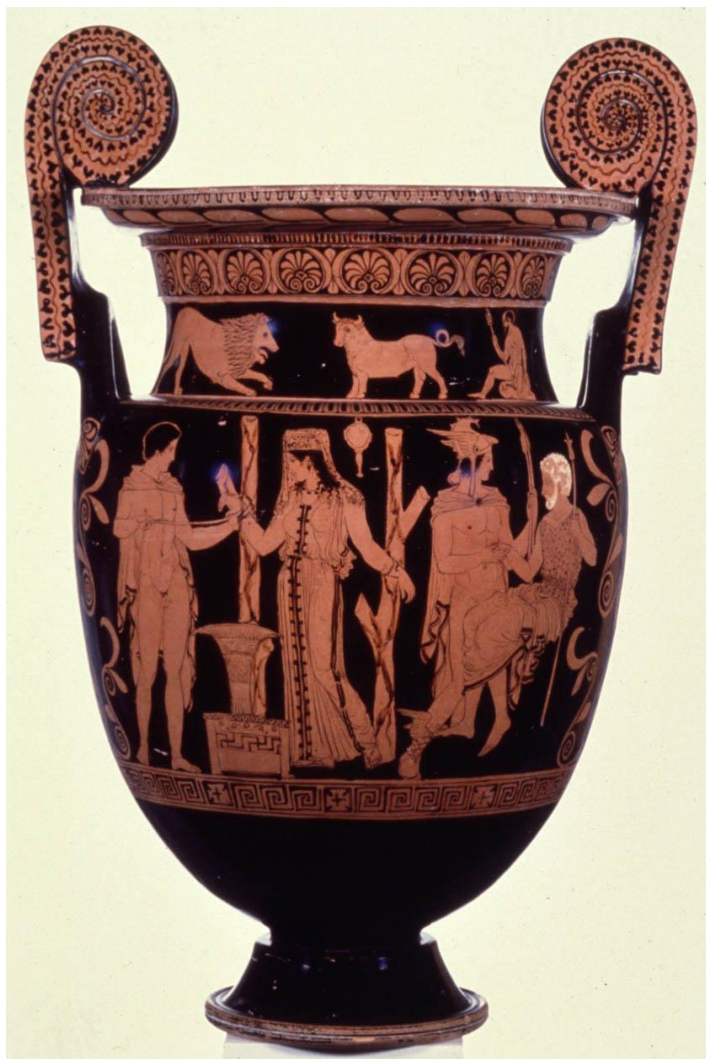
Nesta face da cratera o ceramista pintou um homem idoso, uma jovem e um jovem (*significante*) representada na cratera de cálice, se remete a um episódio mitológico (*significado*). Essa leitura preliminar, viabiliza-nos estabelecer o *primeiro nível de significação* de nossa análise, em vista de que é possível identificar um *significado* associado a seu *significante*.

Destarte, o *significante* (idoso e dois jovens) e o *significado* (episódio mitológico), encontram-se sob a luz das asserções da retórica conotativa, prestar-se-á para sistematizar a *segundo nível de significação*, possibilitando um *significante de segundo nível* (Perseu chegando a Méroe enquanto Cefeu supervisiona os arranjos para o sacrifício de Andrômeda) e, por conseguinte, um *significado de segundo nível* correspondente (a interpretação do ceramista acerca de uma das cenas da *Andrômeda* de Sófocles³⁷⁵).

³⁷⁵ Não obstante Perseu esteja paramentado com seu capacete e sandálias aladas, a presença de Cefeu e Andrômeda na cena pintada na cratera, bem como a ausência do monstro marinho, levam-nos a inferir que Perseu chegou a Méroe, no exato momento em que os preparativos da exposição da princesa eram efetuados – o que condiz com o enredo da versão sofocliana de *Andrômeda*.

Grade de Análise Semiótica - Figura n.5

FIGURA N. 5



Referente	Localização: Museu Paul Getty, Malibu California, Estados Unidos. Inventário: 85.AE.102 Procedência: Apúlia, Itália. Função Social: Usado em simpósios e banquetes.
Signo Plástico	Forma: Cratera com volutas. Estilo/Cor: Figuras vermelhas com adição de cores. Tamanho/Volume: Indisponível.
Ancoragem	Não possui.
Signo Figurativo	No anel do pescoço: leão, touro e homem sentado. Lado A: Um jovem, uma donzela, um jovem e um homem idoso. Lado B: Uma jovem segundo um pequeno felino, um jovem com uma lâmina curva e uma vara, um jovem gesticulando em direção ao felino, uma jovem portando um espelho de mão.

Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007.

Imagem disponível em: <http://www.beazley.ox.ac.uk/record/C078B8DE-F3A2-43B4-82D8-2707AF0980C5>

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Cratera com volutas	Recipiente usado nos simpósios, para misturar água e vinho.	Esse utensílio, tem seu nome devido ao formato de suas alças que, firmemente enroladas,

			lembram as volutas das colunas jônicas. Ao longo dos séculos V e IV a.C., as crateras se tornam mais delgadas, e as crateras apulianas do sul da Itália, são particularmente elaboradas em seus detalhes.
Homem jovem	Nu, descalço, vestindo clâmide.	Fineu	Irmão de Cefeu, desejava se casar com sua sobrinha, Andrômeda. Inconformado com o arranjo feito entre Perseu e rei Cuxe, Fineu reuniu seus aliados e conspirou contra a vida do herói argivo.
Mulher jovem	Usando um péplos plissado, semitransparente, com listra nas bordas, brincos longos, cabelos soltos, barrete frígio, véu bordado e sandálias. Ela tem os braços abertos e seus pulsos estão atados com cordas, em duas pilastras.	Andrômeda	Filha de Cefeu e Cassiopeia, Andrômeda foi exposta em sacrifício em razão da húbri cometida pela rainha contra as Nereidas. Estava agrilhoadada a um rochedo junto a praia de Méroe, quando foi vista por Perseu. Os jovens se apaixonaram e o herói propôs ao rei resgatar Andrômeda, em troca de sua mão.
Homem jovem	Vestindo clâmide, usa um capacete e sandálias aladas. Na mão esquerda, tem duas lanças.	Perseu	Neto de Acrísio, rei de Argos, e filho da princesa Dânae e Zeus. O tirano de Séfrio, Polidectes, enviou Perseu na missão de decapitar a górgona Medusa. De retorno a Grécia, passava por Méroe, quando encontrou Andrômeda exposta em sacrifício

Análise:

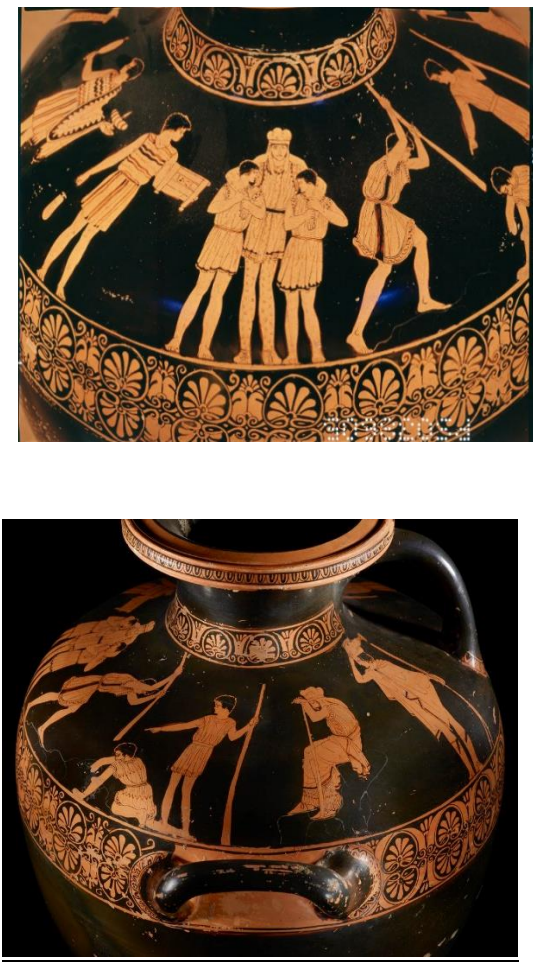
Nessa cratera com volutas, o ceramista representou duas duplas de personagens – um rapaz e uma moça, um rapaz e um idoso (*significante*) – cujas ações se encontram relacionadas entre si, visto que refere-se de um acordo firmado entre duas partes, transgredido por um terceiro (*significado*). Realizar tal leitura, consiste em estabelecer o *primeiro nível de*

significação dessa cena, ao que, o signo achar-se-ia íntegro, posto que, fomos capazes de identificar um *significado* e concatená-lo ao seu *significante*.

Contudo, quando consideramos o diálogo entre o *significante* (rapaz e moça, rapaz e idoso) e o *significado* (acordo firmado entre duas partes, transgredido por um terceiro) segundo a retórica conotativa, torna-se viável estruturar o *segundo nível de significação*, quando identificamos *significante de segundo nível* (Fineu, ao saber que Andrômeda estava fora de perigo, volta para libertá-la sorrateiramente, enquanto Perseu procura Cefeu para exigir sua parte no acordo anteriormente firmado e receber a mão da princesa) e, por conseguinte, um *significado de segundo nível* correspondente (a interpretação do ceramista acerca de uma das cenas da *Andrômeda*, de Sófocles³⁷⁶).

³⁷⁶ No enredo da *Andrômeda* sofocliana, a princesa havia sido prometida ao seu tio, Fineu. Diante da húbri cometida por Cassiopeia e a necessidade de expor Andrômeda ao monstro que iria devorá-la, seu noivo não demonstra qualquer tentativa de salvá-la. Contudo, após Perseu prontificar-se para enfrentar a terrível criatura e firmar um acordo com Cefeu em troca da mão de Andrômeda, Fineu tentou reivindicar sua prometida, chegando a montar uma conspiração contra Perseu. De acordo com Ribeiro Júnior, Sófocles teria enfatizado a disputa entre Fineu e Perseu, “para contrapor a coragem e a superioridade moral do jovem grego à covardia do bárbaro, que não se arriscou para salvar a noiva, mas veio reclamá-la quando a viu salva” (RIBEIRO, 2009, p.264).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.6

FIGURA N. 6		Referente	Localização: Museu Britânico, Londres, Inglaterra. Inventário: 1843.11-3.24. Procedência: Vulci, Etruria, Itália. Função Social: Usado em esfera doméstica e pública, para transportar e despejar água.
	Signo Plástico	Forma: Hídria. Estilo/Cor: Figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 45,72 cm.	
	Ancoragem	Não possui.	
	Signo Figurativo	Lado A: Jovens do sexo masculino. Lado B: Jovens, homem idoso e um jovem.	
	Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1843-1103-24		

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Hídria	Recipiente usado para transporte e despejo de água.	Os primeiros registros de usos da hídria, datam do séc. VIII a.C. É um jarro de água, com duas ou três alças, usado para transporte e verter água; eventualmente, as hídrias, poderiam ser usadas para armazenar votos em

			assembleias, ou transportar cinzas para os cemitérios.
Menino	Veste chitoniskos, enfeitado com linhas onduladas e pontos escuros, e um himatióon com bordas em forma de ondas. Na mão direita, traz um espelho (no qual, olha-se) e na mão esquerda, um exaleiptron ³⁷⁷ .	Atendente real.	O jovem desempenha as funções de atendente do rei, carregando alguns dos instrumentos que serão usados no rito sacrificial, especialmente, o exaleiptron.
Menino	Usando um chitoniskos, descalço. Na mão direita, carrega um alabastron ³⁷⁸ e, na esquerda, uma caixa média.	Atendente real.	Apoia com o lado direito de seu corpo, um jovem. Veste chitoniskos de cor clara com pontos escuros na região da gola e dos braços; as bordas inferiores da vestimenta, apresentam linhas retas e escuras. Usa um cinto de cor clara. Está descalço.
Homem jovem	Em pé, amparado por dois meninos, que colocam-se a sua direita e esquerda. Usa um barrete frígio, veste chitoniskos, calçando sandálias.	Fineu	O prometido de Andrômeda, em algumas versões, Fineu é apresentado como irmão de Cefeu – portanto, tio da princesa. Profundamente abalado pelo destino de sua prometida, ele chega ao local do sacrifício de Andrômeda, amparado por seus servos, que trazem oferendas para o ritual de imolação da jovem.
Menino	Apoia com o lado esquerdo de seu corpo, um jovem. Veste chitoniskos	Atendente real.	Semelhantemente ao seu companheiro, este atendente fora designado para amparar Fineu, visivelmente abalado

³⁷⁷ Possivelmente usado para armazenar líquidos, não havia significativo consenso acerca do típico formato do exaleiptron, ainda que sua forma mais recorrente apresentasse corpo cilíndrico e bocal curvado, que impediria o derramamento de seu conteúdo, durante seu transporte. No século VI a.C., alguns podem ter possuído três pés (geralmente decorados), mas exemplos posteriores tendem a ter um pé alto. Geralmente, eram carregados por mulheres em rituais fúnebres.

³⁷⁸ O alabastron é um recipiente de corpo longo, com a boca em formato de disco plano e fundo arredondado. É sem cabo, embora alguns exemplos tenham aberturas ou alças pelas quais fios possam ser fixados. Possivelmente, seu principal uso consistia em armazenar óleo perfumado.

	de cor clara com pontos escuros na região da gola e dos braços; as bordas inferiores da vestimenta, apresentam linhas retas e escuras. Usa um cinto de cor clara e está descalço.		diante dos preparativos do sacrifício de Andrômeda.
Menino	Em pé, segura uma grande estaca com ambas as mãos. Veste chitoniskos cor clara com pontos escuros na região da gola e dos braços. Está descalço. O menino prepara-se para fixar a estaca no local onde um de seus companheiros cavou um buraco.	Atendente real.	Esse jovem atendente, em companhia de dois companheiros, fora designado para montar o cadafalso no qual Andrômeda seria amarrada como vítima sacrificial. A ele, compete fixar uma das duas estacas que serão usadas para aprisionar Andrômeda.
Menino	Agachado junto ao chão, cavando um buraco com as mãos. Veste chitoniskos curta de cor clara com pontos escuros na região da gola e dos braços; está descalço.	Atendente real.	Esse atendente está cavando os buracos para a fixação das estacas usadas para amarradas os braços de Andrômeda – que será exposta como vítima sacrificial.
Menino	Segurando uma grande estaca com a mão esquerda e, com a mão direita, aponta na direção em que seu companheiro deve fixar a estaca que entre em suas mãos. Assim como os demais, veste chitoniskos de cor clara com pontos escuros na região	Atendente real.	Esse jovem, finaliza o grupo de atendentes do templo que ficaram encarregados de montar a estrutura do cadafalso de Andrômeda. Esse atendente em especial, para ser o responsável pela atividade, visto que indica ao demais como proceder com a instalação das estacas.

	da borda; está descalço.		
Homem maduro		Cefeu	Rei dos etíopes, observa enquanto seus atendentes preparam as instalações materiais do sacrifício de Andrômeda
Homem jovem		Perseu	Herói grego, recém che


Análise:

Nesta face da hídria, o ceramista registrou um grupo de sete meninos e um homem jovem (*significante*) todos empenhados nos preparativos de um rito sacrificial (*significado*). Tal identificação de personagens e suas respectivas ações, equivale a concluir o *primeiro nível de significação* e que, dessa forma, viabiliza-nos a passar ao nível seguinte do mesmo processo.

Reconhecendo essa interlocução entre o *significante* (grupo de meninos e jovem mulher) e o *significado* (os arranjos materiais para a realização de um sacrifício humano), diante das proposições da retórica conotativa, podemos ordenar o *segundo nível de significação* que, por consequência, gera um *significante de segundo nível* (os preparativos para o sacrifício de Andrômeda) e, neste sentido, um *significado de segundo nível* equivalente (a releitura plástica, feita pelo ceramista, de uma das cenas da tragédia *Andrômeda*³⁷⁹, de Sófocles).

³⁷⁹ Atualmente há consenso entre os pesquisadores, acerca do possível enredo da *Andrômeda* sofocliana, ao que mencionaremos o início da tragédia: Cefeu se achava presidindo os preparativos para o sacrifício da princesa, quando Perseu chega a Méroe e presencia essa cena; se inteirando dos fatos, o herói se voluntaria para matar o monstro em troca da mão de Andrômeda.

Grade de Análise Semiótica - Figura n.7

FIGURA N. 7	
	<p>Referente</p> <p>Localização: Museu Britânico, Londres, Inglaterra. Inventário: 1856,1226.29 Procedência: Lucania, Itália. Função Social: Usando em âmbito doméstico e público.</p>
	<p>Signo Plástico</p> <p>Forma: Hídria Estilo/Cor: Figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 36, 25 cm.</p>
	<p>Ancoragem</p> <p>Não possui.</p>
	<p>Signo Figurativo</p> <p>Mulher jovem, mulher jovem entre amarrada entre dois postes, homem jovem armado, homem idoso sentado.</p>
<p>Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1856-1226-29</p>	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Hídria	Recipiente usado para transportar e armazenar água	Possui gargalo menor e, geralmente, três alças: um par nas laterais e uma vertical, grande, geralmente na parte posterior. Sua estrutura facilitava mergulhar o vaso n'água e levantá-lo até a cabeça e, as outras alças, auxiliavam a manter seu equilíbrio. Em razão da busca de água achar-se associada as tarefas domésticas,

			a hídria era frequentemente usada por mulheres.
Mulher jovem	Em pé, vestindo um peplos longo, com apoptigo ³⁸⁰ , que alcança seus quadris; um cinto adorna seu vestuário. Traz os cabelos presos em um coque, enfeitado por um sákkos. Está descalça. Com a mão direita, equilibra uma hídria na cabeça.	Amiga de Andrômeda	Sua vestimenta elaborada e sua proximidade a Andrômeda, indicam que trata-se de uma donzela bem-nascida meroíta. Amiga da princesa, veio oferecer sua companhia – e quiçá, água para a princesa – nesse momento de grande dificuldade, quando Andrômeda foi exposta para ser devorada pelo monstro marinho que arrasava Méroe.
Mulher jovem	Em pé, com os braços abertos e presos pelos pulsos a colunas com arabescos, enfeitadas com folhas na base. Veste um peplos de cor clara, com himatión bordada com pontilhado. Seus cabelos estão arranjados em coque, cobertos por um sákkos. Está descalça.	Andrômeda	Princesa cuxita, filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia. Sua mãe cometeu uma húbris contra as Nereidas, afirmando que sua filha era tão bela quanto elas. Furiosas as deusas pediram a Poseidon, para que castigasse a ilha. O deus enviou enchentes e um monstro marinho contra Méroe; Cefeu procurou o oráculo de Âmon, que revelou-lhe como abrandar a cólera divina: expor Andrômeda para ser devorada pelo monstro.
Homem jovem	Em pé, diante de um trono. Usa um barrete frígio e veste chitoniskos de cor clara, adornado por um cinto. Preso ao pescoço, leva uma clâmide, com faixas negras nas bordas. Calça	Perseu	Filho de Zeus e Dânae, foi incumbido pelo tirano de Sérifos, Polidecto, de decapitar a górgona Medusa. Auxiliado por Palas Atenas e Hermes, foi bem-sucedido em tal missão; quando retornava para a Grécia, voando com suas sandálias aladas, vislumbrou Andrômeda, amarrada junto a um rochedo, na praia de Méroe. Encantado

³⁸⁰ O apoptigo consistia em um tipo de caimento do peplos, alcançado ao dobrar o tecido antes vesti-lo: assim, criava-se uma camada dupla, que ficava na parte superior do corpo.

	sandálias aladas. Na mão esquerda, tem uma lança e, na direita, uma harpe.		com a beleza da jovem, voluntariou-se para derrotar o monstro que iria devorá-la, em troca da promessa de se casar com ela.
Homem idoso	Sentado em um trono alto, sobre uma almofada bordada, apoia seus pés em um escabelo. Veste uma chitón longa e na mão direita, tem um cetro.	Cefeu	Rei de Cuxe, casado com Cassiopeia, gerou Andrômeda. Diante das calamidades que passaram a assolar Méroe, buscou orientações no oráculo de Âmon – divindade fortemente vinculada a realeza cuxita. Foi revelado-lhe que somente o sacrifício de sua filha, poderia mitigar a punição divina que abateu-se sobre a ilha, em vista da húbris cometida por sua esposa. Pressionado pela população, não restou-lhe alternativa e expôs Andrômeda ao monstro marinho.

Análise:

O ceramista decorou essa hídria com a pintura de uma jovem diante de outra que se encontrava amarrada entre dois postes, um jovem armado defronte um idoso (*significante*) caracterizando, a ocorrência de suas cenas distintas: uma jovem confortando outra que será sacrificada e jovem armado realizando uma entrevista com um idoso depositário de autoridade (*significado*).


Ao iniciar com a análise, ou seja, observando o primeiro nível de significação, que a jovem amarrada entre dois postes, figurava na cena, como uma vítima sacrificial, sendo assistida pela jovem que carregava a hídria. Junto a elas, outra ação desdobra-se: um jovem armado posta-se diante de um homem idoso, em posição de autoridade, dado que senta-se em um trono alto e possui um cetro. Podemos deduzir que as duas cenas estão relacionadas, porque o jovem armado olha na direção da jovem amarrada entre os postes. Ao completarmos o primeiro estágio da significação da cena, passaremos ao próximo.

Visto que não podemos deixar de reconhecer que o diálogo entre o *significante* (jovem diante de outra que encontrava-se amarrada entre dois postes, um jovem armado defronte um

idoso) e o *significado* (uma jovem confortando outra que será sacrificada e jovem armado realizando uma entrevista com um idoso depositário de autoridade), ocorre mediante a influência da retórica conotativa, podemos concluir nossa análise, ao realizamos sua segunda etapa, estipulando um *significante de segundo nível* (após encontrar Andrômeda exposta em sacrifício, Perseu deixa-a na companhia de suas amigas e busca Cefeu, oferecendo-se para matar o monstro marinho em troca da mão da princesa) e, conseqüentemente, um respectivo *significado de segundo nível* (o olhar do ceramista acerca de uma das cenas da *Andrômeda*, de Eurípides³⁸¹).

³⁸¹ De fato, dois elementos na composição registrada na hídria, levam-nos a concluir que o ceramista inspirou-se na Andrômeda euripídiana: a presença da jovem que está diante de Andrômeda e a entrevista de Perseu com Cefeu. Na tragédia de Eurípides, o coro é formado por algumas amigas da princesa cuxita, ao que deduzimos que a referida jovem, poderia representar o Corifeu. Deduzimos que, a parte da cena na qual um jovem armado está diante de um homem sentado em um trono, corresponde aos Fragmentos 142 e 143, onde Perseu e Cefeu conversariam sobre a proposta do herói argivo ao do rei de Cuxe: “Acima de tudo, quero ter ouro em minha casa, pois mesmo um escravo, sendo rico, é honrado, enquanto um homem livre, em necessidade, não tem nenhum poder. Em vista do teu ouro, considera-te bem-aventurado. [...] em relação ao dinheiro, sou bem-aventurado, mas, em relação às circunstâncias, como vês, não sou bem-aventurado” (CREPALDI, 2016, p.366).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.8

FIGURA N. 8	
	<p>Referente</p> <p>Localização: Museu Arqueológico Regional, Itália Inventário: 214231 Procedência: Agrigento, Sicília. Função Social: Utilizado para misturar água ao vinho consumido nos simpósios.</p>
	<p>Signo Plástico</p> <p>Forma: cratera cálice. Estilo/Cor: figuras vermelhas, em fundo branco. Tamanho/Volume: Indisponível.</p>
	<p>Ancoragem</p> <p>ΓΕΡΣΕΝΣ (PERSEUS), EUAION KALOS AISCHYLO³⁸² ΑΝΔΡΟΜΕΔΑ (ANDROMEDA)</p>
	<p>Signo Figurativo</p> <p>Lado A: Homem jovem agachado, usando capacete e botas aladas, segurando duas lanças; diante dele, uma jovem amarrada entre três postes. Lado B: Duas mulheres, uma com um cetro.</p>
<p>Bibliografia: JOLY, Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://izi.travel/it/0320-il-museo-archeologico-regionale-pietro-griffo-di-agrigento/it#57d0-perseo-e-la-liberazione-di-andromeda/it</p>	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)

³⁸² “Evaíon, filho de Ésquilo, é belo”.


Utensílio cerâmico	Cratera cálice	Recipiente usado nos simpósios, para misturar água ao vinho.	Em geral, as crateras eram utilizadas para misturar a água e vinho, consumidos nos simpósios. A cratera cálice, possui uma forma ondulada para cima, que faz lembrar a aparência que lembra o cálice de uma flor, daí seu nome. O exemplo mais antigo que conhecemos foi, possivelmente feito pelo pintor Exéquias, durante o terceiro quartel do século VI a.C. A cratera cálice continuou a ser produzida, principalmente em cor vermelha, tornando-se mais alongado ao longo dos séculos V e IV a.C.
Homem jovem	Usando capacete alado, veste chitoniskos e de cores claras. Calça sandálias aladas, e na mão direita, leva duas lanças. Seu rosto está apoiado na mão esquerda, cujo braço, acha-se apoiado no joelho esquerdo. O jovem está em atitude contemplativa, olhando diretamente para a jovem diante de si.	Perseu	Herói argivo, filho de Dânae e Zeus, de regresso a Grécia após decapitar a Medusa, sobrevoava Méroe quando avistou uma forma feminina amarrada junto a um rochedo. Diante de tal cena inusitada, se aproximou e constatou que se tratava de uma jovem de grande beleza.
Mulher jovem	Em pé, amarrada pelos dois braços entre três pilares. Traz um barrete frígio na cabeça, que oculta-lhe os cabelos. Veste cheiridotos de cor clara com borda de linha reta, e um cinto de contas. Usa anaxiridas de linhas onduladas e sandálias.	Andrômeda	Princesa meroíta, filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia, Andrômeda foi oferecida como sacrifício, para expurgar a húbris que sua mãe cometeu contra as Nereidas ao afirmar que Andrômeda era tão bela quanto as deusas.

Análise:

Nesta face da cratera, o ceramista retratou um jovem e uma jovem (*significante*), quando o primeiro a encontrou exposta como vítima sacrificial (*significado*) – tal leitura inicial, consiste no *primeiro nível de significação* que, findada, permite-nos seguir para o segundo nível.

Portanto, ao reconhecermos o diálogo entre o *significante* (rapaz e moça) e o *significado* (encontro em meio a um sacrífico), de acordo com o enunciado da retórica conotativa, poderemos sistematizar a significação do *segundo nível de significação*, que origina um *significante de segundo nível* (a exposição de Andrômeda como vítima sacrificial para salvar Méroe da ira divina) e, conseqüentemente, um *significado de segundo nível* equivalente (se trata da releitura do ceramista de uma das cenas da *Andrômeda* de Eurípides).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.9

FIGURA N. 9	
	<p>Referente</p> <p>Localização: Museus Estatais, Coleção de Antiguidades, Berlim, Alemanha. Inventário: V.I. 3237 Procedência: Cápua, Itália. Função Social: Usado em simpósios e banquetes.</p>
	<p>Signo Plástico</p> <p>Forma: Cratera de cálice Estilo/Cor: Figuras vermelhas, com adição de cores. Tamanho/Volume: Indisponível</p>
	<p>Ancoragem</p> <p>Ανδρ(ο)μεδα; Περσευς; Αφρ(ο)διτη; Κηφευς; Ερμης³⁸³</p>
	<p>Signo Figurativo</p> <p>Lado A: Cefeu, Andrômeda, Perseu, Afrodite, Hermes, altar, arca e plantas. Lado B: Jovens usando clâmides, com lanças, pedras, plantas.</p>
<p>Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: http://www.beazley.ox.ac.uk/record/1B0E736D-0F47-4B12-9DE4-19BB781E409B</p>	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Cratera de cálice	Recipiente usado para consumir vinho.	Largamente apreciado pelos gregos, o consumo do vinho possuía regras específicas – associadas tanto a um estilo de vida civilizado, quanto as

³⁸³ Respectivamente: Andrômeda, Perseu, Afrodite, Cefeu e Hermes.

			práticas de autocontrole. Com efeito, o vinho deveria ser misturado com água, a fim de ser devidamente consumido e apreciado.
Mulher jovem	Usa um barrete frígio, sobre os cabelos soltos. Sobre a blusa e a saia há um tipo de estola de material elegante, presa à cintura como uma saia adicional. Calça sapatos leves.	Andrômeda.	Princesa cuxita, filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia. Sua mãe alegou que Andrômeda era tão bela quanto as Nereidas. Enciumadas, as deusas pediram a Poseidon que vingasse esse insulto, e deus enviou enchentes e um monstro para devastar Méroe. Após consultar um oráculo, Cefeu descobriu que o flagelo só teria fim, com o sacrifício de Andrômeda.
Homem jovem	Tem cabelos longos e escuros sobre os quais usa barrete frígio. Veste clâmide, sandálias e portando uma harpe.	Perseu.	Filho de Zeus e Dânae, filha do rei de Argos, Acrisio. Perseu foi criado por sua mãe, na ilha de Sérifo, onde reinava Polidectes. Desafiado pelo tirano, Perseu foi ao enalço da cabeça da Medusa, e ao retornar exitosamente desta missão, passou por Méroe, onde avistou Andrômeda acorrentada a um rochedo.
Homem maduro	Com cabelos escuros e barba, está sentado sob uma pedra, usa um barrete frígio, himatió, e porta um centro.	Cefeu	Descendente de Poseidon reinou sobre Cuxe ao lado de sua esposa, Cassiopeia. Quando Méroe passou a ser vitimada por enchentes e um monstro marinho, Cefeu foi informado que somente o sacrifício de sua filha levaria a termo os infortúnios que recaíam sobre a cidade.
Homem jovem	Com cabelos curtos, usando um chapéu, himatió, descalço, em sua mão direita, está o caduceu.	Hermes	Fruto da união entre Zeus e Maia, é o deus das astúcias, ardis e trapaças. Atuava como mensageiros dos deuses, e auxiliava os heróis – deu a Perseu, a harpe com a qual ele decapitou Medusa.
Mulher madura	Com cabelos escuros, recolhidos em um sakkos e adornado por uma coroa. Veste blusa e	Cassiopeia	As tradições acerca de sua origem, variam – teria pertencido à família de Agenor, ou ainda, casada com Fênix, gerou Fineu; em outra versão,

	na saia há um tipo de estola de material elegante, presa à cintura como uma saia adicional. Calça sapatos leves.		seria filha de Arabos, epônimo da Arábia. Como esposa de Cefeu, reinou sobre Cuxe, mas cometeu uma húbri ³⁸⁴ contra as Nereidas, trazendo grande flagelo para o país – que só poderia ser aplacado com o sacrifício de Andrômeda.
Mulher jovem	Em pé, porta um cetro na mão esquerda e uma coroa de louros na mão direita. Seus cabelos estão penteados em um sakkos e adornados por uma coroa. Veste um peplos drapeado, blusa e himatió ⁿ	Afrodite	A deusa do amor e desejo sexual. Segundo Grimal ³⁸⁵ , Platão formulou a ideia de ter havido duas Afrodites, Na poesia homérica ³⁸⁶ , encontramos menções ao uso de coroas, como um adereço distintivo de Afrodite.

Análise:

Nesta cratera de cálice, na face A, o ceramista representou um homem maduro sentado, uma jovem, dois jovens, duas mulheres, um altar, arca e plantas (*significante*), compondo, assim, uma cena complexa com muitos participantes e objetos, que remete-nos a um sacrifício humano (*significado*). Feitas tais associações entre significante e significado, concluímos a etapa preambular de nossa análise, ou seja, o *primeiro nível de significação* da imagem retratada nesta face da cratera.

³⁸⁴ Segundo o *LSJ Dictionary*, húbri^s (ὕβρις), “violência arbitrária, decorrente do orgulho da força ou da paixão, insolência”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=ubris&la=greek#lexicon>. Acesso em 16 abr.2020.

³⁸⁵ “Afrodite *Urania*, a deusa do amor puro, e Afrodite *Pandemos*, deusa do amor comum. Essa distinção é um conceito filosófico, desconhecido nas primeiras formas dos mitos sobre a deusa” (GRIMAL, 1990, p.47).

³⁸⁶ “Canto a formosa Afrodite, de láureas douradas e augusta, que tem por lote as cidades muradas de Chipre marinha toda, onde a úmida força do Zéfiro, tendo soprado, trouxe-a por cima das ondas do mar de múltiplas vozes dentro de espuma macia. As Horas de frisos dourados A receberam gentis e a envolveram com veste ambrosina. Sobre a cabeça imortal colocaram-lhe láureas bem-feitas, belas, lavradas em ouro” (Hino Homérico 6, A Afrodite).

Reconhecendo a existência de um vínculo entre o *significante* (homem maduro sentado, uma jovem, dois jovens, duas mulheres, um altar, arca e plantas) e o *significado* (sacrifício humano) mediante os fundamentos da retórica conotativa, viabilizam-nos a estruturar de uma *significação de segundo nível*, suscitando a leitura de um *significante de segundo nível* (o encontro de Perseu com Andrômeda acorrentada, a presença seus pais e a influência de Hermes e Afrodite) e um correspondente *significado de segundo nível* (a interpretação do ceramista de uma das cenas da *Andrômeda* de Eurípidés³⁸⁷).

³⁸⁷ Ainda que o ceramista não tenha representado Perseu, usando as sandálias aladas, a presença de Hermes, o deus que o presenteou com esse divino calçado, permite inferir que o herói tenha chegado a Méroe, voando – um traço marcante da versão euripidiana. Possivelmente, o ator que interpretava Perseu, teria entrado em cena com o auxílio de um equipamento frequentemente usado nas tragédias euripidianas, a *mēkhanē* (μηχανή) que, de acordo com o *LSJ Dictionary*, significa “artifício, máquina para levantar pesos e similares, guindaste”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=mhxn%2F&la=greek#lexicon>. Acesso em 16 abr.2020. Da mesma forma, a participação de Afrodite na cena, remete a ideia de que o herói e a princesa apaixonaram-se subitamente – outro elemento característico da *Andrômeda* de Eurípidés, conforme argumenta Clara Crepaldi “a própria expressão εἰς ἔρωτα πίπτειν (‘apaixonar-se’) aparece pela primeira vez aqui (fr. 138)” (CREPALDI, 2016, p.358).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.10

FIGURA N. 10	
	Referente Localização: MArTA - Museo Archeologico Nazionale di Taranto, Itália. Inventário: Indisponível. Procedência: Apúlia, Itália. Função Social: Utilizando em atividades privadas.
	Signo Plástico Forma: Lutróforo. Estilo/Cor: Figuras vermelhas, com adição de cor. Tamanho/Volume: 91,3 x 27,3 cm.
	Ancoragem Não possui.
	Signo Figurativo Lado A: Mulher sentada, jovem amarrada a um rochedo, homem sentado, jovem armado em pé, mulher em pé carregando um vaso, jovem lutado contra um monstro, uma jovem em pé; conchas e peixes. Lado B: Mulher sentada segurando um espelho na mão esquerda e caixa na mão direita, mulher sentada segurando vaso na mão esquerda e caixa na mão direita, jovem em pé com duas lanças, mulher em pé segurando um ramo na mão esquerda e uma caixa na mão direita.
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://artsandculture.google.com/asset/loutrophoros-depicting-perseus-and-andromeda-metope-group/qAGwH57jzdNqng?hl=en	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Lutróforo.	Recipiente utilizando para armazenar e transportar água.	Encontrado no contexto de rituais religiosos, o lutróforo é um vaso de corpo ovoide com pescoço alto com duas ou três alças, usado para transportar e armazenar água. Possivelmente, começou a ser utilizado a partir do século VIII a.C. Usando em casamentos e funerais.
Mulher madura	Penteado elaborado, brincos, colar de contas, duas pulseiras nos pulsos. Veste um péplos plissado, semitransparente; calça sandálias delicadas. Está sentada.	Cassiopeia ³⁸⁸	Por se vangloriar da beleza de sua filha, Andrômeda, Cassiopeia cometeu uma húbri contra as Nereidas. As deusas se queixaram a Poseidon, que enviou enchentes e um monstro marinho para devastar Méroe.
Mulher jovem	Em pé, de braços abertos, com a cintura e os pulsos amarrados a um rochedo. Usa coroa, cabelos soltos, brincos de contas. Veste um péplos longo e plissado, com padrão quadriculado.	Andrômeda	Princesa cuxita, filha de Cassiopeia e Cefeu. Diante dos reverses que se abateram sobre Méroe, Cefeu descobriu que os males só teriam fim, se Andrômeda fosse oferecida ao monstro marinho.
Homem maduro	Sentado, portando um cetro. Com barba longa, usa um rico barrete frígio, cheiridotos, cinto, anaxiridas e himatió, calçando sandálias.	Cefeu	Rei de Cuxe, marido de Cassiopeia, gerou Andrômeda. Para salvar Méroe, Cefeu precisou sacrificar sua filha ao monstro marinho.

³⁸⁸ A tradição apresenta uma certa variedade paterna para Cassiopeia: em algumas versões ela integra a família de Agenor e, em outras, seria filha de Árabo. Não encontramos referência a sua mãe. Com relação aos matrimônios, a tradição é diversa: por vezes, é mencionada como esposa de Fênix, ou Épafo; nas tragédias é referida como esposa de Cefeu.

Homem jovem	Porta uma espada na mão direita e um escudo na mão esquerda. Usa um barrete frígio, cheiridotos, anaxiridas e himatión, clâmide, calçando sandálias.	Soldado da guarda de Cefeu	As roupas e armas, indicam que tratava-se de um dos guerreiros que compunha a guarda pessoal do rei Cefeu.
Mulher jovem	Tem com os cabelos recolhidos, enfeitados com um arco. Usa brinco e colares de contas, péplos plissado, semitransparente, trazendo himatión nos ombros, calçando sandálias delicadas. Sobre o ombro esquerdo, carrega um aríbalo ³⁸⁹ .	Amiga ³⁹⁰ de Andrômeda	Jovem bem-nascida, dado sua vestimenta, penteado e adereços, proveniente da nobreza meroíta, que constituía o séquito que acompanhava a Andrômeda. Naturalmente, possuía vínculos de amizade com a princesa, pois veio oferecer diante dela, oferecendo sua companhia e solidariedade. O fato de carregar um aryballos, nos remete aos rituais fúnebres.
Animal híbrido	Com focinho alongado e reptiliano, orelhas e dorso de aspecto equino, patas anfíbias e cauda de cetáceo. Sua cabeça encontra-se voltada para o jovem que ameaça-o com uma harpe.	Monstro marinho ³⁹¹	Através da <i>Teogonia</i> , tomamos conhecimento de que o Mar é uma divindade primordial, tendo sido gerado pela Terra (Gaia), nos primórdios da existência. O Mar teve sua progênie, gerando Ceto e Fórcis de cuja união, “nascem os monstros, divinos e de estranhas e compósitas formas” (TORRANO, 2003, p.51).
Homem jovem	Tem cabelos longos, seminu,	Perseu	Filho de Zeus e Dânae, Perseu é herói e príncipe argivo. Aceitou

³⁸⁹ O aríbalo é um recipiente cerâmico pequeno, de corpo redondo e pescoço estreito; a boca é larga e plana para evita derramamentos. É comum na cerâmica coríntia, onde alguns exemplares são minúsculos e meticulosamente decorados. Pouco comuns entre os atenienses, os aríbalos aparecem frequentemente em vasos ou estelas funerárias.

³⁹⁰ O termo “amigas” (φίλαις) é usado por Andrômeda, para designar as jovens que compõem o coro, conforme os fragmentos remanescentes da tragédia homônima de Eurípides.

³⁹¹ Em dois fragmentos da *Andrômeda* de Eurípides, identificamos o uso da palavra “κῆτος”, cuja tradução mais ampla (*Liddell-Scott Greek Lexicon, Middle Liddell, Georg Autenrieth's Homeric Lexicon*), significa “qualquer monstro marinho”. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/morph?l=kh%3Dtos&la=greek#lexicon>. Acesso: 26 mar.2020.


	usando uma clâmide e sandálias aladas. Na mão direita, porta uma harpe.		a missão imposta pelo tirano da ilha de Séfiros: decapitar uma das górgones, Medusa. Após derrotar sua adversária, retornava para a Grécia quando, passando Méroe, avistou Andrômeda amarrada a um rochedo junto ao mar.
Mulher jovem	Mulher jovem, em pé, com os cabelos presos em um coque, cobertos com um pano. Usa brincos e colares de contas, pulseiras em ambos os braços. Veste um péplos plissado e semitransparente e um himatión, calça sandálias delicadas. Derrubou o aríbalo que carregava.	Amiga de Andrômeda	Novamente, pela indumentária e enfeites, podemos considerar que esta mulher jovem é bem-nascida, advinda da nobreza meroíta. Trata-se de uma das amigas de Andrômeda, que veio acompanhar a princesa, neste momento de grande tristeza.

Análise:

Neste lutróforo, o ceramista pintou três homens, um ser monstruoso e quatro mulheres (*significante*), testemunhando uma cena de enfrentamento entre um rapaz e um monstro (*significado*). Ao reconhecermos a existência de umnexo entre *significante* e *significado*, concluímos o *primeiro nível de significação* de nossa análise a respeito da imagem pintada neste recipiente cerâmico.

Quando consideramos o nexo entre o *significante* (três homens, um ser monstruoso e quatro mulheres) e o *significado* (enfrentamento entre um rapaz e um monstro), conforme os fundamentos da retórica conotativa, poderemos estabelecer o *segundo nível de significação*, que ocasiona um *significante de segundo nível* (Perseu enfrentado Ceto, o mostro marinho ao qual Andrômeda foi ofertada em sacrifício) atrelado ao seu respectivo *significado de segundo nível* (a interpretação do ceramista acerca de uma cena da *Andrômeda* de Eurípides³⁹²).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.11

FIGURA N. 11	
	Referente Localização: Museu de Antiguidades Clássicas de Teece, Nova Zelândia. Inventário: 183.97 Procedência: Campânia, Itália. Função Social: Usada em ambiente doméstico, em ocasiões de socialização, como os simpósios.
	Signo Plástico Forma: Cratera sino. Estilo/Cor: Figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 31 x 31.5cm
	Ancoragem Não possui.
	Signo Figurativo Jovem amarrada entre dois postes, monstro marinho, jovem armado com lâmina.
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: http://teecemuseum.nz/collection-item/1032456/	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio Cerâmico	Cratera sino	Usada em simpósios, para misturar vinho e água.	As primeiras crateras sino, datam do início do século V a.C., e não possuem exemplares decoradas com figuras negras. É nomeada devido sua forma de sino, e possui pequenas alças horizontais viradas para cima, situadas a pouco mais da metade do corpo.

³⁹²A presença de duas jovens, ricamente vestidas e portando aríbalos, nos leva a inferir que se tratavam das jovens meroítas que, enquanto amigas da princesa, compunham o coro da *Andrômeda* euripidiana.

Mulher jovem	Em pé, com os braços abertos, presos pelos pulsos a postes. Seus cabelos soltos, estão encobertos por um barrete frígio, adornado por ramos. Usa um colar de contas negras, e veste cheiridotos plissado, com pontilhado escuro. Está descalça.	Andrômeda	Filha do rei Cefeu e da rainha Cassiopeia. Sua mãe cometeu uma húbri contra as Nereidas, ao afirmar que a beleza de sua filha, ultrapassava a das deusas – que rogaram a Poseidon, para que castigasse a ilha de Méroe. O deus enviou enchentes e Ceto, para destruir a ilha. Cefeu buscou o oráculo de Âmon, que revelou-lhe como apaziguar a ira divina: expor Andrômeda como oferenda a criatura Ceto.
Ser monstruoso	Cabeça animalesca de proporção avantajada, com face comprida e crista pontuada, com a boca aberta a exhibir grandes dentes afiados.	Ceto	Monstro marinho enviado por Poseidon para devastar a ilha de Méroe, em punição a húbri cometida pela rainha Cassiopeia, contra as Nereidas.
Homem jovem	Movendo-se em direção ao ser monstruoso. Usa barrete frígio, camisa e veste chitoniskos tipo cheiridotos, e anaxiridas. Traz na mão direita uma harpe, na mão esquerda, antevê-se o cabo de outra arma. Calça sandálias aladas.	Perseu	Filho de Zeus e Dânae, aceitou a missão imposta por Polidecto: para cortejar sua mãe, enviou o herói a caça da górgona Medusa. Após decapitá-la, retornava para a Grécia quando, ao sobrevoar Méroe, avistou Andrômeda amarrada na praia da ilha. Cativado pela beleza da jovem e compungido por sua condição, Perseu se voluntariou para matar Ceto, se pudesse desposar a princesa cuxita.

Análise:


Nesta cratera em forma de sino, o ceramista procurou representar uma jovem presa entre dois postes, um ser monstruoso e um jovem armado em seu encalce (*significante*) representando, assim, uma cena de resgate (*significado*). Estabelecido esse nexu inicial, entre *significante* e *significado*, completamos o *primeiro nível de significação*.

Considerando o nexu existente entre o *significante* (a jovem exposta, o ser monstruoso e o jovem armado) e o *significado* (resgate da donzela em agruras), segundo os fundamentos da

retórica conotativa, podemos determinar o *segundo nível de significação* da análise, ao definirmos um *significante de segundo nível* (Perseu resgatando Andrômeda de ser devorada por Ceto) e, conseqüentemente, um respectivo *significado de segundo nível* (a apreciação do ceramista a respeito de uma das cenas da *Andrômeda*, de Eurípides³⁹³).

³⁹³ Supomos que a imagem dessa cratera sino, se remete a cena da *Andrômeda* euripidiana, em que Perseu se prepara para enfrentar Ceto, visto que inferimos que o Fragmento 145 constitui um trecho de uma fala correspondente ao ator que interpretava Perseu, “mas vejo o monstro marinho mover-se rapidamente em direção ao banquete da virgem, a partir do sal Atlântico”(CREPALDI, 2016, p.360).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.12

FIGURA N.12	
	Referente Localização: Staatliche Museen, Berlim, Alemanha. Inventário: V.I. 3238 Procedência: Campânia, Itália. Função Social: Armazenar e transportar água.
	Signo Plástico Forma: Hídria. Estilo/Cor: Figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 36, 5 cm.
	Ancoragem Não possui.
	Signo Figurativo Homem maduro sentando, jovem amarrada em um rochedo, mulher sentada, monstro marinho e jovem armado.
Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007. Imagem disponível em: https://recherche.smb.museum/detail/706808 .	

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Hídria	Usada em ambientes públicos e privados para armazenar e transportar água.	Recipiente caracterizado pela presença de duas ou três alças, tradicionalmente usado para transportar e despejar água. Quando usado para essas finalidades, era manuseado por mulheres; contudo, o recipiente poderia ser utilizado para armazenar votos em sessões de assembleias, quando então era manejado por homens.

Homem maduro	Com barba escura, usando uma coroa e portando um cetro na mão direita. Veste um himácion ao redor dos quadris. Calça sandálias. Está sentando em um rochedo.	Cefeu	Rei de Cuxe, desposou Cassiopeia com gerou Andrômeda. Quando a capital do reino, Méroe, passou a ser arrasada por enchentes e um monstro marinho, foi-lhe revelado que somente o sacrifício de Andrômeda levaria termo aos infortúnios que se abateram sobre a cidade.
Mulher jovem	Em pé, junto a um rochedo, com os braços abertos, presos pelos pulsos. Leva uma coroa na cabeça, brincos de contas e duas pulseiras em cada braço. Veste um péplos longo e drapeado, de cor clara, adornado com círculos e linha reta. Traz um himácion nos braços e calça sandálias.	Andrômeda	Princesa cuxita, filha de Cefeu e Cassiopeia. Sua mãe cometeu uma húbris contra as Nereidas que, ofendidas, queixaram-se a Poseidon. O deus castigou Méroe com enchentes e um monstro marinho. A fúria do deus seria apaziguada se Andrômeda fosse entregue a terrível criatura.
Mulher madura	Sentada sobre um rochedo, leva uma coroa sobre os cabelos recolhidos, usa brincos e duas pulseiras em cada um dos braços. Veste um péplos longo e de cor clara, enfeitado com círculos e linha reta; um cinto de contas marca-lhe a linha do busto. Traz um himácion adornado com linhas retas e calça sandálias.	Cassiopeia	Rainha de Cuxe, esposa de Cefeu e mãe de Andrômeda. Consagrada pela tradição como vaidosa e inconsequente, teria comparado a beleza de sua filha com a das Nereidas; em algumas versões, a rainha teria afirmado ser tão bela quanto as deusas. A húbris cometida por Cassiopeia, trouxe funestas consequências para Méroe, que foi inundada por enchentes e, em seguida, atacada por um monstro marinho. Somente o sacrifício de Andrômeda, poria fim as atribulações que Méroe sofria.
Ser monstruoso	Criatura com cabeça de proporções gigantescas, com	Ceto	Monstro marinho, fruto da união de divindades primordiais – Ceto e Fórcis. Por encontrar-se nos domínios de Poseidon,


	crista reptiliana e face arredonda. Sua boca aberta, revela dentes grandes e afiados.		foi enviado pelo deus para destruir a ilha de Méroe.
Homem jovem	Em pé, se movendo em direção ao ser monstruoso. Usa um capacete e sandálias aladas. Veste apenas uma clâmide drapeada. Na mão direita, leva uma lâmina dupla e curvada, e com a mão esquerda, segura uma lança.	Perseu	Filho de Zeus e Dânae, foi designado pelo tirano de Sérifo, para decapitar a górgona Medusa. O herói argivo teve êxito na tarefa e, quando voltava para a Grécia, passou por Méroe e encontrou Andrômeda, amarrada junto a um rochedo na praia. Ao se inteirar da situação da princesa, se propôs a matar o monstro marinho se pudesse desposar Andrômeda.

Análise:

Nessa hídria, o ceramista distribuiu suas personagens em dois níveis do corpo do recipiente cerâmico e gravou na parte superior, um homem, uma jovem amarrada pelos pulsos e uma mulher; no inferior, pintou um ser monstruoso e um jovem armado (*significante*). Em seu conjunto, a cena retrata um resgate, pois quando o jovem move-se na direção do ser monstruoso ao qual a jovem amarrada fora exposta (*significado*). Quando estabelecemos essa relação entre *significante* e *significado*, concluímos *primeiro nível de significação*, ao que passamos a seguinte etapa do processo de análise.

No ensejo do nexos existente entre *significante* (homem, jovem amarrada, mulher, ser monstruoso e jovem armado) e *significado* (resgate da jovem amarrada por parte do jovem armado que enfrenta o monstro), segundo os fundamentos da retórica conotativa, podemos identificar o *segundo nível de significação* (após receber a visita de Cefeu e Cassiopeia, Andrômeda foi vista por Perseu que, ao inteirar-se de sua condição de vítima sacrificial, prontificou-se a enfrentar o monstro que iria devorá-la) atrelado ao seu atinente *significado de segundo nível* (a perspectiva do ceramista sobre uma das cenas da *Andrômeda*, de Eurípides).

Grade de Análise Semiótica - Figura n.13

<p>FIGURA N. 13</p> 	Referente	<p>Localização: Museu Arqueológico, Nápoles, It.</p> <p>Inventário: SA 708.</p> <p>Procedência: Armeto, Itália</p> <p>Função Social: Usado em ambientes públicos e privados em atividades alimentícias.</p>
	Signo Plástico	<p>Forma:</p> <p>Estilo/Cor:</p> <p>Tamanho/Volume:</p>
	Ancoragem	<p>Não possui.</p>
	Signo Figurativo	<p>Oito mulheres, um menino alado, seis homens jovens, um idoso, uma mulher híbrida e um ser monstruoso.</p>
<p>Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007.</p> <p>Imagem disponível em: https://www.cambridge.org/core/books/abs/scylla/untamed- maiden/154ADDFE7E0C1760F198FC9F813129C9</p>		

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Pélica	Recipiente de armazenamento, especialmente de líquidos.	Vasilhame que integra o amplo grupo das ânforas, a pélica se caracteriza por seu corpo com barriga avantajada, duas alças e

			boca larga. Tal como os demais tipos de ânforas, a pélica era usada para armazenar líquidos, podendo figurar tanto nas atividades domésticas cotidianas – como transporte de água para diversos fins – ou mesmo, em festins como o simpósio.
Mulher	Mulher jovem, inclinada para frente. Seus cabelos estão arranjados em um coque, cobertos por um sákkos. Usa um péplos dórico, de cor clara, drapeado, e traz himátion entre os braços. Está descalça.	Persuasão	Deusa que personificava a persuasão e que integrava o séquito de Afrodite. Em algumas tradições, é apresentada como filha de Ate ³⁹⁴ , em outras, como irmã de Tique ³⁹⁵ (Fortuna) e Eunomia ³⁹⁶ (Ordem) e filha de Prometeu. Segundo a tradição grega, a persuasão e o amor, acompanhavam constantemente Afrodite.
Mulher	Sentada, tem os cabelos soltos e usa um diadema. Veste chitón longa, de cor clara e drapeada. Está descalça. Na mão direita tem uma pequena caixa.	Afrodite	Deusa do amor, há duas tradições sobre seu nascimento: em uma, seria filha de Zeus e Dione e, na outra seria filha de Urano – cujos órgãos sexuais, cortados por Cronos caíram no mar, gerando a deusa. Afrodite emergiu do mar e transportada por Zéfiro para Citera, e depois para Chipre, onde foi recebida pelas Horas.
Menino alado	Menino com asas, em pé, nu. Com a mão direita, toca o rosto da mulher sentada, e apoia a mão esquerda em seu ombro direito.	Eros	Personificação do amor, diferentes mitos dão a Eros ("Ἔρως), variadas genealogias: em algumas versões, é filho de Ilítia ou de Iris, de Hermes e Ártemis, ou – segundo a variante mais popular – de Hermes e Afrodite. Comumente representado como uma criança,

³⁹⁴ A personificação da ilusão, Ate (Ἄτη) era a deusa das ações precipitadas.

³⁹⁵ Deusa que personificava a sorte ou fortuna, Tique (Τύχη), era comumente representada como cega.

³⁹⁶ Filha de Zeus e Têmis, era uma das Horas – as três deusas que presidiam as estações do ano. Eunomia (Εὐνομία), personificava a disciplina, legalidade, boa ordem.

			muitas vezes alada mas também sem asas, sua ocupação era perturbar os corações humanos.
Homem	Sentado, usa um barrete frígio e veste himátion drapeado, cheiridotos, cinto e anaxiridas de cor clara, com estampa de círculos. Calça sapatos leves. Apoia o braço direito em um escudo e em sua mão, traz uma lança.	Soldado da escolta de Cefeu	Jovem guerreiro que pertencia a escolta pessoal de Cefeu e que, acompanhou o rei até a praia de Méroe onde Andrômeda foi exposta para ser devorada pelo monstro marinho.
Homem	Agachado, apoiando a perna direita em uma rocha; sobre esse membro, apoia o braço direito e nesta mão, tem duas lanças. Tem um barrete frígio e veste cheiridotos de cor clara, por sobre anaxiridas estampada; calça sapatos leves.	Soldado da escolta de Cefeu	Outro jovem guerreiro, integrante da escolta de Cefeu.
Homem	Em pé, traja himátion de cor clara, cheiridotos de cor clara; tem dois cintos transpassados na altura do peito e um na cintura. Ainda leva um barrete frígio e usa anaxiridas com estampa de círculos e sapatos leves. Na mão direita, tem uma concha e na esquerda, uma lança.	Soldado da escolta de Cefeu	Assim como os demais, é um jovem guerreiro, membro da escolta pessoal de Cefeu.
Mulher	Em pé, leva um péplos dórico de	Dama do séquito de Cassiopeia	Suas roupas elaboradas e sua presença junto a Cassiopeia,

	cor clara, sem cinto, com aberturas nos braços. Tem os cabelos arranjados em um coque. Em ambas as mãos, traz fitas.		levam-nos a deduzir que se trata de uma mulher bem-nascida, que integrava o séquito da rainha.
Mulher	Em pé, usa um chitón drapeado e de cor clara, traz um himátion de cor clara; tem brincos de contas. Na mão esquerda, segura uma sombrinha	Dama do séquito de Cassiopeia	Assim como a outra mulher, sua vestimenta requintada, seus adereços e penteado, a caracterizam como uma bem-nascida, membro do séquito de Cassiopeia.
Mulher	Sentada em um banco com almofada. Veste um péplos longo e semitransparente. Seus cabelos estão adornados por um sákkos.	Cassiopeia	Rainha de Cuxe, esposa de Cefeu e mãe de Andrômeda. Presunçosa, afirmou que a beleza de Andrômeda, superava a das Nereidas; em outra versão, teria se afirmado tão bela quanto as deusas. Por cometer essa húbris, Poseidon enviou enchentes e um monstro marinho, que destruíam Méroe. A iria divina somente poderia ser aplacada, com o sacrifício de Andrômeda.
Jovem	Em pé, com os braços abertos, amarrada por cada um de seus pulsos, junto a um rochedo. Traja um péplos plissado, semitransparente e bordado com pontilhado, usa um cinto e himátion. Seus cabelos soltos, então adornados por um diadema com véu. Calça sandálias leves.	Andrômeda	Princesa de Cuxe, filha de Cefeu e Cassiopeia. A húbris cometida por sua mãe, contra as Nereidas, obrigou Cefeu a expor a jovem como oferenda ao monstro marinho que devastava Méroe.
Homem	Em pé, próximo a jovem presa junto ao rochedo. Está envolto em	Cefeu	Rei de Cuxe, marido de Cassiopeia e pai de Andrômeda. Diante dos infortúnios que abateram-se sobre Méroe. Foi

	<p>volumoso himation com bordas, sapatos leves de couro.</p>		<p>revelado que Andrômeda deveria ser entregue como repasto ao monstro marinho que devastava a ilha.</p>
Homem	<p>Em pé, oferecendo apoio ao homem próximo da jovem presa. Tem um barrete frígio na cabeça e veste cheiridotos de cor clara, bordada com pontilhado, na parte superior. Leva anaxiridas com estampa de círculos e sapatos leves de couro.</p>	<p>Soldado da escolta de Cefeu</p>	<p>Por seus trajes, armamentos e atitude de deferência, podemos deduzir que este rapaz é um dos guerreiros que compunham a escolta de Cefeu.</p>
Homem	<p>Sentado, na mão direita, tem uma lança. Usa um barrete frígio e veste cheiridotos de cor clara, por sobre anaxiridas estampadas com ondas; tem sapatos leves.</p>	<p>Soldado da escolta de Cefeu</p>	<p>Suas roupas e armas, indicam que, assim como os demais jovens, trata-se de um dos guerreiros meroítas que integravam a escolta pessoal de Cefeu.</p>
Mulher	<p>Montada em um animal com dorso de cavalo e rabo de peixe. Seus cabelos estão arranjados em um coque, enfeitados por um sákkos. Veste um péplos sem cinto, bordas na abertura lateral; traz um colar de contas no pescoço, e duas pulseiras no braço esquerdo e, nessa mão, tem um espelho redondo.</p>	<p>Nereida</p>	<p>Deidades marinhas, filhas de Nereu e Doris, e netas de Oceano, as Nereidas (Νηρηίδες) viviam no fundo do mar, onde sentavam-se em tronos de ouro no palácio de seu pai.</p>
Homem	<p>Em pé, em posição de combate contra um ser monstruoso: sujeita-o com a mão direita e na</p>	<p>Perseu</p>	<p>Filho de Zeus e da princesa argiva Dânae, Perseu foi desafiado por Polidecto, tirano de Sérifo, a decapitar Medusa. Exitoso na missão, quando</p>

	esquerda, tem uma harpe, com a qual prepara-se para golpeá-lo. O jovem tem um barrete frígio na cabeça e veste apenas uma clâmide drapeada; calça sandálias aladas.		retornava à Grécia, passou por Méroe e vislumbrou Andrômeda amarrada a um rochedo, na praia. Cativado por sua beleza e tomando ciência de sua condição, voluntariou-se para matar o monstro em troca da mão da princesa.
Ser monstruoso	Ser híbrido, com cabeça e dorso equino, crista reptiliana, tentáculos e cauda de peixe.	Ceto	Monstro marinho enviado por Poseidon, para destruir Méroe, como punição pela húbris cometida por Cassiopeia. Os infortúnios da ilha somente teriam se Andrômeda fosse entregue para ser devorada por Ceto.
Mulher híbrida	Com os cabelos dispostos em um coque, a parte superior de seu corpo está nua. A parte inferior de seu corpo é formada por cerca de três cães e uma comprida cauda de cetáceo.	Sila	Sila (Σκύλλη), habitava uma caverna no estreito de Messina. Era extremamente violenta e voraz, atacando e destruindo os navios que passavam junto a sua morada, para devorar suas tripulações.
Mulher	Montada em um golfinho. Seus cabelos estão recolhidos em um coque, encimado por sákkos. Veste um péplos sem cinto, semitransparente e um himátion.	Nereida	As Nereidas eram famosas por sua beleza, e levavam seus dias a fiar, tecer e cantar. Os poetas, também referiam-se sobre as deusas a brincar nas ondas, nadando entre Tritões e golfinhos.

Análise:

Nessa pélica, o ceramista distribuiu suas personagens ao longo de três níveis, por ele estabelecido, no corpo do recipiente: no primeiro, representou duas mulheres, um menino alado

e três homens; no segundo, pintou quatro mulheres e três homens e, finalmente, no terceiro, figurou duas mulheres, um homem e dois seres híbridos.

Em sua totalidade, os três níveis constituem o *significante* que adorna a pélica, e mediante sua leitura, podemos deduzir que uma cena de salvamento constitui seu significado, visto que podemos identificar uma jovem amarrada e um jovem que enfrenta o ser monstruoso que possivelmente vinha para devorá-la. Ao determinarmos a conexão entre *significante* e *significado*, levamos a cabo o *primeiro nível de significação*, sendo viável, passarmos a etapa seguinte de nossa análise.

Para tanto, devemos considerar a referida conexão entre *significante* (mulheres, menino alado, homens e dois seres híbridos) e *significado* (salvamento da jovem amarrada pelo jovem que enfrenta o ser monstruoso que iria devorá-la), de acordo com os princípios da retórica conotativa, que oferece-nos um *segundo nível de significação* (Perseu, enamorado por Andrômeda, enfrenta Ceto para salvá-la da morte), que por sua vez, implica em um *significado de segundo nível* (a interpretação do ceramista a respeito de uma das cenas da *Andrômeda* de Eurípides³⁹⁷).

³⁹⁷ A presença de Afrodite, Persuasão e Eros, nos leva a deduzir que a cena retratada pelo ceramista nesta pélica, poderia remeter-se a *Andrômeda* euripidiana. A influência da deusa do amor e seu séquito divino, reforça a ideia da súbita paixão que envolveu o herói argivo e a princesa cuxita, levando-os a firmar um futuro compromisso matrimonial, na eventualidade de Andrômeda sobreviver ao sacrifício que fora exposta.

Grade de Análise Semiótica - Figura n.14

FIGURA N. 14



Referente	Localização: Museu J. Paul Getty, Malibu, California, Estados Unidos. Inventário: Indisponível. Procedência: Apúlia, Itália. Função Social: Usado em ambientes domésticos e públicos.
Signo Plástico	Forma: Pélica Estilo/Cor: Figuras vermelhas. Tamanho/Volume: 61,0 x 38,5 cm
Ancoragem	KUPRIS, OMONOIA; ANDRO[M]EDA, KASSIEPEIA, PERSEUS, KHFEUS.
Signo Figurativo	Homens jovens, mulheres jovens, dois seres alados, mulher madura e homem maduro.

Bibliografia: JOLY. Martine. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa: Ed. 70, 2007.

Imagem

disponível

em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/artifact?name=Malibu%2087.AE.23&object=Vase>

Significantes icônicos.	Significados de primeiro nível.	Conotações de segundo nível (1)	Conotações de segundo nível (2)
Utensílio cerâmico	Pélica	Recipiente usado para	Se caracteriza por sua barriga estendida para baixo e sua boca mais larga. Surge por volta de 520 a.C. e permaneceu popular até o IV século a.C., sendo associada as técnicas de figuras vermelhas.

Homem jovem	Em pé, segura um guarda-sol com sua mão esquerda a cabeça do segundo jovem sentado. Veste um chiton curto pontilhado com mangas compridas e anaxiridas, um cinto, um barrete frígio e sapatos.	Escolta de Andrômeda	Guerreiro designado para proteger Andrômeda, esposa de Perseu e rainha de Tirinto ³⁹⁸ .
Homem jovem	Sentado, tem uma concha de chifre em sua mão direita. Também vestindo um chiton curto pontilhado com mangas compridas e anaxiridas, de mesmo padrão decorativo. Em sua mão esquerda, tem duas lanças e vira a cabeça para olhar seu companheiro.	Escolta de Andrômeda	Guerreiro designado para proteger Andrômeda, esposa de Perseu e rainha de Argos. A presença de lanças, indica seu potencial para ferir eventuais agressores.
Mulher jovem	Usa uma pequena tiara branca e triangular, e seu cabelo é encaracolado. Está vestindo um chiton fino de mangas curtas, uma capa sobre o ombro esquerdo e sandálias. Está com brincos de pingente, um colar de contas brancas e uma pulseira dupla no braço direito.	Afrodite	A presença de Afrodite, remete ao amor apaixonado que uniu Andrômeda e Perseu.

³⁹⁸ Segundo a *Biblioteca do Pseudo Apolodoro*, após regressar a Grécia, Perse e Andrômeda passaram por algumas cidades da Árgolida, até se estabelecerem sob o trono da cidade de Tirinto. Em Micenas, geraram “Alceu, Estênelo, Heleio, Méstor e Eléctrion, e uma filha, Gorgófona” (*Apollod.2*).

Mulher jovem	Sentada, vestida com um chiton de mangas curtas, capa sobre a parte inferior do corpo e usa sandálias brancas. No cabelo, tem um esfendone ³⁹⁹ com fitas presas, e usa um colar duplo de contas brancas e uma pulseira dupla em cada braço. Ao lado dela está uma mochila de viagem decorada com listras pretas. Ela segura uma facha de tecido com decoração branca na mão esquerda.	Atendente de Andrômeda	As roupas, penteado e adereços revelam que se trata de uma jovem bem-nascida. Integrava o grupo de atendentes da rainha Andrômeda.
Mulher jovem	Em pé, usando um longo chiton e uma capa sobre a parte superior do tronco, uma coroa de flores e um bracelete duplo no braço esquerdo. Em sua mão direita, segura uma caixa com uma coroa em cima. Na mão esquerda, ela tem uma enócoa ⁴⁰⁰ de esmalte branco.	Amiga de Andrômeda	Tal como a outra jovem, sua caracterização revela seu nascimento privilegiado. Por isso, também atua como atendente da rainha Andrômeda.
Mulher jovem	Veste chiton de manga curta, uma	Homonia ⁴⁰²	A presença da deusa, reforça a noção de concórdia, enquanto

³⁹⁹ Tipo de lenço usado para cobrir os cabelos, quando penteados em forma de coque.

⁴⁰⁰ Jarro de vinho, usado para despejar a bebida em taças, foi extremamente popular na Antiguidade.

⁴⁰² “Personificação da concórdia, unanimidade e unicidade da mente. Às vezes era considerada como uma das *Praxidikai* (executoras da Justiça) deusas-filhas do antigo rei tebano, Ogygos. Como tal, possivelmente Homonoia foi intimamente identificada com a deusa-rainha tebana Harmonia (Harmonia)”. Disponível em: <https://www.theoi.com/Daimon/Homonoia.html>. Acesso em 16 fev.2019.

	<p>capa cobrindo a parte inferior do corpo, sandálias e uma coroa de flores. O cabelo está preso em um coque na parte de trás da cabeça. Segura uma caixa aberta cujas laterais são decoradas. Usa colar duplo de contas brancas e uma pulseira dupla no antebraço direito. Aos seus pés, há uma pantera mesomfálica⁴⁰¹.</p>		<p>estado posterior aos tristes eventos que antecederam a união de Andrômeda e Perseu.</p>
Mulher jovem	<p>De pé, usa um longo chiton que deixa seu ombro direito nu. Ela também tem uma capa, sacos, bandeau, um colar de contas duplas e uma pulseira dupla no braço direito. Segura um grande leque.</p>	Atendente de Andrômeda	<p>As vestimentas, joias e pentado, certificam a origem privilegiada da jovem. Pela intimidade da tarefa que executa, podemos concluir que se trata de uma atendente de Andrômeda.</p>
Mulher jovem	<p>Sentada em um trono, descansando os pés em um escabelo. Veste um chiton fino, um manto sobre a parte superior do corpo, sandálias, usa coroa, brincos de pingente, um colar duplo de contas brancas e uma</p>	Andrômeda	<p>Casada com Perseu, reinou em Tirinto</p>

⁴⁰¹ Um tipo de um prato de oferendas, que geralmente tinha lados curvos e uma protuberância arredondada saindo do fundo. Tanto em cerâmica quanto em metal, as panteras foram fabricadas nesse formato, algumas simples e outras primorosamente decoradas. Disponível em: <https://collections.mfa.org/objects/238352/libation-bowl-phiale-mesomphalos?ctx=d6be92cb-80ae-4fc8-87b9-9846f01dbfe6&idx=6> . Acesso em 16 fev. 2019.

	pulseira dupla no braço direito		
Mulher madura	Ajoelhada diante de Andrômeda com as mãos estendidas. Está vestindo uma túnica de manga curta, uma capa puxada para trás da cabeça, sandálias brancas, um colar duplo de contas brancas e uma pulseira dupla no braço esquerdo.	Cassiopeia	Mãe de Andrômeda, esposa de Cefeu e rainha dos “etiopes”. Ela se prosta diante da filha, em uma atitude penitente, buscando o perdão da filha, pelos males causados.
Homem jovem	Em pé, vestindo mitra vermelha, botas com asas, uma bandoleira e uma <i>chlamys</i> presa com um broche. Em sua mão direita, segura uma espada e se apoia em um cajado branco debaixo do braço.	Perseu	Perseu, casado com Andrômeda e de regresso a Grécia, passou por algumas cidades da Árgolida, até se estabelecer no trono de Tirinto.
Homem maduro	Em pé, de cabelos brancos e barba. Está usando um barrete frígio, com himátion de estampa decorada, um cinto elaborado e manto sob os ombros. Em sua mão direita, está um bastão branco.	Cefeu	Pai de Andrômeda, marido de Cassiopeia e rei dos etíopes. Cefeu está acompanhando a esposa, em sua busca pelo perdão da filha.
Homem jovem	Em pé, usando um chiton curto pontilhado com mangas compridas, com o mesmo padrão decorativo e anaxiridas. Desarmado, apoia Cefeu.	Atendente de Cefeu	

Análise:

Tal como no recipiente anterior, também uma pélica de figuras vermelhas, o ceramista organizou as personagens em dois planos: no superior, representou dois jovens guerreiros e três jovens moças; no inferior, retratou dois rapazes e um senhor maduro, bem como três jovens e uma mulher madura.

Ao analisarmos a cena de um modo geral, constatamos que os dois planos interagem e formam o *significante* que registrado no recipiente cerâmico. Sua leitura, nos permite concordar com os demais especialistas, quando definem essa cena como o triunfo de Andrômeda – sendo esse, o seu significado. Ao relacionarmos *significante* e *significado*, efetuamos o *primeiro nível de significação*.

De modo a concluir o estudo dessa imagem, ao levarmos em conta articulação entre *significante* (guerreiros, jovens, mulher e homens maduros) e *significado* (o momento de plenitude conquistado por uma jovem rainha), segundo as orientações da retórica conotativa, podemos identificar um *segundo nível de significação* (Andrômeda entronizada recebe as súplicas de sua mãe, Cassiopeia, diante de seu séquito no palácio de Tirinto) que, correlatamente, é acompanhado de um *significado de segundo nível* (uma narrativa que traz desdobramentos relacionados a *Andrômeda* de Eurípides).